

SEMINÁRIO INTERNACIONAL JUVENTUDES E DESIGUALDADES:

JUVENICÍDIO NA AMÉRICA LATINA E SUAS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA NO PIAUÍ



Teresina - Piauí - Brasil, de 12 a 14 de Dezembro de 2022

Lila Cristina Xavier Luz
Marcela Castro Barbosa
ORGANIZADORAS

2024

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EDITORA:



Todos os direitos desta edição reservados a Editora IEPA, protegidos pela Lei Nº 9.610 de 19/02/1998.

Seminário Internacional Juventudes e Desigualdades.

Ebook do Seminário Internacional Juventudes e Desigualdades: juvenicídio na América Latina e suas dinâmicas de violência no Piauí, Teresina, PI, 12 a 14 de dezembro de 2022/ Lila Cristina Xavier Luz, Marcela Castro Barbosa, Organizadoras. – Belém: Editora IEPA, 2024.

E-book

ISBN: 978-65-89133-14-8

1. Juventude. 2. Culturas Juvenis. 3. Educação. 4. Políticas Públicas. V. Título.

CDD – 370

Sumário

Apresentação	03
Comissão organizadora e científica	08
Programação detalhada	08
Grupo de Trabalho 1– Criminalização das juventudes e as políticas de drogas	10
Grupo de Trabalho 2 – Racismo Estrutural	80
Grupo de Trabalho 3 – Meios de Comunicação e a criminalização das juventudes Estrutural	123
Grupo de Trabalho 4 – Juvenicídio contra as juventudes LGBTQIA+	186
Grupo de Trabalho 5 – Encarceramento em massa	239

Apresentação

O NUPEC e o PPGS-UFPI, em parceria com o Instituto de Saúde de São Paulo, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí-FAPEPI, da Universidad Autónoma Metropolitana da Ciudad do México-UAM-UnidadIztapalapa-México, propuseram o III Seminário Internacional *Juventudes e Desigualdades*, com foco no tema: juvenicídio na América Latina e suas dinâmicas de violência no Piauí.

O Seminário teve como objetivo ser um espaço de debate sobre as temáticas: desigualdades, violências e juvenicídio na América Latina. Promovendo uma discussão sistêmica e multidisciplinar, a partir da troca de saberes entre diferentes sujeitos e áreas de conhecimento. Para além da discussão sobre a realidade brasileira, o evento possibilitou o desenvolvimento de uma análise complexa sobre o juvenicídio enquanto estratégia de necropolítica com vistas a eliminar jovens negros, indígenas, pobres e periféricos, as maiores vítimas de processos e dinâmicas criminais.

Nesse debate envolveu pesquisadores da América Latina, gestores e, principalmente, jovens, que durante os três dias do evento, refletiram sobre as violências e dinâmicas de juvenicídio que entrelaçam a vida de jovens em zonas periféricas de nossas cidades, incluindo cidades do Piauí.

Este seminário faz parte de um esforço, coletivo da Comissão Organizadora, para potencializar o debate acerca da realidade juvenil, empreendido desde o ano de 2020, quando foi realizando o Seminário *Juventudes e Desigualdades*. A primeira versão ocorreu em junho de 2018 e teve como subtítulo: “As juventudes em tempos de destruição de direitos no Brasil”. O objetivo do seminário foi problematizar a realidade de jovens brasileiros frente a retirada de direitos, com foco nos direitos das juventudes e outros problemas sociais que atingem esse segmento social. Em novembro de 2019 foi realizado o segundo seminário, o qual recebeu o seguinte subtítulo: Violências e Dinâmicas Criminais. Essas duas primeiras versões tiveram caráter nacional e contaram com a participação de estudiosos como: Marisa Feffermann (IS-SP); Ricardo Moura (UECE-CE); Pedro Mourão (UFC-CE); Samuel Duarte (UFMA-MA), além de mais de dez professores da UFPI, IFPI, UESPI, e contou com a participação de diversos profissionais e representantes de movimentos sociais de Teresina e das circunvizinhanças. Esse segundo seminário foi um sucesso em todos os sentidos.

Porém, o debate desenvolvido resultou na decisão de o grupo dar continuidade à discussão da desigualdade, focando em uma especificidade desse tema em cada versão. Também ficou decidido que seria um encontro de caráter internacional, com periodicidade bienal. Todavia, a pandemia impossibilitou a realização do evento planejado no ano de 2021.

Transcorrido o período pandêmico e acompanhando o impacto no agravamento das desigualdades sociais, temos verificado o aumento da violência e, consequentemente, do juvenicídio em toda América Latina, inclusive em nosso país. O debate sobre juvenicídio tem sido um campo para discussão desses fenômenos de violência quando se refere à realidade dos jovens. O conceito de Juvenicídio é apresentado como a forma de violência recorrente que aniquila fisicamente a vida de jovens (Valenzuela Arce, 2015). Ademais, também se constitui em um processo de criação e execução de dispositivos envolvendo precarização sistemática que ameaça a população jovem. O fenômeno do juvenicídio é uma expressão das condições estruturais de precariedade e vulnerabilidade da população na América Latina, em geral, como consequência da expansão das políticas neoliberais.

O Brasil experimenta vários pontos similares quanto à situação sócio-histórico-econômica, consequência de uma imensa desigualdade social. As realidades de desemprego e subemprego, o desmonte das políticas públicas, em especial as de juventude, a expansão das milícias, a militarização da vida, a exacerbação da violência, justificada pela guerra às drogas, dentre outros, são fenômenos que vêm marcando a população jovem da América Latina, no campo e na cidade de modo parecido.

Os desdobramentos desta realidade também se mostram igualmente configurados no Piauí: a violência e insegurança é visível com o aumento da circulação de armas de fogo, que tem ceifado a vida de muitos jovens. Dados do Observatório da Segurança Pública, relativo ao bimestre julho-agosto deste ano, registram que na região nordeste o Piauí ocupa o 2º lugar em relação a violência e insegurança relativa ao uso de arma de fogo. Esses dados apontam ainda para a interiorização da violência, para cidades menores, outrora caracterizadas como “não violentas e seguras”. Somam-se a essas estatísticas, as mortes de adolescentes e jovens com idade entre 15 a 29 anos, que no país foram de 333.330 entre 2009 a 2019. Sendo que 53% foram vítimas de homicídio, 77% desses eram negros. (Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Essa realidade nos instigou a propor como tema desta III edição “Juvenicídio na América Latina e suas dinâmicas de Violência no Piauí”. O objetivo é que este Seminário seja um espaço de debate sobre as temáticas desigualdades, violências e juvenicídio na América Latina, brasileira/piauiense/Teresinense, fomentando uma discussão sistêmica e multidisciplinar, a partir da troca de saberes entre diferentes sujeitos e áreas de conhecimento. Para além da discussão, o evento propõe uma análise complexa sobre o juvenicídio enquanto estratégia de necropolítica com vistas a eliminar jovens negros, indígenas, pobres e periféricas, as maiores vítimas de processos e dinâmicas criminais. Envolverá pesquisadores da América Latina, gestores e, principalmente, jovens. A ideia é refletir sobre as violências e dinâmicas de juvenicídio que entrelaçam a vida de jovens em zonas periféricas de nossas cidades, a exemplo do que vem acontecendo em Teresina, Parnaíba, Picos etc..

Portanto, este Seminário fez parte de um trabalho de consolidação da trajetória de 30 anos do NUPEC, sobretudo no que refere ao seu foco nos estudos sobre as juventudes teresinenses. Ele também foi mais um espaço de debate para o corpo docente e discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPI, que completava 10 anos, do qual desde o início o NUPEC faz parte.

No que refere às relações NUPEC-PPGS-UFPI, as iniciativas de pesquisas e extensão sobre o tema das juventudes desenvolvidas pelo NUPEC em parceria com o Instituto Federal do Piauí-IFPI, Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde de Paulo-IS-SP somaram forças na construção e, seguramente, estão contribuindo para a consolidação do Mestrado.

O NUPEC e o IS-SP estiveram de maneira diferente envolvidos na primeira edição deste Seminário. Porém, nesta edição soma-se à construção do mesmo, o Grupo de Pesquisa Condições de Vida do IS-SP. Esse grupo por meio de sua linha de pesquisa Condições e Vulnerabilidades, com discussão sobre o tema na perspectiva da vulnerabilidade e da criminalização dos jovens, já realizou, em 2007, o Seminário “Juventude Negra: Preconceito e Morte”, tendo como resultado a produção de um vídeo e a produção de textos transformados em uma publicação em um periódico científico, os quais tiveram uma ampla distribuição, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de saúde, educação e cultura. Também publicou, em 2016, o livro: *Juvenicidio AYOTZINAPA Y LAS VIDAS PRECARIAS EN AMÉRICA LATINA*. Em 2017, realizou o I Seminário Internacional Juventudes e vulnerabilidades: homicídios,

encarceramento e preconceitos, que teve como resultado o livro: *As interfaces do genocídio no Brasil: raça, classe e gênero*, publicado em 2019.

Na cidade essa realidade é constantemente propagada por meio de índices sobre diversos tipos de violências: encarceramento em massa; tráfico de drogas, mas principalmente a morte de jovens, fenômenos influenciadores de modos de vida, que norteiam as relações entre pessoas e a organização do espaço urbano.

As cidades são divididas entre espaços “perigosos” e “seguros”. Pessoas “violentas” e “não violentas” (Caldeira, 2020). Em geral, essa identificação tem por base representação do senso comum do que seja violência, fazendo com que o medo pautar o modo de vida das pessoas. Em Teresina, verifica-se a organização do espaço urbano de forma segregada. Em muitos casos, essa segregação tem servido para influenciar processos de criminalização de bairros e dos sujeitos que neles residem.

Assim, na cidade, os processos de criminalização de jovens são comuns e muitos bairros são propagados na mídia, e reforçados por alguns gestores, como violentos. Sob essas bases na representação do senso comum os jovens e suas práticas sociais e culturais são associadas à criminalidade. Essa visão, de certa forma, tem contribuído para o aumento do encarceramento e assassinato de jovens pobres, negros residentes de zonas consideradas periféricas.

Cientes da importância do tema e da urgência do debate, propomos o presente Seminário, cujo objetivo é possibilitar uma reflexão crítica, instrumentar profissionais a construir outras narrativas sobre violência e a relação desta com os jovens e construir subsídios para políticas públicas para as juventudes.

O Seminário foi organizado em forma de conferências, mesa redonda e grupos de trabalho. Como estratégia metodológica o evento contou com uma Comissão Científica, cuja responsabilidade foi organizar a programação, bem como de sugerir nomes de pesquisadores e de profissionais para serem pareceristas *ad hoc*. Organizar a distribuição dos trabalhos inscritos nos GTs, distribuí-los por temas, horários e salas disponíveis. Definir critérios de avaliação das propostas de GTs e encaminhá-los aos pareceristas *ad hoc*. Organizar a Programação Completa, após a seleção dos resumos pelos pareceristas. Elaborar carta de aceite e os Anais dos resumos dos trabalhos aprovados.

Consta destes Anais os trabalhos aprovados, apresentados e enviados para a publicação. Sobre esses é importante afirmar que as opiniões/posições/argumentos presentes nos mesmos são de responsabilidades de seus respectivos autores e autoras. Ademais, vale ressaltar que socializamos os Resumos simples e ou completos, conforme disponibilizados pelos autores e autoras.

Lila Cristina Xavier Luz –UFPI-NUPEC-PPGS-BR
Marisa Feffermann – IS-SP-BR

Comissão organizadora:

Lila Cristina Xavier Luz –UFPI-BR
 Marisa Feffermann – ISSP-BR
 Marcondes Brito da Costa – IFPI/SR
 Fernanda Sousa Rodrigues – UFPI-BR
 Marcela Barbosa Castro – NUPEC/UFPI-BR
 Elton Guilherme dos Santos Silva (NUPEC/Obs. da Segurança Pública-PI)
 Francisco de Oliveira Júnior–UFC-NUPEC/UFPI
 Evannoel de Barros Lima- SEDUC- MA
 Angeline Feitosa de Carvalho-PPGS-NUPEC/UFPI
 Brenna Ravenna Soares Silva-CEUT
 Douger Sousa Campelo-IFPI-SJ

Comissão Científica:

Alfredo Nateras – UAM-MX
 Fabrizio Lorusso Filippo - UNILEON-MX
 José Manuel Valenzuela Arce – COLEF-MX
 Lila Cristina Xavier Luz – UFPI-BR
 Irene Serafino – I.I.S. Luigi Fantini-IT
 Lygia Gonçalves Costa Hryniewicz - InterAgencyInstitute-ES
 Marisa Feffermann – IS-SP
 Marcondes Brito da Costa – IFPI/SR
 Miriam Abramovay – FLACSO-BR
 Marta Maria de Azevedo Queiroz – UFPI-BR

PROGRAMAÇÃO DETALHADA

08/12/2022 – Quinta feira

14h30 às 18h – Credenciamento

18h às 18:20 – Mesa de Abertura: Jovens representantes de Coletivos Juvenis,
 Representantes de Instituições acadêmicas, Coordenação do evento

18h:20 às 21h – Conferência de Abertura: Juvenicídio em América Latina: dinâmicas e desafios

Expositor: Prof. José Manuel Valenzuela Arce (COLEF-MX), Professor Alfredo Nateras. (UAM-MX), Professora Alexandra Agudelo (UNAULA-CO)

Coordenação: Marisa Feffermann (ISS-SP-BR) e Lila Luz (NUPEC/UFPI-BR)

Apresentação Artística

Local: Auditório do IFPI – Campus Central

09/12/2022 - Sexta feira

MANHÃ

9h às 12h – Grupos de trabalho

GT 1 - Criminalização das juventudes e as políticas de drogas

GT 2 - Racismo Estrutural

GT 3 - Meios de comunicação e a criminalização das juventudes
 GT 4 - Juvenicídio contra as juventudes LGBTQIA+
 GT 5 - Encarceramento em massa

TARDE

14h às 18:00 h – Faces do juvenicídio no Brasil

Palestrantes: Marisa Feffermann (ISS-SP-BR) e Giovane Jacó (UECE-BR)

Coordenação: Lila Luz (NUPEC/UFPI-BR)

18:30 - 20:00

Mesa: Cine debate “Poucos que sobrevivem”- (NUPEC/PI)

POUCOS QUE SOBREVIVEM: TEASER. [S. l.:s. n.], 2020. 1 vídeo (25 min).

Publicado pelo NUPEC. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uUIQIBJZV8I>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Debatedora/es: Marisa Feffermann (ISS-SP)

10/12/2022 – Sábado

MANHÃ

9h:30 às 11h:30 – Mesa redonda: As resistências frente ao juvenicídio: encarceramento em massa, criminalização das juventudes e as políticas de drogas, racismo Estrutural e meios de comunicação e criminalização das juventudes

Expositores: Marta Queiroz (PPGCOM-UFPI-BR), Kaire Vinicius (Coisa de Negro), Francisco Oliveira (NUPEC) e Sávio Tabajara (representante indígena)

11h:30 - Exibição do documentário: “Felicidade no olhar Transbordou” (NUPEC/PI)

12h às 13h

Debatedores: Professor Alfredo Nateras. (UAM), Professora Alexandra Agudelo (UNAULA-COL)

Coordenação: Angeline Feitosa (NUPEC/PPGS)

Local: Auditório do IFPI – Campus Central

TARDE

14h30 às 18h – Dimensões do juvenicídio no Piauí

Palestrantes: Carlito Lins (UESPI-PHA) e Marcondes Brito (IFPI-SR/NUPEC)

Exibição do documentário: “História dos Tiros” (NUPEC/PI)

Debatedores: Professor Alfredo Nateras. (UAM), Professora Alexandra Agudelo (UNAULA)

Local: Auditório do IFPI – Campus Central

Encerramento: Auditório do IFPI – Campus Central

Bibliografia

CALDEIRA, Teresa P. do R.. (2020). Cidade de Muros. Crime, Segregação e cidadania em São Paulo. Edição 34, Edusp, 2003.

Fórum Brasileiro de Segurança pública; <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/08/atlas-violencia-2021-infografico-v4.pdf>.

VENEZUELA, José Manuel. (2015). José Manuel Valenzuela. (Org.). Juvenicídio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España. Ed. Barcelona/Guadalajara: NED Ediciones/ITESO, 2015, p. 197-213.



GT 1 A- Criminalização das juventudes e as políticas de drogas

Coordenação: Marcondes Brito da Costa

GT 1 B - Criminalização das juventudes e as políticas de drogas

Coordenação: Douger Sousa Campelo (IFPI-PPGS/UFPI)
e Gil Jacó (UECE)

Cartografias do narcotráfico: uma análise comparativa entre os estados do Piauí e do Ceará.

Marcondes Brito da Costa¹

Resumo

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise sobre as dinâmicas instituídas pelo tráfico de drogas nos estados do Piauí e do Ceará. Apresento alguns apontamentos advindo de minha pesquisa doutoral. Durante quatro anos, percorri instituições policiais e judiciais, realizando observações participantes nos dois estados (Piauí e Ceará) e no México. Entrevistei policiais militares e civis, delegados civis e federais, promotores de justiça, defensores públicos e juízes, buscando entender como as facções se organizavam e como se organizam, que ações têm feito os estados para fazer frente às dinâmicas criminais. No México, busquei compreender os cartéis, foquei meu trabalho na fronteira norte, estado de Chihuahua, cidade de Juarez, para tentar compreender o que buscam se tornar as facções criminais em seu desenvolvimento, ou seja, os cartéis. Entrevistei também jovens em situação de facções, ou faccionados, nos dois estados, bem como lideranças comunitárias e pessoas que têm, de forma direta ou indireta, com jovens faccionados nos estados e com sicários no México, alguma relação. Pude perceber que as facções criminais, por sua capilaridade dentro e fora dos espaços prisionais, conseguem se organizar e se integrar com mais agilidade do que as forças institucionais, o que acaba ocasionando sua expansão Brasil adentro e Brasil a fora. Esses grupos tanto dentro do Brasil, como fora dele se nutrem das políticas protecionistas e seus equívocos. Pude perceber, também, que a ausência de políticas culturais, de geração de renda e sociais, e a expansão de políticas penais e policiais têm oferecido subsídios para a expansão das facções no nordeste e no Brasil, pois não possibilita a inserção de parte da população no mercado formal, e as políticas prisionais incham o sistema, pois não oferecem um tratamento dignificante, ofertando mão de obra de crescimento desses grupos criminais dentro e fora do sistema prisional.

Palavras-chave: Tráfico de drogas – Brasil; Narcotráfico- Cartéis; facções Criminais ; segurança pública

¹Doutor em Sociologia -UECE, Professor do Instituto federal do Piauí, Pesquisador do Nupec- Núcleo de estudos sobre Crianças Jovens e Adolescentes da Universidade Federal do Piauí, e do Covio - laboratório de Estudos sobre Violência e conflituosidade da Universidade estadual do Piauí. Pesquisa juventudes, violências, grupos criminais, dinâmicas criminais e Segurança Pública.

O PROIBICIONISMO E A CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Wesley de Carvalho Viana²

A juventude brasileira, assim como toda população é possuidora de direitos fundamentais e sociais encartados na Constituição Federal, mas, além disso, existe uma proteção especial em face deste grupo etário que compreende tanto tratados internacionais como lei extraordinária nacional, a saber, lei federal nº 12.852/13 (Estatuto da Juventude). Esta proteção específica se dá em face deste grupo social ser considerado uma população vulnerável tanto do ponto de vista econômico/social como também por representarem parcela significativa da sociedade brasileira ativa. De outra banda, atualmente o Brasil possui a terceira maior população carcerário do mundo, antecedendo os Estados Unidos e a China. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022)¹ aponta que em 2020 - 2021 o Brasil possuía uma população prisional de 815.165 pessoas privadas de liberdade, sendo que 46,3% destes presos possuem faixa etária entre 18 a 29 anos de idade, ou seja, quase a metade é composta por pessoas jovens. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2019 – INFOPEN, fora constatado que maior parcela dos encarcerados estão privados de liberdade (condenados e provisórios) por conta da Lei de Drogas (11.343/06), em específico, o crime de tráfico de entorpecentes, ficando atrás somente do crime de roubo qualificado. Com estas estatísticas conclui-se que a juventude brasileira é o principal alvo no que tange ao controle social dispensado pelas agências de persecução penal, sendo o crime de tráfico de drogas o aporte que legitima esta atuação.

Nesse sentido, faz-se necessário um debate lúcido e coerente sobre a política proibicionista das drogas, tendo em vista que a persecução penal é seletiva e direcionada à juventude brasileira, para assim se construir políticas públicas eficazes. A criminalização desenfreada deste grupo social, além de encarcerar, sepulta os direitos fundamentais e sociais deste grupo societário tão significativo.

²Advogadoantiproibicionista

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUICÍDIO: um estudo sobre as tentativas de
suicídio entre os estudantes do ensino médio integral dos Institutos Federais do
Piauí- IFPI's, do Teresina central, entre os anos de 2019 a 2022**

Douger Sousa Campelo³

Evannoel de Barros Lima⁴

Resumo

A presente investigação norteou-se pelo seguinte problema de pesquisa: Como os estudantes do ensino médio integral dos Institutos Federais do Piauí- IFPI's, do Teresina central, compreendem suas ideias e tentativas suicidas, entre os anos de 2019 a 2022? Elaborou-se as seguintes perguntas como questão norteadora de trabalho: Qual a relação dessas ideias destes discentes do ensino médio dos institutos federais com o ambiente escolar? Como a instituição lida com os discentes que possuem ideias suicidógenas? A pesquisa tem como objetivo compreender como os jovens estudantes da instituição escolar dos Institutos Federais do Piauí, nos campos de Teresina Central, referente ao período de 2019 a 2022 entendem suas ideias e tentativas de suicídios. Portanto, os objetivos específicos são: apontar a relação dessas ideias destes discentes do ensino médio dos institutos federais com o ambiente escolar, identificar como a instituição lida com os discentes que possuem ideias suicidógenas. Neste estudo lança-se luz para o fenômeno entre alunos do Ensino Médio Integrado na faixa etária entre quinze e dezoito anos. As categorias teóricas trabalhadas nesse texto são: violência simbólica, Suicídio, Juventudes. A pesquisa é, predominantemente, qualitativa, com a utilização de instrumentos, tais como: diário de campo e entrevista com tópicos-guias ou não diretivas. Os resultados preliminares apontaram para um contexto de descompasso entre a instituição IFPI's a condição juvenil dos estudantes, na medida em que os estudantes não se sentem reconhecidos como jovens pela instituição.

Palavras-chave: Violência Simbólica. Suicídio. Condição Juvenil. Modernidade. Sólida e Líquida.

Introdução

O tema da presente pesquisa é: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUICÍDIO: um estudo sobre as tentativas de suicídio entre os estudantes do ensino médio integral dos Institutos Federais do Piauí- IFPI's, do campus Teresina Central- PI, entre os anos de

³Professor no Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: douger.campelo@ifpi.edu.br.

⁴Professor na SEDUC/MA. Endereço eletrônico: Evannoel3@hotmail.com.

2019 a 2022. O pressuposto do trabalho é que as ideações suicidas dos estudantes do campus de Teresina Central Instituto Federal do Piauí possuem uma relação de descompasso entre a escola e os discentes.

As categorias centrais do presente trabalho são violência simbólica (Bourdieu e Passeron, 2011), condição juvenil contemporânea (Dayrell, 2007), e suicídio. A primeira é compreendida como poder que impõe significações como legítimas e assim dissimula as relações de forças que estão na sua base (Bourdieu e Passeron, 2011), a segunda é conceituada como contexto histórico geracional referente ao modo como a sociedade constrói e atribui os significados ao momento da vida, aqui retratada como a transição entre a infância e a fase adulta (Dayrell, 2007), a terceira é o desejo consciente de tirar a própria vida e o entendimento de que a ação realizada pode resultar na morte. Além disso, também fazem parte do que é habitualmente chamado de comportamento suicida: os pensamentos, a ideação, os planos a tentativa e o suicídio consumado. Essa é, atualmente, a definição apresentada pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP; 2014). Porém, o suicídio será abordado sob o olhar sociológico.

O descompasso mencionado acima se expressa, principalmente, em um conflito entre a identidade de aluno e a identidade juvenil. A primeira peticionada pela instituição escolar, ancorada em aspectos cartesianos, racionais, coerentes, organizados, e a segunda se apresenta como múltipla, ora apontada pela transitoriedade das vidas e seus auspícios, líquida, ora intercalada pelo campo racional. A problemática da pesquisa centra-se na seguinte questão: Como os estudantes do ensino médio integral dos Institutos Federais do Piauí- IFPI's, do Teresina central, compreendem suas ideações e tentativas suicidas, entre os anos de 2019 e 2022?

O presente trabalho considerou o suicídio como um dos possíveis produtos de uma tensão entre a condição juvenil e a violência simbólica perpetrada pela escola. Dayrell (2007), refere-se à uma tensão existente na escola entre a identidade do aluno e a condição juvenil. A primeira é, frequentemente, declarada na escola para contrariar e negar a segunda. Pierre Bourdieu (2011) nos faz perceber este desacordo entre a escola e a condição juvenil como fruto de uma violência simbólica praticada pela ação pedagógica escolar. A pesquisa tem como objetivo compreender como os jovens entendem suas ideações e tentativas de suicídios na instituição escolar dos institutos Federais do Piauí de Teresina Central, no período de 2019 a 2022. Intentamos os objetivos específicos: apontar a relação dessas ideações destes discentes do ensino

médio dos institutos federais com o ambiente escolar, identificar como a como a instituição lida com os discentes que possuem ideações suicidógenas.

A pesquisa é, predominantemente, qualitativa, pois pretendeu-se compreender como pensam os jovens sobre o suicídio. O sujeito da pesquisa, denominado aqui Neo, foi aluno do Ensino Médio Integrado na faixa etária entre quinze e dezoito anos no campus Teresina Central. A faixa etária do aluno foi escolhida porque representa os jovens atendidos pelo IFPIS no ensino médio e porque o número de suicídios é maior entre jovens nessa faixa-etária segundo a OMS. Os lócus da pesquisa foi o campus de Teresina Central por possuir os maiores números de tentativas de suicídio. Foi utilizado como instrumento de construção de dados, entrevistas com tópicos-guias ou não diretivas, porque compreendemos que por meio delas, pode-se produzir informações do sujeito a partir de seus discursos livres. O entrevistador mantém-se em escuta, atento, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente (Severino, 2007, p.125). É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão junto aos jovens, sujeitos dessa pesquisa que compõem os Institutos Federais do Piauí.

Goldemberg (2000) apresenta vantagens sobre o uso da entrevista, pois ela é o instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções; permite uma maior profundidade e pode-se observar o entrevistado, como diz a autora, verificando as possíveis contradições. Por fim, os resultados preliminares da pesquisa demonstraram o contexto de descompasso entre a instituição IFPI's a condição juvenil dos estudantes, na medida em que os estudantes não se sentem reconhecidos como jovens pela instituição.

O descompasso emergente entre escola e a condição juvenil. aluno- jovem, jovem-aluno.

Baseando-se nas reflexões de Bauman (2001) e Bourdieu (2011), o presente trabalho tem como pressuposto de pesquisa que há um descompasso entre a condição juvenil do aluno e a instituição escolar. A primeira encontra-se em plena modernidade líquida e a segunda, ainda, na modernidade sólida. Bauman (2001) irá se referir a dois momentos da modernidade: sólida e líquida. A modernidade inaugurada no século XXI é diferente da modernidade do século XX. A modernidade no século XX era mais

“pesada”, “sólida” “condensada” e “sistêmica”, tratava-se de uma modernidade impregnada de totalitarismo, inimiga da contingência, da variedade, da ambiguidade, da instabilidade e esperava-se que a esfera pública invadisse a vida individual. No século XXI, surgiu uma modernidade mais leve, líquida, fluida, difusa, capilar e em forma de rede, onde o privado coloniza constantemente a esfera pública, esvaziando-a de sentido.

A autoconsciência metafórica da sociedade moderna pesada concebia-se como uma fábrica fordista. A modernidade pesada era obcecada por volume, tamanho e fronteiras. A fábrica fordista com a separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação, foi a maior realização da modernidade pesada. A modernidade sólida fora bem caracterizada por Max Weber(2004), concebida como um cárcere de ferro. Foucault (2009), também, quando caracteriza o poder disciplinar não deixa de analisar a modernidade sólida. Não por coincidência Bourdieu (2011) insiste na violência simbólica praticada na escola pública como veremos a seguir, pois a escola pública analisada pelo sociólogo foi gestada na modernidade sólida. O descompasso entre escola como instituição fordista e o aluno inserido numa consciência da modernidade líquida é expresso pelas insatisfações do sujeito da pesquisa chamado Neo, estudante do Instituto Federal do Piauí, Campus, Teresina Central. Ele se expressa do seguinte modo, acerca de como compreende sua tentativa de suicídio em relação com a escola:

Sinto muito que a escola não passa essa visão para a gente, essa visão de mercado eu vejo isso em matérias do meu curso, que fala exatamente sobre a direção das empresas, a elaboração de coisas da empresa, mas que não abordam como a gente vai fazer nas empresas. É de um método completamente diferente do que vai ocorrer realmente na vida real. Que era que a gente devia estar sendo orientado, mas não é. É uma vertente, uma diferente do que vai ser no futuro se a gente quer continuar com aquela profissão, com aquele curso progredir, a gente vai ter que aprender praticamente tudo de novo, da forma como é, pra ser de verdade, porque a forma que a gente foi ensinado não foi o que o mercado de trabalho oferece para gente.

O sujeito da pesquisa mostra suas insatisfações na medida em que a escola não consegue orientar de forma adequada para o mundo do trabalho e para o progresso da profissão. Isso é causa de sofrimento emocional apontado pelo sujeito na medida em que na prática profissional, o aluno não se sente preparado para o mercado de trabalho. A escola parece não conseguir instruir para o mundo laboral. Como se houvesse duas realidades: a instrução teórica nos Institutos Federais e o mundo do trabalho real.

Evidencia-se uma miopia dos Institutos Federais frente às necessidades da condição juvenil brasileira que necessita de trabalho para ter acesso a cidadania plena.

Sobre a relação da condição juvenil e a escola, Dayrell (2007), refere-se à uma tensão. Existem tensões na escola entre a identidade do aluno e a condição juvenil. A primeira é frequentemente declarada na escola para contrariar e negar a segunda. No geral, a escola classifica os jovens em termos de cognição (inteligente ou ruim) e comportamental (bom ou mau aluno). No entanto, seu status de jovem é negado. Para isso, os alunos criam espaços intercalados dentro das escolas onde praticam a condição juvenil.

A análise de Dayrell (2007) aponta que a escola ainda mantém uma atitude de intolerância às manifestações juvenis. A escola ainda não reconhece a importância da identidade juvenil na formação do ser humano e resiste a criar espaços que permitam a expressão dessa identidade. Nessa perspectiva, a escola acaba por limitar o desenvolvimento espiritual, emocional e intelectual dos jovens, impedindo-os de se desenvolver de forma plena. Nesse sentido, Neo se expressa mais uma vez:

Eu acho que de uma certa forma, eu não sei por que, já que a gente está no século 21, onde a gente tem tudo, que a gente planeja ter, a gente queira saber, a gente sabe. Mas eu não consigo entender o fato deles não terem a mente aberta e não entenderem algumas situações vividas pelos jovens. Eu sei que é muito complicado, é muito corrido, é uma vida agitada, são sentimentos e tantas outras coisas que acontecem físicas e tudo mais. Essa mistura que acontece no nosso corpo, nesse período.

A resposta reflete uma percepção de que, apesar de estarmos numa era de abundância de informação, os agentes educacionais, muitas vezes não conseguem compreender o que os jovens estão passando em suas vidas. Existem muitos fatores que influenciam a forma como os jovens experimentam os diversos aspectos da vida: sentimentos, pressão social e pressão acadêmica, entre outros. A complexidade desses fatores torna difícil para os agentes educacionais entenderem o que os jovens estão passando, mesmo que eles tentem se manter atualizados. Os termos “mistura de sentimentos”, “vida agitada” utilizados por Neo revela bem os conceitos de identidades líquidas e múltiplas dos quais os jovens contemporâneos estão vivenciando. Nesse sentido, é necessário um olhar sociológico sobre juventudes e grupos juvenis na Escola.

Os grupos juvenis são construídos na dimensão da sociabilidade e na relação tempo e espaço. A primeira, no caso dos jovens atuais, se define como movimento

constante de aproximações e afastamentos entre diferentes grupos, preferencialmente de pares e é fundamental para a construção da identidade. As sociabilidades definem gradações de companheirismos e demarcação entre um “eu” e um “nós”. A dimensão do tempo e espaço é de agudíssima importância. Os espaços podem ser ressignificados e serem vividos como lugares de afetividades. A dimensão do tempo é vivida através de uma postura baseada na experimentação e no desejo de vivenciar o momento presente (Dayrell, 2007),

Dayrell (2007) afirma que os jovens da escola pública Brasileira, no geral, estão implicados numa condição juvenil de pobreza e deste modo necessitam trabalhar para ter acesso mínimo às condições de lazer e consumo. Assim, a afirmação de Dayrell (2007) é correta, pois os jovens brasileiros que frequentam a escola pública estão sujeitos às condições de pobreza e à falta de oportunidades para conseguir acesso aos bens de consumo. Esta condição dificulta a sua inclusão social e impede que eles possam desfrutar ao máximo da sua adolescência, pois precisam trabalhar para suprir as suas necessidades básicas.

O pesquisador vê a escola como um espaço sociocultural organizado em duas dimensões: institucional e cotidiana. A primeira é formada por um conjunto de regras e normas que visam unificar as ações dos indivíduos, e a segunda é uma complexa teia de relações sociais entre os atores que constroem a comunidade escolar. Os grupos juvenis estão incluídos na segunda dimensão, onde ocorrem alianças, conflitos, apropriações, reconstruções e repulsões.

Pierre Bourdieu (2011) nos faz perceber um desacordo entre a escola e a condição juvenil como fruto de uma violência simbólica praticada pela ação pedagógica⁵ escolar. Como bem expresso por Neo: *“Mas eu não consigo entender o fato deles não terem a mente aberta e não entenderem algumas situações vividas pelos jovens”* a incompreensão escolar da condição juvenil produz violência simbólica e é sentida pelos jovens inseridos no espaço escolar. Conceituada como poder que impõe significações como legítimas e assim dissimula as relações de forças que estão na sua base (Bourdieu e Passeron, 2011), a violência simbólica possui muitas facetas. A negligência, não compreensão, invisibilidades, também são violências simbólicas. Nem

⁵A ação pedagógica (AP) é o exercício de imposição de modos de pensar, agir e sentir da cultura de um grupo ou classe determinados. Toda AP implica uma relação de poder legitimada e dissimulada entre um emissor pedagógico e receptor pedagógico. O autor classificava vários tipos de AP, da família, da igreja, da escola, porém o interesse primordial do autor e o nosso é pela AP escolar (Bourdieu e Passeron, 2011).

todos os alunos se adaptam a essa violência cotidiana em decorrência da ação pedagógica e, portanto, ocorrem todos os tipos de evasão, como desistência total ou desinteresse pelo conteúdo ali ensinado. A tensão entre a identidade estudantil e o status de juventude revela uma luta de diferentes forças de grupos culturais na escola. Para o presente trabalho, o suicídio foi considerado como um dos possíveis produtos dessa tensão entre identidades juvenis e a violência simbólica perpetrada pela escola. Suicídio é conceituado como o desejo consciente de tirar a própria vida e o entendimento de que a ação realizada pode resultar na morte. Não excluimos de nossas análises o chamado comportamento suicida: os pensamentos, a ideação, os planos a tentativa e o suicídio consumado⁶. Sobre ideações suicidógenas, Neo narra seus dilemas emocionais e suas relações com o Instituto Federais e familiares do seguinte modo:

Bem no começo, eu meio que cheguei, sabe já sentindo toda aquelas coisas, quando eu cheguei, eu não tive muito apoio da escola porque eu já tinha começado a tratar com remédios e tudo mais e assim que eu ingressei novamente presencialmente na escola eu tentei procurar psicólogo, eu tentei procurar a coordenação, a minha mãe também veio falar. A gente veio falar aquele momento ali, tudo bem, a gente foi pelo menos escutado, no sentido de ter alguém ali ouvindo, não que foi entendido. Mas a gente foi escutado. Entenderam. E as faltas recorrentes que eu tive por alguma crise, algum período que eu não estava bem e que tive que ir ao hospital onde faço tratamento e ganhei atestado, entreguei. Não sei, esses professores receberam, não sei se todos estão cientes da situação e até já a minha família, alguns da minha família já disseram para eu falar com os professores em relação à situação, mas eu não quero usar a minha situação como forma de me vitimizar ou de esclarecer faltas e tudo mais. Eu sei que é algo que me impede às vezes de estar presente aqui, mas eu sinto que às vezes os professores não entendem completamente a situação de alguns jovens. Eu acho que a escola não teve nenhuma participação positiva nisso, eu acho que tudo foi muito descontrolado. Eu não era visto, não tinha o entendimento dos meus pais em relação a isso. Eles não sabiam como eu também não sabia. Eu não sabia dizer o que era, porque e como. Não sabia identificar, então eu não tive o apoio de ninguém. Era só eu tentando lidar com aquilo tudo que eu nem sabia o que era.

Essa narrativa do sujeito arremata a linha argumentativa do presente trabalho. O aluno não conseguia ter apoio e compreensão dos agentes educacionais dentro dos Institutos Federais do Piauí. Na tentativa de ser compreendido, ele relata que era escutado, mas não ouvido em sua particularidade. A desatenção da instituição para com os alunos com tendências suicidógenas é grave e revela, como já mencionado, uma das facetas sutis da violência simbólica (Bourdieu e Passeron, 2011). A invisibilidade de tal

⁶Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP. **Suicídio:** informando para prevenir. Brasília: CFM/ABP; 2014.

violência, no caso do aluno sujeito da pesquisa, é realizada através de uma justificativa institucional. A pesquisa empírica, através do diário de campo, revelou o seguinte discurso por parte do corpo de psicólogos da Instituição: o objetivo do aluno é frequentar as aulas e estudar e os psicólogos da instituição não podem impedir a sua frequência e seus estudos para tratamento exclusivo. O departamento médico tem a obrigação de diagnosticar o dilema existencial e encaminhar o estudante para os órgãos de saúde competentes, mas não tem a competência de realizar uma intervenção terapêutica.

O discurso institucional não consegue compreender o jovem estudante para além da identidade cartesiana aluno. Ela invisibiliza os dilemas existenciais mais variados advindos da condição juvenil na modernidade líquida (Bauman, 2001) brasileira. O próprio Neo sofre com a subjetivação da identidade aluno na medida em que se recusa falar com os professores acerca de seus dilemas. Inadvertidamente, o jovem estudante sujeita-se à regra clássica da violência simbólica nas escolas públicas, ou seja, o tratamento de alunos com diferentes capitais culturais como iguais independente da origem social e outras diferenças sócio culturais. Bourdieu denuncia essa defesa orgulhosa da escola republicana, como o ponto crucial de reprodução da violência simbólica. Ao tratar os diferentes como iguais na condição de aluno, a escola pública acaba por institucionalizar e reproduzir violências simbólicas das mais variadas formas. Neo narra que não deseja se “vitimizar”. Expõe, desse modo, na sua narrativa, o sofrimento de não ser ouvido por ser tratado como igual aos outros alunos, destarte, sua singularidade multidimensional de condição juvenil é desconsiderada e revela crença ingênua de que o seu sucesso ou fracasso escolar e profissional dependem, apenas, de seus esforços individuais. Nessa perspectiva, a escola não o ajuda compreender em seus dilemas existenciais e assim contribui para a produção de ideias suicidas.

Conclusão.

O pressuposto de trabalho de que há um descompasso entre a condição juvenil do aluno e a instituição escolar foi demonstrado pelos resultados preliminares da pesquisa de campo. Foi evidenciado uma espécie de miopia dos institutos Federais frente às necessidades da condição juvenil do estudante. Como explicitou Dayrell (2007), há uma tensão na escola entre a identidade do aluno e a condição juvenil. A segunda, em plena modernidade líquida (Bauman, 2001), no geral, é eclipsada em relação à primeira. Essa invisibilização das identidades juvenis é produto de uma

violência simbólica, (Bourdieu e Passeron, 2011), praticada na escola pública. O suicídio ou tentativa de suicídios são um dos resultados dessa violência sutil, invisível, naturalizada e multifacetada. A invisibilização citada acima revela uma tática discursiva particular da violência simbólica, pois os agentes escolares, ao compreender o jovem apenas na condição de aluno, dão pouca atenção ao turbilhão de dilemas advindos da condição juvenil. Nosso sujeito da pesquisa, Neo, expressa a frustração, ansiedade e desesperança com relação às normas e valores impostos pelo colégio. Ele não se sentiu atendido em suas necessidades à medida em que não foi ouvido e compreendido em sua particularidade de jovem estudante.

Neo compreende suas ideias suicidógenas e tentativas de suicídio como uma zona conturbada em que não consegue discernir ou explicar o que estava ocorrendo em seu psiquismo. Ele esperava que a instituição escolar, principalmente, na figura dos professores e departamento médico o ajudassem a compreender aquelas angústias relatadas. Porém, sua busca de autocompreensão não foi atendida como esperado. Isso se deve, como foi revelado em diário de campo, a uma visão da escola frente aos dilemas existenciais dos jovens: reduzidos a identidades de alunos, os jovens estudantes não são acompanhados em seus dilemas existenciais. A instituição não se vê obrigada a acompanhá-los de modo exclusivo. O departamento médico afirma que tem a competência de diagnosticar os dilemas existenciais e encaminhá-los para os órgãos externos à escola, mas não tem a competência de realizar uma intervenção terapêutica.

A investigação ainda está em curso, pois houve pesquisa empírica em outro campus dos Institutos Federais do Piauí. Através de diários de Campo e Entrevista semiestruturadas, analisamos o discurso de mais sete alunos, quatro professores e quatro psicólogos da instituição para melhor evidenciar nossas pretensões de pesquisa. Até o momento constatamos que as incipientes ações dos agentes educacionais do departamento médico se restringem a palestras de conscientização na época do Setembro Amarelo e encaminhamento para órgãos de saúde externos. No geral, os discursos dos psicólogos possuem um tom reducionista restrito ao modelo biomédico. O suicídio é abordado do ponto de vista biologizante resultado de sintomas orgânicos de ansiedade e depressão. Podemos avaliar que é mais uma faceta da violência simbólica, pois além de eclipsar as identidades juvenis dos alunos, classifica-se os estudantes na esfera discursiva do normal e do patológico. Por outro lado, os professores abordados foram docentes de sociologia. Pela formação acadêmica, são profissionais que

conseguem compreender a importância da problemática, mas reconhecem suas limitações e suas ações são restritas a abordar o tema em sala de aula, identificar alunos com essas ideias e encaminhá-los para o departamento médico da instituição. Tais ações dos agentes educacionais revelam uma incompreensão do problema e reforçam a tática da violência simbólica. Evidenciou-se ações cíclicas em que o estudante é incompreendido e encaminhado para vários setores médicos dentro e fora da escola. O jovem estudante é classificado como aluno (inteligente ou deficiente) e, depois como doente ou saudável, mas, dificilmente, abordado como um sujeito atravessado por várias condições sociais e culturais. Em outras palavras, não é compreendido em sua condição juvenil contemporânea.

Por fim, é necessário que se desenvolvam políticas públicas eficazes, que visem à prevenção do suicídio. Isso implica, primeiro no entendimento da dimensão sociológica do fenômeno, em seguida, refletir sobre o real papel da escola frente ao atendimento dos alunos com ideias suicidas. A escola é um dos espaços mais importantes da vida dos estudantes, pois é local onde passam a maior parte do seu tempo, por isso, é necessária implementação de políticas públicas que incluam atendimento terapêutico nas escolas para a prevenção eficaz contra o suicídio e capacitações constantes voltados aos agentes educacionais.

REFERÊNCIAS.

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar na pós-modernidade**. 1998 Rio de Janeiro. Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 2001. Rio de Janeiro. Zahar.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- DAYRELL, Juarez. *Educ. Soc, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007 1105*. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 25 de maio de 2022.
- _____. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, J. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 136-161.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: UnB, 2004.

Juventude, alternativa e trabalho

Raphael Gerardo Moraes de Oliveira⁷

Resumo

O trabalho é algo inerente ao homem enquanto animal político, social e cultural. A categoria trabalho, que não fora profundamente analisada por Aristóteles (1998), passa de uma construção subjetiva para ser concretizado de forma objetiva, sendo incorporado no inconsciente coletivo através da cultura, como forma de padrão comportamental, tipo ideal de ação social transformadora do universo. Este artigo resulta de uma revisão de literatura que tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca das categorias trabalho e juventude, com ênfase no que se tornou trabalho para o jovem, por isso não aprofundaremos a categoria juventude alternativa que será tema de outro artigo específico. Partindo de uma relação entre a estrutura da linguagem até o desmembramento da interação verbal nas relações sociais das quais trabalho e juventude são construídos em suas *práxis*. Para tanto, utilizaremos como subsídios teóricos para abordar a linguagem: Saussure (2006), Bourdieu (1989) e Bakhtin (1979); já a categoria trabalho será analisada sob a óptica de Marx (1985), Durkheim (1999) e Weber (2009); sobre juventude alternativa usaremos um recorte nos estudos sobre Ortega y Gasset, (1923), Mannheim (1928), Maffesoli (2007), Scherer-Warren (1984) e Comaroff e Comaroff (2010); por fim, visualizaremos a metamorfose das relações sociais do trabalho na supermodernidade de Augé (2003) e a contribuição do advento da pandemia da COVID-19 para a aceleração das mudanças na nova estrutura econômica do trabalho na qual a juventude está inserido, enquanto principal fatia produtiva do mercado de trabalho capitalista sendo profundamente afetada, face ao novo espírito do capitalismo proposto por Boltanski e Chiapello (2009).

Palavras-Chave: Trabalho. Jovem. Estrutura. Interação.

Introdução

O trabalho, bem como outras “coisas”, é também algo inerente ao homem enquanto animal político, social e cultural, como diria Aristóteles (1998). Nessa lógica racional, a categoria trabalho, que antes não fora profundamente analisada por Aristóteles (1998), assim como a categoria juventude alternativa passam de uma construção subjetiva para ser concretizada de forma objetiva em suas *práxis* no processo da interação verbal e ação racional laboral humana. Nesse processo, os termos “trabalho” e “juventude” deixam de ser uma mera categoria de relação social para ser incorporado, através da cultura, no inconsciente coletivo, como forma de padrão

⁷Bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFPI) e mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS (UFPI).

comportamental, tipo ideal de ação social transformadora do universo no desempenho do papel social:

As sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. (RUA, 2000, p. 1).

A juventude, enquanto categoria do universo social, carrega muito forte e presente em suas diversas gerações seus respectivos marcadores identitários. Os marcadores identitários são os conjuntos de símbolos responsáveis por uma materialização da subjetividade na estrutura social constituída da cultura, enquanto formas de subjetividade humana e tipo ideal de ação social dos sujeitos.

Entre 1923 até os anos de 1960, foi sustentado um consenso em torno das teorias sobre juventude e geração e os principais teóricos: Ortega y Gasset, (1923), Mannheim (1928). A questão do problema geracional ou conflito geracional desde os anos de 1960, com uma explosão de protestos em todo o mundo onde a juventude é tida como vanguarda dos movimentos de luta por transformações sociais, entra no foco das pesquisas sobre juventude e geração.

No presente artigo, buscaremos trazer uma breve reflexão sobre a construção das categorias trabalho e juventude, com ênfase no trabalho e as dimensões de suas transformações para a juventude, por isso não aprofundaremos a categoria juventude alternativa que será tema de outro artigo específico.

Partiremos da perspectiva do conceito categórico de trabalho e juventude na estrutura da linguagem de Saussure (2006), dessa forma, antes mesmo de ser compreendida como processo, as categorias trabalho e juventude são representações sociais da estrutura cultural inconsciente e coletivizada na ação social por meio da interação verbal, proposta por Bakhtin (1979), passando a existirem concretamente ao exercerem suas práxis em seu poder simbólico de organização da sociedade.

A estrutura da linguagem já é estruturada e se transforma em estruturante, como entende Bourdieu (1989), então é no processo de interação verbal sugerido por Bakhtin (1979) através da Zona de Desenvolvimento Proximal por meio do desenvolvimento da criança descrito por Vygotsky (1984), que acontece a transformação da estrutura estruturada em sua forma estruturante, ao transmitir através

da linguagem os símbolos capazes de construir sentido as “coisas” no ensino e aprendizagem da criança, desde o nascimento ao seu desenvolvimento como ser humano.

A “coisa” é uma categoria indefinida dentro da estrutura da linguagem que vai ser construída no desenvolvimento da criança através da interação verbal, ao construir suas próprias categorias mentais se apropriando de símbolos por meio da estrutura que já é estruturada e exerce culturalmente poder coercitivo sobre a criança, no processo de educação que passa pelo ensino e aprendizagem ao longo do seu desenvolvimento.

Mas, a categoria trabalho não é uma simples “coisa” ou apenas uma representação categórica na estrutura cultural da linguagem. A prova prática disso é o fato de que vivemos divididos entre dominantes e dominados segundo a dialética materialista da história. Daí a importância da compreensão da teoria de Bourdieu (1989), como leitor da teoria marxiana, já que corrobora com Marx (1985) e vai adiante ao perceber que, além da divisão da sociedade em classes sociais, no processo social do trabalho encontramos as matrizes desse processo por meio da concepção de capital cultural, em sua relação com a estrutura estruturante que só existe em sua própria condição estruturada, onde a cultura exerce coercitivamente uma força sobre o comportamento padrão na forma de moral na relação dialética estabelecida entre indivíduo *versus* sociedade.

Juventude e movimento alternativo

Por sua vez, as teorias críticas que se desenvolvem ao longo dos anos 1960 tendem a uma posição politicamente mais revolucionária. Mas a característica principal delas é a relação mais contundente que fazem entre a estrutura socioeconômica e a experiência da juventude (Groppo, 2015).

A problematização sobre juventude e o conceito de geração na sociologia aconteceu em três diferentes momentos ou contextos históricos, sendo o primeiro em meados de 1920 com Ortega y Gasset, (1923), e Mannheim (1928) baseados nas ideias clássicas de August Comte e Dilthey e seus escritos do século XIX.

O segundo momento ou contexto histórico das teorias sobre juventude e geração ocorre ainda na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos de 1960, com uma época de protestos liderados pelas mais diversas juventudes do mundo moderno surgindo uma teoria crítica que vai abordar as questões em torno do problema

ou conflito geracional, trazendo novos elementos como subcultura juvenil relacionando e modificando a forma como a sociedade e o estado enxergavam a juventude e os seus movimentos: sociais, de contra cultura e alternativos.

O terceiro momento ou contexto histórico que forma as teorias sociológicas sobre geração e juventude ocorre em meados dos anos de 1990, com o fortalecimento do discurso do novo espírito do capitalismo de Boltanski e Chiapello (2009), e de uma sociedade capitalista mais globalizada, influenciando diretamente na formação de redes de conexão e relações sociais fluidas e super aceleradas como sugere Augé (2005). A sociologia, neste terceiro momento, através do olhar de autores como Maffesoli (2007), e da formação de uma teoria pós-crítica destacando-se que o foco das pesquisas passa a problematizar entre outras questões a sobreposição geracional:

Desde meados dos anos 1960, a teoria das gerações foi posta de lado no pensamento sociológico por ser considerada conservadora e antiquada, sendo substituída pelas teorias neomarxistas que consideraram os jovens como uma “nova classe” (Campany, 1968) e centralizaram na “revolta cultural dos jovens”.(De Miguel, 1972). (Feixa&Leccardi,2010, p.198).

No entanto, desde 1985 o conceito de gerações tem sido “redescoberto” pelas novas gerações de pesquisadores espanhóis, que o estão retomando para reler e repensar as concepções clássicas a partir de Aranguren até OrtegaGasset. (Feixa &Leccardi, 2010, p.198).

Para uma melhor compreensão sobre as características dos movimentos sociais, buscando uma diferenciação entre movimentos sociais e movimentos alternativos, enquadraremos os conceitos de movimentos descritos por Scherer-Warren (1984), que encara as demandas como referências objetivas de cada movimento, tornando-se signos e tendo sua representação simbólica nas políticas públicas de cidadania como tradução de seus significados.

Para um conceito válido de mundo alternativo buscamos o aplicado por Comaroff e Comaroff (2010):

Em suas dimensões hegemônica, qualquer cultura se apresenta, defato, como relativamente coerente, sistêmica, consensual e imbuída de autoridade [...]. Mas há sempre forças compensatórias atuando em paralelo: dialetos divergentes, estilos incongruentes, moralidades e visões de mundo alternativas (p. 37).

Como exemplo de movimento alternativo relacionado ao uso de drogas psicodélicas poderíamos citar os já descritos por Becker (2009) na obra “Outsiders:

Estudo da sociologia do desvio” onde é feita uma descrição densa de jovens trabalhadores músicos usuários de maconha durante os anos de 1960. Também podemos citar como exemplo de movimento alternativo juvenil a mobilização social em torno do fato da prisão de John Sinclair nos Estados Unidos, que foi condenado a pena conhecida como dois por dez, o que rendeu uma música do Beatle Jhon Lennon, chamada “John Sincklair” do álbum “John Lennon And Yoko Ono With The Plastic Ono Band” em 1972.

Ainda sobre movimentos alternativos que buscam as formas não hegemônicas de arranjos sociais, ou seja, comportamentos desviantes do padrão ou tipo ideal de ação comportamental humana, podemos citar a obra de Sedgwick (2007), “Epistemologia do armário”, a qual aborda uma reflexão sobre os conflitos gerados por jovens estadunidenses ao revelarem para a sociedade a força de sua identidade gay em oposição ao padrão hegemônico hétero normativo.

Embora esse artigo seja uma reflexão bibliográfica e geral sobre as categorias juventude e trabalho e não envolva uma pesquisa de campo diretamente, a história de vida como metodologia proposta por Becker (2009) é uma ferramenta de pesquisa muito interessante para encontrar o lugar de fala desses sujeitos jovens trabalhadores a serem pesquisados, contextualizando sua subcultura e linguagem para melhor compreender seus marcadores identitários.

Já que a estrutura, antes mesmo de existir enquanto estrutura, necessita fundamentalmente da sua condição estruturante. O conceito de força de trabalho proposto por Marx (1985), nesse ponto, é enquadrado pela teoria de Bourdieu (1989) – não só em termos da teoria marxiana, acrescentando ainda, o processo de aquisição ou não do chamado capital cultural.

Trabalho produtivo e a lógica racional da coesão pelo trabalho

Marx (1985) ao tentar demonstrar subjetivamente o trabalho como processo de transformação do universo realizado pelo ser humano de acordo com seus interesses e necessidades “racionais”, posto que, nessa perspectiva marxiana toda transformação universal ocorre de maneira racional, onde a sociedade capitalista reconhece esse processo de acordo com a sua produtividade, e, dessa forma o trabalho humano é visto a partir de duas formas como trabalho produtivo e trabalho improdutivo:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1985, p.47).

Diante desta inclinação racional acerca da teoria marxista desenvolvida por Bourdieu (1989), epistemologicamente, poderíamos propor alguns pontos congruentes a serem abordados em relação à teoria de Bakhtin (1979) no processo, ou melhor, na fase do processo de construção identitária na qual está inserida a interação verbal enquanto parte da interação social, e, por assim dizer, da própria sedimentação da estrutura cultural, onde primeiro encontramos a categoria trabalho.

Não é que a estrutura cultural seja algo estático ou paralisado como propunha Curado (2011) sobre a teoria de Saussure (2006). Mas, esta estrutura que, segundo Bourdieu (1989), é estruturada e estruturante, é algo laboralmente infinito a ser construído diante do processo materializador de uma ideia subjetiva e coletivizada da “coisa” que se torna o trabalho na cultura e em sua *práxis* estrutural – diretamente responsável pela condução da moral na forma de conjunto das regras de comportamento padrão coletivo. Desse modo, a categoria trabalho exerce uma força coercitiva sobre a ação social do sujeito em sociedade.

Já a concepção de trabalho em Durkheim (1999), está construída acerca do processo de industrialização e, ao contrário de Marx (1985), não critica o modelo do capitalismo, mas argumenta que a divisão do trabalho é importante e que a mesma consolida a existência da coesão social. Durkheim (1999), acrescenta à categoria do trabalho a função primordial para a existência de uma comunidade, pois através dela se entrelaçam as teias da coesão social e da interdependência, desenvolvendo a ideia de que o trabalho representa o fator harmônico entre os indivíduos.

Numa cidade, podem coexistir diferentes profissões sem se prejudicarem mutuamente, porque elas prosseguem objetivos diferentes. O soldado procura a glória militar, o sacerdote aumento moral, o homem de estado o poder, o industrial a riqueza, o cientista o renome científico; a cada um deles pode assim atingir e seu fim sem impedir os outros de atingirem os seus. Tudo se passa do mesmo modo porque as funções estão menos afastadas umas das outras. (DURKHEIM, 1999)

Para Durkheim (1999), a intensidade das especializações do trabalho em maior ou menor gênero podem construir modelos de solidariedades: mecânica e orgânica. A

solidariedade orgânica dará conteúdo para as suas análises em relação ao modelo capitalista moderno que percebe as tensões criadas em seu âmago como um problema moral. Sendo assim, se a divisão do trabalho não produz coesão social, é devido as relações desses diversos setores da sociedade, não estarem regulamentadas adequadamente pelas instituições sociais, fenômeno gerador da anomia social.

Feito esse recorte epistemológico, já podemos reconhecer que a categoria trabalho não está contido somente no processo de transformação do universo pela ação racional humana. Podemos ir adiante, observando dentro deste campo subjetivo o surgimento de uma metamorfose na modernidade com as novas formas de relações super aceleradas, ou seja, supermodernas, que não consistem apenas em aspectos psicológicos como a solidão, a angústia, o individualismo e, em casos mais graves, a depressão, adquiridos com o aumento da solidariedade orgânica.

Por meio da moderna solidariedade orgânica, cada indivíduo pode ter seus próprios valores sem afastar-se da cultura burguesa que fundamentou o estado capitalista moderno e agora põe em xeque as suas relações e instituições, assim como sua própria estrutura econômica a partir do momento em que também acelera as relações de trabalho, a ponto de substituir parte da força do trabalho humano por máquinas.

A visão de Max Weber (2009), observa esse tema da categoria trabalho com pontos de vista diferentes dos outros autores, propondo uma análise do trabalho no capitalismo no âmbito econômico da moral, ao invés do cultural. Pontuando o *éthos* do capitalismo na sua gênese religiosa apoiado no puritanismo e calvinismo, que reformularam a doutrina cristã na Europa, percebendo em diferentes países qual seria a influência da religião nas economias e mostrando que nos países industrializados havia um número significativo de empresários e jovens trabalhadores qualificados, denominados protestantes.

Dessa maneira, Weber (2009) percebe que há uma relação de valores (puritanos e calvinistas) nas gêneses do capitalismo moderno, apontando assim, uma ligação da esfera religiosa e as transformações na economia e na esfera do trabalho, chamando atenção para o espírito do capitalismo.

Fazendo uma associação entre o trabalho e a salvação espiritual, esta que estava relacionada à poupança, ao esmero, ou melhor, ao sacrifício do trabalho sem ócio

e que prosperar na terra seria o gozo espiritual da benção divina. Weber (2009) buscou na racionalização do trabalho a explicação para o surgimento das relações de trabalho capitalista, em que o trabalho se torna um valor em si mesmo, uma vocação, uma dádiva divina orquestrada por Deus.

Aos olhos da sociedade moderna, veremos como a categoria trabalho se apresenta com seus avanços e retrocessos sobre a juventude trabalhadora, por meio de ideias reformistas relacionadas ao novo espírito do capitalismo no Brasil e no mundo globalizado em redes de conexões universais do capital.

A precarização nas relações de trabalho e seguridade dos trabalhadores do século XXI, no Brasil, ocorreu através de sucessivas reformas na legislação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, deixando o jovem trabalhador sem a obrigação por parte da empresa, vista agora como um projeto onde o trabalhador é um colaborador, da formalização do contrato de trabalho, ou mesmo não pagamento dos salários através da remuneração por horas trabalhadas.

A questão da perda de força ou poder de pressão dos sindicatos enquanto representantes dos trabalhadores também aconteceu através de reformas na legislação, no campo do direito os jovens trabalhadores foram transformados em colaboradores pela flexibilização das regras de compra e venda da força de trabalho, mascarado sob o discurso da inovação no projeto que a empresa e o estado moderno têm se caracterizado pelo avanço do novo espírito do capitalismo.

Desta forma, a possibilidade de o colaborador rescindir seu contrato diretamente com a empresa sem a obrigatoriedade de ser avalizado por um sindicato que represente a categoria, dentre outros motivos, enfraqueceu o poder de mobilização dos sindicatos enquanto representantes das diversas categorias de jovens trabalhadores.

No começo da modernidade, a força de trabalho era utilizada por jovens trabalhadores no chão das fábricas. Hoje, os novos projetos de empreendedorismo transformam o jovem trabalhador em colaborador, descaracterizando-o. Com ao advento da pandemia da COVID 19, este outrora trabalhador, uma vez transformado em colaborador, também foi obrigado a transformar seu lar em um eficiente ambiente de trabalho remoto através do *home office*.

Crítica a modernidade

A transgressão das leis do estado “moderno” se transformou em subproduto da mídia, que é um produto supermoderno, pois a lógica das relações fabris e as práticas comerciais já ultrapassaram o Fordismo ou Taylorismo onde os operários eram vigiados por capatazes. Estamos atravessando um ponto pós Toyotismo em um momento pandêmico onde em todo o mundo globalizado (e globalizante devido a sua propriedade de aglutinar todos os países, inclusive aqueles que reivindicavam o status de socialistas, para o cerne de suas relações neoliberais), os jovens operários transformados em colabores observam a própria produção são observados remotamente por programas de computadores enquanto cantam hinos de louvor a empresa.

A inexistência ou pouca eficácia de uma instituição ou de uma organização representativa da juventude e dos trabalhadores, ou mesmo da juventude trabalhadora, devido as ondas reformistas entre outros fatores, mascara a alienação das relações de trabalho, principalmente no caso dos países ditos em desenvolvimento como o Brasil que vem passando por sequências de ondas reformistas, e, em pouco tempo do regime denominado “democrático” passou por governos de diferentes orientações políticas. Inclusos nesse período também estão dois processos de impeachment, nos quais a juventude, assim como em outros movimentos sociais, teve um papel central na mobilização das diversas camadas das classes sociais brasileiras saindo as ruas com suas caras pintadas e bandeiras das mais diversas cores.

Partindo do ponto histórico da abertura democrática e saída do regime militar, mais precisamente, partindo do ano de 1988 que foi redigida a atual constituição brasileira, até os dias atuais, onde vislumbramos uma CPI que provavelmente irá acarretar uma nova mudança de governo, que fatalmente será pressionado pelo grande capital a continuar as reformas de modo a implementar o novo espírito do capitalismo em todo mundo globalizado.

Todos esses processos históricos locais na atual condição da supermodernidade estão obviamente relacionados com a globalização e o novo espírito do capitalismo, aliados na manutenção do poder hegemônico através de mudanças na superestrutura jurídica do estado via reformas que visam apenas aumentar o controle sobre as formas de dominação da juventude e sua força de trabalho.

A aceleração das relações humanas na modernidade, como sugere Augé (2003), ocorreu dentro do processo de modernização do mundo com a super

abundancia factual (aumento das relações factuais como a guerra ou pandemias, devido à economia de tempo, que antes da modernidade levavam anos ou décadas para dominar um continente hoje demoram dias ou meses), e superabundância temporal (menor quantidade de tempo gasta para realização de tarefas como atravessar o oceano em menos de 24 horas de avião enquanto que essa viagem demorava em média 3 meses de navio a pouco mais de cem anos), além da superabundância espacial (ciberespaço ou internet) que contribuem para as novas relações oriundas desse processo sejam cada vez mais superficiais, e a formação identitária e cultural do sujeito nesses “tipos ideais” de sociedade transformada pelo novo espírito do capitalismo e novos valores capitalistas individualistas no novo projeto de lucro.

Dessa aceleração nas relações sociais modificou-se substancialmente o mundo do trabalho. Ao invés de existirem cem operários trabalhando em série como no Fordismo, existe apenas um colaborador isolado na ilha de produção cercado de máquinas e câmeras que o observam durante todo o seu expediente, que antes era de 8 horas, e, atualmente no trabalho remoto facilmente ultrapassa as 12 horas, mas, produzindo uma mais valia muito superior aos turnos presenciais de 12 ou mais horas do início da modernidade e das fábricas.

Com o advento da pandemia da COVID-19, que acometeu milhões de pessoas em todo o mundo justamente pela facilidade e agilidade das relações globalizadas, em grande parte da categoria trabalho, que já caminhava para o *home office*, as transformações ocorreram drasticamente com o jovem colaborador sem sair de casa, onde antes era seu lazer na frente da TV, de um computador ou smartphone, que são os novos instrumentos "modernos" responsáveis pela dinâmica nas relações e superabundâncias, agora cada vez mais transformados em novas ferramentas de trabalho e acesso à informação pelo trabalho remoto, para cumprir as metas que são lançadas pelo projeto no qual o colaborador está vinculado ao projeto da empresa.

É importante compreender que as mudanças não ocorreram apenas em relação às taxas de lucro médio no mercado, ou no campo do direito por meio das reformas nas legislações trabalhistas, mas, também nas relações sociais da juventude e na dinâmica do trabalho remoto, além de notarmos essas mudanças nas relações culturais do mundo, atualmente a exemplo da pandemia, outrora, pela queda do socialismo e o advento da social democracia.

Em países como Finlândia e Inglaterra onde as taxas de suicídio são demasiadamente elevadas⁸ mesmo com todos os benefícios sociais conquistados na luta contra o governo de fato neoliberal, mas, que cede às exigências dos trabalhadores, pois estes conseguem organizar os sindicatos e controlar um dos principais instrumentos que vão gerar a mais valia, e por consequência o lucro. Esse instrumento é à força de trabalho, que através do movimento social organizado minimiza os impactos da sua exploração pelo novo espírito do capitalismo.

Observe que é muito mais vantajoso investir em cursos de capacitação de funcionários que os demitir nesses países, ao contrário do Brasil que tem um nível de organização sindical como a CUT e a Força Sindical que fazem festas no 1º de maio, enquanto o país passa por crises com a reforma da previdência e a reforma trabalhista que já aumentam o exército de reserva do capitalismo brasileiro.

Perguntemos quais os impactos das ditas reformas neoliberais nas estruturas trabalhistas? E como ficarão estas novas relações de trabalho para a juventude?

Segundo os autores, Boltanski e Chiapello (2009) o tema do trabalho no novo espírito do capitalismo é visto com a preocupação da degradação social de uma grande parcela da sociedade, e, no sentido contrário vê-se a expansão do capitalismo através das reformas trabalhistas no campo do direito, e, nas práxis do colaborador como uma extensão do projeto da empresa.

Especialmente a concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral foi objeto de um enorme trabalho, incessantemente retomado e aprofundado ao longo de toda a história da economia clássica. Essa dissociação entre moral e economia e a incorporação à economia (no bojo desse processo) de uma “moral consequencialista”, baseada no cálculo das utilidades, propiciaram caução moral às atividades econômicas pelo único fato de serem lucrativas. (Boltanski e Chiapello, 2009).

O espírito capitalista com seu discurso ideológico justifica o sacrifício e engajamento empreendedor do jovem colaborador diante do novo projeto capitalista que se tornou a empresa supermoderna, recompensando simbolicamente com benefícios individuais, bônus por produção entre outras políticas adotadas pelas novas empresas.

⁸ Algumas pesquisas que tratam desta temática são as de Matti (1998) e Middleton et al. (2003).

Vemos, então, o segundo espírito do capitalismo⁹, que se dará entre os anos 30 e 60 do século XX e que tem como base as organizações empresariais centralizando na burocracia, aumentando mais os números de sociedades com acionistas anônimos e afastando as empresas do nome das famílias fundadoras.

Observa-se que, nesta segunda fase do espírito, os diretores são alçados a iluminados, sempre trazendo lucros aos seus acionistas e no engrandecimento da empresa sempre na perspectiva de aumento de produção em massa com custos mínimos, produção eficiente e racionalização do tempo de trabalho com aperfeiçoamento das propagandas e do marketing.

Isto, sempre à caça de jovens talentos que possuam graduações e com espírito de crescimento na empresa para “vestir a camisa” e alcançar novos postos de poderes, entretanto começando como supervisores e “valorizando” as devidas qualificações.

Assim, estes jovens, que vestem a camisa do projeto e tentam estas carreiras veem as oportunidades de serem inseridos rapidamente no mundo trabalho e no consumo, tirando sua concepção de organização enquanto classe trabalhadora e sua consciência política dentro do chão da fábrica. Estes serão os colaboradores e futuros dirigentes da nova era que estará por vir.

O terceiro espírito, ainda em formação, tem a essência dos anteriores, mas com apêndice “globalizado” e que põe em prática novas tecnologias. Estas, trazem consigo os desempregos estruturais e conjunturais. Nessa situação, vemos claramente que as novas formas de trabalho e relações mudaram de tal maneira que estes jovens trabalhadores não se enxergam como tal, mas, como colaboradores e microempreendedores, que, através de uma simples banca de mercadorias, veem-se como grandes empresários.

Observamos que estas novas tendências já estão presentes no mundo do trabalho, por meio da: concorrência e da busca do jovem profissional mais qualificado, seja onde for; não garantia do trabalho de uma vida, ou seja, este trabalhador vai passar por vários empregos não tendo garantias se e quando irá conseguir sua aposentadoria; maior grau de instrução, haja vista que as empresas sempre estão em busca de novos talentos e que os mesmos façam sempre reciclagem.

⁹O primeiro espírito do capitalismo foi abordado quando tratamos da racionalização do trabalho e *éthos* do capitalismo em Weber (2009).

Atualmente vemos como a juventude enfrenta uma nova construção na categoria trabalho tendo a globalização como apêndice da precarização e das novas formas de trabalho supermoderno, a exemplo do que parece ser uma nova profissão que é a de *influencer* digital nas redes sociais. Esse universo tem despertado o interesse e atinge diretamente a economia dos países, criando um mundo à parte para atender as novas necessidades dos jovens no capitalismo supermoderno, que agora prega novas tendências e novas profissões.

As sucessivas mudanças nas leis trabalhistas do estado “moderno” por meio do discurso reformista, baseado na ideia central de projeto do novo espírito do capitalismo, transformam a lógica das relações fabris e as práticas comerciais de negociação da força de trabalho através de um contrato que antes tinha a proteção de uma legislação e agora passa a não mais existir, uma vez que, nessa lógica, o trabalhador foi transformado em colaborador que é remunerado pela sua produção e capacidade de alcançar metas no cenário posto pelo novo espírito do capitalismo.

O jovem trabalhador, que no modelo fabril do Fordismo ou mesmo no Taylorismo era vigiado por capatazes, agora no regime tele presencial ou remoto grava a sua própria rotina de trabalho, utilizando a tecnologia como ferramenta para registro efetivo da sua própria jornada de trabalho.

A vigilância no cumprimento do exercício laboral está sendo executada pelo próprio trabalhador, que ao ser visto como colaborador torna-se um elo na estrutura do projeto estruturante da empresa, que, uma vez exercendo esse capital cultural disseminado através do discurso na interação verbal cotidiana dos sujeitos do novo mundo capitalista do trabalho, passa a dominar a força de trabalho estruturada através da alienação do trabalhador ao transformá-lo em um colaborador, que é alienado simbolicamente ao “vestir a camisa” do projeto sem as garantias do contrato e de uma legislação trabalhista na figura do estado, não percebendo o colaborador a sua verdadeira condição, que é a troca de sua força de trabalho por uma remuneração mínima para garantir suas necessidades mais básicas.

Considerações finais

Partimos da estrutura da linguagem para melhor entender a forma como é construído o conceito da categoria trabalho ou a “coisa” que chamamos trabalho. Pois, desde pequena a jovem criança vai à escola com o compromisso e a disciplina de

honrar o seu trabalho conforme é tradicionalmente descrito por seus pais, repetindo um rito e um tipo ideal de comportamento através da educação, construindo os sujeitos sociais que no futuro serão os novos colaboradores do projeto da empresa, na família enquanto primeira instituição social e na escola como instituição tradicional e moralizante da cultura.

Assim como houve a divisão social do trabalho no fenômeno do surgimento do capitalismo e da sociedade moderna, nas transformações da vida social no feudalismo em baixo e alto feudalismo dentro da mesma era, também podemos perceber uma divisão entre o moderno e o supermoderno por conta das transformações socioculturais e econômicas na vida do ser humano, como um animal social, cultural e político, através dos novos projetos reformistas do estado.

Passamos pelo campo do direito, para refletir sobre as profundas mudanças nas legislações trabalhistas, com o novo espírito do capitalismo pelas estruturas socioculturais do trabalho, ao impor ao jovem trabalhador a condição de colaborador de um projeto, no qual a empresa e estado tem se tornado, nesse novo espírito capitalista agora já na condição de supermoderno.

Na nova realidade do mundo capitalista, não se pode dizer que atravessamos completamente a modernidade e nem que estamos numa nova era onde as relações modernas sumiram, mas que se transformaram para a manutenção do sistema e dos “tipos ideais” de sociedades diante do novo espírito do capitalismo, portanto a supermodernidade proposta por Augé (2005) não é ainda uma nova era, mas, um processo de transformação na era moderna.

Todas estas transformações drásticas ocorridas a nível mundial por conta da globalizada pandemia da COVID-19, forçou o sistema capitalista a se reinventar rapidamente para manter a dominação hegemônica da exploração da força de trabalho em sua grandemaioria formada por jovens trabalhadores negros e periféricos oriundas das modernas e grandes cidades.

Esta reinvenção do capitalismo, causada pela pandemia, acelerou o processo de instalação do novo espírito do capitalismo, através do trabalho remoto, ou *home office*. Para continuar a sua produção capitalista, o sistema, mesmo com um exército de trabalhadores morrendo infectados pelo vírus e vítimas do descaso de estados governados por orientações reformistas e fascistas, na ótica do novo espírito do

capitalismo, o jovem trabalhador é coercitivamente transfigurado em um colaborador ou novo empreendedor, no caso dos colaboradores que perderam sua função e colocação no jogo do novo projeto da empresa, sendo obrigados a empreender para continuar dispondo da sua força de trabalho em um mercado capitalista globalizado e agora sem as garantias do direito e das legislações trabalhistas.

A questão da perda da função e do cargo do colaborador no novo projeto da empresa frente a crise no sistema capitalista provocada pela pandemia da COVID-19, faz com que voltemos para a reflexão sobre a questão da produtividade e improdutividade da categoria trabalho.

Portanto, se o trabalho do colaborador não era mais produtivo para o projeto da empresa, esta força de trabalho torna-se produtiva para o novo projeto construído pelo antes colaborador e agora jovem empreendedor mesmo em uma pequena banca de mercadorias. Esse tipo de mudança nas relações do trabalho mascara a real condição do trabalhador de desempregado, sendo levado coercitivamente ao subemprego para manter o fluxo de sua força de trabalho no mercado do novo espírito do capitalismo face aos desafios da pandemia da COVID-19.

A juventude, enquanto principal fatia produtiva do mercado de trabalho capitalista, é profundamente afetada pelas profundas transformações com rápida implementação do novo espírito do capitalismo. Desse modo, a juventude alternativa enquanto movimento social contra hegemônico desde os anos de 1960 já buscava novas formas, novos arranjos para encontrar na arte como: música, artesanato, teatro, literatura vendida em Fanzines (Comunicação alternativa), um trabalho produtivo capaz de suprir suas necessidades básicas de maneira independente.

Embora, não esteja completamente desvinculado da simples relação de troca da força de trabalho por um salário, esses sujeitos jovens alternativos e artistas profissionais ainda estão presos ao mercado capitalista através do produto de seu trabalho, que é a obra de arte agora transformada em mercadoria e de alguma maneira fagocitada pela moderna indústria cultural de Adorno & Horkheimer (2002).

A relação entre juventude alternativa e os seus mais diversos trabalhos enquanto fonte de satisfação de suas necessidades básicas, não fora profundamente abordada nesse artigo, mas, constitui fonte rica para reflexão em um futuro trabalho, trazendo a luz da história de vida o mosaico científico de Becker (1993), facilitando

análise das políticas públicas de emprego e renda para juventude e a política de estado de combate ao tráfico de drogas, no qual milhares de jovens sem qualificação para ocuparem o cargo de colaborador face ao novo espírito do capitalismo, todos os dias devem se submeter em busca da sua sobrevivência.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2003.
- ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Editorial Veja, 1998.
- BECKER, HOWARD S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução Marco Estevão Renato Aguiar. Editora HUCITEC. São Paulo, 1993.
- BECKER, HOWARD S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução: Maria luiza X. de A. Borges revisão técnica Karina Kuschnir.- 1.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BOLTANSKI, Luc & Ève, CHIAPELLO. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Martins Fontes, São Paulo, 2009.
- COMAROF, J.; COMAROF, J. Etnografia e imaginação histórica. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 2, 1 dez. 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2360/1762> . Acesso em 10 jul. 2021.
- CURADO, Odilon Helou Fleury. **Linguagem e dialogismo**. In: UNESP - Pró-reitoria de Graduação. (Org.). Caderno de Formação - formação de professores - didática dos conteúdos. 01ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 3, p. 26-33 b.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FEIXA, Carlos & LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude**. In: Dossiê: A Atualidade do Conceito de Gerações na Pesquisa Sociológico. Soc. estado. 25 (2). Ago 2010.
- GROPPO, LuisAntonio. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis**. Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015. ISSN: 1806-5023.
- HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., Vol. II. (Série Os Economistas) 1985.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo. Global Editora, 1989

MATTI, V. **Testing the “natural rate of suicide” hypothesis**. VATT (Government Institute for Economic Research). Finland, 1998.

MIDDLETON, N.; GUNNELL, D.; FRANKEL, S.; WHITLEY, E.; DORLING, D. **Urban-rural differences in suicide trends in young adults: England and Wales, 1981-1998**. *Social Science & Medicine*, v. 57, p. 1183-1194, 2003.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente** São Paulo: Martins Fontes. (1984).

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Pioneira, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. V. 1. Brasília, UNB, 2009.

Juventudes Empobrecidas e escolarização: reflexões sobre a criminalização

Flávio Gonçalves de Oliveira¹⁰

Renata Duarte Simões¹¹

Introdução

As juventudes que transitam em contextos precários e desiguais convivem com problemáticas que fragilizam suas experiências e as condenam à exclusão e ao abandono. Uma delas é o questionamento do lugar social dos jovens empobrecidos evidenciado, entre outros aspectos, pela criminalização de suas expressões culturais e modos de vida. No cerne dessa questão, está a pobreza, entendida como um fenômeno multidimensional, macroestrutural, diverso (Cararo, 2015; Codes, 2005) e produzido pela intensa desigualdade social que marca a sociedade brasileira (Yazbeck, 2009), privando os sujeitos de organizarem a vida dentro de padrões socialmente aceitáveis e provocando sentimento de impotência diante de seus destinos (Codes, 2005).

Nesse cenário, esses jovens se destacam como uma população mais suscetível ao risco social, pois são vítimas da sonegação de direitos sociais básicos em ampla escala, (Dayrell; Carrano, 2003), uma vez que a eles não são garantidas as mesmas oportunidades e espaços conferidos aos provenientes das classes mais abastadas, tornando-se seres invisibilizados na trama social. Em busca de visibilização e reconhecimento, tensionam pela valorização de suas identidades e pertencimento social, produzindo relações alternativas aos arranjos societários vigentes, como apropriação de espaços públicos para práticas de esportes e atividades artístico-musicais, ocupação de shoppings centers para momentos de lazer em grupo, técnicas de grafite em muros e prédios, entre outros. Quando se questiona e condena essas iniciativas produzidas pelos jovens das classes subalternizadas, o que se verifica é a criminalização da pobreza, da juventude empobrecida, das culturas periféricas (Silva; Lehfeld, 2016) e dos modos de vida produzidos pelos coletivos juvenis historicamente inferiorizados.

Visando desconstruir posturas estigmatizantes acerca das juventudes empobrecidas e forjar olhares e comportamentos mais afirmativos acerca de seus

¹⁰Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). pflavio.filosofia123@gmail.com

¹¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). renasimoes@hotmail.com.

conhecimentos e práticas culturais, é imperativo problematizar e romper com concepções, ainda vigentes, que associam esses sujeitos ao “vandalismo” e à criminalidade, encarando-os como um tipo de mal que deve ser extirpado em nome da manutenção da ordem social (Silva; Lehfeld, 2016). Nessa empreitada, a educação escolar é um dos caminhos possíveis, pois, nos contextos precarizados, a escola é uma das poucas instituições sociais a que esses jovens têm direito, portanto um espaço propício para o diálogo com essas juventudes e seus modos de vida. Desse modo, ela pode contribuir para a visibilização e afirmação dos coletivos juvenis subalternizados e compreendê-los como sujeitos sociais (Dayrell, 2003) e produtores de conhecimentos. Para tal, é necessário (re) pensar práticas de educação formal a partir da valorização das experiências e saberes constitutivos das identidades juvenis que adentram os territórios escolares e mais atentas às problemáticas vivenciadas pelos jovens em seus contextos de vida.

Apostando em outras estratégias de diálogo com as juventudes empobrecidas, aproximamo-nos de algumas expressões de culturas juvenis, a partir de um espaço/tempo de educação formal situado em uma região periférica e de vulnerabilidade social, e elaboramos, com a colaboração dos sujeitos, experiências educativas com o objetivo de evidenciar o repertório de conhecimentos que esses jovens já trazem de suas sociabilidades. Visamos, com isso, a superação de olhares moralizantes e condenatórios direcionados aos sujeitos pobres, sobretudo os que marcam as relações entre instituições sociais, como a escola, e os que vivem em situação de pobreza.

Em uma perspectiva horizontal e empática, compomos momentos dialógicos com os sujeitos da pesquisa denominados movimentos culturais, considerando as juventudes empobrecidas que transitam nos espaços/tempos escolares como “sujeitos sócio-culturais”, dotados de saberes e conhecimentos frutos das experiências vividas dentro de possibilidades diversas (Dayrell, 1996). A dinâmica adotada privilegiou as vivências juvenis que foram compartilhadas por meio de grupos de trabalhos e círculos de afinidades, rompendo com algumas formulações mais rígidas das práticas de escolarização formal e compreendendo os jovens empobrecidos como seres atuantes, capazes de reinventar-se e apontar para novos modos de interpretar a realidade.

Fundamentos teóricos

A pesquisa está embasada em um amplo referencial teórico estabelecido essencialmente a partir da Sociologia da Juventude e de pesquisadores contemporâneos que vêm estudando a interface entre juventudes, educação e pobreza.

Para compreender a categoria juventude/juventudes e, conseqüentemente, os jovens que participaram da pesquisa, recorreremos a abordagens teóricas contemporâneas (Abramo, 1994; Groppo, 2004; 2015; 2016; 2017) que partem do princípio de que juventude é uma construção histórico-social, uma categoria dialética que não se prende, necessariamente, a marcadores etários e nem se resume a uma fase determinada da vida. No intuito de pensar e problematizar as relações desses sujeitos com os espaços/tempos escolares, apropriamo-nos de autores (Dayrell, 2003; 2007; 2016) que vêm apontando a necessidade de encarar os jovens como sujeitos sociais, culturais e produtores de conhecimentos, desafiando as práticas educativas a compreendê-los para além de “alunos”.

As juventudes empobrecidas que transitam nos espaços/tempos escolares requisitam olhares e práticas que dialoguem com seus modos de vida e com suas representações de realidade, tensionando a posicionar o debate sobre pobreza e extrema pobreza em outras bases. Para esse exercício, recorreremos a produções (Arroyo, 2014; 2019; Cararo, 2015; Codes, 2005; Yazbeck, 2009) que consideram a pobreza como resultado das desigualdades sociais e assimetrias na distribuição das riquezas socialmente produzidas, desconstruindo o olhar naturalizante e moralizante sobre esse fenômeno e apontando a necessidade de novas posturas junto aos coletivos empobrecidos.

Considerando que os jovens que participam da pesquisa são atravessados por inúmeras privações de direitos que os empobrecem e acentuam a desigualdade social e os processos de exclusão, esses autores indicam a necessidade de debater a questão para além do viés econômico e assistencialista, ampliando o olhar acerca do problema e buscando alternativas de enfrentamento e superação. Os jovens empobrecidos têm o direito de saber por que estão nessa condição. Ponderando que tanto juventude quanto pobreza são condições transitória dos sujeitos, a inserção dessa discussão junto aos jovens que se constituem a partir de contextos precários e desiguais pode produzir, mediante a ação colaborativa, outras possibilidades de análise e intervenção na realidade social, sobretudo no que tange à desconstrução do olhar moralizante que segrega, condena e criminaliza as práticas culturais das juventudes empobrecidas.

Metodologia

Visando responder ao objetivo central da pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa. Por ser uma investigação de cunho social e empírico, essa abordagem busca conhecer a maneira com que os sujeitos se relacionam e significam os cotidianos. Assim, a pesquisa visa construir, na interação com os participantes, possibilidades de adentrar e intervir nos contextos sociais (Minayo, 2001). Na concretização do trabalho, adotamos procedimentos da pesquisa-ação aplicada à educação, cujo princípio fundamental é o diálogo contínuo entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, com o desafio de construir coletivamente possibilidades de transformação da realidade (Barbier, 2007). A pesquisa-ação possibilita intervir na realidade vivenciada pelos sujeitos e, em um intenso esforço de reflexão e ação, pensar alternativas para o enfrentamento do problema colocado.

A pesquisa envolveu um grupo de, aproximadamente, 45 jovens entre 15 e 17 anos, matriculados no ensino médio, e as atividades foram desenvolvidas por meio de momentos dialógicos denominados de movimentos culturais, pois entendemos que os jovens produzem cultura e que a escola se constitui como espaço/tempo propício à produção cultural. Na seleção dos participantes, adotamos a configuração socioeconômica dos sujeitos, oriundos de famílias atendidas por programas sociais e de transferência de renda ou que recebem algum benefício social. Como base teórica desses movimentos culturais, apoiamo-nos em autores (Borelli, 2008; 2019; Dayrell, 2003, 2007, 2016; Groppo, 2004; 2016; 2017) que apontam as especificidades com que os jovens organizam os seus modos de vida e produzem as culturas juvenis.

Os movimentos culturais ocorreram em forma de rodas de conversa temáticas, exibição e análise de audiovisuais, diálogos formativos e oficinas culturais (escrita criativa e literatura periférica), culminando com uma intervenção à base de técnicas do grafite. Tais atividades, visibilizaram saberes e conhecimentos que os jovens já possuem e que, na maioria das vezes, não são contemplados pela escolarização formal. Além disso, demonstraram, na prática, que as juventudes periféricas são produtoras de culturas e o que falta são espaços para suas manifestações.

Discussão e resultados parciais

O debate contemporâneo sobre juventude demonstra que estamos diante de uma categoria conceitual polissêmica e aponta para um universo amplo de definições.

Nessa pesquisa, consideramos a concepção que compreende juventude como uma construção histórico-social e que não se prende a uma determinada fase da vida, portanto, ser jovem é uma experiência sociocultural vivida em diferentes condições e contextos (Abramo, 1994; Dayrell, 2003; Groppo, 2000; 2004; 2016; 2017). Por essa razão e fundamentados nas referências, consideramos mais apropriada a utilização do termo juventudes, justamente porque se trata de uma experiência social ampla, perpassada por diferentes condicionantes (social, racial, econômico, cultural e geográfico). Conforme Groppo (2000):

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (p. 8).

Ao produzirem representações sociais e/ou simbólicas, interpretarem a realidade e organizarem a vida, as juventudes não apenas reproduzem os valores herdados das gerações passadas, mas, sobretudo, recriam e subvertem as socializações decorrentes de instituições sociais tradicionais, como família e escola, e elaboram diversos modos de vida materializados em estilos variados, gostos e tendências distintas, o que reforça o argumento de que as expressões de culturas juvenis não obedecem a critérios fixos e marcadores delimitados, de modo não podemos nos prender a ideia de juventude como categoria universal e homogênea, mas em formas diversas de vivenciar a condição juvenil.

Esses sujeitos, constroem e reconstroem suas singularidades transitando por vários espaços ao mesmo tempo, estabelecendo redes de relações e sociabilidades plurais, portanto não há uma experiência unidimensional do que é ser jovem, mas relações fluídas e dinâmicas, que vão constituindo subjetividades diversas. Portanto, quando se problematiza a condição juvenil é fundamental entendê-la como experiência dialética e vivenciada em diferentes situações, afastando do entendimento que unifica e homogeneiza e correlacionando-a com outras dimensões da vida social, como classe, nacionalidade, região, etnia, gênero e situação econômica (Groppo, 2004). Trata-se de um processo mais amplo de constituição de sujeitos influenciado pelo meio social concreto e pelas possibilidades de socialização que vão se constituindo nesse processo (Dayrell, 2003).

Para uma parcela considerável das juventudes brasileiras, geralmente oriundas das classes mais populares da sociedade e vivendo em regiões periféricas dos centros urbanos, esse processo de constituição de sujeitos se dá atravessado pela pobreza. Esses jovens, inseridos em contextos de precarização e vulnerabilidade social, resultantes de estruturas sociais e econômicas perversas e extremamente desiguais (Yazbeck, 2009), foram historicamente empobrecidos e continuam empobrecendo porque as alternativas de superação dessa condição lhes são negadas. Tal realidade se expressa pela escassez de oportunidades no mercado de trabalho formal, de espaços de esporte e lazer, de acesso à educação, à cultura e a políticas de valorização dos saberes e conhecimentos produzidos por eles. Dayrell e Carrano (2003) afirmam que, além da relação com as enormes disparidades socioculturais que atravessam a constituição desses sujeitos, se trata de uma nova forma de desigualdade, cujo fundamento é o esvaziamento das possibilidades de ascensão social para as classes empobrecidas.

Uma das formas de esvaziamento de possibilidades, que se evidenciou durante a pesquisa, é a negação ao pertencimento do lugar social dos jovens empobrecidos, fruto de concepções moralizantes sobre eles que, historicamente, silenciam e criminalizam seus modos de vida e expressões culturais. Durante os diálogos realizados com os sujeitos da pesquisa, os jovens relataram inúmeras experiências dessa natureza, entre elas, violência policial, preconceito racial e segregação socioterritorial: “[...] teve um dia, que a gente tava na festa, lá, não tava fazendo nada de errado, só dançando. Eles desceram do carro já metendo a “porrada” e bala em todo mundo” (X., 2022). Em sentido convergente, outra descrição reforça essa perspectiva:

[...] mas, aí, na moral, teve uma vez que ‘nois’ tava, ali, na praça, ali, deram o maior ‘bicudão’ na minha perna [risos] heim, mas nada a ver, viado, foi mesmo, tava mó de boa, foi só ‘lapada’, doido [...] tem policial que chega na moral, mas tem policial que é maior ‘Zé buceta’ [...] (G., 2022).

Nota-se, a partir dessas narrativas, que a criminalização dos modos de vida dos jovens empobrecidos assume um caráter institucional, muitas vezes praticada por agentes do Estado. Parte das políticas de segurança pública, constituídas sob o argumento do combate ao crime e da proteção aos cidadãos, são operacionalizadas por meio de atos autoritários e de abordagens seletivas, produzindo uma associação controversa e infundada entre criminalidade, classe social, local de moradia e cor de pele. As diligências policiais, marcadas por discriminações raciais, alvos preferenciais, métodos violentos e sentenças que os tipificam como “vagabundos”, “bandidos” e

“maconheiros”, na verdade, são expressões de um modelo de sociedade que exclui e segrega a juventude periférica.

Os relatos demonstram que os jovens pobres e periféricos, em sua maioria negros, enfrentam, cotidianamente, diversas expressões de violências que colocam sob suspeição os lugares sociais que ocupam e condenam os modos de vida que produzem, como demonstra a fala de um dos participantes da pesquisa:

Eu fazia menor aprendiz no Burguer King. Aí, meu supervisor era branco. Aí, tipo, ele não gostava de mim, tá ligado? Todo mundo gostava de mim, me dava as coisas, mas ele não, ele não gostava muito, tá ligado? Sofria preconceito, mas eu não ligava. Teve um dia que o gerente me autorizou a pegar o lanche e quando eu fui pegar, tipo, ele começou a me 'gastar'. Só que não podia fazer nada, eu era menor aprendiz, tá ligado? Teve um dia que ele me chamou de macaco, aí, véi, eu me senti 'ofendidão' e meti um processo em cima dele e ganhei quase três mil reais (F., 2022).

Um estudo sobre a banalidade da violência policial contra jovens pobres, negros e periféricos (Brasil; Santiago; Brandão, 2020), elaborado a partir de relatos de policiais envolvidos em diligências e de sujeitos vítimas dessas abordagens, revela que procedimentos de natureza violenta são vistos com naturalidade, sob o argumento de que a maior parte das denúncias caracteriza os suspeitos como “negros e pobres”, mesmo que, na maioria dos casos, não seja encontrado nada de ilícito com eles, como armas, drogas ou que sejam pessoas com mandado de prisão em aberto. Embora o número de sujeitos empobrecidos envolvidos com a criminalidade seja relativamente baixo quando consideramos a complexidade e a extensão desse fenômeno (Zaluar, 2004), existe uma espécie de sentença antecipada que imprime neles a marca de potenciais criminosos, justificando ações violentas sob a falácia da “prevenção”.

Nos relatos dos jovens da pesquisa, além da condição de pobreza aparece, também, a segregação racial que se evidencia mais fortemente quando considerado o local onde os sujeitos moram, no caso, os bairros periféricos. Os jovens negros e que residem nas periferias são associados, por antecipação, à criminalidade: “[...] heim, lá onde eu trabalho, todo mundo é de Vitória, né. Quando falo que sou de Nova Rosa, todo mundo fica olhando e fala: - Nossa, como você não tomou tiro, ainda [...]” (A. J., 2022). A percepção do jovem é reforçada na fala de outro participante: “[...] hã, se ‘nois’ falar que é de Nova Rosa, nem emprego dão pra ‘nois’, direito [...]” (X., 2022). Sobre essa questão, muitos jovens relataram, durante os diálogos, que, ao buscarem oportunidades

no mercado de trabalho, dizem morar em outras regiões, apresentando comprovante de residência de algum familiar ou conhecido.

As juventudes empobrecidas que chegam à escola pública devem ser alvos prioritários do fazer pedagógico. Para além de estudantes matriculados em classes e/ou segmentos, são sujeitos que apresentam, em seus corpos e relações, vivências e saberes que não podem ser desconsiderados e têm o direito de saber por que foram empobrecidos, por quem e, assim, tensionarem para que sejam desconstruídos os olhares moralizantes e condenatórios que foram construídos sobre eles. Para Dayrell (2007):

Os jovens pobres estão, cada vez mais, transpondo os seus muros, trazendo suas experiências e novos desafios. Dentre eles, uma questão central passa a ser as transformações que vêm ocorrendo nas formas desses jovens se constituírem como alunos (p. 1119).

No entanto, a predominância de uma cultura escolar enrijecida e de modelos padronizados que não dialogam com os jovens acaba produzindo um mundo aleatório a esses sujeitos e desprovido de sentido concreto. O formato escolar que conhecemos registra uma cegueira epistemológica perante a pobreza e tende a invisibilizar as problemáticas vinculadas à essa condição social, como se a pobreza fosse uma característica negativa. Essa postura invisibiliza a aproximação com os saberes e conhecimentos produzidos pelos jovens em seus contextos e contribui para a ampliação do olhar estereotipado sobre eles, agravando as condições de vida e colocando em risco projetos e expectativas futuras (Cararo, 2015).

Em oposição a essa lógica já estruturada, ao longo dos movimentos culturais, temos buscado dialogar com os jovens levando em consideração as experiências vivenciadas por esses sujeitos em seus contextos de vida, os saberes que já possuem, a capacidade que eles expressam quando lidam com aspectos mais dinâmicos da realidade, como arte, cultura, tecnologia. Dayrell (2016) sugere que o movimento de aproximação das sociabilidades juvenis e, conseqüentemente, o diálogo com elas seja orientado por uma “pedagogia das juventudes”. Tal proposição indica o deslocamento da abordagem tradicional de educação, cuja preocupação central está no caráter institucional da escola e nos conhecimentos formais e sistematizados, para a perspectiva dos sujeitos, portanto uma mudança de postura na relação com os jovens. Esse deslocamento, em nosso entendimento, configura-se como uma estratégia fundamental de visibilização das expressões culturais dos jovens pobres e, conseqüentemente,

contribui para enfrentamento de concepções e comportamentos moralizantes e condenatórios acerca desses sujeitos.

Considerações Finais

A pesquisa tem demonstrado que os espaços/tempos de educação formal não têm conseguido dialogar com os jovens empobrecidos. Muitos desses sujeitos, por viverem em contextos precários e desiguais, acabam naturalizando a condição de pobreza e as violências. Entretanto, compreendemos que a escola pode oportunizar rupturas com padrões/estruturas sociais e a superação de condições precárias de existência. Os espaços/tempos escolares podem se constituir como lugares para a afirmação de saberes que foram, historicamente, silenciados e desqualificados.

Os movimentos culturais demonstraram que é possível aproximar-se de uma “pedagogia das juventudes”, compreender as demandas dos jovens e contribuir para o fortalecimento de suas iniciativas. As práticas escolarizadas compostas de forma colaborativa e participativa podem contribuir para o diálogo com as sociabilidades juvenis e para a compreensão dos modos de vida e das experiências constitutivas desses sujeitos. Além disso, podem fomentar questionamentos e a conscientização diante de realidades tão desiguais que atravessam as juventudes, seguindo o que Arroyo (2014) pontuou: “os pobres têm o direito de se saberem pobres” e de conhecerem as estruturas que os empobrecem e criminalizam expressões culturais.

Referências

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. Página Aberta: São Paulo, 1994.
- ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. **Vidas Ameaçadas: exigências-repostas éticas da Educação e da Docência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- BARBIER, R. **A Pesquisa-Ação**. Brasília: Liber, 2007.
- BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M. Juventude, mediações e nomadismos. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 05, n. 13, jul, p. 27-40, 2008.
- BORELLI, S. H. S. et al. **Cultura como vetor de proteção: protagonismo de crianças e adolescentes**. São Paulo: EDUC, 2019.
- BRASIL, G. M.; SANTIAGO, E. M.; BRANDÃO, M. D. A banalidade da violência contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de fortaleza. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** Rio de Janeiro. Vol. 13, n. 1, jan/abr, p. 169-193, 2020.

CARARO, Marlene de Fátima. **O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CODES, Ana Luiza Machado de. **Modelagem de Equações Estruturais: uma contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2005.

DAYRELL, J (org.). **Por uma pedagogia das juventudes:** experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Faculdade de Educação.** Universidade Federal de Minas Gerais, n. 24, set./dez., p. 40-52, 2003.

_____. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, J; CARRANO, P. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo.** Ensino médio em diálogo. [s.l]: Observatório Jovem, 2003.

GROPPO, L. A. **Juventudes:** sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

_____. **Introdução à sociologia da juventude.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista do COGEIME.** Piracicaba, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

_____. **Juventude - Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, T. R; LEHFELD, N. A. S. O lócus do jovem pobre na sociedade a partir do boom dos rolezinhos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 126-134 jan./jun. 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2009.

ZALUAR, Alba Maria. **Integração perversa:** Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Juventude periférica criminalizada: pacificações e conflitos na dinâmica das facções analisadas a partir de um território.

Antônio Ailton Penha Ribeiro¹²
Luiz Eduardo Lopes Silva¹³

Introdução

O presente trabalho é fruto de um esforço coletivo desenvolvido por meio da Rede de Estudos Periféricos (REP), grupo formado por pesquisadores maranhenses que discutem e partilham suas inquietações a respeito de temáticas ligadas à luta de classes nas periferias, abrangendo desde as relações da juventude periférica com a criminalidade até as manifestações culturais presentes nestes espaços.

A Rede de Estudos Periféricos se caracteriza por ser um grupo de pesquisa que visa reunir pesquisadores que tem sua origem na periferia maranhense. Esses sujeitos encontram nesta articulação a possibilidade de produzir conhecimento de maneira coletiva a partir de pesquisas, debates e trocas de experiências por eles vivenciadas em suas trajetórias.

Neste contexto, uma produção de grande interesse produzida por pesquisadores e pesquisadoras ligadas ao grupo (Canjão, 2018; Silva, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2021; Bezzerra& Silva 2020; Jara, 2021; Lopes, 2022), abordam, sob perspectivas diversas, as transformações ocorridas nas periferias maranhenses a partir do processo de surgimento, expansão e consolidação de coletivos criminais conhecidos popularmente como *facções*. Tais pesquisas apontam, dentre outros aspectos relevantes, para a juventude periférica criminalizada e engajada como operadora de base de mercados ilegais, como sendo a base social majoritária das *facções*.

Esta bibliografia, destaca que, enquanto clientela preferencial do sistema penal e parte majoritária da população prisional, a juventude periférica criminalizada cria complexos processos de organização e de identificação coletiva, forjando uma instituição que regula comportamentos e expressa uma nova posição ético política

¹²Discente da FAP

¹³Docente da UFMA

construída a partir da prisão, mas cujo impacto alcança também as periferias urbanas e rurais, transformando relações sociais e produzindo novas dinâmicas criminais.

No bojo desse debate, esta pesquisa se interessa em desvendar o processo de pacificação entre as quebradas da Maria Antônia e Recanto da Ladeira (nomes fictícios), comunidades que integram o território que aqui chamamos de Complexo da Vila Rio Azul. Tal pacificação foi constatada a partir de uma proximidade de longa duração com esta comunidade. Nesta pesquisa constatamos, dentre outros aspectos, que a pacificação entre quebradas rivais produzidas pelas facções criminosas é um fenômeno subestimado quando se trata de debater a atuação dos coletivos criminais no Maranhão.

Vila Rio Azul: da guerra interna a “pacificação” promovida pelo Bonde dos 40

A Vila Rio Azul, nome fictício de um bairro da periferia de São Luís, é fruto do crescimento desordenado da capital maranhense. Este bairro surge da ocupação de um terreno que pertencia a uma antiga fábrica, localizado entre dois bairros de relativa importância comercial da cidade. Sua composição social é formada por uma população de baixa renda e com índices precários de saneamento básico e infraestrutura. Segundo o último censo realizado em 2010 pelo IBGE, este bairro ocupa uma posição de destaque no ranking dos aglomerados subnormais do município de São Luís por domicílio ocupado, o que significa dizer que este bairro é um dos maiores da periferia da capital maranhense. Com uma estrutura que não conta com áreas de lazer e nem escolas públicas, o bairro não tem muito a oferecer a sua juventude, estes fatos compõem um cenário onde o engajamento em mercados ilegais aparece como uma alternativa e meio de vida.

A história da Vila Rio Azul se inicia com a ocupação chamada popularmente de invasão, em meados da década de 1980. O confronto com a polícia para a desocupação da área faz parte dessa história, o que simboliza que a população saiu vitoriosa, pois hoje é um bairro consolidado na capital maranhense. Essa luta garantiu que a Vila continuasse sendo lugar de moradia de várias famílias, cujo número significativo tem sua origem no interior do estado. Estes fatos apresentados estão de acordo com os apontados por Santos (2008), em relação ao processo de periferização da cidade de São Luís:

No início da década de 80 do século XX, São Luís era ponto de chegada de centenas de milhares de imigrantes, a maioria agricultores,

vindos de todas as partes do Maranhão e, inclusive, de estados próximos. O êxodo rural em direção a São Luís experimentado há décadas, mas intensificado em meados de 1970, teve múltiplas causas: concentração de terras, precárias condições de trabalho no campo, falta de assistência médica e social em cidades do interior maranhense, conflitos fundiários etc. Paralelamente a esses problemas, ocorreu a implantação de projetos econômicos que trariam um suposto desenvolvimento ao Estado, como o consórcio Alumar e o sistema Grande Carajás, com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce, localizados no distrito industrial de São Luís. Esses e outros projetos não apenas se tornaram atrativos para um grande contingente de trabalhadores, como também diretamente desapossaram centenas de famílias que habitavam os terrenos onde foram implantados. As consequências para São Luís foram inúmeras, desde o crescimento da urbanização, passando pela supervalorização de terrenos com o aumento da especulação imobiliária, como também o aprofundamento das desigualdades sociais emblemizadas pelo aparecimento e proliferação de palafitas, ocupações desordenadas e sem infraestrutura (as chamadas invasões), enfim, intensificando-se o processo de periferização da ilha de São Luís (p. 6).

Assim, o processo de ocupação da área que compreende a Vila Rio Azul é resultado de um contexto em que o êxodo rural e os grandes projetos implementados durante o fim da década de 1970 e início dos anos de 1980 foram emblemáticos para a urbanização e ocupação do espaço territorial de São Luís do Maranhão. Fato este que nos ajuda a compreender o porquê da composição social do bairro em questão apresentar um grande número de imigrantes vindo do interior e até mesmo de outros estados próximos.

O fim da década de 1990 e o início do século XXI marcam a história da Vila Rio Azul com sangue, choro e funerais. Nesse período, Dias (2009), demarca como um momento de expansão dos mercados ilegais de drogas e armas no estado do Maranhão. Ao passo que se implementavam políticas neoliberais de sucateamento de serviços sociais para os mais pobres, ao mesmo tempo em que se recrudescia a face punitiva do Estado, com a criminalização e repressão a amplos setores, especialmente à juventude negra, pobre e periférica.

Encabeçando o executivo estadual, Roseana Sarney representava os interesses da oligarquia que até então dominava o cenário político maranhense e implementou em nível estadual, essa que já era uma tendência internacional do capital: menos Estado social, mais Estado penal. Dias (2009) também demonstra como esse cenário é propício para o crescimento da violência entre os mais pobres, o que levou o Bairro da Liberdade, situação que estudou brilhantemente, a uma violenta guerra interna, um ciclo

de violência interno ao bairro que era alimentado pelo Estado de diversas formas. Essa violência interna, que significava a guerra dentro do Bairro da Liberdade entre suas distintas quebradas, onde a juventude pobre e periférica se matava de maneira irrefreada, ele caracterizou como: “Guerra interna da periferia”, esta guerra não foi uma marca exclusiva do Bairro da Liberdade, fenômenos como esse foram percebidos na Vila Rio Azul, e em muitos outros bairros da capital (Texeira, 2007) (Fernandes, 2018) (Costa, 2015).

Nesse mesmo período analisado por Dias no bairro da Liberdade, a Vila Rio Azul passava por situação semelhante de “guerra interna”, onde as disputas entre as quebradas locais afetavam diretamente a população do bairro. Criou-se nessa época o estigma de bairro perigoso, onde a violência reinava e era comum o nome do bairro aparecer nos periódicos e programas policiais. Caso estarrecedor, que pode nos dá uma noção de como era o cotidiano de violência no bairro, foi a fixação de uma faixa na fachada do Batalhão da Polícia Militar responsável pelo policiamento no bairro onde estava escrito: “Cem dias sem mortes na Vila Rio Azul. Uma marca histórica: comunidade, polícia e associação juntas”. O fato de expor essa façanha pode nos mostrar quão era tenebroso o clima durante esse período e como o medo imperava entre os moradores.

Na virada da primeira década deste século a guerra interna ainda imperava no bairro. As quebradas da Maria Antônia e Recanto da Ladeira (nomes fictícios), que integram o que aqui chamamos de Complexo da Vila Rio Azul. A juventude dessas comunidades mantinha uma violenta rixa devido as galeras de pichação, na primeira década deste século essas duas quebradas viviam em um verdadeiro confronto armado, e as manchetes na imprensa sempre destaca a violência no bairro.

A vida cotidiana da Vila Rio Azul era afetada por esta situação de guerra interna. Por exemplo, tornou-se difícil a vida dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), registramos como era complicada a passagem de moradores da Maria Antônia pelo Recanto da Ladeira, caminho mais curto para o posto de saúde de referência da equipe do Programa Saúde da Família.

Entretanto, era a sociabilidade juvenil a mais afetada pelo conflito. Por exemplo: os times de futebol do bairro sofreram com esse período de conflito entre as quebradas, visto que para ir ao campo dos bairros vizinhos era necessário passar por ruas que eram próximos ao Recanto da Ladeira ou pela Maria Joana, por isso muitos

jovens envolvidos em conflitos, ou que tinham amigos em um dos lados da contenda, desistiam de jogar. Cabe destacar que, tendo aproximadamente oito times de futebol adulto, e 12 de futebol infantil, a Vila Rio Azul não possui campo ou quadra para a prática desse esporte.

A ida das crianças e adolescentes para escolas próximas, que são localizadas no bairro vizinho, eram também alvos de preocupação dos pais, dada a violência naquele contexto. Em uma das entrevistas com um dos informantes, chamado aqui de Dexter, tivemos o seguinte diálogo que, de certo modo confirma a afirmação:

Entrevistador 1: Dessa treta, o Bonde pacificou?

Dexter: Foi. Pacificou. Aí quem tinha suas rivalidades, suas guerrazinhas, tem que só dizer “Desgraçado, miserável, que sorte que...” (Dexter fala entre dentes, pra expressar a raiva), mas não pode fazer nada, siô. É a única coisa que ele pode fazer, porque se ele for lá e mexer, querer puxar e reviver isso daí, tá aí, tá bem aí (aponta pra alguém na rua), esse cara não descia aqui por nada, era salientão lá do Recanto da Ladeira, não descia aqui, não descia por nada aqui, porque se ele visse os malucos aqui já era, e nem maluco descia pra lá também. Maluco também passava mal pro lado deles.

Entrevistador 2: Eu era agente de saúde de 2002 até 2004, e meu posto de referência era lá na Reserva. Eu deixava de passar por lá, eu ia por outra rota.

Dexter: A rota totalmente mudava, eu não passava próximo ali não, louco. Era bem chapa mesmo esse bagulho aí dessa rivalidade aí, oh.

A guerra interna na Vila Rio Azul ganha outros rumos com o surgimento das facções criminosas em nosso estado, entre os anos de 2010-2014 com as violentas rebeliões no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, impulsionado pela violenta rivalidade entre os presos do interior e os presos da capital, que levou a criação do Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e Bonde dos 40 (B.40), respectivamente (Silva, 2020). Após o Bonde dos 40 tomar conta das áreas que outrora eram rivais, houve uma espécie de apaziguamento entre a Maria Antônia e o Recanto da Ladeira assim:

Ao se constituírem como “responsáveis” pela “paz”, pessoas que fazem o crime e integram grupos capazes de exercer o mando pela força ensinam uma lição perigosa. Em linhas gerais, acreditamos que eles subvertem a ordem vigente sem destituí-la, sem modificá-la, mas agenciando suas estruturas para, mantendo tudo como está, gerenciar mercados ilegais de drogas e armas, manejando maneiras específicas de fazer o crime, contra alvos específicos. Assim, guerras territoriais foram terminadas apenas para recomeçar em outra escala, pois as facções estabeleceram novas territorialidades para “guerra”. Enquanto áreas de bairros da periferia foram “pacificadas”, outros grupos investiram na cidade como espaço do crime e, consequentemente,

geraram novas configurações para uma “guerra” pelo domínio de mercados e territórios (Barroset *all*, 2018, p. 127).

Essa “sensação” de paz transformou as práticas cotidianas das quebradas envolvidas, os caminhos para o posto de saúde, para as escolas e para os campos de futebol voltaram a serem percorridos sem medo, pois a “paz” estava de novo reinando entre as quebradas. Hoje, por exemplo, há um time de futebol formado por membros e indivíduos próximos aos jovens que fazem o comércio ilegal de drogas no bairro, as pichações determinam que não é permitido roubar na quebrada, fato que reduziu o número de assaltos, furtos e arrombamentos. Os moradores sentem-se seguros em voltar mais tarde para suas residências.

Com relação ao sentimento anterior a “pacificação”, temos este diálogo em uma das nossas entrevistas com Dexter:

Entrevistador 2: Ei Dexter, e qual lembrança tu tens antes da facção na quebrada?

Entrevistador 1: Como era aqui?

Dexter: Rapaz, siô, antes da facção é como eu te digo, antes da facção era terra sem lei, pô. Olha como é que funcionava aqui...

Entrevistador 1: Mas como assim terra sem lei? Explica melhor, tipo tinha gangue, ou cada um por si...?

Dexter: Era cada um por si, no caso. Tivesse aqui, oh, aqui na boa, é aquele ditado: sempre tem um pra testar a tua fé, pai. Se desse moleza no tempo, no caso, o maluco tá te tirando. Se ele dá umas ideias de doido, dá uma de doido também. Porque senão desse de doido, é, o bagulho era chapa, pô.

Entrevistador 2: E essas tretas daqui com o Recanto da Ladeira?

Dexter: Essa treta aí pô, eu já vi foi gerações e gerações, até chegar na minha geração, ta entendendo?

Entrevistador 1: E rolou morte?

Dexter: Muita!

Entrevistador 1: Mataram de lá, mataram daqui?

Dexter: Mataram de lá e mataram daqui. Mataram Peladão, aí foram pra lá e fizeram uma chacina, mataram uns cinco logo lá. Aí ficou nesse negócio de mata um lá, mata um aqui; mata um aqui, mata um lá.

Entrevistador 1: Isso em que época?

Dexter: Deixa eu ver aqui, mano. Isso daí foi até 2012, mano. Até 2012, por quê 2013, tá ligado, caiu um moleque de lá. Aí tipo o seguinte, no Recanto da Ladeira tava virando pouco alemão. Tinha um cara que puxava da baixada lá, um tal de Rony. Ei, ele tava no comando, ele tava pesadão aí, quase formou um bairro de só alemão.

A gente tem até a música “nós vai tomar o Recanto da Ladeira”, porque nesse tempo lá eles tavam predominando, tá entendendo?

O trecho acima aponta para os confrontos, as mortes e o clima de guerra nas duas quebradas se mantinham em confronto e nos dá indício de como a “paz” da Vila Rio Azul foi alcançada. Tendo em vista que as quebradas já possuíam um histórico de confrontos que era oriundo do período das galeras de pichação, rivalidade que intensificou com as disputas territoriais por áreas de influência dos grupos criminosos organizados e a busca por eliminar os “alemãos”, uma vez que as mortes eram uma constante, houve a tomada da quebrada do Recanto da Ladeira pelo Bonde dos 40. Essa ação resultou na anexação de mais uma quebrada para o conjunto das que agora são dominadas pela facção em questão. Esse domínio fez com que as quebradas, no que tange ao mundo do crime em São Luís, passassem a correr em uma mesma sintonia, diminuindo drasticamente os homicídios e conflitos na área.

Silva (2019b; 2020) argumenta que o encarceramento em massa da juventude periférica de São Luís do Maranhão, iniciada em fins dos anos 1990, tendo continuidade na década de 2000, vai reconfigurar a violência nas ruas da capital maranhense. Segundo argumenta, a juventude que anteriormente se encontrava dividida em pequenos grupos rivais, gangues que se identificavam com seu bairro ou quebrada de origem, uma vez atingida em cheio pelo encarceramento, passa a se organizar nas ruas de acordo com os grupos que se organizam na cadeia. As pequenas siglas e rivalidades locais dão lugar a apenas duas siglas: Bonde dos 40, facção criada pelos presos da Capital dentro do cárcere para se opor ao PCM, organização criada pelos presos do interior para enfrentar os presos da capital. Ainda segundo Silva (2019b; 2020), a rivalidade da rua é substituída pela rivalidade no cárcere e na capital isso significou, em muitos casos, a guerra entre periferia antiga e periferia recente na capital maranhense. Pois a periferia recente, originária de processos migratórios ainda em andamento, mantinha laços com as cidades do interior tanto na rua como no cárcere. Isso vai impactar na distribuição das facções pelo território da capital.

Correspondendo a tendência das periferias antigas de São Luís apontado por (SILVA, 2019b; 2020), a Vila Rio Azul abraçou a bandeira do Bonde dos 40. Isso significou um apaziguamento nas rivalidades internas ao bairro. Mais tarde viria a lei de proibido roubar na quebrada imposta pelas facções, que também teve amplo impacto sobre a sociabilidade do bairro.

Considerações Finais

O caso da pacificação da Vila Rio Azul aqui identificado, dão conta que a organização das facções e suas redes de relações com rua vão estabelecer os meios para que haja uma interação/relação entre a cadeia e quebrada, onde a cadeia, a partir das facções, produz um novo regime de poder que produz transformações em suas áreas de influências, onde os membros da facção, por estarem presos, não perdem suas redes de relação com os que estão “no mundão”:

Assim observamos como o encarceramento em massa e o processo de criação das instituições de autorregulação e autodeterminação do crime reconfiguraram a violência nas ruas da Grande São Luís. Notamos claramente a partir desse fenômeno que o encarceramento massivo dos pobres produz uma continuidade entre a cadeia e a favela, por isso, caracterizamos anteriormente a dialética cadeia-favela formando um só complexo. Pois o que acontece em um polo dessa relação reflete no outro. Desvendar o processo de formação das facções é trazer a lume esta dialética. Esta interação entre cadeia e favela acelerada pelo encarceramento em massa, está na gênese da formação das instituições de autorregulação do mundo crime. De maneira que a forma organizativa da juventude periférica é configurada e reconfigurada de acordo com as determinações recíprocas inscritas nesta dialética, que modelam e remodelam a violência que daí decorre. (Silva, 2020, p.210).

A pacificação imposta pela facção Bonde dos 40 alterou significativamente a vivência no bairro da Vila Isabel Cafeteira afetando diretamente a juventude. As quebradas que outrora se digladiavam e geravam um verdadeiro banho de sangue nas ruas do bairro em questão, agora são quebradas aliadas e interagem de modo pacífico entre si, produzindo relações de amizade, convivência e interações tanto entre os membros da facção em questão como entre os demais indivíduos que habitam no bairro.

Esta “pacificação”, uma das finalidades que a facção traz consigo, diz respeito a uma paz específica, se assim podemos dizer, pois ela é estabelecida para um território determinado que é controlado por uma organização que tem numa determinada concepção de como fazer o crime a construção de um novo paradigma ético-político, não convergindo para o que a sociedade em si acredita, visto que essa “pacificação” se deu de modo violento, aniquilando os rivais que não fecham com a “família B.40”.

A “pacificação” imposta pelo Bonde passa pelo que esta organização considera correto, onde elementos divergentes a esta organização criminosa são silenciados para que haja uma espécie de unidade tanto política quando territorial. Quando falamos em unidade política refiro-me aos valores, conceitos e finalidades que a facção tem, nesse

sentido, ela organiza e dita como devem agir seus membros e os moradores que estão em sua área de influência, intervindo muitas vezes na vida privada de moradores, deliberando o que pode e não ser feito em determinadas regiões da quebrada. Quando falamos em unidade territorial, apontamos para os territórios dominados pela facção, pois está em curso uma disputa pelos territórios periféricos da capital maranhense, onde até o momento, o Bonde dos 40, tem domínio na maior parte dos bairros.

Nesse sentido, a “pacificação” da Vila Rio Azul tem uma face oculta que não é vista quando se anda pela quebrada, mas que se revela nos interesses do coletivo criminal que está no controle da área, por outro lado, essa “pacificação” ao fazer com os índices de violência, principalmente de homicídios e assaltos na quebrada, possibilitam uma maior interação entre os sujeitos que habitam a comunidade e não estão diretamente ligados a facção, uma vez que a vida cotidiana da comunidade, não sofre mais das mesmas tensões de outrora, pois como as quebradas vizinhas estão “fechadas” com a facção, a harmonia aparente torna a quebrada mais propícia para atividades que no tempo da “terra sem lei” não eram possíveis serem realizadas. Esta “pacificação”, na visão dos membros da facção só ocorreu porque o Bonde do 40 se impôs para que suas atividades ilícitas ocorressem em um clima de tranquilidade, uma vez que, com os índices de violência em alta a presença dos órgãos de segurança pública eram constantes, com a diminuição dos índices houve também a diminuição de incursão da polícia no bairro, fato que beneficia o comércio ilegal de drogas, por outro lado, essa paz afeta a família dos membros do Bonde do 40, uma vez que essas famílias podem exercer suas sociabilidades no bairro sem a ameaça de retaliação, pois agora, como eles afirmam: “é tudo nosso”. Assim, essa “pacificação” está à mercê dos movimentos das facções, ou seja, esta sensação de paz e tranquilidade pode ser revertida a qualquer momento, visto que por trás dessa “paz” ainda existe uma guerra entre as facções na capital maranhense.

Referências

BARROS, João Paulo Pereira et all. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre a violência e o cotidiano de juventudes em Fortaleza.In: **Revista de Psicologia, Fortaleza**, V.9 N.1, p. 117-128, 2008.

BIONDI, Karina. **Proibido Roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

CANJÃO, Isanda Maria Falcão. **Não entra errado, táIraque tá o terror: deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís**. Tese

(Doutorado) – Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2018.

COSTA, Antônio Marcos Melo. **Pichação e gangue na década de 1990: experiências de intervenção urbana na cidade de São Luís** – Orientador: Alexandre Guida Navarro. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Maranhão, 2015. São Luís, 2015.

DIAS, Hertz da Conceição. **A posse da Liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do Hip Hop em São Luís, a partir dos anos 1990**. Dissertação. Mestrado em Educação. UFMA: 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos: uma história do PCC**. Companhia das Letras; São Paulo, 2018.

FERNANDES, Leandro da Silva. Geografia da criminalidade: o caso da territorialização do tráfico de drogas no bairro da Divineia em São Luís/MA. IN: **Revista de Geografia** (Recife) V. 33 N. 3, 2018.

FERNANDES, Leandro da Silva. Geografia da Criminalidade: o caso da territorialização do tráfico de drogas no bairro Divinéia em São Luís/MA. **Revista de Geografia** (Recife) V. 35, No. 3, 2018.

JARA, Simon Rodrigo da Costa. **A cobrança: os sentidos de justiça das facções do Maranhão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2021.

SANTOS, Rosenverck Estrela Santos. A história do *Hip Hop* em São Luís do Maranhão: periferização da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. IN: **Outros Tempos**, V. 5, N. 6, dezembro, 2008.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. “Desentoca o arsenal!”: a estrutura de sentimento na guerra de facções, analisada a partir do proibidão. Leitura: **Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.37, n.77, p.93-110, 2019a.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. As facções no maranhão e suas distintas fases históricas. AHLERT, M. BIONDI, Karina. (ORG.). **Anais do V Encontro Nacional de Antropologia da Política: Etnografias das Práticas de Estado e das Resistências** – São Luís: Ed. Universitária da UEMA, p. 154-165. 2019b.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. **“Trilha sonora da guerra”: análise das facções maranhenses e da formação da sensibilidade da juventude faccionada a partir do proibidão**. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. Orientador: Ronaldo Rosas Reis. Niterói, 2020.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. “O novo ‘mundo do crime’: O ‘fazer-se’ da juventude faccionada forjada na guerra de classes”. In: SANTOS, Jean Isídio dos Santos et al. (orgs). **Educação em perspectiva: Análises contemporâneas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes; BEZERRA, Vinicius. “Comando Organizado do Maranhão’ (C.O.M) e a guerra de facções na periferia maranhense”. **História Revista**, vol. 25, pp. 111-132, 2020.

TEIXEIRA, Marcio Aleandro Correia. **Violência e Segurança Pública: uma análise das relações entre Polícia e Sociedade no PóloCoroadinho**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2007.

UM PEDAÇO DA QUEBRADA: rua do grau e a produção de sociabilidade juvenil a partir do lazer.

Elton Guilherme dos Santos Silva¹⁴

“Ele deixou sua mente viajar enquanto
fitava a cidade, meio favela, meio paraíso.
Como um lugar podia ser tão feio
e violento, mas bonito ao mesmo tempo?”
(ABANI, chris. 2004. p, 7. apud
DAVIS, mike. 2006 p. 31).

Introdução

As cidades e mais particularmente as grandes cidades em pleno crescimento, serviram como espécie de laboratórios, feitos de zonas, bairros e de unidades de vizinhança, por vezes bastante delimitadas. Nos casos das cidades, onde se concentram um grande número de domicílios e de atividades interdependentes, pode ser encarada como um marcador útil para referenciar grupos sociais:

[...] a cidade reúne atividades e populações que não se distribuem de forma uniforme sobre o seu território, a cidade é apenas a soma das suas partes – mosaico – no seu interior, combinam-se atividades e grupos humanos, que não só se justapõem como também são, em larga medida, interdependentes. (Grafmeyer, 1994, p. 6).

De início, uma das formas mais evidentes da divisão social da cidade é a segregação, em que a ação de separar, de afastar, está intrínseca às oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade.

Toda forma de reagrupamento espacial que associa estreitamente as populações desfavorecidas à territórios periféricos – o termo faz referência aos espaços urbanos distantes da área central da cidade, caracterizada pela ausência de serviços públicos de uso coletivo seja pelo distanciamento espacial, seja pela distância social, percebemos, ao mesmo tempo, uma tensão entre a cidade *versus* espaço de socialização.

O fenômeno urbano implica sempre em processos, muitas vezes conflituais, de distribuição territorial dos diferentes componentes e atores urbanos. As populações, por exemplo, que fazem parte do mundo urbano enquanto estrutura material, mas

¹⁴Discente de Ciências Sociais da UFPI. Pesquisador do NUPEC e da Rede de Observatórios sobre Segurança.

também, como conjunto de atitudes e de ideias, existem numa cidade que polariza fluxos, de pessoas, mercadorias, informações... Que os ligam a outros espaços.

Moradores dos bairros de periferia, são, em geral, distanciados de muitos serviços urbanos básicos e desprovidos de espaços, equipamentos e instalações adequadas, inclusive, ao exercício de seu lazer.

À nível local, a cidade de Teresina, é detentora de um crescimento urbano acelerado e desordenado. A capital banhada por dois rios, segue sendo monopolizada em nome da especulação imobiliária, ao passo que aumenta a quantidade de ocupações ‘irregulares’ e conjuntos habitacionais que tem exilado a população afetada pelos efeitos e tendências de segregação territorial.

A área que corresponde ao Portal da Alegria, criado em 2013, fica no extremo sul de Teresina. Nessa área estão localizados os residenciais Torquato Neto e Eduardo Costa, que, por terem sido inaugurados recentemente, apresentam inferioridade em alguns setores. Conformam vazios afastado da área urbana, vegetação de pequeno porte, lixo em vias públicas, esgoto “a céu aberto” sem saneamento básico, elevado número de homicídios dentre outras problemáticas. A imagem a seguir oferece uma vaga ideia da geografia dessa região.



FONTE: Google Earth

Entretanto, para (Magnani, 2018), antes, porém de analisar as condições objetivas de exercício das cidades, classificadas como “de fora e de longe”, com base em variáveis e indicadores sociais, econômicos e demográficos, percebem a deterioração de espaços, a consequente segregação, confinamentos socioespaciais, situações de violência..., é preciso fazer um movimento um pensando a dinâmica subjetiva das relações. O autor parte da abordagem, classificada como “de perto e de

dentro”, realiza uma etnografia, para explicitar modalidades de compreender aspectos característicos dessa população segregada, no espaço urbano, sobretudo relacionadas as dinâmicas de lazer.

Dessa forma, o presente ensaio objetiva investigar à luz das categorias cunhadas por Magnani (2009) a centralidade do lazer para o entendimento de processos sociais. A metodologia adotada foi estruturada em torno da pesquisa qualitativa, a partir da revisão bibliográfica sobre lazer e espaço urbano. Mas também da observação-participante, levando em consideração a proximidade com o campo. Também recorreremos a entrevista semiestruturada com crianças, adolescentes e jovens (não necessariamente nessa ordem), no *pedaço* que aqui chamaremos de “céu da quebrada”.

Lazer no pedaço: “deixa os garotos brincar!”

O lugar social estabelecido para pesquisa, localiza-se no extremo sul da capital de Teresina, fazendo fronteira com zonas rurais e ocupado majoritariamente por propriedades privadas de caráter industrial, não atoa é conhecido por “pista da ferronorte”, “pista do grau” ou “quintal da zona sul”.

Entretanto, estarei me referindo como “céu da quebrada” com tentativa de compreender a totalidade das relações de produção de sentidos a partir do lazer. Esse espaço que não foi pensado para receber tamanha interação, em contraste com o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) do Portal da Alegria, que, em teses deveria ser um espaço de promoção da cidadania e de inclusão à atividades socioassistenciais, não abre aos finais de semana e não permite que as pessoas acessem o espaço com bicicletas, tampouco com moto – ficou meio evidente o caráter de descredito para com o equipamento social.

No céu da quebrada, necessariamente aos domingos, crianças e adolescentes chegam cedo e ficam ansiosamente esperando “a fábrica de monstros”, um grupo de jovens, majoritariamente homens, que são acionados através das redes sociais, Instagram, grupos de WhatsApp. Alguns acompanhados com as “damas no toque” – garotas, adolescente e jovens, com quem o piloto está mantendo relações afetivas ou casuais, que necessariamente faz parte da ‘galera do grau’ e que ‘toca’ o chão enquanto o piloto levanta o pneu dianteiro para cima, enquanto andam em uma única roda em velocidade consideravelmente rápida.

Há grupos de grau dos garotos que andam de bicicleta também, mas a dinâmica do grau de bicicleta, a partir de suas narrativas sobre suas experiências, aparecem com caráter transitório, bicicleta como estágio para moto. Ambicionam a moto para também fazer parte dos grupos da ‘galera do grau’, seja o ciclo social e a sociabilidades nos pedaços da cidade, seja no grupo de WhatsApp particular, querem ser amigo e não telespectador.

Embora ambas utilizam das ruas do céu da quebrada para fazer as maiores manobras possíveis que chamam de ‘arte do grau’, inclusive, com duas e até três pessoas em cima da moto, ou da bicicleta, ocupam as ruas não só com seus meios de transporte, mas com gritos e gargalhadas de rebeldia, em algumas blusas, está estampado a frase: “o único crime que cometemos é roubar a cena”.

Quem é da caminhada, caminha, as vezes acompanhada da família ou de amizades, mas segue, contemplando o pedaço e produzindo vida, diálogos, projeções, mas também dando utilidade a um espaço ocioso, na medida que percebem e interagem nos pontos de encontros de conversas. Sai uma coisa ou outra, nem que seja uma boa tarde e alguns risos, uma forma de sociabilidade com diferenças visíveis de apropriação do espaço para práticas de lazer e entretenimento. Mas, o ‘boom’ mesmo é quando esses meninos do grau chegam, as meninas correm pra lá e pra cá, entre cochichos e flertes. Os meninos das bicicletas não se aguentam de felicidade e falam incansavelmente do quanto precisam de uma moto, ou como queriam estar e fazer parte da ‘fábrica de monstros’ – isso bem próximo de um grupo de rapazes da “página Teresina mil grau”, rapazes estes que caminham para o reconhecimento como “digital influencer do grau”, alguns somando mais de 50mil seguidores.

O “Quebrão” evidencia um padrão de comportamento nas interações entre a galera do grau, especificamente dos pilotos para os demais grupos de interação, seja pedestre, ciclista (do grau ou não). E consiste basicamente quando alguém do grau, vai em direção a pessoa, ou grupo, como uma espécie de intimidação, jogam o peso do corpo e da moto para o lado oposto, possibilitando logo em seguida fazer uma manobra radical, seja levantar o pneu, ou um cavalo de pau – que consiste numa rasteira muito arriscada, por sinal, podendo dar muito certo, ou podendo dar muito errado.

A pessoa escolhida para receber essa interação, foi vista e percebida, por bem ou por mal, fica visado, para homens e mulheres são interações diferentes, há uma hierarquia construída, se tratando de mulheres aparece meio como um flerte, algumas

gostam, depois sobem na moto e é algo meio que não-dito. Já para homens soa muito como um sinal capcioso, passivo-agressivo de questão territorial e afirmação de masculinidade.

Outra questão importante acerca da manipulação desse espaço para benefício dos grupos, das sociabilidades e dos possíveis conflitos. É o fato que os jovens do grau, quando querem fazer X manobra, monopolizam maior parte do espaço das ruas sem grandes questionamentos. Primeiro por possuírem maior quantidade de integrantes, segundo um maior grau de organização e terceiro, por consequência, maior legitimidade.

Se um jovem quiser monopolizar uma rua para fazer suas manobras, ele pode, sozinho ou em grupo. Se grupos de conversas entre adolescentes e até os que dão grau de bicicletas, o quiserem fazer, não podem. Isso fica perceptível através de alguns marcadores de idade, mas também a própria posse da moto, e também a legitimidade conquistada através do pertencimento por fazer parte da galera do grau.

Embora haja a presença de outros rapazes e ‘damas do toque’ que não fazem parte do grupo ‘fabrica de monstros’, mas que utilizam do mesmo pedaço para produção de significados a partir do lazer, há uma disputa interna tanto de fora para dentro dos grupos, quanto de dentro para fora, quando um sabe menos manobras que o outro, ou quando aparecem com manobras novas e com equipamentos novos na moto.

Em entrevista Edson de 15 anos, que mora na vila irmã Dulce, comunidade adjacente, mas que sofre das mesmas questões estruturais, chamou o ‘céu da quebrada’ de ‘templo’. Outros colegas próximos falaram da importância do lugar, disseram que contam os dias para o domingo chegar e ir se encontrarem com os novos e antigos amigos, alguns a pé, outros de bike ou de moto.

As pessoas que frequentam esse pedaço, estão utilizando-o como uma espécie de Parque com maior incidência de uso aos finais de semana, sobretudo aos domingos. Entre segunda e sexta-feira as movimentações e interações se resumem uma pessoa ou outra que vão para fazer atividades físicas e a galera do grau de bicicleta que utiliza o espaço para além do final de semana. Há um elemento que chama atenção, o ambiente passa a ser percebido como perigoso na ausência da galera do grau de moto e da presença e interação familiar que se apresenta aos domingos.

Por ser propriedade privada, fica uma viatura de segurança-privado fazendo a ronda das casas modelos, mas especificamente para casos de ocupação, pois o mesmo não implica quanto as movimentações que acontecem no pedaço acerca da galera do grau e das outras interações.

A polícia militar nesse caso, foi rememorada quando o tom do diálogo chegou em insegurança. A questão da violência surgiu quando ninguém ao menos citou, o diálogo estava se dando sobre a presença e ausência dos grupos no pedaço e foi pontuado de forma como se violência fosse uma camada da normalidade das relações sociais dadas em áreas segregadas.

A violência não apareceu se tratando do grau de insegurança que a ‘a arte do grau’ possibilita a quem se aventura, mas da criminalização do movimento que estava acontecendo. Lembraram de um dia em que a polícia militar entrou atirando no pedaço ‘céu da quebrada’, o sol estava perdendo a cor, mas não era um problema, todos estavam com os faróis acesos, algumas meninas entraram nos matos com medo da ação dos policiais que insistiam em atirar no pneu da moto para que parassem. Enquanto isso, uma leva de jovens em motos saíram fugidos, cortando ruas, gritando, buzinando, criando rotas de fuga; o lazer foi solapado pela violência do estado, dessa vez não com ausência, mas como presença exacerbada.

Evidentemente, são modalidades ‘simples’ que não têm o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, mas, estão profundamente vinculadas ao modo de vida e tradições dessa população:

[...] analisando mais de perto as regras que presidem o uso do tempo livre por intermédio dessas formas de lazer, verifica-se que sua dinâmica vai muito além da mera necessidade de reposição das forças dispendidas durante a jornada de trabalho: representa, antes, uma oportunidade de, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, - estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. (Magnani, 1998, p. 05).



FONTE: GoogleEarth

Em suma, as categorias adotadas, entretanto, me apropriadas de forma que se tornem maleáveis o suficiente para serem pensadas nesse pedaço específico. A partir da categoria pedaço, cunhada por (Magnani, 2018), representa um espaço intermediário entre o público e o privado (casa vs rua) que estaria vinculado ao modo de vida, de maneira a manter uma rede básica de sociabilidade, onde as pessoas se reconhecem como portadores dos mesmos símbolos, gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e de vida semelhantes.

A escuta ativa no pedaço me fez perceber a existência dos pórticos, aqui elencados, como áreas de risco, onde não se deve aproximar, de certo que lá terá jovens fumando, logo, para os pedestres, ciclistas e grupos de conversas não deve ser discutido o que acontece lá. Evitam chegar perto, algumas pessoas preferem distante da mata e do rio.

O trajeto são todas as possibilidades que as pessoas têm de ocupar o pedaço, os motorizados do grau adquiriram legitimidade que possibilita ocupar qualquer lugar independente se já estiver ocupado.

A unidade de análise, chamada 'céu da quebrada' me levou a perceber a produção de sociabilidade pautada no lazer, acompanhada de práticas participativas, dialógica e autorreflexivas. Esse pedaço necessariamente foi utilizado com métrica para compreensão dos sentidos produzidos, mas esse mesmo movimento acontece em outros pedaços das periferias de Teresina, a violência policial também os acompanham pela cidade.

Dessa forma, o espaço urbano se apresenta enquanto resultado de um conjunto de relações sociais que integra pessoas entre si e lhes permite, por isso mesmo, transformar coletivamente o meio natural, concedendo-lhe função e sentido.

Para (Grafmeyer, 1994), na cidade, é precisamente a sua interação que convém considerar, ou seja, as cidades resultam sempre da necessidade que leva os indivíduos a funcionar de uma maneira constante, em contato o mais íntimo possível uns com os outros.

Nesse sentido, segue algumas fotografias de momentos célebres com aqueles e aquelas, que, conscientes ou não, do lugar social que ocupam, produzem práticas ligadas diretamente ao lazer, entretenimento e diversão, aquilo que chama de arte de dar o grau, tem sido chamado de crime também, essa dicotomia é interessante para ser pensada.

‘Rolezinho’ termina em correria e tiroteio no complexo da Ponte Estaiada; assista (portalaz.com.br)



Figura 1: Jonas Rafael, 22 anos, começou a dar grau de bicicleta hoje é um dos ‘influencer’ do grau do pedaço. Fonte: enviada pelo mesmo em conversa no WhatsApp. 2022.



Figura 2: Ismael, 15 anos, irmão de Jonas, fazendo uma manobra radical, até agora o único que consegue, disse que quer fazer grau igual o irmão. Fonte: retirada em trabalho de campo, 2022.



Figura 3: Miguel Felipe, 16 anos, faz parte da galera do grau de bicicleta, mas transita nos grupos de conversas e com a galera do grau de moto também. Fonte: retirada durante trabalho de campo, 2022.



Figura 4: Edson, 15 anos, residente da vila irmã Dulce, também faz parte da galera do grau de bicicleta – que está adesivado: "vila irmã Dulce mil grau". Fonte: retirada em trabalho de campo, 2022.



Figura 5: Diálogo antes da galera do grau de moto chegarem. Grupos como esses se encontram para ver e interagir com os demais grupos do pedaço. Fonte: retirada em trabalho de campo, 2022.



Figura 6: Da esquerda para direita: JoaraLoany 13 anos; Cristino 9 anos; Artur 13 anos, Cristian 15 anos; Chayane Beatriz 13 anos; Flávia 15 anos, primeiro da direita Elton Guilherme 22 anos. Fonte: retirada em trabalho de campo, 2022.

Referências

GRAFMEYER, Yves. Sociologia urbana. **Coleção Saber**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1994.

MAGNANI, José Guilherme Cantor & SOUZA, Bruna Mantese de (orgs.). **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo, Terceiro Nome, 2007. Pp 279.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n.1, p. 81-95, 2003.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. **Revista de Antropologia**, v. 59, p. 174-203, 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Introdução. Os Circuitos Dos Jovens Urbanos*. Nov. 2005.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. Patrimônio Cultural Urbano, 'de perto e de dentro': uma aproximação etnográfica. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 37, p. 307-329, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. A Etnografia Como Prática e Experiência. Vol. 15, 2009, pp. 129-156. **Estudos Antropológicos**. Horizontes e Porto Alegre. Acesso.: www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt.

ODOI, Emília P. “Territorialidade”. In: SANSONE, Lívio e FURTADO, Cláudio (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014.

‘Rolezinho’ termina em correria e tiroteio no complexo da Ponte Estaiada; assista (portalaz.com.br)

Vista do ASPECTOS GEOAMBIENTAIS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO SUL DE TERESINA/PIAUÍ (ufg.br)

Uso de drogas e acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a experiência de São Domingos do Maranhão

Leila Daniela Sousa Ferreira Teixeira¹⁵

Resumo

O presente trabalho visa apresentar a experiência do município de São Domingos do Maranhão na implantação dos serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes, e elucidar o perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria de mães, chefes de família, usuárias de drogas.

Palavras-chave: Acolhimento. Crianças e adolescentes. Famílias. Drogas.

Introdução

O presente relato de experiência traz o trabalho realizado pela pesquisadora que atuou como Secretária Municipal de Assistência Social de São Domingos do Maranhão nos anos de 2017 a 2020, e contribuiu ativamente na implantação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes existentes no município de São Domingos do Maranhão.

O primeiro Serviço implantado foi o Serviço de acolhimento em Família Acolhedora, através de Lei Municipal Nº 03/2018. Inicialmente o Serviço pretendia acolher crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos com direitos violados e com medida protetiva de acolhimento, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desde a implantação foram acolhidos grupos de irmãos, e dada a urgência do acolhimento e do Serviço ser recente e não haver famílias acolhedoras cadastradas em número suficiente para atender a demanda, o município precisou implantar no ano de 2019 outra modalidade de acolhimento, a Casa-Lar.

A escolha por tal modalidade, deveu-se pelo entendimento de proporcionar as crianças e adolescentes acolhidos um ambiente similar ao ambiente familiar, com estrutura de casa e com a presença de cuidadores. Até o final de 2020 a Casa já havia atingido sua capacidade máxima de acolhimento de 10 crianças, acolhendo no primeiro ano 17 crianças e adolescentes, e dada a rotatividade, a unidade de acolhimento sempre esteve lotada.

¹⁵Estudante da Universidade Federal do Piauí. leiladaniela.sd@gmail.com

A Casa-Lar “Coração de Jesus” foi implantada também através de lei municipal N^a/2019, e recebe principalmente grupos de irmãos, de faixas etárias variadas, inclusive adolescentes de 18 anos.

Um dos aspectos da implantação dos serviços de acolhimento que chama a atenção é a medida protetiva de abrigamento como alternativa de proteção integral, outro aspecto importante e que aqui quero trazer o foco é o perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria mães chefes de família, usuárias de álcool e drogas e pobres. É importante também evidenciar os índices de violações de direitos de crianças e adolescentes ocasionados pelo uso de álcool e drogas.

Objetivos

O presente relato de caso pretende abordar a experiência do município de São Domingos do Maranhão no acolhimento institucional de crianças e adolescentes e para tal irá refletir sobre os índices de violações de direitos contra crianças e adolescentes no município, analisar o perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria usuárias de álcool e drogas, e refletir sobre a medida protetiva de acolhimento como alternativa de proteção integral.

Metodologia

O presente trabalho fez-se a partir da sintetização da experiência vivida na implantação do acolhimento no período de 2018 a 2020, lembrando-se o passo a passo da implantação dos serviços, desde a legislação de criação dos Serviços, leitura de relatórios, análise de dados, participação ativa em estudos de caso, reuniões com o Ministério Público, Judiciário, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar a revisão de literatura.

Resultados

O município de São Domingos do Maranhão é um município de pequeno porte 2, segundo a classificação do IBGE, por ter 34.391 habitantes, está localizado há 386 km da capital São Luís. Em relação a política de Assistência Social era considerado como Gestão Básica, por ter os equipamentos da Proteção Básica (até 2017 – 1 CRAS) e um equipamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade (1 CREAS).

No ano de 2017, segundo dados do Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, havia 97 pessoas vítimas de violência, sendo que destas 83 eram crianças e adolescentes*. Neste ano, as principais violações foram: trabalho Infantil com 38

casos; Negligência, 33 casos; Violência Intrafamiliar (violência física e psicológica), 7 casos; Abuso Sexual, 3 casos; Exploração sexual, 1 caso e; Pessoa Com Deficiência vítima de violência intrafamiliar, 1 caso.

Os dados do CREAS relativos ao ano de 2017 apontaram para a necessidade de fortalecimento das políticas de proteção social voltadas a criança e ao adolescente, sendo decisivos na tomada de decisão para expansão dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como implantação de dois Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O município de São Domingos passou então a ter três CRAS, sendo um deles em Zona Rural, e outro em área periférica, com Serviços de Convivência sendo ofertadas nas três unidades.

Compreende-se que apesar da expansão dos serviços e do CRAS ter um importante papel preventivo, protetivo e proativo, as situações de violações de direitos ocorridas indicaram a necessidade de um Serviço de Acolhimento. O Família Acolhedora foi implantado em 2018, e já no seu primeiro ano acolheu 06 crianças, com idade de 0 a 8 anos, sendo a principal causa a negligência severa, tendo como principal autor os pais e ou responsáveis usuários de álcool e drogas. Outra característica é que as crianças são grupos de irmãos, dificultando o acolhimento, pois nem sempre a família acolhedora tem disponibilidade para receber todos os irmãos, sendo necessário separá-los.

Em 2018, o CREAS atendeu 54 pessoas vítimas de violações de direitos, destas 37 foram crianças e adolescentes sendo: 06 crianças vítimas de violência intrafamiliar, 11 crianças vítimas de abuso sexual, 01 vítima de exploração sexual, 04 vítimas de negligência/abandono contra criança, 15 crianças/adolescentes vítimas de trabalho infantil.

Os casos atendidos pelo CREAS também eram acompanhados pelo Conselho Tutelar, e em alguns casos o acompanhamento já vinha ocorrendo há mais de um ano, com tentativas de inserção das crianças vítimas em família ampliada ou extensa, contudo sem sucesso, e a implantação de outra modalidade de acolhimento tornou-se necessária.

Em 2019 a Casa-Lar foi implantada, com capacidade para acolher até 10 crianças, e já iniciou seu funcionamento acolhendo 8 crianças e adolescentes, e até o final de 2019 foram acolhidos 17 crianças e adolescentes, destas 3 foram transferidas

para o Família Acolhedora, 2 foram reinseridas na família e 2 completaram a maior idade.

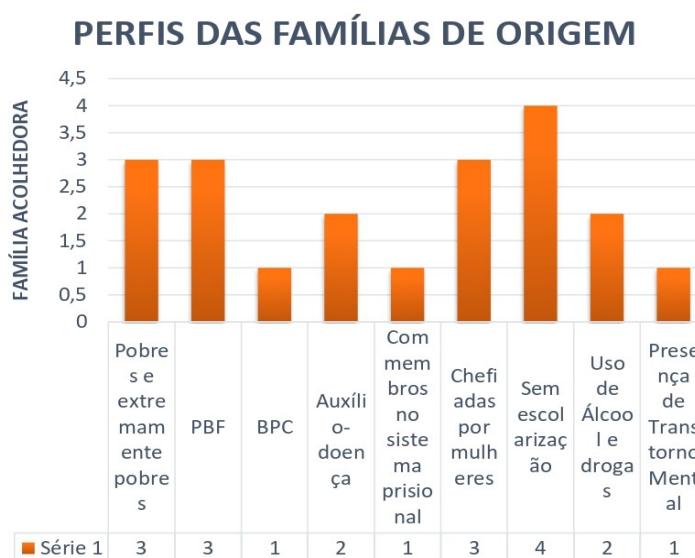
Perfis das famílias das Crianças e Adolescentes

As famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidas, conforme relatório do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para o ano de 2018 e Relatório de Acolhimento dos Serviços de Acolhimento do ano de 2019, são em sua maioria famílias monoparentais femininas, que sobrevivem principalmente do Programa Bolsa Família, estão na pobreza e extrema pobreza, não possuem escolarização e são usuárias de álcool e drogas:

Além disso, as famílias de origem são famílias numerosas, geralmente chefiadas por mulheres, que tem em média de 3 a 6 filhos, de diferentes pais e que numa mesma família há mais de um membro acolhido em família acolhedora, e que foi vítima de negligência severa.

As famílias são numerosas, e esse fato constituiu-se como um desafio para o serviço, tendo em vista que no geral as crianças e adolescentes acolhidos são grupos de irmãos. Os familiares têm dificuldade em assumir os cuidados e o serviço de acolhimento passou a ser a única alternativa dada a impossibilidade dos pais.

O Gráfico 1, apresenta o Perfil das Famílias das crianças e Adolescentes Acolhidas em até Dezembro de 2019:



FONTE: RELATÓRIO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO - 2019

As causas dos acolhimentos são principalmente as violações de direitos, sendo os pais e responsáveis, os principais agressores, impossibilitando a permanência da criança e do adolescente no domicílio, situação agravada pelo uso abusivo do álcool e de drogas.

O uso de álcool e drogas está presente em 66,6% dos acolhimentos em Famílias Acolhedoras e 76,4% dos acolhimentos em Casa – Lar do município de São Domingos do Maranhão. No período compreendido entre 2017 a 2020, as ações de prevenção e combate ao uso de drogas, foram incipientes e restritas a campanhas e palestras realizadas pelas escolas e CRAS. No município há apenas um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, contudo não é voltado para o uso de álcool e drogas.

Discussão

Para o presente trabalho compreendemos a família como o primeiro grupo humano no qual desfrutamos sentimentos de pertença, onde desenvolvemos os primeiros contatos com o mundo social, através do processo de interiorização, exteriorização e socialização. Como sujeitos desse processo, aprendemos a nos tornar seres humanos e reconhecer os outros significativos, a expressar nossas necessidades e sentimentos, a solicitar atenção e a demonstrar satisfação e afeto nas relações intersubjetivas. (SILVA, 2015,p. 85).

Nesse sentido e como esse importante espaço de pertença e socialização, ao longo dos anos, as famílias tem sofrido cada vez mais as consequências do aprofundamento da modernidade, do avanço das políticas neoliberais, com o aprofundamento da pobreza, do desemprego estrutural e fragilização nos vínculos pela presença de relações conflituosas principalmente pelo uso abusivo de álcool e drogas, favorecidas por tais conjunturas.

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, segundo Rizzini (2004) historicamente foi marcado pelo abandono em decorrência da pobreza, contudo após a instituição Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que veda a destituição do poder familiar em decorrência da pobreza, essa realidade tem mudado e em pesquisa realizada por Valente (2013), a principal causa de acolhimento no Brasil, com 20,1% dos casos e a carência de recursos aparece em 5º lugar, representando 9,7% dos casos.

Percebe-se que há uma tendência na aplicação de medida protetiva de acolhimento em casos de crianças e adolescentes filhos de usuários de álcool e drogas,

não só pela presença da violência mas pelo risco aos quais as crianças e adolescentes estão submetidos, bem como pela ausência de alternativas do Estado para tais situações.

Conclusões

Considero de grande valia a implantação dos Serviços de Acolhimento do município de São Domingos do Maranhão, como parte de políticas sociais importantes na proteção social de crianças e adolescentes. Contudo, deve-se considerar que a medida de acolhimento é medida excepcional e que deve-se investir em políticas públicas que garantam a prevenção de tais medidas.

A política de combate ao uso de drogas é incipiente no município, não tendo ações concretas que combatam, previnam e ofereçam alternativas aos usuários que precisam de reabilitação.

Por fim, os questionamentos iniciais que geraram o trabalho: medida protetiva de abrigo como alternativa de proteção integral; perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria mães chefes de família, usuárias de álcool e drogas e pobres; e índices de violações de direitos de crianças e adolescentes ocasionados pelo uso de álcool e drogas, precisam ser aprofundados para fortalecer as ações já implementadas e ações futuras.

Referências

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percursos histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Maria Jacinto Carneiro Jovino da, **A centralidade na família no discurso da Política de Assistência Social brasileira: imprecisões, continuidades e rupturas**. 2015. 326f Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015

VALENTE, Jane. **Família Acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Paulos, 2013.



GT 2 – Racismo Estrutural

Coordenação: Kaire Vinícius e Assunção Aguiar

O lesbocídio juvenil negro como proposta do estado brasileiro

Liana Maria Ibiapina do Monte¹⁶
 Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior¹⁷
 Amanda Soares Melo¹⁸
 Camilly Vitória da Silva Miranda¹⁹
 Elaine Ferreira do Nascimento²⁰

Resumo

Diante das mazelas instauradas pelo sistema e a sociedade que o compõe, o racismo estrutural se materializa como um demarcador de segregações e a toda uma juventude negra. Além do mais, quando se olha para o campo da sexualidade, atrelando este ponto da formação humana a esta problemática, o Estado e demais formas de poder exercem ainda mais vulnerabilidades. Funcionando como uma máquina de opressão e invisibilização. É pensando em como as vivências dessa juventude negra e lésbica reitera sua presença nos espaços, vive e reivindica seu direito de viver a qual se estabelece a gênese da construção deste trabalho. O estudo teórico apresenta uma visão sobre os percalços enfrentados por essas mulheres, discutindo sobre como é possível intervir nas violências e demais vulnerabilidades expostas pela tutela de órgãos de proteção.

Palavras-chave: Discriminação. Exclusão. Coletividade.

Introdução

Eu me nomeio “lésbica” porque essa cultura oprime, silencia e destrói as lésbicas, mesmo as lésbicas que não chamam a elas mesmas como “lésbicas”. Eu nomeio a mim mesma “lésbica” porque eu quero ser visível para outras lésbicas negras. Eu nomeio a mim mesma “lésbica” porque eu não quero subscrever-me à heterossexualidade predatória/institucionalizada. Eu me nomeio lésbica porque eu quero estar com mulheres (e elas todas não têm que chamarem-se a si mesmas ‘lésbicas’). Eu me nomeio “lésbica” porque é parte da minha visão. Eu nomeio a mim mesma lésbica porque ser mulher-identificada foi o que veio me mantendo sã. Eu chamo a mim mesma “Negra”, também, porque Negra é a minha perspectiva, minha estética, minhas políticas, minha visão, minha sanidade. (Clarke, 2013).

¹⁶Fundação Osvaldo Cruz-Fiocruz Piauí, lianaibiapina@yahoo.com.br.

¹⁷Fundação Osvaldo Cruz-Fiocruz Piauí/UFPI, paulo_juniorpio@hotmail.com

¹⁸Fundação Osvaldo Cruz-Fiocruz Piauí/UFPI, amandamelo@ufpi.edu.br

¹⁹Fundação Osvaldo Cruz-Fiocruz Piauí/UESPI

²⁰Fundação Osvaldo Cruz-Fiocruz Piauí/ PPGPP-UFPI, negraelaine@gmail.com

O texto parte do lugar do corpo como um espaço/território político, que implica de forma inseparável, raça, gênero, sexualidade e classe. As lésbicas/sapatonas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força e de maneira entrecruzada: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores que são tão estruturais como os três primeiros como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão, mas é preciso lembrar que a sociedade brasileira é fundada em estrutura escravagista que nunca foi superada.

As lésbicas/sapatonas negras não estão acolhidas nem em seu grupo específico, pois na verdade não existe um grupo que atenda suas demandas, pois a sociedade brasileira é atravessada pelo racismo estrutural e pela lesbofobia, tudo ao mesmo tempo. Dessa forma, se as mulheres lésbicas negras estão nos movimentos feministas sofrem racismo e lesbofobia e nos movimentos negros, as questões lésbicas não são acolhidas. É, necessário portanto, uma perspectiva interseccional dos movimentos sociais e na formulação das políticas públicas (Akotirene 2019), do contrário o sistema de proteção social disponível não dará conta e a sociedade brasileira com a convivência do Estado seguirá produzindo a violência contra a comunidade lésbica e resultando no lesbocídio negro.

Nesse sentido, existem estatísticas acerca do lesbocídio entre mulheres negras apontando que quando raça encontra gênero e sexualidade, tornam-se evidentes os contrastes sociais que segregam o ideal de universalidade feminina colocada pelo feminismo padronizado que não reflete a pluralização de contextos sul-americanos, que são majoritariamente afro indígenas. Uma outra questão importante a ser considerada é a ausência de produções sobre o tema que traga a centralidade da raça nas questões de gênero/performance, sexualidade e orientação sexual. A questão da ancestralidade histórica e a conjuntura de vida da mulher negra precisa estar no centro do debate (Carneiro, 2011; Cerqueira *et al*, 2020; Gonzalez, 2020; Lorde, 2020). Nesse sentido, Fátima Lima (2018) problematiza que, raça é atravessada por questões de gênero e sexualidades, tornando visível e dizível a produção e atuação dos modos de vida lésbicos na fratura da colonialidade (Kilomba, 2013), elaborando processos de (re)existências na construção e disputa de agendas feministas em um contexto marcado por processos diaspóricos.

Metodologia

A abordagem da pesquisa é qualitativa, o tipo de estudo é exploratório, descritivo e interpretativo crítico. (Minayo, 2004). A coleta de dados deu-se a partir da biblioteca virtual Scielo, utilizando-se os descritores: “lesbocídio”; “lésbicas negras”; “assassinatos de lésbicas negras”; “violência contra lésbicas negras”, sem recorte temporal. A primeira busca teve um total de 142 achados, mas após a aplicação de filtros, os artigos repetidos e que não tratavam de lésbicas negras foram retirados, ficando apenas um total de apenas 3 artigos e 1 dossiê. Os dados foram trabalhados por meio do método Análise de Conteúdo, modalidade temática.

Resultados e discussões

As autoras, Peres; Soares; Dias (2018) que realizaram um dossiê sobre o lesbocídio no Brasil entre os anos de 2014 a 2017, alertam sobre a negligência e preconceito com a condição lésbica/sapatonas, que é denominada como lesbofobia, sendo assim é definido como lesbocídio a morte de lésbicas/sapatonas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica, que diferente do feminicídio, as pesquisadoras descobriram que o lesbocídio não possui frequentes características domésticas e familiares. Pois, são tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito. São ações que demonstram a inabilidade de alguns segmentos da população de aceitarem as lésbicas e as respeitarem como pessoas em igualdade de direitos e deveres. No feminicídio a mulher é morta por companheiros ou ex-companheiros enquanto no lesbocídio o assassino geralmente é um desconhecido (Lima, 2019).

Além do mais, essas jovens mulheres negras também reivindicam seus espaços e lutam pela validação dos seus direitos, estabelecidos e protegidos por lei. Como afirmam Corsino e Zan (2020), elas se implicam em questões relacionadas a educação, colaborando para a construção de um ensino sem violência e estigmatização, validando suas subjetividades e estabelecendo a quebra de ações dentro de ensino que colaboram com a estrutura racista. Esse olhar e mobilização se torna fundamental para que as demais pessoas que compõe os espaços educacionais também reflitam sobre seus privilégios e proporcionem espaços de fala e escuta que não sejam centradas apenas em um viés ou a um determinado grupo.

Movimentos como o rapper, apresentado no trabalho de Mendonça e Leite (2021) são exemplos de como essas jovens negras lésbicas estão potencializando suas falas e disseminando suas vozes. Esse tipo de manifestação artística não serve apenas para denunciar ou promover articulações frente ao racismo e a discriminação, mas também funciona como uma estratégia de autocuidado. Revelando assim, como essas identidades são construídas e viabilizando um apoio mútuo e coletivo. É por meio dessa união a qual espaços de cura e fortalecimento são geridos, tendo como elementos fundamentais para o combate discriminatório social e formas de resistência.

Sendo assim, descrever e dar visibilidade das jovens lésbicas/sapatonas negras é dar um escopo interseccional a essas identidades que são essencialmente múltiplas. Jamais serão somente mulheres ou somente negras ou apenas lésbicas/sapatonas, pois nessa ação de composição coletiva de identidades os entraves para manter as mulheres em determinadas circunstâncias políticas, econômicas e culturais refletem com mais intensidade nelas. As identidades como desenvolvimento social possuem interpretações e provocam sentidos, ou seja, são construções históricas. Essas construções favorecem a continuação de privilégios e da ordem social hegemônica. Assim, tornam as identidades lésbicas/sapatonas negras vítimas de discriminações cumulativas, que gera, como principal consequência, a invisibilidade dessas mulheres na sociedade (Silva, 2017).

Conclusões

Não existe como chegar a uma comparação das invisibilidades das jovens mulheres no Brasil. Ser mulher ainda é um processo em construção na luta por espaços e por direitos, no entanto ser mulher negra no Brasil é uma luta ainda mais árdua por identidade, por direitos, pelo lugar de fala, por sobrevivência. Ser mulher negra lésbica/sapatonas é estar na contramão de uma sociedade pautada por branquitude, masculinidade e heterossexualidade, todas compulsórias. O que significa que os diversos desafios são incomparáveis e retroalimentam uma realidade que não desapareceu, mas esconde e fortalece as estruturas de opressão a que as mulheres negras lésbicas/sapatonas se encontram submetidas na contemporaneidade, é pelo direito de viver das mulheres negras lésbicas/sapatonas.

Dessa forma, é preciso pensar em como as amarras institucionais que abrangem comportamentos e serviços oprimem as vivências dessa juventude negra e lésbica. Ainda se faz necessário promover ações de desarticulem um sistema que em diversos

âmbito sonégam o direito e acesso a diversas questões que garantem a promoção de saúde e uma vida plena. É apenas entendendo e combatendo essas desigualdades será possível permitir que sejam vividas experiências genuínas, plenas e cheias de afetividade, assim como experienciadas pela branquitude heterossexual.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro: Takano Editora, 2011. p. 49-58.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência 2020**. IPEA, Brasília: DF, 2020.

CLARKE, Cheryl. **El lesbianismo: un acto de resistencia**. In: Moraga,Cherríe & Casti llo, Ana. *Esta puente, mi espalda*. San Francisco, ismpress, 1988.

_____. **Novas notas em lesbianismo**. ApoyaMutua. 26 jul. 2013. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/2013/07/26/por-que-me-nomeio-lesbica-por-cherylclarke/>.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories – episodies ofeverydayracism**. Budapeste: Interpress, 2013.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LIMA, Andreia da Silva. **Observatório LGBT**—direito à cidade e a diversidade no plano de desenvolvimento urbano e integrado da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2019.

LORDE, Audre. **Sister outsider: Essaysand speeches**. PenguinClassics, 2020.

MENDONÇA, Viviane Melo de; LEITE, Kelen Christina. O ritmo e a poesia de uma rapper lésbica nas lutas sociais. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara Marques. Lesbocídio: o estudo dos crimes de ódio contra lésbicas no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 40-50, 2018.

SILVA, Joseane Barbosa Freire da et al. Evolução histórica das políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no estado da Paraíba. **Rev. enferm. UFPE online**, v. 11, n. supl. 2, p. 1096-1102, 2017.

Oficina pedagógica: estatuto da igualdade racial relato de experiência

Maria Naira de Carvalho²¹

Maria do Socorro Borges da Silva²²

Resumo

Este relato de experiência resulta de uma ação desenvolvida em uma turma do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, da matriz curricular de Sociologia, alinhado ao Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2013) objetivou-se conhecer e analisar o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010, como dispositivo pedagógico de problematização, contextualização e de combate ao racismo estrutural. Ao considerar a importância desse documento como instrumento de garantia de direitos e combate às desigualdades sociais, discute-se como isso se reflete na prática e no cotidiano da população negra do Brasil.

Palavras-chave: Estatuto da Igualdade Racial. Racismo estrutural. Educação em Direitos Humanos

Introdução

O presente trabalho analisa o desenvolvimento de uma oficina pedagógica aplicada na Universidade Federal do Piauí em uma turma do 2º período de Pedagogia, compreendendo um total de cerca de 32 alunos participantes. Na oficina debatemos o Estatuto da Igualdade Racial como um documento e dispositivo pedagógico de combate ao racismo estrutural. Dentro desta proposta pedagógica o que se busca é colaborar no processo de ensino-aprendizagem, visando o aprendizado crítico e à luz da educação em direitos humanos (Candau, 2008) e do Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2013) como perspectiva transversal da educação, os acadêmicos produziram fanzines, socializados em forma de pequenos curtas, sendo utilizado também os próprios corpos como lugar de utopias políticas (Foucault, 2013).

Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento de uma oficina pedagógica aplicada na Universidade Federal do Piauí em uma turma do 2º período de Pedagogia, onde foi

²¹Universidade Federal do Piauí. E-mail: naira.carvalho2012@hotmail.com

²²Universidade Federal do Piauí. E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

possível debater o Estatuto da Igualdade Racial como um documento e dispositivo pedagógico de combate ao racismo estrutural.

Objetivos específicos

- Explicitar como ocorreu o processo de ensino-aprendizagem, visando o aprendizado crítico à luz da educação em direitos humanos e do Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2013);
- Demonstrar como se deu o processo de produção de fanzines, socializados em forma de pequenos curtas, sendo utilizado também os próprios corpos como lugar de utopias políticas.
- Discutir o racismo estrutural e as possibilidades para uma educação crítica, emancipadora e conscientizadora no que se refere ao tema da diversidade étnico-racial;

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto, departamento da UFPI, *campus* de Teresina-Piauí. Sendo realizada em uma turma do 2º período do curso de Pedagogia. Para a realização dessa oficina foram utilizadas 4 horas-aulas, equivalente a 4 horas, que aconteceu no período vespertino (14 às 18 horas). A oficina foi aplicada no ambiente em que os alunos estudam normalmente e foi desenvolvida com ênfase no “Estatuto da Igualdade Racial” e a produção de um fanzine, para isso, a professora regente da turma pediu uma leitura prévia do documento. Utilizou-se como material: cópias do estatuto, revistas, jornais, fotografias, tinta e pinceis. Para sensibilizar a turma utilizamos como dispositivos, dois poemas, duas músicas, bem como o próprio estatuto.

Esta oficina foi experienciada em sala de aula como uma microfísica de saber - poder (Foucault, 2014) com uma turma de Pedagogia – UFPI, da matriz curricular de Sociologia, objetivou-se conhecer e analisar o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010, e criar dispositivos filosóficos e artísticos de problematização, contextualização e transversalização dos problemas contemporâneos de violação de direitos humanos e educação, destacando o racismo estrutural a partir da produção de Fanzines. À luz da educação em direitos humanos (Candau, 2008) e do Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2013) como perspectiva transversal da educação, os

acadêmicos produziram fanzines, socializados em forma de pequenos curtas, sendo utilizado também os próprios corpos como lugar de utopias políticas (Foucault, 2013) anunciando palavras potências de afirmação da vida e dos direitos humanos, com pinturas no corpo. A performance poética da poesia e da música também foram usados no processo, provocando sensibilidade às questões étnicas raciais, principalmente da população negra e indígena. Com o uso da bricolagem, os acadêmicos usaram uma variedade de recursos, principalmente de descartáveis. O desenvolvimento se deu com ênfase na definição do que é o Estatuto, seus princípios, objetivos e eixos de garantia de direitos, apresentando um conteúdo relevante e de forma lúdica permitindo a autonomia e criatividade dos estudantes. Em pequenos grupos, foram explorados os seis capítulos do Estatuto.

Anteriormente a turma foi dividida em 6 grupos, onde cada grupo abordou um capítulo do estatuto sobre os direitos fundamentais: I. Direito à saúde, II. Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, III. Direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos, IV. Acesso à terra e à moradia adequada, V. Do trabalho e VI. Dos meios de comunicação.

Inicialmente foi feito a apresentação ao grupo/ palavra poética: (vídeo Maria Bethânia- poema de Castro Alves e a música “Um índio” e o poema “Vozes-Mulheres” de Conceição Evaristo), logo em seguida foi feito a apresentação do Estatuto da Igualdade Racial e disposições preliminares, cada grupo produziu um fanzine para a exposição no mural com o título “Carta de Protesto das Diversidades Étnico-Raciais”, cada grupo fez a socialização de suas produções. Utilizou-se a técnica “Corpo político das diversidade”- tatuar (riscar) na pele as palavras potência de afirmação e valorização das diversidades étnico-raciais, usando tintas de cores diversificadas. Eles vão se pintando enquanto escutam músicas que falam dessa temática. Em seguida, cada um vai ao centro da sala (território de passagem) e fala, grita, canta, dança... suas palavras afirmando a necessidade de concretização. Para finalizar, a música “A força da paz” _ performática, rodando e cantando _ movimentos circulares.

Resultados

Inicialmente os educandos já acolheram bem a proposta, apenas ponderaram um pouco sobre a apresentação em forma de curta, mas de modo geral os grupos tiveram bastante autonomia e proatividade.

Num primeiro momento, percebe-se que os alunos começaram a discutir dentro de seus grupos sobre os capítulos do referido estatuto, a melhor forma de produção do fanzine e como seria a socialização. Os alunos fizeram as produções em tempo hábil, de modo que no momento das apresentações, o ambiente e os grupos estavam organizados.

Analisando as produções/apresentações dos grupos, observa-se que a maioria deles destacaram em seus fanzines, artigos do estatuto, porém, associados a uma imagem do que realmente acontece no cotidiano de pessoas negras. Marcaram na pele palavras como: igualdade, SUS, liberdade, enxerga-me e diversidade. A oficina foi concluída num clima de paz e harmonia, com os alunos e a professora regente formando um círculo, de mãos dadas e fazendo a performance da música “A força da paz” de Leal de Carvalho.

Discussão e conclusão

Ficou evidente nas falas dos alunos a importância do Estatuto e que esses direitos ainda não são, em todo, garantidos na prática. Foi destacado que essa temática, muitas vezes só é abordada nas escolas no mês da consciência negra, que a população negra ainda é maioria sem acesso à terra e moradia digna, a intolerância religiosa continua forte com as religiões de matrizes africanas. Destacaram aspectos positivos como a garantia de mais afrodescendentes ingressando nas universidades e ocupando mais espaços de poder.

Os grupos destacaram em seus fanzines, frases como: A saúde não é só dos brancos. A saúde é um direito de todos. Viva a diversidade. Sobre a educação mencionaram a necessidade de se cumprir a obrigatoriedade da história africana e negra no Brasil ao longo do ano letivo e não apenas em novembro, destacaram ainda a importância da inclusão da capoeira como prática esportiva na escola. Em outro fanzine, disseram não à intolerância religiosa. Sobre o acesso à terra e moradia, destacaram que, para a população negra pós-abolição o quadro de habitação não sofreu tantas transformações. Foram da senzala ao quilombo, favelas e periferias. No que diz respeito à igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, destacaram o contraste que aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que mostrou que pessoas negras são a maior parte da população desempregada, em subocupações e com os menores rendimentos mensais no Brasil em 2020. Dos meios de comunicação destacam que poderiam dar mais visibilidade aos negros e a herança cultural negra.

Analisando os curtas, os educandos destacaram o quanto a população negra ainda está distante de alcançar a igualdade de oportunidades, por exemplo no direito à saúde, o Sistema Único de Saúde seria responsável de resolver desde os problemas mais complexos, até o saneamento básico, porém é algo que raramente chega às regiões mais periféricas, onde justamente residem a maioria da população negra. Na intolerância religiosa destacaram que o preconceito acontece duplamente, tanto em relação a cor da pele, quanto por seguir uma religião de matriz africana.

Portanto, o desenvolvimento e aplicação da oficina foram vistos como um processo produtivo para todos os envolvidos: estudantes, professora regente da turma e mestrandas do 2º período do Programa de Pós-Graduação da UFPI. Proporcionou um momento rico de colaboração, debates de ideias e várias reflexões.

Referências

BRASIL, Lei 12.288/10.**Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO ,2007.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. **Educação e metodologia para os direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin**, p. 285-298, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 ed. Rev. Roberto Machado. Rio de Janeiro: 2014.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

A ação e o protagonismo da pastoral da juventude na defesa dos direitos humanos das juventudes no Pi.

Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade²³

Resumo

O projeto tem como tema “A ação e o protagonismo da Pastoral da Juventude na defesa dos Direitos Humanos das juventudes no Piauí.” Os objetivos visam relatar a história e a formação da pastoral da juventude no Piauí tendo em vista a lacuna histórica no estado desse grupo; relacionar os marcos históricos sociopolíticos, econômicos, religiosos e as atividades da pastoral da juventude com o fenômeno da violência e da criminalização da população jovem, pobre e negra no Brasil e no Estado do Piauí; entender o papel do Estado no combate à violência contra as juventudes e por refletir o protagonismo da Pastoral da Juventude na efetivação dos direitos das juventudes a partir da percepção dos jovens dessa organização. O método utilizado é o da história oral e indutivo, será realizado 8 grupos focais com grupos de jovens das 8 dioceses do Piauí. Os dados analisados serão submetidos ao aprofundamento literário de bibliografias relacionadas ao tema juventudes, políticas públicas, violência e criminalização. A pesquisa terá, ainda, caráter exploratório e serão identificados e organizados os dados colhidos com a pesquisa através da categorização dos materiais. Espera-se a obtenção de informações satisfatórias visando à compreensão do tema apontado contribuindo para o meio científico e social.

Palavras-chave: Direitos Humanos. História. Violência. Políticas Públicas. Juventudes.

Introdução

O Mapa da Violência de 2019 (IPEA, 2019, p.25) evidencia o aumento da violência em todo o país com taxas variando de 18,5 até 152,3%, dados esses que precisam ser analisados para compreender o fenômeno da violência e responder por que o Estado do Piauí, entre as unidades da federação, apresenta uma das menores taxas de homicídios entre jovens (IPEA, 2019, p.26), o que não é compatível com a realidade tão cruel e violenta vivenciadas pelos jovens piauienses espalhados nos polos regionais e pequenas cidades do Estado.

Sabemos que a violência é uma manifestação e ação produzida culturalmente pelo homem e provocada por diversos estímulos sejam eles biopsicossocial-político-religioso ou/e econômico.

²³Universidade Federal da Paraíba. E-mail: amorimandradeadv@gmail.com.

Dentro desse pensamento, Ferreira (2005, p.02) destaca que:

pensar a violência na sociedade significa compreendê-la como parte de uma totalidade complexa. Assim, é preciso tomar o objeto inserido em uma realidade contextualizada, globalizada e dinâmica, percebendo as relações e inter-relações que configuraram a questão da violência na vida dos adolescentes e jovens.

Nesse caminho e tomando as juventudes como atores dessa pesquisa, nota-se que desde 1980 há um processo de vitimização da juventude, em que os mortos são cada vez mais jovens.

De fato, enquanto no começo da década de 1980 o pico da taxa de homicídios no país era de 25 anos, atualmente está na ordem de 18 a 21 anos. Entre 2005 e 2015 observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos (IPEA, 2017, p.27).

Nesse mesmo diapasão observa-se que ao mesmo tempo em que a juventude é vítima dessa violência, ela também está inserida em um processo de criminalização decorrente de diversos fatores, entre eles, a cor da pele, a situação financeira/econômica, o gênero, a orientação sexual dentre outros.

Persiste também nesse caminho e nas engrenagens do Governo e do Estado a ideia de que os adolescentes e jovens não são prioridades, o que gera déficit, ineficácia e ineficiência nas políticas públicas para esse público, ou até mesmo a não criação dessas políticas tão necessárias e urgentes, em sucessivas violações de direitos.

Discute-se também dentro desse universo a omissão e a negligência por parte do Estado na informação dos dados apontando as causas da violência e da criminalização das juventudes.

A partir dessas considerações preliminares, o presente estudo quer mergulhar na vida das juventudes, identificar as causas das violações de direitos humanos desse público, analisar a violência e a criminalização, identificar as políticas públicas efetivadas após a promulgação do Estatuto da Juventude, tendo como base a experiência e o trabalho da Pastoral da Juventude, que em Assembleia Nacional em 2008, lançou a primeira campanha nacional contra a violência e extermínio de jovens. O propósito dessa campanha, promovida por mais de seis anos, e que teve papel fundamental na denúncia do Estado brasileiro diante das situações de morte e violência contra as juventudes, é de que seus grupos de base e as instituições governamentais e não governamentais, as entidades religiosas e toda a sociedade discutissem os dados

alarmantes de violência registrados no Brasil e que perduram até os dias atuais contra os/as jovens encarcerados e encarceradas, os/as adolescentes em conflito com a lei, as mulheres marginalizadas, (i)migrantes e refugiados/as, em situação de rua, no mundo do trabalho, na educação, na orientação sexual e gênero, do e no campo e povos tradicionais.

A Pastoral da Juventude (PJ), é um grupo eclesial da Igreja Católica que tem como missão a defesa dos Direitos Humanos. A PJ cria projetos e programas na defesa da vida das juventudes em situação de vulnerabilidade social e é através do protagonismo juvenil e da escuta desses sujeitos que ela se destaca como promotora e defensora desses jovens no Piauí, em sua maioria empobrecidos, periféricos e negros.

Assim, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a realidade juvenil no Piauí, o presente estudo vai analisar as violações dos direitos humanos no Estado do Piauí, utilizando a divisão territorial das Dioceses Eclesiásticas da Igreja Católica do Piauí que se dividem em 08 territórios (Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Floriano, Oeiras, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato).

O primeiro caminho para início da pesquisa é dar voz à juventude, e perguntar a eles como é ser jovem no Piauí. Fazer essa aproximação e escuta é mais do que necessário e urgente, visto que os direitos humanos das juventudes cotidianamente estão sendo violados. Encontrar esses cenários e causas dessa violação e violência é dar respostas afetivas e efetivas na construção melhor de políticas públicas para a juventude do Piauí.

Partindo do pressuposto de que a juventude quer viver e ser em seus territórios, o objetivo geral desse projeto é analisar a violação dos direitos humanos da juventude pobre e negra no Estado do Piauí considerando os fenômenos da violência e da criminalização que atinge os jovens piauienses, impedindo-os de realizarem os seus desejos de vida e existência, bem como discutir o protagonismo da Pastoral da Juventude na efetivação das políticas públicas juvenis.

Justificativa

O projeto se solidifica com a justificativa de discutir a identificação das políticas públicas, planos e projetos em desenvolvimento no Estado do Piauí para as juventudes, a atuação da Pastoral da Juventude na defesa dos direitos humanos da

população jovem, escutar os jovens e produzir conteúdo sobre o tema. Com isso, pretende-se colaborar com os subsídios existentes somando mais resultados relevantes acerca dos estudos científicos desenvolvidos na área, analisando os fundamentos teóricos dos Direitos Humanos e a organização do Estado e suas políticas, principalmente, as de prevenção do crescimento da violência e da criminalização da população jovem no Piauí.

Assim, parte-se da seguinte questão norteadora: o que tem provocado o aumento da violência e da criminalização dos jovens piauienses? Em quais setores as políticas públicas específicas de juventude estão concentradas? Há um trabalho específico do Estado? Quem defende essa população? Os jovens são ouvidos em seus anseios, medos, sonhos e necessidades? Logo, como hipóteses para o campo da violência, do crime e da criminalização, das políticas públicas e de espaços de defesa dos Direitos Humanos e dos jovens, o pesquisador pressupõe a existência de conflitos entre gangues e facções criminosas que aumenta a violência, o tráfico de drogas, a exploração sexual infanto-juvenil, a falta de políticas efetivas no Estado e de organizações que defendam os direitos humanos das juventudes.

O Estado do Piauí, no Brasil, ocupa o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com média de 0,713, e possui uma grande massa carcerária de jovens, o que não foge da realidade nacional, pois atualmente o país conta com quase 700 mil pessoas privadas de liberdade, segundo dados do Ministério da Justiça, dos quais, 30% têm entre 18 e 24 anos, e 25% entre 25 e 29 anos. Os jovens compõem a maioria da população prisional brasileira, segundo relatório do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

O Piauí conta, atualmente, com 4.486 pessoas privadas de liberdade distribuídas nas diversas unidades prisionais. A quantidade de jovens privados corresponde a 57% do total, sendo, 18 a 24 anos: 33% e 25 a 29 anos: 24% (SECRETARIA DE JUSTIÇA DO PIAUÍ, 2021).

Nessa situação, em grande parte, a mídia tem forjado e produzido uma imagem dos jovens, estigmatizando-os, principalmente os jovens negros e da periferia. Isso é uma constante em jornais do Estado, que ao tratarem de jovens negros, carregam muito de um preconceito estrutural da sociedade. Para ajudar nessa reflexão, literaturas como de Raquel Rolnik e Ermínia Maricato (1994; 1996; 2000) discutem as reverberações da

segregação socioespacial no espaço urbano, destacando em seus estudos como se segrega e como as cidades foram construídas para dividir em blocos e camadas os espaços dos ricos, e os espaços dos pobres. A periferia como lugar de convergência das movimentações populares e o centro como apoio para as elites.

Diante de muitas consequências provocadas por deficiências e mazelas do Estado, podemos perceber de forma tímida, saídas, ações e projetos que interrompem esses ciclos de violência, crime e estigmas.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a ação e o protagonismo da pastoral da juventude na defesa dos direitos humanos da população jovem no Estado do Piauí.

Objetivos Específicos

- Relatar a história e a formação da pastoral da juventude no Piauí;
- Relacionar os marcos históricos sociopolíticos, econômicos, religiosos e as atividades da pastoral da juventude com o fenômeno da violência e da criminalização da população jovem, pobre e negra no Brasil e no Estado do Piauí;
- Entender o papel do Estado no combate à violência contra as juventudes;
- Refletir o protagonismo da Pastoral da Juventude na efetivação dos direitos das juventudes a partir da percepção dos jovens dessa organização.

Fundamentação teórica

No Brasil, os debates e construções sobre as políticas públicas, criações de planos a nível federal e estadual, e projetos para as juventudes é recente, visto que no fim do século XX os jovens estavam incluídos nos programas governamentais de todas as faixas etárias, não havendo programas específicos, como nos anos 90 quando as políticas específicas para juventude eram pautadas apenas nas políticas públicas de educação e assistência social e em poucas ações.

No início dos anos 2000 e com as transformações na sociedade, principalmente no favorecimento de políticas de participação e inclusão social e órgãos de controle do Estado, a juventude ganha novo status e passa a ser sujeito de direitos e protagonista dos processos sociopolíticos, sobretudo em manifestações e projetos locais, descentralizados e nos municípios do país (Castro, 2009).

São nos municípios que ocorre o florescimento e o fortalecimento de ações e políticas públicas para os jovens, mesmo que de forma tímida. Além desses trabalhos, é possível encontrar várias iniciativas advindas de movimentos sociais, organizações juvenis e conselhos de direitos espalhados pelo Brasil, e como resultado desta organização, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 65/2010, bem como a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que cria o Estatuto da Juventude, tudo isso visando a ampliação, implementação e garantia de direitos e deveres para essa população.

Nesse movimento crescente de diversidade e mudanças profundas nas identidades juvenis, é necessário contextualizar e destacar que o Piauí apresenta nos 10 primeiros anos de 2000 a maior taxa de analfabetismo e desemprego na Região Nordeste, no segmento etário com mais de 15 anos. Estes respectivos números alertam a necessidade do fomento e o acesso ao ensino público de qualidade, como um caminho para barrar a grande evasão escolar (IPEA, 2000) e como área importante para ser trabalhada as políticas públicas de juventude.

Mas o que é juventude? Segundo Freitas (2005), juventude é um tempo marcado por diversos desenvolvimentos, experimentações, definições e mutações de ordem biopsicossocial e religiosa. Falar de juventude é preciso uma terna motivação de construção e desconstrução das identidades e, principalmente, do lugar onde ela se encontra.

Também é importante destacar que o termo juventudes no plural, que será empregado no decorrer do projeto, não está ligado somente a questão quantitativa, mas ao processo de formação e construção do ser, levando em consideração suas especificidades, diversidades, pluralidades e realidades das mais diversas possíveis (Bourdieu, 1983; Novaes, 1998; Carrano, 2000; Castro & Abramovay, 2002; Abramo, 2005)

O Piauí tem uma população de 3.118.360 habitantes, sendo que 145.636 é a população de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) em seu artigo 1º §1º considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (IBGE, 2010).

Com uma volumosa população de jovens, o Piauí também apresenta inúmeros problemas a serem enfrentados que vão desde a grande quantidade de desempregados, a

situações de violência contra mulher e a população LGBT, a drogadição (tráfico de drogas) e a gravidez precoce, quadros que atingem a população jovem (Carvalho, 2010).

Partindo dessa diferenciação, da conceituação de juventudes e da síntese de problemas sociais, é oportuno compreender que a violência e a criminalização dos jovens passam por questões sensíveis e de violação dos direitos humanos, e perceber que o movimento e o crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social, da falta ou da má qualidade dos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos seja durante a transição no processo de redemocratização do Brasil, ou na implementação de políticas públicas efetivas e afetivas, e também no intuito de enfraquecer o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça.

Segundo Velho (2004), a construção do fenômeno da violência não está apenas no uso efetivo da força física, mas na possibilidade ou ameaça da sua concretização por vários meios, inclusive o institucional, com modelos arcaico, patriarcal e racista. O autor também afirma que a violência é o uso da agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato estrutural, simbólico e/ou de poder.

Nessa base de raciocínio e observando os discursos da mídia, encontra-se análises dos efeitos e não das causas geradoras da violência e da criminalidade, criando uma declarada guerra às juventudes, como agente social que não tem compromisso, gerando uma onda de descrédito na pessoa humana e depositando a culpa de todos os problemas sociopolíticos nessa faixa etária tão vulnerável e estigmatizada, sem contar que são taxados como potencial sujeito para cometer crimes.

Nesse diapasão, o conceito de violência de Costa (2005) se coaduna com o de Velho (2004) ao afirmar que a violência está contida no contexto grupal, quando entendemos como se constitui as juventudes e, especificamente, de juventude pobre, desassistida, e como esta relação se desdobra na atualidade.

Um dos fatores que evidenciam a desigualdade social e expõem a população jovem à violência é a condição de extrema pobreza que atinge 12,2% dos 34 milhões de jovens brasileiros, membros de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Mas não se pode destacar que a violência, somente, afeta mais os pobres, será usual fazer um raciocínio simplista de que a pobreza é a principal causadora da

violência entre os jovens, mas isso não é verdade. O fato de ser pobre não significa que a pessoa será violenta. (Waiselfisz, 2014; IPEA, 2010)

O Mapa da Violência no Brasil analisa a evolução das mortes violentas de jovens entre 1980 e 2016. Os números são assustadores e alarmantes, pois no período em questão, foram computadas cerca de 2.459.791 vítimas de homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. (Waiselfisz, 2014).

O autor do Mapa destaca quatro aspectos importantes referentes a esses dados: o primeiro é que as taxas de mortalidade caem no total geral da população e que as causas externas (homicídio, acidente de trânsito e suicídio) aumentam em relação a juventude; o segundo aspecto é que os aumentos das taxas de violência estão relacionados aos homicídios em primeiro lugar, em segundo ao de suicídios e em terceiro aos de acidentes de transporte, o terceiro aspecto é que os acidentes de trânsito tem declínio com a entrada em vigor do Estatuto do Trânsito e retomam o crescimento nos anos 2000, com um aumento de 36% entre 2000 e 2012; finalmente, o quarto aspecto são os suicídios que vem aumentando desde a década de 1990 (Waiselfisz, 2014, pag. 22-23).

No entanto, ainda nos deparamos com uma realidade revelada pelos números estatísticos, por vezes vazios e desprovidos de sujeitos. Nesta última década foram realizadas diversas pesquisas, cujo objeto, na maioria dos casos, foi a questão da violência, do crime, mas sem escutar os jovens, atores e sujeitos da problemática.

Adorno (2002), comentando sobre a criminalização das juventudes, diz que as pessoas, diante delas, normalmente retrucam: “Está certo, estou convencido de que jovens são vítimas. Mas e os jovens que estão aí agredindo, matando, furtando, cada vez mais violentos, cada vez usando armas perigosas?”. Noutros termos, a narrativa que reconhece a condição de vítimas dos jovens é logo contraposta pela narrativa do jovem violento.

Segundo Fraga e Iulianelli (2003, p.12), “o elevado índice de mortes violentas entre jovens, destacadamente os mais pobres, tem apontado para a configuração de uma sociedade que elimina seus ‘indesejáveis’, principalmente os que estão apartados do consumo.”

Portanto, é notório se por um lado os jovens sofrem as maiores violências, por outro, o índice daqueles que cometem violência também é alto. O que é contraditório é

perceber que a maioria das análises é feita com o foco somente na juventude, sendo ela a responsável por tais índices. Outro detalhe é a carência de campanha de esclarecimentos sobre a dinâmica entre renda e mercado de trabalho, educação, violências (policial, gênero e outros), artes e diversidade cultural relacionada aos jovens, excluindo-os de terem acesso ao mínimo de direito e os criminalizando por estarem em situação de vulnerabilidade. (Adorno, 2002)

Santibanez (2014) destaca que adolescentes e jovens, antes de completarem a maioridade e principalmente depois, aqueles que estão em conflito com a lei são público-alvo da política de encarceramento e/ou da violência policial, como também reféns da ausência de investimentos de segurança pública, o que tem contribuído na produção de efeitos em outras dimensões da vida social, como: educação, mercado de trabalho, culturas e outras formas de sociabilidades dos jovens.

Nesse sentido Silva Júnior e Garcia (2017) tem a mesma visão em considerar que a saída para esse problema social não seja a prisão dessa faixa etária, ou seja, que a população brasileira não pode responder essa questão com anseios punitivistas pois, estão alicerçadas na vingança e sem a devida observância das causas geradoras de infração, crime e violência.

O que se quer colocar com tudo isso é o fato da faixa etária que corresponde à juventude ser a mais atingida pela mortalidade e pela negligência do poder público.

A violência é um símbolo historicamente construído e infiltrado nas nossas mentes, seja a partir dos horrores que garantem a audiência da tevê, seja pelas notícias embebidas de sangue dos jornais impressos. A juventude precisa de símbolos que mostrem não apenas as pedras do caminho, mas também as possibilidades que esse caminho oferece, construído e sendo informados de seus direitos humanos, ao lazer, à cultura, ao emprego e educação, dentre outros. Embora alguns trabalhos estejam sendo realizados com a juventude, eles deixam a desejar, pois não abordam a vitimização dos jovens e outros aspectos sociais importantes. (Passeti, 1999)

Portanto precisa-se de políticas públicas que revertam o processo de violência contra jovens e a culpabilização dos mesmos, em especial dos jovens negros e pobres. Noutros termos, é preciso invalidar os estigmas que definem essa população, tão considerável do ponto de vista do nosso país.

Metodologia

O método que será utilizado na pesquisa é o da história oral. Também vale considerar o recorte temporal que a pesquisa se submeterá, de 2009 a 2019 (antes da pandemia do Covid 19), período de efervescência das discussões e do protagonismo da juventude frente as políticas públicas.

Serão comparados ainda os dados do Mapa da Violência e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, dos anos de 2009 a 2019, para base e aprofundamento da discussão travada nessa dissertação apontando as causas da violência no Piauí. Além de questionário que será aplicado com os jovens da Pastoral da Juventude em 8 grupos focais nas oito dioceses do Piauí.

Será realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos em revistas científicas, publicações jornalísticas, cartas, relatos, entrevistas, depoimentos, arquivos eclesiais e governamentais etc. sobre a história da pastoral da juventude no Piauí, a violência e a criminalização da população jovem no Piauí, as políticas públicas de juventudes implementadas no Brasil e no Piauí, a Pastoral da Juventude e seus processos internos de relação com o Estado, Governo e Políticas Públicas e o protagonismo na defesa dos direitos humanos da população jovem do Piauí.

Com a mesma perspectiva quanti-qualitativa, os sujeitos a serem abordados nesse processo são os jovens membros da Pastoral de Juventude – PJ cujo foco temático se vincula à religião católica.

Método que também será utilizado é o indutivo, pois a pesquisa quer reunir aspectos recorrentes nas falas dos jovens, de modo a observar pontos e aspectos singulares para promover uma série de reflexões sobre a realidade da juventude piauiense.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G. (Org.). **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo, Brasília: RITLA, 2009.

ADORNO, S. **Adolescentes, crime e violência**. In: ABRAMO, H. W. et al. Juventude em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, pp.97-109.

CARVALHO, S. **A política criminal de drogas no Brasil**. São Paulo: Lumen Juris, 2010.

- CASTRO, J; AQUINO, L.; ANDRADE, C. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- COIMBRA, C. M.B.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social**: entrevista com Loïc Wacquant. Rio de Janeiro: 30 de setembro de 2005. *mimeo*.
- COSTA, M. B. **As Subjetividades do Jovem Infrator na passagem pela Liberdade Assistida**. 2005. 66f. Monografia (Ciências Sociais). Universidade Federal do Piauí–UFPI, Teresina, 2005.
- FERREIRA, Maria Dalva Macedo. **Juventude, violência e políticas públicas: entre o direito e a (in)justiça institucionalizada**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/maria_Dalva_macedo187.pdf. Acesso em: 01 mai. 2021.
- FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. São Paulo: DPEA, 2003.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Segurança Pública**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos** / IPEA. Brasília: O Instituto, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Estudos Urbanos. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NÚCLEO CENTRAL DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL; DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ. **Estudo Descritivo dos homicídios Dolosos em Teresina no ano de 2013**. Teresina, 2014.
- PASSETTI, E. **Violentados: Crianças, adolescentes e a justiça**. 1ª ed. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.
- SANTIBANEZ, D. et al. **As narrativas do medo e a criminalização da juventude: o discurso punitivo contra adolescentes em conflito com a lei**. In: Inter-ação, Goiânia, 2014.
- SILVA, M. S. P. **Universidade Católica de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-17.pdf>. Acesso em: 15 jun. de 2020.
- SILVA JÚNIOR, N.G.S.; GARCIA, R. M. Proposta de redução da maioridade penal: a prisão como vingança e equívoco social. **Revista Espaço Acadêmico** nº199-Dezembro/2017.
- VELHO, G. **Violências e conflitos nas grandes cidades contemporâneas**. VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal. 2004.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**. Os jovens do Brasil. Brasília: Ed. FLACSO, 2014.

RACISMO EMPRESARIAL: CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO NASCIMENTO E FORTALECIMENTO DA NOVA DIRETRIZ DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Leonardo Gonçalves Freitas²⁴

Resumo

A instrumentalidade do racismo estrutural se diversifica de acordo com as relações de poder e de micropolítica que se potencializam de maneiras diversas e adversas, o que reflete no cotidiano dos sujeitos, que nesse empasse de agressão social, torna – se maneiras de acesso de pessoas que praticam o racismo no Brasil. O objetivo desse artigo é caracterizar e apresentar através de um estudo de campo como é construído no Brasil contemporâneo o racismo empresarial. A metodologia utilizada nesse trabalho é etnográfica, na condição de mapeamento e uso de referencial teórico como sistema de justificativa. É uma pesquisa em andamento, na realização e construção de uma nova ramificação teórica, a partir da caracterização do racismo estrutural.

Palavras-Chave: Racismo Empresarial. Políticas Sociais. Micropolítica.

Introdução

O corpo que ocupa o território da exclusão no Brasil, se enraizou antes mesmo de pensarmos sobre uma condição de blindagem nossa relação com o espaço e o tempo. Na maioria dos levantamentos realizados neste País, sobre os corpos negros, sobre as vidas negras, é de pontuar a relação sócio existente que foram empurrados, e condicionados a sobreviverem.

O nome comercial, nome de empresa ou nome empresarial é um dos mais vetustos institutos do direito de propriedade industrial, remontando à origem do tráfico de mercadorias. Constitui sinal distintivo do empresário, identificando-o como sujeito de direitos e obrigações, podendo, ainda, distingui-lo de seus concorrentes caso seja usado no exercício de sua atividade econômica.

Trata-se o nome de empresa de bem imaterial, sendo um dos sinais distintivos de maior relevância e valor para o seu titular, objeto de um direito, a rigor, absoluto de utilização, cuja proteção encontra-se sob o pálio das normas que disciplinam o registro do comércio e a propriedade industrial. Todavia, a proteção ao nome de empresa é problema crônico no Brasil, sendo, desde o século XIX, objeto de intensos e insolúveis

²⁴FMU-São Paulo

debates. Muito se discutiu quanto à natureza, função, extensão e âmbito territorial de proteção ao nome comercial, especialmente no tocante ao conflito com nomes empresariais idênticos ou similares ou ainda, com outros sinais distintivos (como marcas, insígnias e títulos de estabelecimento).

O objetivo central do trabalho é abordar e analisar de que forma a partir da conceituação do racismo estrutural a funcionalidade e existência do racismo empresarial. Propõe-se assim, apresentar fatos na condição de pesquisa social de campo e fundamentos jurídicos para demonstrar a importância da relação de conformidades desta diretriz.

1. Fundamentação Teórica

1.1 Função social da propriedade

1.2 Conceito de nome empresarial

Inicia-se este estudo conceituando o elemento identificador do empresário, ou seja, definindo o que seja nome empresarial. O conceito de nome empresarial como conhecemos, surgiu no ordenamento jurídico somente a partir da promulgação da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. A publicação desta lei foi um dos indícios de que o Brasil estava na iminência de direcionar-se a uma nova teoria para regular as relações entre comerciantes, ilustrada no atual código civil brasileiro. A adoção da teoria da empresa trouxe o conceito de empresário, sedimentando a ideia de empresa, como atividade por ele exercida.

Quando um indivíduo com espírito empreendedor deseja exercer uma atividade empresarial - diga-se empresa - este deve registrar-se na junta comercial de seu estado, indicando a atividade econômica que será exercida, endereço da sede, data da constituição, Número de Identificação do Registro de Empresa - NIRE, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, e nomes dos representantes legais da empresa.

Antes de adentrarmos a fundo nas disposições sobre a função social da empresa, se faz necessário um brainstorm sobre a função social da propriedade, pois estão muito bem relacionados. Ainda no Código Napoleônico, de 1804, o direito de propriedade privada foi definido como o “direito de gozar e dispor de coisas de maneira mais absoluta, desde que delas não se façam uso proibido pelas leis e regulamentos”.

Este entendimento de absoluto direito de gozo foi superado ao longo da evolução legislativa mundial, uma vez que restou entendido que o direito de propriedade é mais do que um direito de agir sobre a coisa, é também uma obrigação de não fazer. A propriedade tem importante responsabilidade quanto à subsistência do cidadão dentro da coletividade, sendo que o direito à subsistência garante, ao mesmo, condições mínimas para que a família e a comunidade possam levar uma vida digna.

A Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 170, através dos incisos III e IV, garantem a incidência dos princípios da propriedade privada e da função social desta, o que cumpre com as disposições fundamentais, do mesmo ordenamento jurídico, que em seu artigo 5º, inciso XXIII, que alude que “a propriedade atenderá a sua função social”.

1.3 Função social da empresa: conceito

A função social da empresa pode ser compreendida como um conjunto sistêmico de dispositivos legais que objetivam disciplinar empresas para que não busquem somente almejar os lucros que serão obtidos no exercício de suas atividades, mas também, para que se importem com os impactos de suas ações e decisões perante a coletividade.

Para Eduardo Tomas Evicius Filho, a função social da empresa é o “Poderdever de o empresário e os administradores da empresa harmonizarem as atividades da empresa, segundo o interesse da sociedade, mediante a obediência de determinados deveres positivos e negativos”.

Já Almeida (2003), citando Waldírio Bulgarelli, afirma que “A função social da empresa deve ser entendida como o respeito aos direitos e interesses dos que se situam em torno da empresa”.

A atividade empresarial está sujeita a diversos efeitos, internos e externos, que podem contribuir para sua atividade econômica e o seu crescimento regular. Concomitantemente, possui a capacidade de gerar efeitos internos, por fatores endógenos, e externos, através de fatores exógenos, na sociedade que está inserida.

1.4 A função social da empresa no ordenamento jurídico brasileiro

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a mudança de pensamento e direcionamento das empresas modernas brasileiras. Logo em seu artigo 1º, através do

inciso IV, prescreveu que o Estado Democrático de Direito teria como fundamento “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”.

Em seu artigo 170, que inaugura a ordem econômica no ordenamento, logo no caput, dispõe que a Ordem Econômica é “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”, assegurando a todos uma existência digna.

Estes valores podem parecer distantes entre si, entretanto devem ser trabalhados de forma interligada dentro da função social da empresa. A valorização do trabalho humano, como um direito social, garante ao cidadão o direito ao trabalho digno, em condições favoráveis e direciona o empregador ao entendimento de que cabe a ele proporcionar ao trabalhador um ambiente de trabalho regular, em condições dignas para a realização das atividades laborais.

2. Metodologia

Utiliza – se nessa pesquisa a condição qualitativa, norteadas pela função etnográfica de produção, função holística. Foi e está sendo realizado um mapeamento de ação para fatos e atos, logo após a estrutura é catalisada e potencializada através da descrição dos áudios, vídeos e relatos. Por fim, a clarividência das ações dialogadas com autores.

3. Resultados Parciais

Brown e Barnett (1942) em seus estudos sobre a estrutura social afirmam que o padrão de arranjos e interações no interior de uma sociedade, os quais emergem e determinam as ações dos indivíduos, é o que constitui e pode ser identificado como uma estrutura.

Assim, a estrutura social referir-se-ia à colocação e à posição de indivíduos e de grupos dentro de um sistema de relações e obrigações, os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, uma série de direitos e deveres, aceitos e praticados entre si: “Nós sugerimos que esse agrupamento de indivíduos em termos de padrões significativos de relações de obrigações seja identificado como estrutura social¹⁷” (Brown; Barnett, 1942, p. 35).

Durante um passeio em um shopping da cidade de Teresina, capital do Piauí, jovens entre 18 e 23 anos relatam em suas redes sociais sofrerem racismo dentro do

local, pela dona da própria loja. Após as divulgações através das redes, tomou uma grande proporção na cidade. Mas o trabalho de apresentação de ações facilitadoras, por parte de espaços públicos possíveis, não foi manifestado. Assim, a sociedade, percebe apenas a ação do pressuposto começo que não tem fim.

Figura 1 – Racismo em lojas da cidade de Teresina (PI)



Fonte: Reprodução

Figura 2 - Racismo em lojas da cidade de Teresina (PI)



Fonte: Reprodução

Outro caso apresentado nesse estudo, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, estudantes de Cabo Frio foram ao Rio de Janeiro numa excursão escolar denunciam que foram vítimas de racismo e constrangimento nas Lojas Americanas do Shopping São Gonçalo, na Região Metropolitana. Vídeos feitos logo após o ocorrido mostram quando a coordenadora da escola voltou à loja para cobrar uma posição da gerência e descobriu que a funcionária tinha ido embora. A direção das Lojas Americanas disse que logo que tomou conhecimento do ocorrido, começou a apurar os fatos. Disse que a funcionária tem deficiência na fala e que isso a obriga a aumentar o tom de voz. Falou ainda que o incidente foi esclarecido com professores e alunos.

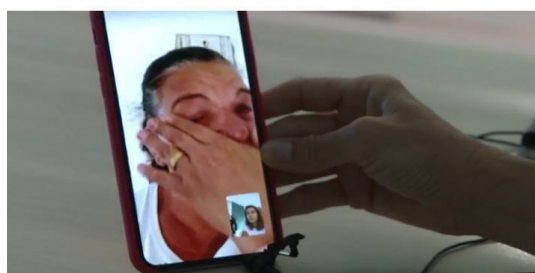
Figura 3 – Reprodução do vídeo da reportagem do G1



Alunos de Cabo Frio denunciam racismo em loja de shopping do RJ

Fonte – G1.com

Figura 4 – Reprodução do vídeo da reportagem do G1 – Mãe de aluno



Alunos de Cabo Frio denunciam racismo em loja de shopping do RJ

Fonte – G1.com

O relato dos pais na indignação dos filhos, propõem a pensar que os esforços de compreensão das estruturas sociais trazem no bojo diversos debates, dentre eles, sobre o que possuiria primazia de influência nos fenômenos de comportamento e consequente relevância ou irrelevância sobre a categoria. Seria a agência do indivíduo, sua capacidade de agir independente e fazer suas decisões e escolhas de forma livre, o que forma a estrutura ou seria a estrutura, o padrão recorrente de arranjos sociais que influenciam ou limitam as oportunidades disponíveis e consequentes escolhas, condicionante da agência individual:

O meu filho ficou branco de vergonha. Ele chegou em casa com vergonha de falar comigo que sou mãe. Ele não falou. Entrou para o

quarto e ficou no quarto. Muito triste... e eu não estava lá pra defender ele.

Eu tô indignada com um troço desses. Teve uma moça que começou a acusá-los de ladrão, dizendo que todos os alunos do Ciep roubam e chamando segurança e levando eles pra fora”, disse Patrícia Monteiro Rodrigues, mãe de um dos cinco alunos do Ciep 193 Wilson Mendes, de Cabo Frio.

Young afirma que Nozick partilha com Marx uma importante compreensão sobre a Justiça, a de que “os processos que produzem padrões distributivos são tão importantes quanto os padrões distributivos por si mesmo para avaliarmos justiça” (Nozick, 1974 apud YOUNG, 2006, p. 92), a falha foi ignorar os elementos de poder que influenciam as manifestações de vontade nas transações históricas, que ele valida como fonte de observação da índole justa ou injusta dos acúmulos.

A expressão da relevância de uma obra é a quantidade de pessoas que se dedicam a criticá-la e os esforços neocontratualistas de Rawls, com foco na estrutura básica da sociedade, foram criticados por motivos inúmeros explicitando a natureza paradigmática da obra do pensador.

Apesar de seu caráter revolucionário Rawls “neutraliza” relevante elemento formador da estrutura e informador das instituições, o poder de tomar decisões, ou seja, as pessoas que em razão da posição social que ocupam detém o direito de fazer decisões institucionais que impactam na vida de outros e reforçam estruturas e processos estruturantes mantenedores de privilégios e discriminações.

Considerações

Em cada parte do Brasil o racismo vem agregado a outras formas de preconceito que são inseridas na sociedade através do discurso de ódio. Apesar de representar mais da metade da população brasileira, os afros brasileiros (considerando negros e pardos, conforme o IBGE) representam, apenas, 17,4% do total da parcela mais rica do país. A taxa de desemprego para estes é 50% superior ao restante da sociedade e a renda de uma família negra é a metade da renda de uma família branca no país.

Com o passar do tempo o mercado de trabalho tem se preocupado cada vez mais com a necessidade de contribuir para que se estabeleça a igualdade racial na sociedade, incentivando, através de programas de contratação, o ingresso destes nas

empresas empregadoras. Uma das maiores preocupações das empresas está relacionada aos cargos de chefia.

Considerando números de inclusão do negro no mercado de trabalho podemos observar uma melhora no decorrer do século XXI, entretanto, este ingresso ainda se mantém estagnado nos cargos inferiores de trabalho.

Essa pesquisa é contínua, tem como foco central a criação de um livro para a ampliação dessa discussão, uma nova linha teórica necessidade de levantamentos e um cuidado para se manter no mesmo diagnóstico históricos que outros autores vem construindo.

Referencias

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. Pasquino, Gianfranco. UNB, 2020. **Dicionário de Política**. (2004, p. 1059)

ALMEIDA, Maria Christina de. **A Função Social da Empresa na Sociedade Contemporânea: Perspectivas e Prospectivas**. Volume 3, 2003.

AMARAL. Dr Luiz Fernando de Camargo P. do. **Função Social da Empresa e Responsabilidade Social: Cidadania Empresarial em Foco**. OAB-SP. 2012

ARISTÓTELES. (322 a.C.), **Ética a Nicômaco**, em: Caeiro, A. C. (2009), São Paulo: Atlas Editora. O racismo na vida, no trabalho e a luta diária para combatê-lo <https://contrafcut.com.br/noticias/artigo-o-racismo-na-vida-notrabalho-e-a-luta-diaria-para-combate-lo-ab10/>.

COMPARATO, Fábio Konder. **Função Social da propriedade dos bens de produção. In Direito empresarial: estudos e pareceres**. São Paulo: Saraiva:1995.

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. “Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil”. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30077>.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALTUNG, Johan. “Cultural Violence”. **Journal of Peace Research**. v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wpcontent/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

AS EXPRESSÕES DO RACISMO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA MARXISTA: OQUE DIZEM AS DISSERTAÇÕES E TESES NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Márcia Cristina Ferreira Brandão²⁵

Isabel Mariana Ferreira da Silva²⁶

Regina Rodrigues Medeiros²⁷

Resumo

O racismo carrega diversas violências que se manifestam no formato de desigualdades econômicas, políticas e jurídicas (Almeida, 2019) e que afetam a população negra em todos os aspectos de suas vidas, desde as relações profissionais até as afetivas. Alguns pesquisadores e pesquisadoras vem pesquisando sobre as expressões do racismo, utilizando o método do materialismo histórico-dialético como método de pesquisa capaz de compreender e desvelar a realidade concreta da sociedade capitalista e todas as suas contradições. Diante disso, buscou-se analisar como os pesquisadores(as) vem abordando o racismo em suas pesquisas a partir da abordagem da teoria crítica marxista e quais contribuições, desafios e equívocos essa experiência tem proporcionado. Neste sentido, foi utilizada como fonte de pesquisa a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), onde pesquisou-se as produções realizadas nos últimos dez anos (2012-2022), usando os descritores “racismo” e “marxismo”. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, do tipo Estado da Arte e pela técnica de Análise de Conteúdo, onde, a partir dos filtros utilizados, foram encontrados cinco trabalhos, sendo todos do tipo Dissertação.

Palavras-chave: Racismo. Raça. Materialismo Histórico-Dialético.

Introdução

A população negra, proveniente principalmente da África, chegou ao Brasil no século XVI, época colonial, sujeita ao trabalho forçado pelos senhores dos engenhos, não tendo oportunidade de escolha, e, quase sempre, distante da família. Como forma de resistência foram construídos os quilombos, na tentativa de fuga dos maus-tratos sofridos nas senzalas (Brasil, 2016).

Pessoas negras eram desumanizadas, coisificadas, tratadas como inferiores, sem valor. “A pessoa negra é identificada como um objeto ruim, sendo projetada sobre sua existência a agressividade, a sexualidade, a ameaça, o perigo, a violência e a sujeira” (Kilomba, 2019).

²⁵ Discente do PPGS-Universidade Federal do Piauí. Correio eletrônico: marciabrandao4@gmail.com.

²⁶ Discente do PPGS-Universidade Federal do Piauí. Correio eletrônico: silva94isabel@gmail.com

²⁷ Discente do PPGS-Universidade Federal do Piauí. Correio eletrônico: regiinamedeiros18@gmail.com

Com o passar dos anos a presença do colonialismo ainda permanece forte em países como o Brasil, onde se vive o mito da democracia racial. Desde a época da escravidão até os dias atuais o racismo permanece no seio da sociedade brasileira, apenas se manifestando de formas diferenciadas.

Nesse sentido, mesmo que ainda de forma tímida, verificou-se que muitos pesquisadores e pesquisadoras, nos últimos anos, passaram a se debruçar sobre a temática do racismo, vislumbrando a importância científica e social desses estudos, na perspectiva de que eles pudessem contribuir na identificação das opressões vivenciadas pela população negra, bem como nas estratégias de resistência e formas de enfrentamento da questão.

Muitos desses estudos recorrem ao materialismo histórico-dialético de Marx como método por ele dar conta de analisar os processos históricos em sua totalidade, no qual o ser social encontra-se inserido, identificando as contradições que o permeiam e a capacidade de produzir conhecimento nessas contradições onde ele próprio está inserido (HISTÓRIA FM, 2021).

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de analisar como o marxismo vem aparecendo na discussão do racismo nas teses e dissertações nos últimos dez anos (2012-2022), buscando identificar qual a real contribuição da teoria crítica marxista para essas pesquisas, se ela contribuiu no desvelamento da realidade, bem como apontar dificuldades críticas identificadas.

Optou-se, portanto, por uma pesquisa qualitativa do tipo Estado da Arte, onde os dados foram coletados a partir de descritores previamente selecionados. Tanto a coleta como a análise dos dados seguiu esse padrão, utilizando-se da análise do discurso, com a finalidade de realizar reflexões críticas sobre as teses e dissertações pesquisadas.

Foram encontradas cinco dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações onde se constatou a utilização do materialismo histórico dialético como método de pesquisa adotado, apesar de que em algumas das teses e dissertações selecionadas essa informação não apareceu nitidamente explícita, porém, percebeu-se que os autores e autoras deixaram transparecer que estavam utilizando um método que permitia pensar a realidade e suas contradições, de modo a identificar elementos fundamentais capazes de contribuir para elucidar a problemática levantada por elas/as, portanto, concluiu-se que se tratava do método histórico dialético de Marx.

Fundamentação teórica

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem, se expressando, concretamente, como desigualdade política, econômica e jurídica (Almeida, 2019).

No Brasil, a ausência de políticas públicas voltadas à população escravizada e negra, no período colonial, criou raízes que dificultaram a inclusão desse grupo em níveis socioeconômicos e culturais (Brasil, 2016).

Autores como Kilomba (2019) e Almeida (2019) vêm contribuindo significativamente no sentido de explicar que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo.

Kilomba (2019) chama atenção para as formas como o racismo se manifesta na vida cotidiana e nas instituições, explicando que ele é estrutural porque as pessoas negras são excluídas das estruturas sociais e políticas e essas estruturas, tidas como oficiais, operam de maneira que garante privilégios às pessoas brancas.

Para Almeida (2019), reconhecer que o racismo existe na estrutura das sociedades representou um grande salto que o fez sair da dimensão individualista, deixando de ser visto como um comportamento anormal ou patológico por parte de quem o comete, e passando assim a ser compreendido como algo estrutural, que garante privilégios ou desvantagens, dependendo da raça.

Os resquícios de uma trajetória de exclusão e desumanização que pessoas negras foram submetidas ao longo da história tem rebatimentos nefastos em sua qualidade de vida e gera processos de adoecimentos. Pesquisas mostram que o aparecimento ou agravamento de muitas doenças estão ligadas diretamente a fatores oriundos da desigualdade de raça, obviamente sem desconsiderar outros determinantes socioeconômicos importantes como gênero e idade, dentre outros.

O efeito nefasto do racismo estrutural nas sociedades capitalistas mostra a necessidade de se realizar uma discussão de raça sempre intercalada com a discussão de gênero e classe, pois não são categorias que se explicam isoladamente, são

interdependentes e quando analisadas conjuntamente os resultados são mais expressivos da realidade.

Partindo do ponto que as discussões de raça necessitam ser realizadas conjuntamente com as discussões de gênero e classe, avalia-se a contribuição da teoria crítica marxista por ela ter a capacidade de analisar os processos históricos em sua totalidade, sem descartar as contradições existentes, entendendo os sujeitos como sujeitos históricos, imersos num universo de contradições e lutas.

O Marxismo, como afirma Fontes (2017), constitui-se numa análise do ser social histórico, imerso em suas contradições. Ele é capaz de identificar essas contradições e de intervir nelas. Não é um ser apático, inerte, mas sim em movimento, que se transforma.

Para Fontes (HISTÓRIA FM, 2021), alguns autores não se consideram marxista e até entendem que não estão utilizando o marxismo em suas pesquisas, porém não se trata do método em si. O trabalho ou pesquisa pode ser materialista histórica dialética se aquilo que está sendo pesquisado, por exemplo, for pensado a luz de sua materialidade, a luz de sua historicidade e a luz de suas contradições.

Aspectos metodológicos

Optou-se nesse estudo pela pesquisa qualitativa (Minayo, 2007) por ela ser capaz de interpretar a realidade onde os sujeitos estão imersos, permitindo a interação entre sujeitos pesquisados e pesquisador/a, na perspectiva de compreender o conjunto de fenômenos humanos como parte da realidade social apresentada. É um tipo de pesquisa imprescindível das ciências sociais, pois permite compreender e explicar as relações, as atitudes, os valores, as crenças e os hábitos (Minayo, 2007).

Utiliza-se assim de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, no período de 2012 à 2022, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação – BDTD – com o intuito de que se realize o estado da Arte, na perspectiva de identificar a temática do Racismo e Abordagem Marxista nos respectivos trabalhos.

O Estado da Arte ou Estado do Conhecimento é um tipo de pesquisa bibliográfica que tem como objetivo realizar o mapeamento de produções acadêmicas, de variados tipos de conhecimento, e realizar análise de modo crítico, buscando desvelar o que já foi produzido e descobrir, assim, se deu conta de responder todas as questões

postas na pesquisa (Ferreira, 2002). Ou seja, é uma pesquisa de avaliação de conhecimento sobre um determinado tema ou assunto.

Nesse sentido, foram realizados os mapeamentos das teses e dissertações que discutiam racismo na perspectiva marxista, em seguida análise de como vem se dando essa discussão, quais aspectos relevantes foram identificados e possibilidade de se construir novas reflexões acerca do tema debatido. Esse levantamento se deu da seguinte forma: a) Escolha da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações como fonte de pesquisa para coleta (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>); b) Escolha das Teses e Dissertações que discutiam o Racismo a partir da perspectiva marxista, no período de 2012 à 2022, defendidas em qualquer programa de pós graduação brasileira, de acordo com os descritores: racismo e marxismo; c) Leitura dos resumos e de demais partes das teses e dissertações escolhidas, tendo em vista que os resumos não foram suficientes para a análise pretendida. Algumas foi necessário a leitura dos objetivos, problema que gerou a necessidade da pesquisa, processo metodológico, referencial teórico e conclusão; d) Elaboração de quadro detalhado com análise sistemática dos trabalhos lidos; e) Conclusões e sugestões teóricas acerca dos resultados obtidos.

Na consulta na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações foram usados os descritores “racismo” e “marxismo”, na opção “busca avançada”, resultando em quatorze trabalhos. Desses, apenas cinco estavam realmente relacionados ao tema pesquisado, sendo cinco dissertações e nenhuma tese.

Antes de descartar os trabalhos, foram lidos treze resumos, pois um deles não estava relacionado ao tema pesquisado para confirmar que não atendiam aos critérios exigidos para a pesquisa.

Dos cinco trabalhos selecionados, em apenas um foi possível identificar que respondia ao questionamento da pesquisa apenas realizando a leitura do resumo. Nos demais, foi necessário recorrer à leitura de outras partes do trabalho em decorrência da falta de consistência no resumo, portanto, para evitar que se fizesse uma classificação equivocada do trabalho, foi necessário recorrer a uma leitura mais aprofundada dos trabalhos selecionados, que ultrapassou a leitura dos resumos.

Para compreensão dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, na perspectiva de se atingir para além daquilo que está sendo comunicado (Minayo, 2007).

Por meio dessa seleção, observaram-se os resumos de treze trabalhos, como dito anteriormente. Em seguida, em um estudo mais detalhado de cada dissertação e teses selecionada, apenas cinco trabalhos responderam aos questionamentos que se constituem

dados para o alcance dos objetivos propostos, conforme o disposto no Quadro 1.

Título	Educação Antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares	O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais	Juventudes e a Escola Pública: uma análise do papel da escola a partir das perspectivas dos/as jovens negros/as de Angra dos Reis	A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras	As mulheres e as sentenças judiciais de acolhimento institucional na sociedade do valor
Ano de conclusão	2013	2015	2018	2015	2019
Local de Defesa	UNB	UFRRJ Federal Rural RJ	UFRRJ	UFBA	UNIFESP
Nome do(a) autor(a)	Francisco Thiago Silva	Marize Conceição de Jesus	Silvia Bitencourt da Silva	Juliana Marta Santos de Oliveira	Baixada Santista Helene Yuri Anaguchi Tiba
Tipo	Dissertação	Dissertação	Dissertação	Dissertação	Dissertação
Metodologia e local da pesquisa	Pesquisa qualitativa-quantitativa com análise documental dos currículos na Rede Básica de Educação do Distrito Federal	Entrevistas com 07 intelectuais negros, pesquisas bibliográficas e análise documental, realizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro	Pesquisa qualitativa, observação participante, diário de campo e entrevista, realizadas em escola pública de Angra dos Reis - RJ	Pesquisa qualitativa-quantitativa, realizada nos sites virtuais de 24 Instituições Federais de Ensino Superior que ofertam curso de Serviço Social	Pesquisa documental de processos judiciais, em andamento, na Comarca de Jundiaí-SP, que tivessem relação com destituição de pátrio poder pelas mães
Perfil dos sujeitos da pesquisa	Professores e coordenadores que atuam nos anos iniciais da educação básica do Distrito Federal	Intelectuais e militantes negros/as que atuaram no movimento no período da ditadura militar e documentos do arquivo nacional	04 Jovens negros/as da escola municipal de Angra dos Reis	Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e as matrizes curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil	Processos judiciais, em andamento (sem sentença) na Comarca de Jundiaí - SP
Percepções do Racismo	Pouca efetividade na implementação da Lei 10.639/2003, que institui o conteúdo das relações étnico-raciais na escola, caracterizando racismo institucional	Ações da militância negra durante período da ditadura e sua contribuição para os estudos das relações raciais e para a democratização da educação	Relatos dos/as 04 estudantes entrevistados/as discorrem sobre as práticas excludentes e racistas sofridas no ambiente escolar.	Percebeu-se as contradições existentes no currículo do Serviço Social são as mesmas existentes na sociedade mais ampla, e elas denotam um racismo transversalizado pela discriminação.	Através da interseccionalidade (raça, classe e gênero) analisa as violências estatais sofridas por mulheres pobres e, em sua maioria, negras.
Contribuição do Marxismo para a Pesquisa	Possibilidade de ver as relações em sua totalidade, com suas contradições e percepções emancipatórias	Não foi usado como método, mas sim para exemplificar que não atendia aos interesses da luta dos povos negros.	Percepção da luta de classes, dominação, exploração, acumulação primitiva, colonialismo	Apesar de mascarado numa determinação de classe, ele abre a possibilidade de pensar raça/etnia sem hierarquização, dando oportunidade para compreender os processos históricos que envolvem a população negra	Apreensão de como a sociedade capitalista se reproduz a partir da forma valor-mercadoria

Fonte: Elaborado pelas autoras

Racismo e marxismo: o que dizem as produções analisadas (2012 -2022)

Caracterização das Dissertações e Teses

A partir da análise do Quando 1, verifica-se, em linhas gerais, que todos os trabalhossão dissertações, verificando que o tema é mais discutido no mestrado. Outra observaçãoimportante é referente ao fato de que a maioria dos(as) autores (as) são mulheres (cinco),identificando que a discussão do racismo é uma discussão muito cara para as mulheres. Éimportante também ressaltar que os trabalhos foram realizados em três estados do Brasil (Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo) e no Distrito Federal, sendo dois na Universidade FederalRural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um naUniversidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e um

na Universidade de Brasília (UNB). Vale ressaltar que os trabalhos que foram descartados por não estarem coerentes com o que se estava pesquisando, mas que tratavam de racismo, em sua maioria, eram dissertações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, escritas por mulheres dos programas de pós-graduação em educação.

As produções selecionadas se diferenciam completamente em seus problemas de pesquisa e perfil dos sujeitos, tratando de temas como educação antirracista, juventudes,

movimento negro e mulheres em conflito com o judiciário. A maioria apontou a discussão da raça como central.

Importante ressaltar que, num primeiro momento, apesar dos resumos dos trabalhos selecionados não mostrarem elementos consistentes para a seleção, após a leitura dos resumos de treze trabalhos selecionados na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses, sendo onze dissertações e duas teses, foram selecionados nove, sendo sete dissertações e duas teses. Percebeu-se, portanto, a necessidade de uma leitura mais aprofundada dos trabalhos, pois os resumos não apresentavam os respectivos trabalhos de forma completa e nítida.

Na montagem do Quadro 1, foram lidas outras partes dos trabalhos selecionados, dentre elas, a introdução, considerações metodológicas, conclusão e até mesmo as referências bibliográficas. A partir daí, foram descartados mais três trabalhos por não atenderem às exigências da pesquisa em questão. Dos trabalhos descartados estavam as duas teses e uma dissertação, restando apenas cinco trabalhos (dissertações).

Os trabalhos têm autores (as) de diferentes áreas do conhecimento. No tocante à abordagem metodológica, os (as) autores (as) utilizaram a pesquisa qualitativa-quantitativa, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevista e diário de campo, sendo a análise documental a mais presente na maioria, priorizando a abordagem qualitativa. Apresentaram também, diferentes configurações ou contextos.

Racismo: o que dizem as produções analisadas

Primeiro, todos os trabalhos analisados reconhecem o racismo como estrutural e que precisa ser reconhecido, debatido e questionado para que ocorra, de fato, mudanças nessas estruturas. No que tange a esse ponto, um ponto convergente em todos os trabalhos foi o da percepção por parte dos (as) autores (as) que o Brasil é um país extremamente racista e que é necessário desconstruir o mito da democracia racial.

Nesse contexto, Silva (2013), analisa a pouca efetividade na implementação da Lei 10.639/2003, que institui o conteúdo das relações étnico-raciais na escola. Em sua pesquisa constata as distorções na implementação da lei, onde o currículo da rede básica de ensino pesquisada, apesar de atender as exigências do conteúdo antirracista, acaba por ser um “currículo festivo” (como ele denomina), de comemorações de datas, de forma descontextualizada, que ainda fortalece os estereótipos das pessoas negras e que não avançou muito para uma educação emancipatória, reparadora e antirracista.

Também argumenta que houve avanços, porém, de forma isolada. Apesar da discussão estar presente no currículo, falta investimento em política de formação inicial na perspectiva antirracista e educação continuada que garanta os pilares da educação étnico-racial.

Outra autora analisada neste trabalho, Silva (2018), tentou compreender as juventudes oriundas de escolas públicas a partir da análise de raça, gênero e classe, entendendo que são categorias determinantes para essa compreensão. Em sua pesquisa ela resgata as lutas da população negra pela educação desde o Brasil colônia, onde ocorria lutas individuais e coletivas até os dias atuais, com a inserção de medidas de reparação histórica como as ações afirmativas. Analisa o papel da escola a partir do olhar de jovens estudantes negros (as), moradores (as) da periferia de Angra dos Reis (RJ). A priori, o racismo não parecia ser elemento central na pesquisa de Silva, mas aparece a partir do momento que ela escolhe como sujeitos de sua pesquisa estudantes negros (as) de uma escola pública na periferia de Angra dos Reis. Ambos (as) são vítimas do racismo institucional e estrutural diário, desde o preconceito escancarado com seus cabelos e traços, até o preconceito velado, como o desmonte da educação pública que atinge, sobretudo, jovens negros (as) e periféricos(as).

Observou-se também o racismo no processo de formação de assistentes sociais, apontados na pesquisa de Oliveira (2015), que analisou os Projetos Político Pedagógico e a Matriz Curricular das Instituições Federais de Ensino Superior que ofertam o Curso de Serviço Social. Ela concluiu que alguns cursos ofertam disciplinas que discutem relações étnico raciais, porém, a maioria apenas como optativas, não aprofundando o debate.

Oliveira (2015) aponta que a lacuna existente entre as bases teóricas da profissão e as demandas só podem ser superadas quando houver uma verdadeira transformação no direcionamento do processo de formação, apontada nos Parâmetros

Curriculares Mínimos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Observou-se o apagamento da contribuição da militância negra, como nos revela as análises de Jesus (2015). Ela recorreu a pesquisa bibliográfica documental nos arquivos

públicos e entrevistou intelectuais negros que conciliavam a tarefa de intelectuais e militantes na universidade no Pós 64, período do governo militar no Brasil.

O racismo enraizado na sociedade brasileira fez com que a participação de pessoas negras, isoladamente ou em coletivos como no movimento negro, fosse completamente apagada dos documentos oficiais da história durante o período da ditadura militar. Violência e barbárie foram cometidas nesse período contra pessoas negras:

Percebe-se que a invisibilidade historiográfica desses protagonistas reflete-se numa historiografia eurocêntrica, que busca despojar negros, índios, mulheres e outras minorias de seu lugar de direito e de seu valor como produtores de cultura e sujeitos da história. (Jesus, 2015, p. 159).

Tiba (2019) mostrou em sua dissertação que a institucionalização de crianças e adolescentes pobres brasileiras é uma prática que também expressa o racismo estrutural. Geralmente as mulheres que cuidam e perdem a guarda de seus filhos e filhas, são mulheres pobres e, conseqüentemente negras. São acusadas de negligência ou maus tratos, sendo que vivem em condições precárias, muitas vezes sem acesso a moradia digna, à saúde básica, educação, trabalho e renda, alimentação adequada e ainda com a responsabilidade do cuidado sem auxílio de outros membros da família.

Método Crítico Marxista: o que dizem as produções analisadas

O conjunto das produções analisadas suscitam diversas reflexões sobre a teoria crítica marxista e o método materialismo histórico-dialético.

Silva (2013), utilizou-se de categorias como mediação, contradição e totalidade para interpretar a realidade observada. Para explicar a banalização acerca da importância de se implementar uma educação antirracista, que vem lá do início da colonização, em que pessoas negras eram privadas do acesso à escola, faz-se necessário recorrer a análise histórica.

Já em Silva (2015), pontuou-se a discussão sobre o sistema capitalista, a sociedade de classes, o processo histórico de exploração dos trabalhadores(as), a luta de classes e o privilégio branco a partir de uma perspectiva marxista. Faz-se importante para compreender as condições materiais em que vivem os (as) jovens negros(as) estudantes da escola pública e, também, as suas perspectivas, os seus pensamentos, comportamentos e interesses.

Tiba (2019), usou o marxismo em sua pesquisa documental e bibliográfica sobre sentenças judiciais aplicadas às mulheres pobres e negras para compreender a categoria “valor” ou “menor valor” atribuída às mulheres racializadas e periféricas quando deixam de cumprir suas funções de cuidadoras na sociedade patriarcal e racista.

A pesquisa bibliográfica e documental demonstrou que a forma de subjetividade jurídica e a forma política estatal operam para que socialmente as mulheres, marcadas por profundas adversidades e sofrimentos constituídos pelo patriarcado, pelo racismo e pelas classes desprotegidas a que pertencem, sejam consideradas culpadas pelo não cuidado à infância, consequência do “menor valor” atribuído a elas nas relações sociais. (Tiba, 2019, p. 09)

Observou-se pontos em comum no tocante às críticas realizadas à teoria marxista tanto por Oliveira (2015), como por Silva (2015) e Jesus (2015). As autoras tecem críticas ao marxismo no tocante ao fato de que ele não se debruçou por compreender as questões raciais, portanto, a luta contra a desigualdade racial não ocupou, historicamente, a preocupação da teoria marxista. Porém, ambas reconhecem a importância do método histórico-dialético para o desvelamento da realidade pesquisada, por ele dar conta de explicar as contradições centrais, não só econômicas, e como essas contradições atingem todo o conjunto da vida social.

Oliveira (2015) discorreu uma crítica mais contundente contra o marxismo ao analisar o apagamento das discussões raciais no currículo do curso de Serviço Social, uma profissão que tem suas bases teóricas totalmente forjadas na teoria crítica de Marx. Para ela, historicamente o marxismo ocultou tentativas de a questão racial e o Serviço Social como categoria profissional que tem como objeto de intervenção profissional a questão social, não pode continuar realizando esse apagamento.

Apesar das críticas, Oliveira (2015) reconhece que nenhum outro método daria conta de explicar a complexidade da sociedade capitalista.

Desafios

O tema do racismo e suas implicações na sociedade brasileira é algo que tem sido cada vez mais debatido, porém, por ser algo estrutural e se manifesta nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (Almeida, 2019), necessita de aprofundamento. Esse artigo procurou trazer elementos para análise a partir das produções realizadas nos últimos dez anos selecionadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a partir dos descritores “racismo” e “marxismo” e compreende que a ampliação dos descritores poderia ter garantido um número maior de trabalhos a serem analisados.

No tocante ao marxismo, historicamente, se constitui um método que tenta explicar as sociedades capitalistas a partir do conflito social de classes, porém, o que foi possível analisar nos trabalhos pesquisados foi que o conflito de classe não é o único existente nas sociedades capitalistas, alguns, como o racial por exemplo, existem e são anteriores ao conflito de classe e não dependem dele para existir e nem desapareceriam com ele. Compreender as opressões raciais faz-se necessário para que se possa compreender a sociedade capitalista em todas as suas contradições (Almeida, 2019).

Apesar de algumas produções apresentadas neste artigo apresentarem críticas à teoria marxista por considerarem que os conflitos sociais de classe, por si só, não são suficientes para explicar a complexidade e todas as opressões da sociedade capitalista, reconhecem o método proposto pela teoria marxista (materialismo histórico-dialético) como imprescindível para identificar as contradições postas e intervir sobre elas. É a partir dele que é possível pensar o ser humano como ser pensante, dotado de uma consciência que é forjada a partir das condições materiais e objetivas históricas.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.
- BRAZIL. **Temático Saúde da População Negra/Ministério da Saúde**. 2016.
- BRAZIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRAZIL. SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE SAÚDE. **Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher: 10 a 13 de outubro de 1986: Relatório Final**. Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1987.
- BRAZIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Racismo como determinante social de saúde. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele branca, máscaras negras**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

HISTÓRIA FM: 070 Marxismo: o que você precisa saber para entender. Virgínia Fontes e Demian Melo

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia. Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 3, p. 74-88, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. LeBooks Editora, 2019



GT 3 - Meios de comunicação e a criminalização das juventudes

Coordenação: Marta Maria de Azevedo Queiroz

A mídia e a criação de inimigos: a criminalização da juventude

Natália Pinto Costa²⁸

Resumo

Esse trabalho pretende discutir as relações entre a mídia e seus discursos de vulnerabilidade e como isso ocasiona a criminalização da juventude, para isto, objetivou-se relacionar como por uma escolha ideológica os veículos de comunicação constroem corpos que são matáveis e como os sentimentos de medo e insegurança provocam sentimento de endurecimento penal. Para isto, optou-se por realizar uma pesquisa interdisciplinar, mostrando que existe uma morte física, mas também uma morte social dessa juventude.

Palavras-chave: juventudes, criminalização, midiatização.

A mídia, crime e o inimigo

Neste trabalho propõe-se a refletir sobre a relação entre a mídia e o crime, e como é construída a imagem de um inimigo o que mais a frente irá se desdobrar em uma possível criminalização da juventude. A criação de um estereótipo é uma forma de estabelecer uma relação de poder, eis então a grande pergunta, onde entra a mídia nisso?

Restando claro que a mídia não cria por si só o estereótipo de qual corpo deve ser marginalizada, entretanto, ela reproduz um pensamento ideológico, escolhe como e qual notícia irá difundir e isto pode reproduzir por vezes a figura daquele que se tem no imaginário coletivo quem é o criminoso, ela - a mídia- produz uma imagem de quem é culpado, o que pode tornar-se uma violência, ademais, pode criar também dentro deste mesmo imaginário um sentimento de insegurança. Sobre este assunto nas palavras de Búdo (2013):

[...] que esses critérios e características demonstram é que as notícias tais como são apresentadas, não são inevitáveis. São produtos de escolhas, as quais não podem ser compreendidas sem uma análise dos interesses políticos e econômicos vinculados aos anunciantes e mesmo ao perfil ideológico dos dirigentes das empresas jornalísticas. (p. 241).

O que se pretende demonstrar é que a escolha pela qual a mídia perfaz ao perpetuar como o criminoso será retratado é uma construção social- tal como o conceito

²⁸Universidade Federal do Pará. Endereço eletrônico: nataliapinto.ce@gmail.com.

de crime- não necessariamente é um reflexo daquilo que se encontra na sociedade, isto, também não quer dizer que ela reflete uma imagem totalmente distante da vivida, contudo, a construção do “inimigo” pela mídia é também uma escolha política, persistindo em ditar conjuntamente com o poder legislativo quais os comportamentos e pessoas serão criminalizadas, diante disto, se visualiza que determinados canais de comunicação colaboram com o sistema seletivo, nas palavras de Búdo (2016):

A produção da notícia pelos veículos de comunicação hegemônicos passa por um processo repleto de escolhas a serem feitas pelo próprio jornalista, pelos editores, e mesmo pelos seus proprietários. Essas escolhas perpassam questões como: pauta, enquadramento, fontes das notícias, léxico, ordem, entre outras, e têm como critérios questões organizacionais, ideológicas, econômicas, políticas etc. Tudo isso para dizer que o produto desse processo não é um resultado necessário; não é um espelho da realidade; é um constructo social. (p. 472).

Após essas introduções sobre como as notícias perpassam por um sistema de escolha que refletem uma ideologia, se relaciona melhor como os meios de comunicação podem ser uma fonte de manutenção de poder e como isto irá refletir no sistema penal.

O primeiro aspecto que a se abordar, e que vários meios de comunicação quando se referem a notícias interligadas a crimes, o sistema de justiça penal de forma geral, são bastante sensacionalistas, e tratam do conhecimento via de regra de maneira vulgar, incentivando o senso comum e muitas vezes desprezando o conhecimento técnico, contribuindo com o sentimento de medo e insegurança e construindo opiniões impopulares no que reflete em mais punibilidade, fazendo a população acreditar que o sistema penal é a única ferramenta para o combate à violência e a criminalidade. Nesse sentido:

A credibilidade, na forma da rotinização do processo de produção da notícia, especialmente com o uso de uma linguagem referencial e do uso de aspas nas citações às fontes eminentemente credíveis. O sensacionalismo, no uso de um discurso que torna a todos e a cada um potenciais vítimas, tornando fatos excepcionais em ações que podem ser reproduzidas a qualquer momento, contra qualquer um. O sofrimento da vítima e de seus familiares é explorado ao extremo, com direito a closes das câmeras de TV e perguntas do estilo “como você está se sentindo?” (Búdo, 2013, p. 251)

Voltando para o sensacionalismo, o termo em si na maioria das vezes é usado para desclassificar o veículo de comunicação em questão, ou seja, é um adjetivo que em si carrega um tom pejorativo, quando se pergunta ao telespectador daquela notícia como ele se sentiria ou como ele reagiria em determinada circunstância o coloca em uma

situação de proximidade com o veículo de comunicação, nas palavras de Angrimani (1995, p. 16): “a linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial “clichê”.”

Essa aproximação entre o leitor / consumidor da notícia, não se restringe apenas à linguagem coloquial, tudo faz parte, desde a imagem, o sofrimento da vítima, todos os detalhes ainda que doloridos e “nauseantes” fazem parte do conjunto em torno da notícia, fazendo nascer então para o telespectador o sentimento de pertencimento, como se ele próprio tivera sofrido a ação. Sobre essa característica específica:

A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções. Essa narrativa delega sensações por procuração, porque a interiorização a participação e o reconhecimento desses papéis tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor. **A humanização do relato faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele o próprio autor do que está sendo narrado** (Angrimani, 1995, p.17)

Essa espetacularização da violência e o sensacionalismo provocam a supervalorização do crime, criando uma fabricação de medo o que pode coibir uma verdadeira discussão sobre quais funções teriam de fato o direito penal, a pena e até mesmo o poder punitivo no Brasil, dando espaço para discussões em torno de mais rigor punitivista, seletividade penal e expansionismo penal, termo este criado Silva Sánchez (2002).

Para o autor (Silva Sánchez, 2002, p.23), esse surgimento de múltiplas figuras novas no âmbito penal, é uma espécie de perversidade do aparato estatal e para ele as causas são diversas e são fundadas no novo modelo social “na consequência mudança da expectativa que amplas camadas sociais têm em relação ao papel que cabe ao direito penal”, esses desígnio surge como uma resposta aos anseios punitivistas, moldados por uma visão distorcida criada pelos meios de comunicação em massa, criando assim normais penais com natureza simbólica.

Entretanto, aqui se abre um parêntese, que com as redes sociais, o webjornalismo, qualquer pessoa com uma câmera fotográfica, celular, tablet pode assumir esse papel de produtor de notícia, pois as plataformas digitais, a internet de maneira geral, coloca tudo a um clique na palma da mão, o poder em redes é tão grande que pode algo que surgiu na internet virar relevante e se transformar em notícia, nas palavras de Sepulveda (2016) “as redes sociais acabam ditando o que será notícia,

principalmente quando um vídeo se torna polêmico e causa uma comoção na internet. Logo chama a atenção da mídia, que converte em reportagem”.(p. 49).

Existem pontos positivos e negativos nesse impacto das redes sociais, um dos aspectos positivos é a participação ativa da população em determinados debates, o que de certa forma pode se tornar um acesso democrático para participar de pautas específicas, entretanto, quando o assunto é criminalidade de maneira específica, existem mais desdobramentos. Alguns casos são divulgados totalmente fora de contexto, gerando pré-julgamentos e fabricando culpados e inimigos, criando até mesmo uma realidade paralela, por meio das imagens e vídeos que são divulgados:

Obtém-se assim, por meio da composição imagem-texto, um conteúdo transferido de contexto: um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos, os quais passam a ter uma nova trama, uma nova realidade, uma outra verdade. Mais uma ficção documental (Kossoy, 2009, p. 55).

Sobre a criação do inimigo e o mundo em redes, se tem dois pontos a abordar, o primeiro é que algumas matérias ressaltam logo os antecedentes criminais das vítimas ou então dos possíveis suspeitos, uma tática de desqualificação e construção de inimigo, do bandido, explica-se melhor, perpassa-se a ideia de um acerto de conta contra bandidos, portanto, mortes violentas podem se transfigurar em normais desde que os envolvidos possuam passagens pela polícia.

As notícias ao mostrarem sobre os antecedentes ou não das vítimas, provocam um sentimento de “ódio”, falta de empatia no telespectador, o que pode provocar o pré-julgamento, classificar logo quem é o inimigo, o que pode gerar debates rasos, um exemplo para desenhar essa realidade é o caso dos cinco jovens que foram assassinados em um carro no Rio de Janeiro por policiais.

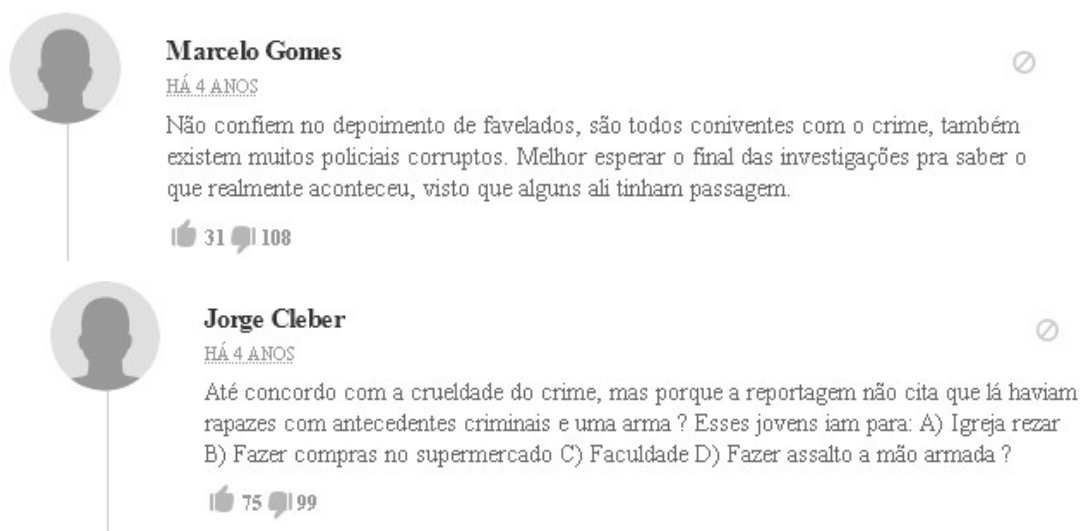
Os jovens estavam indo comemorar o primeiro salário no dia 28 de novembro de 2015, quando foram alvejados pela PM, todos os policiais foram presos em flagrante e acusados de homicídio doloso e fraude processual, apesar das testemunhas confirmarem que os jovens estavam apenas seguindo sua rota normal quando os tiros começaram, ressalta-se aqui que existe uma estimativa que foram cento e dez tiros pelo menos realizados contra os jovens e o carro (POLICIAIS..., 2015).

Em uma das notícias vinculadas pelo G1 (POLICIAIS..., 2015, online), tem a transcrição da entrevista da mãe de um dos jovens: “ela confirmou que o filho teve passagens pela polícia, mas nada ficou provado e ele foi inocentado. O defensor Fábio

Amado também confirmou que Wesley teve passagem pela polícia por tráfico, mas foi absolvido.”, veja a tática de divulgar os antecedentes é sim uma forma de desqualificar a vítima para transformá-lo no criminoso.

Eis algum dos comentários na notícia que demonstram esse desvirtuamento:

Figura 1: Comentários sobre a morte de cinco jovens no G1:



Fonte: G1 (POLICIAIS..., 2015)

Ressalta-se que apesar da reportagem não ter mencionado de maneira específica que os dois dos jovens assassinados tinham passagem na polícia, colocaram na reportagem a fala da mãe que relatava os antecedentes de maneira explícita, ademais, no transcorrer da matéria se tem a afirmação de que os policiais atiraram com base em denúncia de um possível assalto a caminhão, acrescentando que este foi um dos argumentos da defesa dos policiais.

Outro ponto, apesar de serem apenas dois comentários dentro os diversos que se encontra na reportagem, a grande maioria é neste sentido, de desqualificar as vítimas e os colarem em situações em que justificariam suas mortes e o debate em torno da letalidade policial e outros desdobramentos que poderiam ser feitos nesse caso específico perdem espaço para a discussão de quem são os verdadeiros “culpados”, os pré-julgados já foram feitos e os corpos já foram criminalizados.

Em resumo, existe uma tática para desqualificar de alguma forma as vítimas para categorizá-los como “bandidos” e então assim justificar atitudes tão reprováveis, mostrando que a morte no Brasil é um problema, entretanto, em alguns casos ela não é

urgente porque não é democrática, conceitos são distorcidos por programas televisivos e perpetuam esse sentimento de falta de empatia.

O próprio conceito de direitos humanos encontra-se dentro dessa relativização, dentro dessa dualidade entre “cidadãos x bandidos” é criado no senso comum quase de maneira automática que estes direitos só servem para defender “bandidos”, em uma busca rápida nos comentários das notícias que retratam a morte da vereadora Marielle e o seu motorista Anderson pode-se ver isto.

Alguns dos comentários: “Uai? Não entendi? [sic]. Essa senhora aí não é aquela que defendia os bandidos? Logicamente um cristão não foi quem deu esses tiros”, “mas não era só dialogar? A culpa [é] sempre da vítima e o bandido é coitado, vítima da sociedade. Não é esse o discurso?” (Fábio, 2018, online).

Sintetizando, o papel negativo da mídia e das redes sociais é que elas contribuem para a “desestruturação do eu” como Goffman (1988) afirma em seu trabalho, o efeito que gera é a perda da personalidade de um indivíduo em específico, geralmente o jovem negro, para que ele passe a aderir ao seu estigma.

Ainda sobre essa influência da mídia, Zaffaroni (2012) teceu um termo denominado criminologia midiática, segundo o autor, existe dentro dessa modalidade uma construção de nós e eles, o “eles” seria o criminoso, enquanto, nós seríamos as pessoas decentes. As notícias selecionam e desenham um perfil criminoso o que acaba contribuindo ainda mais para a seletividade penal que existe no Brasil, isso é relevante porque é inegável que a mídia detém o poder de definir o que é crime e quem é o criminoso.

Apesar de repetitivo é imperativo afirmar que a mídia contribui para definir quem é o criminoso, esse é um dos aspectos que tem reflexo direto no poder legislativo e mais especificamente nos processos de criminalização - já comentada no capítulo anterior- se utilizar da criminológica como marco para fluidificar todo o debate em torno da midiática e o delito é significativo, pois é nessa intersecção que se pode visualizar como o discurso legítima.

Os discursos produzidos por o segmento midiático são produzidos para assistir uma estrutura inflexível, excludente e hierarquizada que pode ser o sistema judiciário e o direito penal como um todo, tudo isto, sustentado por um pseudodiscurso “neutro” e outras técnicas já explicitadas no presente texto.

De maneira introdutória, análise de discurso é uma prática muito comum na área da linguística, comunicação, sendo considerada como um método, que compreende interpretar as produções de sentido em torno da linguagem, não se restringindo apenas aos aspectos escritos, muito além, embarca também falas, gestos, omissões, a própria escolha de vocabulários, entre outras modalidades. (Siqueira, 2018)

Como se descreveu, a mídia constrói um inimigo e dessa forma contribui nos processos criminalizantes, portanto, utilizar uma análise de discursos, é necessário para compreender melhor toda a estrutura midiática. Falas, gestos e posicionamentos dos jornalistas produzem significados e esses podem se proliferar para o sistema judiciário sendo reproduzidas em decisões, acórdãos, manifestações ou até mesmo dentro do processo legislativo, por meio de endurecimento de penas ou criação de novos tipos penais.

Torna-se inevitável analisar os discursos produzidos pela mídia, pois, eles produzem efeitos que bifurcam dentro dos outros poderes, bem como influência de maneira geral a sociedade, seja produzindo sentimento de insegurança coletivo -como já foi mencionado- quanto delineando quem é ou não o culpado, o “bandido”.

Relacionando especificamente agora os meios de comunicação e a juventude, pontua-se como os discursos de vulnerabilidade e falta, reforçam a construção de corpos de que são matáveis. Fonseca (2016) como esses discursos constroem um apagamento desses jovens antes das suas mortes, ocasionando até mesmo uma morte social antes de uma física, as imagens de pobreza, violência e periculosidade que são vinculadas a estes espaços, reforçam no imaginário popular que as periferias são possíveis campos de concentração, centros de perigos e que são justificáveis políticas públicas e controle punitivo que ocasiona em tanto sangue e balas disparadas.

E que consequentemente reproduz também no imaginário social que a morte desses jovens é esperada, como demonstrado nos comentários da reportagem dos jovens que foram assassinadas no Rio de Janeiro. A amostra utilizada foi pequena, mas é apenas ilustrativa para demonstrar um padrão que se tem quando se trata de cobertura dos meios de comunicação ao relatar o assassinato desses jovens.

Referências

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BUDÓ, Marília De Nardin. **Mídias e discursos do poder:** a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 542 f. (Tese)- Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34641/R%20-%20T%20-%20MARILIA%20DE%20NARDIN%20BUDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 03. fev. 2019

FÁBIO, André Cabette, **Como falar com quem acha que Marielle merecia morrer por ‘defender bandido’**. Nexo [site], 15 mar. 2018. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/15/Como-falar-com-quem-acha-que-Marielle-merecia-morrer-por-%E2%80%98defender-bandido%E2%80%99>. Acesso em: 30 out. 2018.

GALTUNG, Johan. “Violence, peaceandpeacereasearch”, **Journalof Peace Research**, v. 6, n. 3, pp.167-191, 1969.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio deJaneiro: Guanabara, 1988

KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MORAIS, Romulo Fonseca. **O extermínio da juventude popular no Brasil: uma análise sobre os “discursos que matam”**. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Direito.

POLICIAIS deram mais de 100 tiros em carros de jovens mortos no Rio. G1 [site], 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-rio.html>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SERRA, Victor Siqueira. **"Pessoa afeita ao crime":** criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. 2018. 128 f. Dissertação (Direito) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2018.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-maría. **A expansão do Direito Penal:** aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ZAFFORONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos:** conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

OS FILHOS DA VIOLÊNCIA: DESVELANDO AS MARCAS DO FEMINICÍDIO

Marcela Castro Barbosa²⁹

Resumo

O fenômeno da violência contra mulher na sociedade brasileira é crescente, em geral, resultam em crimes de feminicídio. Segundo dados da *pesquisa Percepções da população brasileira sobre feminicídio*³⁰, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva (2021), destaca que 9 em cada 10 mulheres estão em risco de assassinato, o principal local onde essa violência pode ocorrer é dentro de casa, por um parceiro ou ex-parceiro. Além das mulheres serem o alvo desse tipo de violência, é necessário destacar que os filhos sofrem o reflexo dessa violência e em muitos casos tornando-se órfãos do feminicídio. O Fórum de Segurança Pública em 2020, projetou uma pesquisa solicitada pela Revista Época e destacou que em todos os anos, no Brasil, os casos de feminicídios deixam mais de dois mil órfãos³¹ no país. É um cenário assustador, no qual os filhos ficam órfãos de mãe, em decorrência do feminicídio. Essa é uma problemática pouco discutida, mas que é merecedora de atenção. Em Teresina-PI, os casos de feminicídios também são preocupantes. Muitas mulheres/mães são assassinadas deixando seus filhos órfãos. A investigação que fundamentou a presente comunicação, visa identificar as consequências do crime de feminicídio na vida dos filhos. É uma pesquisa de caráter qualitativa e bibliográfica, apresenta-se como objetivo geral compreender os efeitos do feminicídios na vida dos filhos, como objetivo específico pretende-se identificar se o agressor, na condição de pai e/ou padrasto sofreu alguma sanção, pelo crime de feminicídio ou encontra-se em liberdade aguardando julgamento. Embora tenhamos várias pesquisas sobre a violência contra a mulher na cidade de Teresina-PI, escassas as investigações sobre o crime de feminicídio na vida dos filhos. Portanto, essa investigação visa contribuir como o vazio de conhecimento acerca da temática.

²⁹ Socióloga, Professora, Mestra em Sociologia e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescente e Jovens – NUPEC da Universidade Federal do Piauí - UFPI e integrante do Observatório da Segurança do Piauí / Rede de Observatórios da Segurança. E-mail: marcelacastrocb@gmail.com

³⁰ <https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/30-das-mulheres-ja-foram-ameacadas-de-morte-por-parceiro-ou-ex-uma-em-cada-6-ja-sofreu-tentativa-de-feminicidio/>

³¹ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596919-brasil-tem-dois-mil-orfaos-do-feminicidio-por-ano>

A reconstrução da memória familiar nas favelas Paulistanas: a relação de sobrevivência nas favelas como situação de não permanência do racismo de crianças, jovens e adultos durante a pandemia do covid 19

Leonardo Gonçalves Freitas³²

Essa história começa em outubro do ano dois mil, quando tudo parecia mudar aqui na quebrada do Morro dos Marajás. Subindo o morro que dar acesso a parte de cima, chamada Sapopema, eu me perguntava de como seria o futuro dessas pessoas se elas ficassem trancadas dentro de casa por um longo tempo. Eu sempre me perguntava, mesmo que sozinho, sobre como seria possível não perder o que ainda tínhamos de memória das famílias. Eu olhava para o alto como nunca tinha olhado antes, ficava procurando as pessoas nas janelas, ou em suas comemorações particulares. E as fotografias de tempos passados, será que durante esses encontros, eles buscavam saber sobre isso, ou era usado apenas durante o vídeo que emocionaria quem me segue no instagram?.

Talvez essas perguntas fossem apenas coisa dos meus pensamentos vagos, foi daí que pensei em colocar em prática e sai pelas ruas fotografando pessoas, ações, lugares e postando em minhas redes sociais, afinal, aquele lugar, apesar de ter um ritmo frenético, tem um espaço de continuidade, ou vai dizer que o facebook nunca te lembrou daquela lembrança de dez anos atrás, e você repostou, escorreu uma lágrima e no fim, reencontrou – se com uma memória que ativou um tipo de bloqueio ou afeto?.

Realmente estava tudo muito silencioso, a quadra da parte de cima, onde antigamente era passagem cotidiana para o tráfico de drogas, hoje, já com a pacificação, tornou – se um espaço de acesso cotidiano de trabalhadores do Sapô (como carinhosamente a galera que mora nesse lugar chama), e com isso, antes da pandemia do Covid – 19 tinha um fluxo contínuo, afinal existe aqui duas passagens que dão acesso a paradas de ônibus, mercados, adegas, e a feira do domingo, a mais famosa desse lugar, que daqui a pouco falo sobre ela, então, esse escadão não passava mais ninguém, as pessoas buscavam momentos mais isolados para passarem pelo local, por que naquele momento a comunicação de massa, ampliava a discussão sobre o uso da máscara. Para pensar a significação desse território, decidi então todos os dias, acordar

³²FMU – São Paulo.

as seis da manhã e correr na principal quadra, a quadra Amarela, apesar de pintada de azul, sua primeira cor virou referência na nomenclatura desse lugar. Colocava meu celular na parte de baixo e fazia um ao vivo no meu facebook particular, eu ficava por lá em média de duas horas. As paredes do lugar falam muita coisa, as camadas de tintas tiram desse local o espaço de lembrança, que somente quem mora aqui tem consciência de como se deu esse processo de mudança, um grande amigo, chamado Negueba, cabelereiro do bairro, nasceu nesse lugar, e foi a partir da troca de conversas que compreendi muitas coisas, como por exemplo, a cor da quadra antigamente, o nome dela e como ela era conhecida por todo o bairro, as entradas e saídas, que tinha a chave, dentro dessa troca, criamos o projeto chamado Aquecendo corações, e a partir dali fizemos nossa primeira festa das crianças, juntos convidamos parceiros da cidade, para habitar aquele lugar. A festa das crianças na quadra amarela, nasceu a partir de um corte de cabelo que estava fazendo em sua barbearia, naquele dia, ele sentiu o clima de São Paulo, época de muito frio, troquei figurinhas e disse que tinha acabado de conhecer uma comunidade e que estava querendo fazer uma ação social, de cobertores, roupas e alimentação. Criamos as redes sociais, montamos um grupo no whatsapp, e começamos a compartilhar o que poderia ser feito para mudar aquela realidade. Várias instituições entraram e formalizaram sua participação voluntária, naquele dia, atendemos tios, tias, colegas, moradores, crianças, e pessoas que se chegavam na quadra.

Voltando no tempo, aquele lugar promovia isso, e na condição de morador primeiro, Negueba, meu amigo, já morava naquele local, antes de ser uma festa para crianças, pra mim, enquanto pessoa que repensa o território, foi uma forma de conhecer a memória que eu tanto buscava naquele momento, que rodeada pelo silêncio da vida, colocavam – se enclausurados em espaços pequenos e amontoados com o medo da contaminação e por fim, o de perder a vida.

A memória territorial é um processo de ação que se massificada, perde ou ganha, não existe meio termos, existem compreensões de diálogo, as casas em sua maioria nas favelas paulistas passam por situações diversas como umidade, mofo, infiltrações, esgotos estourados dentro de seus espaços domiciliares, é a partir dessa condição que se repensa sobre a continuidade, sobre a condição pública de perceber que a memória dessas pessoas podem ser reconstruídas com base em sistemas de situações que advém de uma realidade do aqui e do agora.

Utilizar o espaço da quadra pra reconhecer e conhecer, entender o espaço da barbearia como encontro, e a percepção do estado do aqui e agora, durante um espaço pandêmico, é pensar e agir através de uma subjetiva ação do construir a memória deste território, que reconstruído por cima de anseios diversos, tem a mobilidade de se estruturar independente e sem um poder historicidade futura.

Nesse primeiro diálogo com o exemplo da observação do território, diálogo com a estrutura formadora desse lugar, e a ação do encontro, pode-se pensar num espaço de fortalecimento de uma nova forma de ser fio condutor para esse espaço de estímulo, que permite o acesso cotidiano de novos fortalecimentos e recriações do presente.

A mudança da cor da quadra sem a concepção dos moradores, é uma forma de conceber direto, que faltou naquele território o que falta em todos os brasileiros, o espaço de associação de sobre “quem” pertence essa memória, e de como essas estruturas não mais ocupadas fortalecem fatores de apagamento dessa ação de futuro. Não estamos inventando a roda ou querendo reestruturar o espaço favela de memória, é como se estivéssemos ressignificando o erro que nem é nosso, é cancelado por esferas de condições que envolvem inclusive o ato democrático da escolha através do voto.

Descendo o morro do Sapô, vamos encontrar a avenida principal do bairro que leva o nome de uma santa, Nossa Senhora dos Navegantes, no início deste local, que se chama Eldorado, nessa avenida, passava – se riachos, lagos, rios, e até uma represa, que como o passar do tempo, foi recuando, os riachos foram sendo canalizados e hoje o que resta é um solo úmido, com pouco espaço para construir ou quase nada, e recriado em cima de uma realidade de especulação imobiliária, onde alugueis chegam a custar cerca de oitocentos reais em casas com três cômodos, com mofo e umidade constante e com cerca de dez pessoas morando em um único quintal, nessa condição, anualmente passa – se memórias, histórias e realidades sem sequer perceber e entender sobre o local onde mora.

O espaço de memória quando qualificado é reconstruído de imediato, existe nas zonas periféricas do Morro do Marajá com um empobrecimento em massa, onde as suas laterais proibidas de serem ocupadas, pelo fato da passagem da represa e de um possível retorno, causando enchente, como é o caso de uma comunidade chamada de Buxixo, quando a chuva chega, é de certo, que até mais da metade da parede encha de

água e transborde para dentro das casas com o esgoto que passa logo na frente da principal rua do local.

Figura 1- Favela Vila da Paz – Antigo Lixão desativo – Local de vínculo existência e teórico 1



Fonte: Arquivo do autor

O espaço sócio existente passa pela coordenação direta de políticas efetivas e interligadas, as comunidades perdem seu espaço de memória em várias diretrizes, a pior delas é a consonância das realizações e desejos, perceber sobre sua camada de pertencimento, facilita a relação com o presente e a possibilidade de entender, aplicar e estabelecer um contato direto com a historicidade do acesso de reconhecimento.

Figura 2 – Idosa no Buxixo - Local de vínculo existência e teórico 2



Fonte: Arquivo do autor

Na atual distribuição social, o [espaço] se tornou algo de interligação, e de multi processos de relação, é a partir dele que se mantém ou que se encontra novas características, possíveis, para que no fim, restabeleça o território do reconhecimento e das ações de pertencimento.

Figura 3 – Cássio na casa de sua madrinha no Eldorado – Diadema

(integrante da pesquisa)



Fonte: Arquivo do autor

Figura 4 – Cássio na casa de sua madrinha durante seu aniversário no Eldorado – Diadema (integrante da pesquisa)



Fonte: Arquivo do autor

A memória que será perdida mais rápida será a das zonas emergentes, daquelas que estão sendo construída sobre um solo independente e que longe dos acessos de preservação, tentam arduamente se reconstruírem – se, dentro de uma dimensão que é pequena, sofrida e dividida por estruturas que emancipam o poder, e que arrancam as vísceras de pessoas que poderiam dedicar – se mais tempo a reconstrução da memória territorial, que tem como base a possibilidade do motivo, da percepção e principalmente, das diretrizes de conquistas.

Figura 4 – Menor mais alto e Zero Real – Grupo Invasão Mental, gravação de documentário por este autor (integrantes da pesquisa)



Fonte: Arquivo do autor

A informação étnico racial (com recorte para população do Morro dos Marajás), contribuiria para a construção de memórias sobre a população afrodescendente e de alguma forma ajudaria a diminuir a discriminação racial. Nesse contexto, é importante salientar que negro é compreendido como categoria social, política e histórica. Informar passa pelo processo de compreender e construir uma identidade individual e coletiva no contexto dos espaços de conhecimento e saber, como os dispositivos culturais e as unidades de informação. Isso quer dizer que a informação étnico racial somente seria completa se o processo de compreensão e de construção de identidades negras afro brasileiras estivesse presente nos paradigmas científicos. Esse relato ainda continua, é uma construção etnográfica que estou realizando na cidade de Diadema, no Grande ABCD em São Paulo.

CIBERFEMINISMO: Juventude em redediante dos desafios da contemporaneidade

Emanuelle Nobre Leal³³

Maria Luisa Pires³⁴

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior³⁵

Liana Maria Ibiapina do Monte³⁶

Elaine Ferreira do Nascimento³⁷

Resumo

A última década assistiu a um aumento da articulação dos movimentos sociais, utilizando os meios de comunicação e principalmente as redes virtuais de comunicação como recurso para a divulgação das suas pautas. O movimento feminista também vem ocupando esses espaços e mostrando a possibilidade de se comunicar e atingir públicos que antes não conseguiam alcançar. Através dessas novas tecnologias de informação e diálogos, que permitem a produção, o acesso e a disseminação de informações entre sujeitos, mesmo que estes estejam distantes fisicamente, foi possível fortalecer o ativismo durante o período da pandemia da Covid-19, em que o distanciamento e o isolamento social tornaram-se obrigatórios.

Palavras-chave: Feminismo. Ciberespaço. Ciberfeminismo. Mídias sociais.

Introdução

O ciberfeminismo é um fenômeno social e político que no Brasil tem como marco o ano de 2015, sendo desdobramento da luta, resistência e organização das mulheres plurais, conhecido amplamente como os movimentos feministas, tendo um recorte temporal a partir dos anos de 1970. De acordo com Mayorga (2014) foi introduzida a idéia de que as tecnologias de informação e comunicação (TICS) teriam o poder de mudar a sociedade, bem como as posições de gênero convencionais e os próprios meios tecnológicos. Com o objetivo de criar uma rede de comunicação entre as mulheres no fomento à luta por espaço de fala, o ciberfeminismo só foi possível a partir das TICS, que surgiram na segunda metade da década de 1980, e desde então tem se expandido pelo mundo todo.

³³Endereço eletrônico: emanuellenobre@live.com

³⁴Endereço eletrônico: marialuisaps@ufpi.edu.br

³⁵Endereço eletrônico: paulo_juniorpio@hotmail.com

³⁶Endereço eletrônico: lianaibiapina@yahoo.com.br

³⁷Endereço eletrônico: negraelaine@gmail.com

Durante o período da pandemia da Covid-19, que teve início em 2020, essas novas tecnologias se tornaram essenciais, pois favoreceram a comunicação entre as pessoas e o fortalecimento do ativismo político no ciberespaço, em um contexto de distanciamento obrigatório e isolamento social.

Ainda no período pandêmico foi possível observar problemas como a intensificação das desigualdades sociais, já que a Covid-19 ocasionou impactos no âmbito econômico, político e social, além dos efeitos na saúde da população mundial. Assim sendo, os movimentos sociais acentuaram sua organização no ciberespaço, com o objetivo de denunciar o descaso dos governos em meio a crise sanitária, além de propagar informações referentes a temas diversos, atuar na divulgação das pautas de seu interesse e articular manifestações. É possível perceber desse modo, que assim como em 2015, mais uma vez o ciberfeminismo se destacou em um cenário de militância.

Considerando todas as dificuldades afloradas pelo contexto pandêmico, é necessário destacar que houve um impacto maior na vida das mulheres, sobretudo mulheres pobres, negras e indígenas. É pensando nisso, que este trabalho tem como objetivo discutir a organização e articulação do movimento feminista no ciberespaço diante das problemáticas apresentadas na contemporaneidade.

Fundamentação teórica

A presente discussão inicia apresentando um breve contexto histórico do feminismo e do ciberfeminismo. A primeira onda do feminismo começou a surgir nas últimas décadas do século XIX, a princípio na Inglaterra, seguida de outros países da Europa, América do Norte e outras localidades, buscando direitos iguais entre homens e mulheres. Um dos principais objetivos dessa mobilização foi o sufrágio feminino, alcançado pela primeira vez em 1893, na Nova Zelândia. Nos anos seguintes essa conquista também foi alcançada em outros países, como na Inglaterra, que em 1918 concedeu as mulheres o direito ao voto.

No Brasil, o voto feminino estava previsto no primeiro Código Eleitoral instituído em 1932, mas durante o governo de Getúlio Vargas, essa conquista foi anulada devido a suspensão das eleições, consequência do golpe militar. Entre os anos de 1930 e 1960 novas abordagens e correntes feministas começaram a surgir na Europa e na América do Norte, principalmente após o lançamento do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, em 1949. Essas novas vertentes tinham em comum algumas idéias

centrais, como por exemplo o fato de que mulheres ocupavam “lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos” (Piscitelli, 2001), mas é possível observar diferentes motivos que explicavam a causa dessa opressão e consequentemente eram apresentados mecanismos distintos para acabar com ela.

Em meados de 1970 a vertente feminista que se destacou no Brasil foi a marxista, tendo em vista que “uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias” (Sarti, 2004). Em 1975 movimentos feministas brasileiros tiveram maior visibilidade e alguns grupos políticos femininos conseguiram existir abertamente, devido a declaração feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerando aquele o Ano Internacional da Mulher.

A institucionalização do movimento pôde ser observada a partir dos anos de 1980, quando alguns grupos feministas tornaram-se organizações não governamentais (ONGs) e dessa forma o feminismo ganhou uma perspectiva mais técnica e profissional. Ainda nesse período é possível notar que o feminismo negro começou a ganhar visibilidade, propiciando uma luta para que mulheres negras fossem vistas como pessoas políticas que tinham demandas singulares pois, diferentemente das mulheres brancas, cisgêneras e heterossexuais, elas eram herdeiras da escravidão e carregavam o estigma de subordinação tanto do homem quanto das próprias mulheres brancas (Moreira, 2007). Dessa maneira o feminismo inicia um processo de transformação para um movimento mais plural, não mais representando apenas mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, e a interseccionalidade passa a ser considerada essencial para a solidificação deste movimento.

No início do século XXI as novas tecnologias de comunicação começaram a ter mais presença sendo notório a percepção de um caráter patriarcal e forte masculinização desses meios, resultando na sub-representação e ou total exclusão das mulheres nesses meios. Com o crescimento e desenvolvimento do acesso à internet as mulheres passaram a se apropriar mais dessas novas tecnologias, garantindo sua auto inclusão já que elas poderiam criar e compartilhar conteúdos sem precisar passar por qualquer avaliação prévia como é o caso das mídias tradicionais.

A partir da utilização dessas plataformas mais democráticas, o ciberfeminismo surge por meio de técnicas e práticas feministas compartilhadas na internet. Dessa

forma, inúmeras mulheres, antes à margem da produção política, científica, entre outras áreas, conseguem fazer suas vozes serem ouvidas, compreendidas e apoiadas, mesmo estando geograficamente distantes.

Metodologia

A metodologia utilizada trata-se do estudo bibliográfico narrativo, tendo como base de dados as bibliotecas virtuais: ScientificElectronic Library Online – Scielo e Google Acadêmico. Para seleção dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: juventude, feminismo, ciberfeminismo, tecnologia, ambiente virtual e ciberativismo. As obras foram analisadas a partir do método Análise do Discurso Crítica, uma vez que propõem-se interpretar os contextos em que foram produzidas.

Resultados e discussões

O ciberfeminismo é um movimento multifacetado – portanto, ciberfeminismos –, que atua tanto no campo teórico quanto no âmbito prático, com intervenções de natureza política, social e cultural. [...] Conectadas em redes estabelecidas por meio das mídias digitais, as posições feministas têm produzido uma interação entre os campos das ciências políticas e do ativismo (Schwengber et al, 2020, p. 312).

O ciberfeminismo conseguiu conectar as mulheres mesmo aquelas que não estavam inseridas neste espaço virtual, pois as denúncias, reivindicações e debates realizados nas plataformas digitais colocaram em evidência aquelas em situação de vulnerabilidade. “Com isso, os espaços digitais se apresentam como recursos organizativos e como locais de ativismo, conquistando uma centralidade nunca vista até então” (Schwengber et al, 2020, p. 321). As ações do movimento no ciberespaço são descentralizadas, com menos hierarquia e mais participativa, já que é um ambiente livre para qualquer pessoa expressar suas opiniões, apoio e indignações referentes ao sistema patriarcal e desigual (Schwengber et al, 2020).

O movimento feminista contemporâneo é heterogêneo, plural e ancorado por várias teorias. Por conta da luta das mulheres negras, esse movimento social passou a questionar as teorias eurocêtricas, aproximou-se das teorias referentes a interseccionalidade e pós-colonialidade e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCI) para realizar suas reivindicações políticas (Freitas, 2018).

Segundo Carneiro (2011), o feminismo negro de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como é a brasileira, tem como eixo de foco o racismo e os

impactos sobre as relações de gênero, visto que ele próprio define a hierarquia de gênero na sociedade. Para articular todas as questões que permeiam a vida das mulheres e meninas negras, o feminismo negro coloca em debate questões que provavelmente não seriam prioridades de outros grupos feministas, como por exemplo:

[...] genocídio da juventude negra e seus impactos sobre as mulheres negras, a intolerância religiosa e a valorização das religiões de matriz africana, relacionamentos inter-raciais e relações afetivo-amorosas de mulheres negras, mercado de trabalho, padrões estéticos femininos e a representatividade dos negros na mídia, impacto da violência cotidiana na população negra, etc. (Martinez, 2017, p. 26).

Deste modo, para propagar as pautas e os debates sobre os temas supracitados o movimento passou a utilizar as TICS, que surgiram já na segunda metade da década de 1980 e desde então vêm se expandindo por todo o mundo. Essas tecnologias são um conjunto de ferramentas que permitem a produção, acesso e a disseminação de informações, bem como a comunicação entre sujeitos, mesmo que esses estejam distantes fisicamente (Rodrigues, 2016). É neste ambiente virtual que surge o ciberfeminismo, um movimento atuante nas redes. Trata-se de um movimento diverso com pautas reivindicatórias, que pode alcançar grupos que antes não fossem tão ouvidos, mas que de certa forma ainda é excludente, uma vez que as pessoas, desses grupos, precisam serem alfabetizadas digitalmente e ter acesso a dispositivos tecnológicos midiáticos e internet de qualidade, sendo assim “[...] converge novas gerações de pensadoras, filósofas e jornalistas, as quais convidam outras mulheres a saírem do lugar de silenciamento histórico para buscar seu lugar de fala, marcado pela interseccionalidade, pelo empoderamento e pela sororidade” (Fernandes; Santos, 2020, p. 5).

Com essas ferramentas digitais as possibilidades de compartilhar informações e de acessar a formação feminista são múltiplas, visto que cada vez mais sujeitas se dispõem a administrar páginas virtuais que apresentam debates e propostas feministas. Conforme afirma Freitas (2018), esse diálogo reivindicatório do ciberfeminismo se dá por meio dos blogs, sites e sites de compartilhamento de conteúdo a exemplo do Facebook, Twitter e Instagram. As feministas negras se apoderam dessas plataformas para ocupar um novo espaço de luta e combater o sistema que as oprime. Tais dispositivos auxiliam essas mulheres no confronto ao racismo, sexismo, machismo e etc., causando transformações significativas nas formas de comunicação no nível nacional e internacional (Freitas, 2018).

Neste ambiente virtual há maior integração com as mulheres negras, sobretudo com as jovens, em virtude da proximidade destes com a tecnologia. Conforme Martinez (2017), há aproximadamente doze anos houve maior tentativa por parte de jovens em conhecerem as pautas feministas. “O crescente interesse pela temática feminista revela tanto o aumento dos espaços ocupados pelas feministas na internet quanto o extravasamento de suas preocupações para espaços da mídia internacional” (Martinez, 2019, p. 4).

No Brasil, o ciberfeminismo tem ascensão em 2015, na chamada “primavera feminista”, momento em que há maior adesão de mulheres jovens ao movimento (Ritta, 2021). Foi em 2015 que houve a “Marcha das Mulheres Negras que levou às ruas de Brasília milhares de mulheres negras de todas as idades em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver, trazendo para o foco do debate o lugar de fala da mulher negra” (Lemos, 2016 p. 63 *apud* Ritta, 2021, p. 63).

Este ato foi articulado e teve repercussão também no ambiente virtual, disseminou-se a hashtag #MarchaMulheresNegras, como forma de alcançar mais pessoas e veículos de informação. Além desse manifesto que ocorreu de forma virtual e no ambiente físico, outros foram realizados, entre 2015 e 2016, em combate à violência contra mulher, ao assédio, contra o abuso sexual, ao racismo, machismo e etc. Desde tal período e com o advento da pandemia da Covid-19, o ciberfeminismo ganhou ainda mais espaço e visibilidade, aproximando mulheres, articulando ações, expondo suas críticas ao Estado e as formas de opressão. Tudo isso de forma direta e simples, por meio do ciberespaço.

Conclusão

É importante destacar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, como um fenômeno marcador na luta do movimento feminista, que através do ciberfeminismo tem contribuído para a difusão de idéias feministas, especialmente por meio de blogs e das mídias sociais. Esse movimento proporciona uma oportunidade a inúmeras mulheres de terem acesso a essas tecnologias e utilizá-las para modificar diferentes realidades e opressões.

O ciberfeminismo possibilita o deslocamento de identidades culturais, quando promove campanhas feministas por meio do espaço virtual e por consequência, unindo mulheres a partir de suas experiências e demandas em comum. A apropriação das redes

sociais como espaço de luta e resistência contribui para o empoderamento de mulheres, ressignificando valores e incentivando a participação ativa e crítica, além de subsidiar políticas públicas que atendam às demandas voltadas para desigualdades e violências presentes nas relações de gênero e suas pautas.

Ademais é preciso ressaltar a importância sobre efetivação da inclusão dessas pautas e temáticas de gênero abordadas nesses espaços digitais, como atos de currículo a serem praticados no cotidiano da formação de mulheres. Rompendo, dessa maneira, a lógica do patriarcado, ratificando a legitimidade dos movimentos ciberativistas como redes educativas para práticas transformadoras (Fernandes, Santos, 2020).

Referências

DUTRA, Z. A. P. A Primavera das Mulheres — Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30292>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FERNANDES, Terezinha. SANTOS, Edméa. Ciberfeminismo e multiletramentos críticos na cibercultura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e76124, 2020.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Experiências Feministas Narradas no Espaço Virtual: Debates sobre a Interseccionalidade e Feminismo Negro. **REALIS**, v. 8, n. 01, jan-jun. 2018. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_revista854-realis-revista-de-estudos-antiutilitaristas-e-poscoloniais>. Acesso em: 24 de dez. 2021.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos pagu**, 2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/cpa/a/kb7C5tVWZP7nppBDSQjNqTm/abstract/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwi_zf-to8z6AhVht5UCHUHyBnoQFnoECA0QAQ&usg=AOvVaw2wxYUaKHYi9j4pfxwOJGmj>. Acesso em: 20 de set. 2022.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de. CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, 3, 2014, Apucarana. Anais [...] Apucarana: Universidade Estadual de Londrina, 2014, p. 0-7. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%25C3%25ADs%2520Paula%2520Rodrigues%2520de%2520Oliveira%2520e%2520Latif%2520Cassab.pdf&ved=2ahUKEwjw1J_aqMz6AhW0s5UCHZQEDjsQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw27Ll0uG8eJyWD-zno2WHj5>. Acesso em: 21 de out. 2022.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001. (Textos Didáticos, n. 48).

RITTA, Siliara Borges. **Elas que lutam: Diálogos entre ciberfeminismo e a educação escolar como prática para liberdade**. Orientadora: Andrea Brandão. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229070>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

RODRIGUES, Ricardo Batista. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Recife: IFPE, 2016. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_tecnologias_informacao_comunicacao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.35-50, 79 mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 23set. 2022.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Discursos dos Ciberfeminismos e Vulnerabilidades das Violências de Gênero em Tempos de Covid-19. **RDP**, Brasília, v. 17, n. 94, 309-335, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4385>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOUZA, Vanessa Cristine Zaccharias de. **Chega de FiuFiu: O papel do ciberfeminismo na construção do feminismo na era da Web 2.0**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126668>>. Acesso em: 15 set. 2022.

A dimensão educativa e sua relação com a cultura e o teatro: estratégias para a atuação de assistentes sociais.

Adriana Guiaqueto Jacinto³⁸

Bruna Pereira Caetano³⁹

Resumo

As juventudes brasileiras são perpassadas por diversos estigmas que as tratam enquanto problemáticas, de modo a invisibilizá-las e criminalizá-las. Por outro lado, o teatro pode se configurar enquanto uma prática educativa, dotada de potencial emancipatório, atuando enquanto contra hegemonia da realidade, como é posta pelo sistema capitalista. Dessa forma, ao considerar os desafios enfrentados por assistentes sociais em seu cotidiano profissional, na busca por efetivar seu projeto ético-político, o teatro pode vir a ser uma estratégia de atuação, por meio da dimensão educativa presente na profissão.

Palavras-chave: Juventudes. Teatro. Cultura. Serviço Social. Dimensão educativa do Serviço Social.

Introdução

O filósofo húngaro Gregory Lukács (1932-1967), ao tratar acerca de seu conceito de estética, abarca a cultura em uma perspectiva que a tem como uma dimensão da vida humana, se constituindo enquanto a forma com que os sujeitos se relacionam e interpretam sua própria realidade. O filósofo trabalha a cultura e suas expressões como a memória da humanidade, sendo uma maneira de compreender o passado do mundo. Dessa forma, é possível vislumbrar que a arte, uma expressão cultural, constitui-se enquanto importante processo da formação da sociedade, devido ao fato de possuir em suas raízes a vida cotidiana da época em que foram criadas, expondo a realidade de seu criador.

Ainda que a concepção de cultura possa ser abarcada por diversas perspectivas, para este trabalho, o conceito a ser utilizado é o que a compreende enquanto a organização e apreensão dos indivíduos na sociedade, seu modo de pensar, e o que é tido enquanto os seus direitos e deveres. Desse modo, a cultura e a política estão intimamente ligadas, pois através dos mecanismos culturais, torna-se possível a criação de formas e pensamentos hegemônicos na sociedade, ditando seu direcionamento

³⁸UNESP – FRANCA/SP. Endereço eletrônico: adriana.giaqueto@unesp.br

³⁹UNESP – FRANCA/SP. Endereço eletrônico: bruna.caetano@unesp.br

ideológico. A cultura é tida como uma fonte de poder, por se tratar de um modo de exercer controle sob os indivíduos, podendo manipular sua compreensão da realidade.

Através do cenário exposto, as expressões culturais vêm sendo utilizadas pelas classes dominantes enquanto estratégia para alienar os sujeitos, de forma a transformá-los em grandes reprodutores dos pensamentos burgueses. Ao se basear na concepção de lucro, a arte se torna um dos instrumentos mantenedores da hegemonia do sistema capitalista, incentivando a competitividade mercadológica que alimenta o individualismo. Com essa lógica, a arte alienante afasta os indivíduos de si mesmos, de modo a não se reconhecerem em suas criações, em seu trabalho e na realidade que os circunda. Focam apenas na obtenção de lucro, para que possam sustentar a si e suas famílias em um sistema que encarece cada vez mais, trabalhando unicamente para satisfazer suas condições objetivas de vida, como moradia e alimentação. O debate pelos direitos e condições dignas de vida perde espaço e os sujeitos se tornam simples mercadorias, vendendo sua força de trabalho para se adequar ao sistema capitalista.

Em contrapartida, da mesma forma em que as expressões culturais vêm sendo utilizadas enquanto um instrumento de manipulação, elas contêm em si o potencial de exercer o efeito oposto, guiando os indivíduos rumo a sua emancipação política. Por se configurar em uma maneira de expor realidades, quando abordada em seu caráter crítico, a arte pode atuar enquanto uma forma distinta de perceber o mundo, indo além da que é comumente posta. Neste contexto, ela exerce o papel de estratégia da criação de uma consciência não alienada, que permite aos sujeitos uma percepção mais profunda de seu próprio contexto social, quando conseguem compreender-se não apenas enquanto um ser humano individual, mas também enquanto um sujeito coletivo. Ao ter contato com uma obra artística de caráter crítico, os indivíduos passam por um processo de quebra da concepção que possuem do mundo, questionando seu próprio cotidiano e colocando em xeque a realidade como lhes foi ditada.

Dessa forma, quando pensamos nas juventudes brasileiras, que são perpassadas por diversos estigmas que podem ditá-las enquanto um “problema social”, podemos vislumbrar a arte, e em específico o teatro, como uma possibilidade de facilitar o processo de emancipação política desses sujeitos. Por ser tratado enquanto um período desencadeador de diversos conflitos, as juventudes são vistas de forma contraditória pela sociedade, principalmente quando os/as jovens são pertencentes a uma classe de poder econômico baixo.

Nessa direção, a atuação de assistente sociais enfrentam empecilhos quanto a alcançar esses/as jovens, e conseguir estabelecer estratégias que busquem compreendê-los/as de fato e abarcar suas demandas. Pensando no projeto ético-político hegemônico da profissão, que tem como objetivo final a emancipação humana, o teatro pode vir a ser uma das alternativas utilizadas pelos/as profissionais para conseguir facilitar esse processo emancipatório do público jovem. Por se tratar de uma prática educativa, essa expressão artística pode ser utilizada no cotidiano de assistente sociais através da dimensão educativa que transpassa a atuação desses profissionais.

De tal modo, esse trabalho tem como objetivo relacionar a dimensão educativa do Serviço Social com o teatro, tendo-o enquanto uma possível estratégia para a atuação de assistentes sociais com as juventudes brasileiras. Para isso, buscaremos refletir sobre os estigmas que perpassam as juventudes no país, e as possibilidades que o teatro exerce para esses jovens, para então abarcar as estratégias que podem vir a compor o trabalho do assistente social.

Fundamentação teórica

Em seu livro “O Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas” (2019), o teatrólogo brasileiro Augusto Boal defende que para além de assistir ao teatro, é necessário produzi-lo. Para ele, para que a arte possa exercer, de fato, um caráter transformador na vida dos indivíduos, é necessário que elas se tornem produtoras de conteúdos artísticos, e não apenas consumidoras deles.

O teatrólogo afirma que para que haja a libertação social, as massas populares devem se apropriar das produções culturais e utilizá-las para ensaiar uma realidade onde não haja dominação de uma classe sobre a outra. Nessa perspectiva, Boal cria o “O Teatro do Oprimido” (1974), como uma técnica teatral composta por uma série de atividades e jogos que tem como propósito quebrar as barreiras que separam a plateia dos atores, de modo que aqueles que o praticam possam utilizar o espaço do teatro para expor e debater acerca de sua realidade, ensaiando uma ação a ser praticada na vida real.

Nesse sentido, o teatro tem o potencial de exercer um papel de desconstrução de paradigmas, oferecendo ao indivíduo uma nova percepção da realidade e com isso, formas distintas de intervir nela. Para além, o teatro também promove um processo de empatia, guiando quem o pratica rumo a uma consciência dos sentimentos e realidade

de outras pessoas, podendo resultar em uma sensação de pertencimento social que amplifica a concepção de cidadania.

Os potenciais presentes no teatro podem exercer importantes funções em um processo educativo, ao considerar a perspectiva de educação tratada por Paulo Freire (1981) que abarca a importância de uma “desmitologização” da realidade, removendo os estigmas que perpassam as questões das desigualdades sociais. Essa expressão artística pode agir enquanto uma prática educativa, que aprimora a relação vital entre o indivíduo e a sociedade, colaborando para sua humanização.

Arelado a este panorama, o teatro tem muito a agregar às juventudes brasileiras, que são cercadas por estigmas que as tornam geradoras de contradições. Aqui, reiteramos o uso do termo *juventudes*, no plural, devido ao fato de que essa população é cercada por diversas questões, que mudam conforme a condição social de cada um desses indivíduos. Para além, explicitando o recorte utilizado nesse trabalho, no Brasil, a Política Nacional das Juventudes, instituída em 2016, estabelece que a faixa etária que define as juventudes é dos 14 até os 29 anos.

Quando nos propomos a pensar nas diferenças que marcam as juventudes, é necessário expor que elas se dão de duas principais formas: a primeira, ancorada na lógica mercadológica, trata uma mazela das juventudes enquanto uma imagem a ser desejada e comprada, relacionada à beleza e ao poder. Cria-se uma busca incessante por permanecer jovem, utilizando de todo e qualquer meio para isso, visando um padrão de vida estabelecido pelo capitalismo que é quase irreal. Esse estigma costuma ser associado a jovens brancos e de classe média e alta, que são aqueles que possuem as condições financeiras necessárias para alcançá-lo.

No entanto, o outro estigma traz a juventude como uma ameaça à sociedade, devido aos diversos problemas que este período desencadeia emocionalmente, tratando-a enquanto um “problema social” que precisa ser controlado. Esses/as jovens são considerados “perigosos/as”, sendo criminalizados/as pela população, assim como tudo o que eles produzem e se associam, como as formas de arte que são mais vistas na periferia, o grafite, o “hap” e o “funk”.

Dessa forma, percebemos que as concepções que circundam as juventudes no atual contexto brasileiro acompanham as diferenças entre estratos de renda da população. Scherer (2013) coloca que esse fenômeno gera uma dualidade que reforça a

perspectiva de quem é tido como “bom” ou “mal”, “mocinho” e “bandido”, rotulando e humilhando o/a jovem de baixa renda, tratando-o/a como um “rebelde” que é sempre associado ao papel de “vilã/o” nas narrativas da sociedade.

De tal forma, as juventudes periféricas terminam por ser invisibilizadas, de modo que tudo o que está associado a eles/as é comumente interpretado como violência, o que impossibilita que sejam reconhecidos/as, por eles/as próprios e pela sociedade, como sujeitos de direito. Para além, o estigma mercadológico associado às juventudes leva muitos desses/as jovens a enxergarem no crime a única oportunidade de ascender socialmente e serem vistos/as pela concepção positiva do que significa “ser jovem”, pensando na percepção capitalista que trata o pertencimento na sociedade como ligado a lógica de consumo.

É dentro deste contexto que o teatro surge como uma possibilidade de fazer com que sejam ouvidas as vozes destes/as jovens vulnerabilizados. Quando inserido nas escolas enquanto prática pedagógica, essa expressão cultural pode contribuir para a promoção do sentimento de pertencimento do aluno em relação à escola, além de ampliar o trabalho reflexivo, colaborando para formação de um sujeito consciente. O teatro pedagógico na sala de aula auxilia os alunos a fixar os conhecimentos, aperfeiçoando sua inteligência.

Além de pedagógico, o teatro também pode exercer uma função educativa, indo além dos limites da sala de aula, e trabalhando questões socioculturais que potencializam os processos de reconhecimento das juventudes enquanto sujeitos particulares, mas também coletivos. Enquanto o teatro como prática pedagógica se resume a integrar esta arte às matérias escolares, como história e matemática, o teatro enquanto prática educativa possibilita uma transformação social, por permitir que os sujeitos se observem em cena e em seu cotidiano, de forma a enxergar o mundo de um ângulo que geralmente é oculto. Ambas as práticas teatrais podem auxiliar o jovem a se compreender para além dos estigmas que o circundam, seja na sala de aula, compreendendo suas potencialidades nas diversas esferas do conhecimento, ou fora dela, vislumbrando diferentes realidades.

Em paralelo a esses fatos expostos, o Serviço Social brasileiro enfrenta fortes desafios no que concerne à atuação com à juventude invisibilizada. Inicialmente, faz-se necessário colocar que a profissão é advinda de uma iniciativa do Estado, na busca por apaziguar trabalhadores que reivindicavam seus direitos em uma sociedade que se pauta

em sua exploração. De tal modo, o Serviço Social surgiu com o propósito de promover uma conciliação de classes, visando a manutenção do sistema capitalista. Foi apenas após o movimento de reconceituação que os/as assistentes sociais passaram a se reconhecer enquanto integrantes da classe trabalhadora e assim voltaram sua atuação para caminhar em consonância com seus interesses. Seguindo este caminho, foi criado, pela categoria profissional, o projeto ético-político, que hegemonicamente se compromete com o enfrentamento das desigualdades sociais, de modo que defende uma nova ordem societária, que não se baseia na opressão de uma determinada classe para manter sua soberania. De acordo com Paulo Netto (2018, p.15-16):

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Nesse sentido, ainda que a profissão firme tal compromisso, os desmontes frequentes das políticas públicas no país dificultam uma atuação profissional que consiga, de fato, suprir as demandas trazidas pelo público usuário. Por ser uma população perpassada por tantas questões, é um grande desafio para as/os profissionais efetivar um exercício que objetive o reconhecimento das juventudes enquanto sujeitos de direitos. Assim, ao considerar os potenciais educacionais presentes no teatro, sua capacidade de colocar em cena realidades ocultas, ao associá-lo à dimensão educativa do Serviço Social, ele se torna uma possível estratégia a ser utilizadas pelas/os assistentes sociais na busca por potencializar o processo de criação de consciência crítica destes/as jovens

Ao tratarmos acerca da dimensão educativa do Serviço Social, em um primeiro momento, é preciso fazer algumas considerações. A atuação das/os assistentes sociais sempre exerce uma função educativa e organizativa, atuando em conjunto com a classe trabalhadora, mas não necessariamente defendendo seus interesses. Devido ao seu berço positivista, que pauta a profissão na conciliação de classes, o exercício profissional pode se basear na ótica da manutenção do poder dominante, e visar “conformar o modo de vida da população à nova racionalização do processo de produção e do trabalho”

(Giaqueto, 2015, p.21). Assim, a dimensão socioeducativa não implica, indispensavelmente, em uma atuação que efetive o projeto ético-político profissional, podendo resultar em uma prática imediatista, que corrobora com uma perspectiva de manutenção da ordem do capital.

Dessa forma, as estratégias educativas desempenhadas pela categoria profissional podem se pautar tanto em uma perspectiva do “bem-estar social”, visando a manutenção da exploração sobre a classe trabalhadora preconizado pelo sistema capitalista, quanto em um horizonte emancipatório, buscando a transformação social que guie a uma nova sociabilidade.

Nesse sentido, quando está em consonância com os interesses da classe trabalhadora, a dimensão educativa do Serviço Social deve se configurar enquanto processos que objetivem a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais, ocorrendo através de sua participação ativa no processo educativo, na luta pelos seus interesses (Giaqueto, 2005). De tal modo, a construção de possibilidades para uma nova sociabilidade deve ser dar de maneira conjunta, na interação entre assistentes sociais e público usuário, de modo que as estratégias educativas sejam em uma perspectiva emancipadora. Ao pensarmos na relação com as expressões artísticas, Abreu e Cardoso (2009) colocam:

Para além desses espaços sócio-ocupacionais dos conselhos e de organização política, as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem ainda desenvolver-se no campo da comunicação social, utilizando a linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação. (p. 13).

É desta maneira que o teatro pode vir a contribuir enquanto estratégia educativa a ser utilizada pela categoria profissional em sua atuação. Por possuir o potencial de expressar a cultura humana, fazendo os sujeitos compreenderem a totalidade através de uma perspectiva crítica, o teatro, e as artes no geral configuram-se enquanto uma prática educativa que pode auxiliar no trabalho dos/as assistentes sociais enquanto facilitadores de transformações sociais. Assim, ao considerar os/as jovens invisibilizados/as pelos estigmas impostos pela sociedade, o teatro pode atuar enquanto uma forma de expor o contexto de violação no qual estão inseridos, “premissa fundamental para a compreensão e o reconhecimento da juventude enquanto sujeito de direitos” (SCHERER, 2013, p.163).

Metodologia

Buscando perceber como os objetos propostos pelo tema se relacionam com a sociedade que os circundam, tendo em vista de que estão intrínsecos a ela, essa pesquisa se ancora no materialismo histórico-dialético, visando abordar a teoria social em sua totalidade.

Para além, considerando que essa pesquisa se propõe a aprofundar o conhecimento que envolve os objetos já expostos, relacionando-os de maneira crítica, a metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, por implicar em um conjunto ordenado de busca por alternativas, pois essa técnica possibilita um alcance amplo das informações, utilizando os estudos trabalhados em diversas publicações para embasar o debate a ser realizado. Com caráter qualitativo, a pesquisa utilizará de livros, textos e artigos científicos de autoras/es que pesquisem os objetos supracitados para atuar enquanto fundamentação e acúmulo teórico às argumentações, se valendo da observação para manter o caráter crítico proposto por este projeto.

Resultados parciais

Diante de tudo o que foi exposto, torna-se notável que o teatro se configura enquanto uma estratégia que abre diversas possibilidades para as/os assistentes sociais, principalmente em um exercício profissional com as juventudes brasileiras, perpassadas por diversos estigmas. Dessa forma, a pesquisa busca trazer enquanto possibilidade que assistentes sociais, por meio da dimensão educativa, utilizem o teatro enquanto uma estratégia de atuação pela categoria profissional para colocar em cena a realidade dos/as jovens invisibilizados, que não se reconhecem enquanto sujeitos de direito.

Pensando que a arte se configura enquanto uma forma dos jovens se expressarem, o teatro pode ser utilizado pelos/as assistentes sociais nas intervenções realizadas, como apoio na percepção das demandas apresentadas, além de ampliar as leituras da realidade, facilitando seu enfrentamento. Para além, as artes podem atuar enquanto uma estratégia de contra hegemonia da instrumentalidade da profissão, resultando em atuações que não se conformem com as fragmentações tão presentes no cotidiano profissional, de modo a auxiliar na busca pela efetivação do projeto ético-político hegemônico.

Nessa perspectiva, além de aproximar o público usuário das artes, para que possa desempenhar uma função de estratégia educativa para o Serviço Social, é importante que os profissionais assistentes sociais também se proponham a se apropriar das técnicas teatrais, tendo-as enquanto uma maneira de buscar ultrapassar o imediatismo do cotidiano. Dessa forma, conhecer como se dão as práticas teatrais, como por exemplo o “Teatro do Oprimido” (BOAL, 2019) anteriormente apresentado, pode possibilitar em aplicabilidades, por meio da dimensão educativa, para um exercício profissional que objetive a práxis.

Por outro lado, o teatro também pode se configurar enquanto uma forma de dar visibilidade aos/as jovens marginalizados, expondo sua realidade. Como exposto no início desse trabalho, Boal (2019) traz que para além de consumir teatro, para que ele possa de fato exercer o caráter transformador, é preciso produzi-lo. Assim, dispor de espaços onde as juventudes possam se tornar atores, de modo a não apenas colocar sua realidade em cena, mas também ensaiar possibilidades nela, torna-se uma forma efetiva de trazer à tona as violências cotidianas, possibilitando a criação de uma consciência crítica.

Contudo, tanto a dimensão educativa do Serviço Social, quanto o teatro, para que estejam aliados com os interesses da classe trabalhadora e estejam voltados para a emancipação humana, precisam se dar enquanto uma construção coletiva, envolvendo todos os participantes. De tal forma, ao utilizar o teatro enquanto estratégia em sua atuação, é necessário que o/a assistente social possua a cautela de manter o sujeito como o centro da ação, sem tratá-lo com uma perspectiva de “tutela” (Scherer, 2013), possibilitando que ele exponha seu cotidiano de modo livre.

Discussão

Esse trabalho buscou refletir sobre o teatro em sua perspectiva educativa, e as possibilidades de emancipação política que dispõe, principalmente ao pensarmos nas juventudes marginalizadas pela sociedade, vislumbrando suas relações com o Serviço Social brasileiro. Essa expressão artística vem sendo hegemonicamente utilizada pelas classes dominantes como instrumento de dominação, contando histórias com narrativas que delimitam de forma explícita quem deve ser visto como os “heróis” e os “vilões” de nossa sociedade. Dessa forma, ao invés de contribuir com um processo emancipatório, o

teatro vem exercendo majoritariamente uma função alienante, que contribui para a manutenção da ordem societária vigente.

Para além, talvez até como forma de prevenir o potencial crítico que possui, o teatro é visto como uma arte das elites, por seu acesso ser mediante valores econômicos elevados, seja para assistir uma peça teatral, ou para fazer teatro. As expressões artísticas vêm exercendo apenas uma função de “lazer”, de modo com que são tidas como dispensáveis, algo que não é um direito de todos/as – e o teatro não é exceção.

Ao nos propormos a debater sobre as potencialidades críticas do teatro e das artes, precisamos abarcar sobre a importância de democratização ao acesso à cultura. A cultura representa as concepções de nossa sociedade, de modo com que suas expressões demonstram como a população compreende e interpreta essas determinações. Sendo assim, ao manter esses conceitos condensados nas mãos da classe dominante, fica restrito a ela como se dissemina os ideais que ditam nossa sociedade, como o que é tido como “certo” e “errado”.

Quando pensamos no Brasil contemporâneo, não é à toa que o governo de Jair Bolsonaro, democraticamente eleito em 2018, teve como uma de suas primeiras ações dissolver o Ministério da Cultura. Quanto menos acesso a população tiver às artes, mais fácil difundir os conceitos conservadores pregados pelo presidente e seus apoiadores.

Nessa direção, quando abarcamos o governo Bolsonaro, nos vemos frente a mais um dos pontos debatidos nesse trabalho, o Serviço Social brasileiro. O contexto da presidência de Bolsonaro colocou as políticas públicas em um declínio ainda maior rumo à precarização. Com os direitos conquistados pelos movimentos sociais se desfazendo, os/as profissionais assistentes sociais se viram face a um contexto em que sua atuação se torna ainda mais limitada, dificultando a efetivação do projeto ético-político que preconiza ações que buscam ir além do imediato.

Essa conjuntura também agrava a invisibilização das juventudes, que vislumbram um futuro incerto, com altas taxas de desemprego. Muitos dos/as jovens em situação de desproteção social já são afastados dos estudos devido à necessidade de ajudar a prover suas famílias, de modo com que um contexto de precarizações das políticas públicas determina ainda mais empecilhos ao acesso à educação. Além disto, o conservadorismo tão presente no governo também contribui para a criminalização das juventudes, ao delimitar valores morais que tendem a caminhar ao contrário das

expressões culturais dos/as jovens, sejam suas formas de fazer arte ou a maneira como estabelecem relações sociais.

Conclusão

É refletindo sobre o cenário complexo exposto acima que esse trabalho buscou abarcar o teatro como uma estratégia que facilita o processo de emancipação política, podendo vir a contribuir para o Serviço Social, em um sentido de abrir espaço para as juventudes expor suas demandas e ensaiar uma nova realidade. Se faz urgente mecanismos que possibilitem as juventudes colocarem em cena suas vivências, e as situações cotidianas que enfrentam.

Como apresentado por Boal (2019) o teatro, ainda que dotado de contrariedades, pode vir a ser um espaço em que as juventudes encenam os problemas que perpassam seu dia a dia, em um sentido de ensaiar possibilidades para lidar com eles. Assim, podem se compreender enquanto sujeitos capazes de intervir em sua própria realidade.

No entanto, o teatro não pode, sozinho, resolver todos os problemas dessa população e do mundo. A melhor alternativa para lidar com as expressões da questão social que culminam na criminalização dos/as jovens está em políticas públicas que de fato atendam às suas demandas, e em uma sociedade que não dependa de sua exploração para se manter funcionando.

Nessa mesma direção, o teatro também não pode resumir a atuação de assistentes sociais. Quando pensamos que o principal objetivo de um exercício profissional que corrobore com o projeto ético-político preconizado pela categoria é a emancipação humana, ele se torna uma estratégia plausível, mas ainda inserida em um contexto em que existem práticas essenciais que precisam ser exercidas. Ainda assim, o teatro é uma estratégia com potencial efetivo em um processo de reconhecimento das juventudes enquanto sujeitos detentores de direitos e parte ativa da sociedade, na criação de um senso de cidadania, o que pode ser útil para atuação de assistentes sociais.

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 1 ed. São Paulo; Editora 34, 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. Editora Unesp. 2000

GIAQUETO, Adriana. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio-histórico atual. In. Giaqueto, Adriana. (Org.). **A dimensão educativa no Trabalho Social: exercícios e reflexão**. Jundiaí. 1 ed. Paco Editorial. p. 16-37. 2015

LUKÁCS, György. **Arte e sociedade**: escritos estéticos – 1932-1967. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Ana Elisabete Mota. Maria Inês Souza Bravo. Roberta Uchoa. Vera Nogueira. Regina Marsiglia. Luciano Gomes. Marlene Teixeira (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 4. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez Editora, 2018

SCHERER, Giovane Antônio. **Serviço Social e Arte**: juventudes e direitos humanos em cena. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

Breve consideração sobre a comunicação não violenta (CNV) como método de diálogo com a juventude

Maria Cristiane Lopes da Silva⁴⁰

Lilian Virgínia Carneiro Godim⁴¹

Sanymary Silva dos Santos⁴²

Resumo

A Comunicação Não Violenta é um modo de ser, pensar e viver a compaixão humana. É acima de tudo uma forma de conexão compassiva. Ela surgiu a partir das preocupações do psicólogo Marshall Rosenberg que nos seus longos anos de estudos e pesquisas buscou compreender os comportamentos violentos e compassivos diante de uma mesma situação. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar breves considerações da CNV como um método dialógico e sua relação com a juventude, favorecendo assim, a comunicação empática, integrativa e participativa do protagonismo juvenil. Por meio de uma trajetória bibliográfica com um autor de referência e outros que refletem sobre as suas discussões. Enfim, este estudo não tem resultados, traz apenas questões que não foram aqui exauridas, mas, ficam como indagações desafiadoras para futuras reflexões.

Palavras-Chave: Comunicação Não Violenta. Método de diálogo. Juventude.

Introdução

A Comunicação Não Violenta (CNV) é um método de ser, pensar e viver com o objetivo de conectar as pessoas para além dos códigos de comunicação. A CNV originou-se a partir das preocupações do psicólogo Marshall Rosenberg que durante a sua trajetória de vida inquietou-se diante da seguinte problemática: “Por que algumas pessoas parecem gostar de ver o sofrimento dos outros, enquanto outras parecem ser justamente o contrário?” (Rosenberg, 2019, p. 7).

Em outras palavras, sua inquietude foi entender o que leva alguns indivíduos a se comportarem de forma violenta e outros serem compassivos apesar de o contexto ser violento. Rosenberg (2006) conta que suas questões surgiram pela própria experiência de vida que desde criança, morando em um território violento nos Estados Unidos, Detroit, vivenciou muitos atos violentos e sofreu agressões na escola onde estudava por ser judeu.

⁴⁰Doutoranda do PPGS/UFC, Pesquisadora Associada do COVIO/UECE e docente da SEDUC/CE

⁴¹Mestra em Políticas Públicas/UECE, Pesquisadora Associada do COVIO/UECE e docente da UNIP

⁴²Especialista em Psicopedagogia/UECE, Pesquisadora Associada do COVIO/UECE e docente da SME/Fortaleza.

Para refletir sobre as preocupações por ele postas, baseou-se na fundamentação teórica em Gandhi para a compreensão da expressão “não-violência”, no que diz respeito à essência da natureza humana compassiva embora em situações adversas. E isso não é algo de outro mundo, pelo contrário, as pessoas fazem parte de uma teia de interdependência como condição do processo civilizador que as mantém relacionadas umas com as outras, são sujeitos sociais dependentes entre si (Elias, 1994).

De acordo com Pelizzoli (2019, p. 36), a Comunicação Não Violenta é “mais do que uma técnica, a CNV é uma potencialização da sabedoria das relações humanas, na qual barreiras linguísticas e psicológicas são derrubadas e onde se aprende a ouvir a falar com o coração”. É um modo de possibilitar uma relação de compaixão consigo e com o outro, escutando os sentimentos e as necessidades humanas.

E como no processo de formação da humanidade constrói-se socialmente numa cadeia de interdependência, não estando fora desta relação às influências de cultura de guerra, de conflitos sociais, Rosenberg buscou, assim, disseminar uma comunicação acolhedora e conectada ao coração compassivo, tornando os relacionamentos mais compreensivos e com a capacidade de continuarmos humanos apesar das controvérsias e dilemas sociais.

Vale ressaltar que a comunicação é um dos principais fatores que contextualiza as relações das pessoas em seus diversos ambientes. Segundo Bittencourt (2014) numa mesma sociedade as pessoas têm suas culturas, idades, etnias, gerações, tradições e costumes diferentes, assim também ocorre na comunicação, pois interesses, sentimentos e necessidades são diferentes de se interpretar.

Rosenberg (2006) com seu esse pensamento e suas experiências acabaram suscitando a adesão de inúmeras pessoas a trabalharem utilizando o modo de ser da Comunicação Não Violenta. Contudo, não deixa de reconhecer a complexidade dessa comunicação e a necessidade do seu exercício contínuo. Argumenta que a CNV significa um lembrete para as pessoas se entregarem com compaixão em relação ao outro e com o outro, ou seja, “o que almejo em minha vida é compaixão, um fluxo entre mim e os outros com base numa entrega mútua, do fundo do coração” (Rosenberg, 2006, p. 23).

Dessa maneira, falar em Comunicação Não Violenta, neste artigo, objetiva apresentar breves considerações da CNV como um método dialógico e sua relação com

a juventude. Partindo da ideia que juventude é uma construção social a partir de uma heterogeneidade múltipla de enxergar os jovens na sociedade atual (Esteves, Abramovay, 2008).

Metodologia

Como trajetória metodológica optou-se por uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma análise da literatura do norte-americano Marshall Rosenberg e dos teóricos que partiram do seu pensamento. Como diz Becker (2007), para trazer as considerações a respeito de um tema, é preciso partir dos teóricos que estão fora ou dentro dele, entender a partir deles para não fazer formulações abstratas.

Dessa forma, esse é o truque para pensar a CNV, partindo das formulações que se fazem e se discutem em torno dela, é um exercício teórico de aproximação dos dados e discussões pertinentes. É uma maneira de sair da zona de conforto e trazer reflexões para o assunto, porque o truque é sugerir “maneiras de virar as coisas ao contrário, de vê-las de outro jeito, para criar novos problemas a pesquisar, novas possibilidades de comparar casos e inventar novas categorias e assim por diante” (Becker, 2007, p. 20).

Escolher trabalhar com uma pesquisa bibliográfica é entendê-la como sendo um “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002, p. 32). Não deixa de ser uma forma capaz de estar junto com as discussões e considerações acerca do objeto.

Sendo assim, um percurso metodológico que exige uma leitura minuciosa das referências publicadas, sem a ideia de fechar pensamentos e discussões, mas suscitar reflexões e olhares da CNV com a aproximação da categoria juventude.

O processo da CNV

Se nos ativermos aos princípios da CNV, motivados somente a dar e a receber com compaixão, e fizermos tudo que pudermos para que os outros saibam que esse é nosso único interesse, eles se unirão a nós no processo, e acabaremos conseguindo nos relacionar com compaixão uns com os outros. Não estou dizendo que isso sempre aconteça rapidamente. Afirmo, entretanto, que a compaixão inevitavelmente floresce quando nos mantemos fiéis aos princípios e ao processo da CNV (Rosenberg, 2006, p. 24).

Conforme Rosenberg (2006), a lógica da CNV concerne num processo que exige habilidades de comunicação e pensamento, permitindo dar e ao mesmo tempo receber com compaixão. Entendendo a compaixão como uma das necessidades humanas universais que conectam as pessoas, independente de qualquer contexto e quaisquer situações, reforçando assim, a prática da empatia para uma compreensão conectada com os sentimentos e necessidades entre as pessoas.

Rosenberg (2019) afirma que é necessário reformular a maneira de se expressar e escutar de forma automática, mecânica e repetitiva. Com a consciência e clareza da situação, de escutar e falar de fato com outro, de perceber o que ele quer dizer, o que tem a argumentar. E a CNV permite esse processo, deixando de lado os julgamentos, as críticas, os ‘pre’ julgamentos, e os ‘pre’ conceitos, um modo que necessita:

1. expressar nossas necessidades; 2. enxergar as necessidades dos outros, independentemente do modo como se expressam; 3. verificar se as necessidades foram compreendidas com exatidão; 4. oferecer à empatia de que as pessoas precisam para ouvir as necessidades dos outros; e 5. traduzir as soluções ou estratégias propostas para uma linguagem de ação positiva (Rosenberg, 2019, p. 13).

Para Pelizzoli (2012), vivenciar a CNV nesses pontos levantados é uma tomada de consciência, de construção de humanidade, e isso está para além de uma comunicação rebuscada e linguística. É estar aberto de coração para as possibilidades de conexões e entendimentos, independente de qualquer coisa. E isto pode ser visto como algo vantajoso nos relacionamentos, porque é “haurindo valores, necessidades, emoções e pedidos essenciais que os seres humanos têm para viver, além de necessidades materiais, ela faz-se essencial em qualquer âmbito social e mesmo em contextos de crise e desestruturação” (Pelizzoli, 2012, p. 7).

Para o processo da CNV são necessários a prática dos componentes estruturantes:

OBSERVAÇÃO: refere-se às situações que estamos observando e vivenciando e que afetam nosso bem-estar; **SENTIMENTO:** refere-se a como nos sentimos perante aquilo que estamos observando; **NECESSIDADES:** refere-se às necessidades (valores, desejos etc.) relacionadas aos sentimentos identificados; **PEDIDO:** refere-se às ações concretas que pedimos para outra pessoa com o intuito de enriquecer nossa vida (MPPI, 2020, p. 6, grifo dos autores).

Rosenberg (2006) reconhece que a prática desses elementos não é algo fácil, pois exige um esforço consciente e rotineiro. Primeiramente, a observação consiste em observar sem nenhum julgamento ou avaliação prévia, ou seja, é ver de fato como se

fosse uma imagem captada por uma câmera, sem nenhuma distorção ou correção do que está sendo visto (MORRISON, 2019).

Nas palavras de Rosenberg (2006, p. 50), a observação acarreta “necessariamente separar observação de avaliação”, no sentido de ver com clareza, longe de quaisquer formas de generalizações ou formulações preconcebidas. O autor afirma que não é fácil observar sem julgamentos ou avaliações associadas ao comportamento das pessoas. E como fazer então? Como exercitar a observação sem uma avaliação associada?

Segundo Rosenberg (2006), é preciso distinguir observações de avaliações, e um dos caminhos é o cuidado de evitar palavras que expressam o exagero da linguagem, como por exemplo: sempre, nunca, jamais, frequentemente, etc. Que levam ações defensivas ao invés de compaixão. Para o MPPI (2020, p. 7), separar observar de avaliar tem a ver com:

1. Separar os fatos concretos – aquilo que aconteceu e é visível aos nossos olhos do que eu penso e acho sobre os fatos; 2. Escutar e/ou ver o comportamento do outro sem criar uma avaliação ou imagem errônea daquele sujeito; 3. Ter atenção e esperar o momento certo para falar, ou seja, ser sensível ao contexto.

O segundo componente se refere aos sentimentos, significa compreender a expressão dos sentimentos que estão por trás das palavras, porque nem sempre o que se diz expressa o que as pessoas estão sentindo. Até porque na sociedade capitalista não é fácil se posicionar demonstrando os sentimentos por ser uma maneira de apresentar as fragilidades humanas. Elias (1994) fala sobre isto como sendo um tipo de controle dos sentimentos para a moldagem ao processo civilizador para a figuração do social.

Portanto, expressar os sentimentos ou nomeá-los é uma realidade bastante complexa, já que não existe uma educação voltada para esse exercício, visto como fraqueza ou expressão de vulnerabilidade. Assim, afirma Rosenberg (2006, p. 76), “desenvolver um vocabulário de sentimentos que nos permita nomear ou identificar de forma clara e específica nossas emoções nos conecta mais facilmente uns com os outros”.

Para Morais e Pelizzoli (2011), aprender a dialogar sobre os sentimentos e expressá-los é algo bastante importante para o crescimento humano e a conexão com os outros, embora sabendo que não é nada fácil tomar consciência disso. Há, conforme Rosenberg (2019), um desafio de identificar e expressar os sentimentos, principalmente

devido à confusão que se faz em distinguir sentimentos de pensamentos, ou melhor, de fazer a diferença entre o que se sente e o que se pensa para expressar com palavras. De acordo com Rosenberg (2006, p. 72):

ao expressar nossos sentimentos, seria muito útil se utilizássemos palavras que se referem a emoções específicas em vez de palavras vagas e genéricas. Por exemplo, se dissermos ‘sinto-me bem a esse respeito’, a palavra bem pode significar alegre, excitado, aliviado ou várias outras emoções. Palavras como bem ou mal impedem que o ouvinte se conecte facilmente ao que podemos de fato estar sentindo.

Com isso, o autor revela peripécias que dificultam identificar e expressar os sentimentos, apesar de perceber que faz parte do processo da CNV, que se constrói cotidianamente de forma consciente. Já o terceiro componente, as necessidades, que vem após a observação e a identificação dos sentimentos, também não é fácil identificar e tampouco expressá-los.

Sobre as necessidades, assim como os sentimentos, também não se é alfabetizado para expressar o que necessitamos, ficando difícil seu próprio reconhecimento. Por outro lado, ensina-se a fazer críticas, a insultar, uma comunicação que afasta consideravelmente as pessoas longe de qualquer consideração e compaixão possível (Rosenberg, 2019).

As necessidades são coladas aos sentimentos, porque a maioria das necessidades básicas satisfazem o bem-estar, provocam sentimentos de satisfação, e quando negadas fomentam insatisfações. Quando isso ocorre há uma comunicação violenta, destrutiva, ferindo as necessidades e os sentimentos do outro, negando a condição de um diálogo seguro e compassivo (Pelizzoli, 2012).

Sendo assim, é necessário definir e expressar as necessidades de si e do outro, verificar se foram compreendidas, a partir da cooperação genuína que nasce na confiança que as necessidades serão respeitadas e levadas em consideração (Rosenberg, 2019). Portanto, o importante é contribuir na construção de diálogos que estejam em sintonia os sentimentos com as necessidades, não no sentido de concordar ou discordar o que se escuta, mas entrar em concordância com o que tem por trás da fala, à necessidade que estar nas entrelinhas do diálogo.

No quarto componente, o pedido, refere-se a verbalização do desejo diante do que se observou, do sentimento que foi gerado pela observação e da necessidade sentida. O pedido precisa ser claro, mas não no tom de exigência, porque isso afasta a

compaixão e a conexão humana, por entender que pedido é diferente de exigência, ou seja:

Os pedidos geralmente são percebidos como exigências quando os ouvintes acreditam que serão culpados ou punidos se não os atenderem. Uma forma de perceber se é um pedido ou uma exigência é observar qual a reação do solicitante caso o pedido não tenha sido atendido. Uma reação típica do solicitante quando se trata de uma exigência é que ele tenta fazer a outra pessoa sentir-se culpada. Já os pedidos indicam um desejo, mas respeitam o outro dando-o a liberdade de realizar ou não (MPPI, 2020, p. 12)

Por assim dizer, os pedidos quando feitos sem nenhuma forma de exigência, de maneira clara e compreensiva tem uma recepção empática e uma escuta compassiva, garantindo a possibilidade de conexão e entendimento entre as pessoas. Desse modo, o processo da CNV não é um método de mudar as pessoas, mas um modo de construir relacionamentos pautados na compaixão e na linguagem de coração.

A Comunicação Não Violenta (CNV) e a juventude

Que discussão pode ser construída entre a CNV e a juventude? Primeiramente, a CNV pode ser um grande aliado para a interação com a juventude, compreendida a categoria juventude como uma construção social, melhor dizendo:

a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção está na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc (Esteves, Abramovay, 2008, p. 4).

Nessa perspectiva, a CNV pode ser vista como um dos métodos possíveis e viáveis para a construção de diálogos e sociabilidades com e entre a juventude. Na medida em que se utilizam os componentes estruturantes para a conversa, iniciando com a observação sem avaliação e sem julgamentos moralizantes, constrói-se nesse sentido pontes de relacionamentos e aproximação com a juventude.

Em concordância que a CNV possibilita a construção de espaço empático e acessível para as discussões com os jovens e entre eles, Mascagni (2021) argumenta que os resultados:

obtidos com a aplicação dessa metodologia ao longo dos anos, e nos diversos setores em que foi inserida, demonstraram sua inegável relevância e potencialidade em promover mudanças efetivas e positivas nos modos de as pessoas se relacionarem e se comunicarem. (p. 30).

Então, é inegável sua contribuição na promoção de uma comunicação assertiva, nas quais o diálogo e a escuta são privilegiados no sentido de garantir a empatia, o respeito, valores estes que são negados muitas vezes nas conversas cotidianas, não só com a juventude, mas entre os demais indivíduos.

Que pena que a disseminação da CNV é ainda muito restrita, não chegou ainda em diversos espaços, tampouco nas instituições educacionais. E quando contempladas em projetos escolares, tomando como referência as escolas públicas cearenses, vem ancorada nas abordagens restaurativas e ou na técnica da mediação de conflitos, como alternativas de fortalecer a educação para a paz, sem fazer parte da proposta curricular:

percebe-se que no contexto escolar brasileiro a CNV tem sido apenas timidamente acolhida, ficando restrita a iniciativas isoladas e, em geral, pouco sistematizadas. As buscas que fizemos sobre o assunto nos permitiram verificar que faltam projetos sistematizados de aplicação da CNV no ambiente escolar que estabeleçam uma correlação mais aprofundada com os objetivos pedagógicos determinados para as diferentes áreas do currículo (Mascagni, 2021, p. 31).

Portanto, associar a CNV na educação para a juventude pode-se dizer que são ganhos para o processo educativo e para a sociabilidade. Visto que para o método da CNV, a violência se resume na ausência das necessidades não atendidas, nos sentimentos não reconhecidos e nos pedidos não levados em consideração (Rosenberg, 2006).

Por assim dizer, os componentes que fazem parte do método da CNV de uma maneira ou de outra é um convite a romper paradigmas, pois “ênfatiza que a motivação para agir é a compaixão - e não o medo, a culpa, a vergonha, a censura, a coerção ou a ameaça de punição” (Rosenberg, 2019, p. 10). Será que dessa maneira o diálogo com a juventude não seria mais promissor?

Melhor dizendo, porque não discutir a contribuição da CNV na relação com a juventude? Como fazer para que a CNV chegue nas escolas com efetividade? Em que medida, as instituições e os espaços escolares que lidam com a juventude podem incluir a CNV como método de diálogo? Enfim, são questões que ainda não tem respostas, pelo menos, nas discussões aqui exauridas, contudo, ficam como indagações desafiadoras para futuras reflexões.

Breves considerações

O presente estudo utilizou-se da literatura do norte-americano Marshall Rosenberg e de teóricos que contribuíram com o seu pensamento. Dessa forma, o objetivo desta discussão foi apresentar breves considerações da CNV como um método dialógico e sua relação com a juventude.

Para Rosenberg a CNV envolve destreza no exercício da comunicação e do pensamento, que permeia as relações humanas. É um método que compreende a relação de comunicação entre os indivíduos, propondo reflexões para além dos códigos linguísticos. A CNV suscita nas pessoas o desejo de difundir um comportamento compassivo na comunicação com o outro. Mesmo diante de problemas oriundos das relações sociais, é possível a utilização desse modo de ser, pensar e viver como forma de superar os conflitos e prevenir a violência no âmbito da juventude.

Destarte, a relação da CNV com a juventude suscita indagações que não foram exauridas nesta discussão, mas ficam como provocações para estudos posteriores.

Referências

- BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BITTENCOURT, Dênia Falcão de. et al. **Processos da Gestão de Pessoas**: livro didático/Dênia Falcão de Bittencourt, Ademar Dutra, Alessandra Oliveira, Dâmaris deOliveira Batista da Silva; design instrucional Lis AirêFogolari. – Palhoça:UnisulVirtual, 2014. 138 p.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol.1.
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil. ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. **VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes Práticos**, Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- MASCAGNI, Izidoro Wilson. A Comunicação Não Violenta e as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Educação, Batatais**, v. 11, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 2021.
- MORAIS, Maria C. F.; PELIZZOLI, M. L. Comunicação Não-violenta (CNV): uma ética prática pela resolução de conflitos e empatia. In: **Homo Ecologicus**. Editora: UCS 2011.
- MORRISON, Jean. **A linguagem da girafa**: um passeio divertido pelos fundamentos da comunicação não violenta. Tradução de Laura Claessens. São José dos Campos: Colibri, 2019.
- MPPI. **Guia prático para a comunicação não violenta**. Ministério Público do Estado do Piauí. Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho. Teresina, PI, 2020.
- PELIZZOLI, M.L. **Diálogo, mediação e cultura de paz**. Recife: Ed. da UFPE, 2012.

ROSENBERG, Marshall B. **Vivendo a comunicação não violenta**. Tradução de Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

_____. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

Juventudes: interpretações sobre o jovem na sociedade e na política

Rogério de Oliveira Araújo⁴³

Olivia Cristina Perez⁴⁴

Resumo

O presente ensaio desenvolve uma abordagem sobre a condição juvenil diante das interpretações propostas pelas ciências sociais, com ênfase no campo da ciência política. Foi utilizada de metodologia qualitativa a partir da análise bibliográfica sobre a temática da juventude. Como resultados temos um panorama das categorizações propostas sobre a condição juvenil, perpassando teorias sociológicas clássicas, como as de Karl Mannheim e de Pierre Bourdieu, até estudos contemporâneos que procuram pensar uma juventude a partir de sua pluralidade demarcada por marcadores sociais da diferença. Destaca-se nesse sentido, como os marcadores da diferença pautados nas dinâmicas de produção (trabalho) e reprodução (família), incidem na condição juvenil que pode ser categorizada em: jovens estudantes, jovens solteiros e jovens adultos, mediante a combinação desses marcadores. Outro resultado deste estudo se dá na consideração de que são necessários ainda a inclusão de outros marcadores para compreender melhor as diversas juventudes, dos quais evidenciamos a territorialidade (campo e cidade).

Palavras-Chave: Juventudes. Ciência Política. Condição Juvenil. Marcadores sociais da Diferença.

Introdução

A juventude é comumente compreendida como uma fase da vida em que os indivíduos são mais “livres”, mais contestadores e de algum modo, mais ativos. Essa percepção é alimentada tanto pela mídia na promoção de padrões de consumo, quanto por pesquisas acadêmicas inspiradas pelos movimentos revolucionários, em especial desde a década de 60, na qual, a juventude despontou como protagonista de diversas transformações sociais e políticas. (Sherer-Warren, 2014)

É no bojo dessas transformações e no sentido de compreendê-las que Melucci (1997) interpreta a juventude como uma camada da sociedade na qual as tendências de transformação social costumam se manifestar mais rápido e de modo mais visível. Para Melucci, essa capacidade “termômetro” da juventude é possível devido a sua íntima

⁴³Estudante do Doutorado em Políticas Públicas da UFPI. Endereço eletrônico: rogeroliveria373@outlook.com

⁴⁴Professora na UFPI. Endereço eletrônico: oliviaperez@ufpi.edu.br

relação com a dinâmica do tempo nas sociedades complexas. Nesse sentido, a juventude, que se encontra demarcada a partir de elementos biológicos e culturais em relação ao tempo, ocuparia essa posição indicada por Melucci como centro das pressões simbólicas da sociedade.

As conclusões de Melucci, inspiradas em parte pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX, acabam por gerar uma visão da juventude como essencialmente progressista e dotada de uma sensibilidade voltada para antever processos de mudanças sociais. Entretanto, essa interpretação deixa de lado os diversos movimentos que as diferentes juventudes têm seguido ao longo das últimas décadas, nem sempre caminhando junto a pautas progressistas ou contestadoras. Como Ribeiro e Fuks (2019) atestam em seu estudo sobre tolerância política no Brasil, os jovens têm apresentado uma intolerância de viés moralmente conservador, elencando entre seus grupos de antipatia os que apoiam a descriminalização do aborto (pauta que é essencialmente progressista).

Assim, o estudo das juventudes carece de um olhar mais amplo com o cuidado sobre os estereótipos amplamente difundidos sobre esses atores, considerando as diferentes condições e contextos que demarcam a condição juvenil nas sociedades. Nesse intento, temos uma ampla reflexão desenvolvida, em especial na sociologia, na qual a juventude é analisada em diferentes aspectos resultando igualmente em diferentes abordagens teóricas. No campo da ciência política, sob a influência das teorias sociológicas, a juventude também se constituirá em pauta de trabalho, especialmente em vista de compreender como se estruturam as preferências políticas da vida adulta.

Teorias clássicas e contemporâneas sobre juventude/juventudes

Uma das análises clássicas sobre o que é a juventude vem do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Pensando a construção do ideal de juventude, Pierre Bourdieu (1983) nos apresenta como a linha divisória entre a juventude e a velhice seria uma construção social que perpassa a história e está relacionada, em última instância, com a questão da divisão do poder na sociedade. Segundo Bourdieu, as categorias de juventude e velhice são determinadas pelo campo em que se situam, de modo que podem assumir uma variedade de classificações dentro de uma mesma faixa biológica de desenvolvimento físico.

Diante disso, a juventude tende a ser encarada inicialmente como um período de instabilidade. Enquanto a vida adulta seria interpretada como o período em que os indivíduos assumem uma série de responsabilidades em vários âmbitos (profissional, conjugal, financeiro), a juventude estaria situada na incerteza. Compreende-se assim o porquê de a juventude ser entendida como a fase da “irresponsabilidade”, dada a leitura em contraste com a fase adulta (Pais, 1990).

Pais (1990) elenca então duas correntes teóricas sobre a condição juvenil que se concentram cada uma num desses polos similaridade/diversidade. A primeira delas é a teoria geracional, que se concentra na juventude enquanto fase de vida. Assumindo que cada sociedade possui uma variedade de culturas, é pautada na investigação da continuidade e descontinuidade dos traços culturais. A teoria geracional tem uma base funcionalista e procura compreender a socialização dos indivíduos, reconhecendo as descontinuidades como disfunções do processo de socialização. Nesta leitura, a juventude se formaria em relação à geração anterior da qual tenta distinguir-se, ainda que carregue muitas similaridades com esta (Pais, 1990).

A corrente classista irá compreender a juventude em termos de classe. Crítica à perspectiva geracional, esta teoria compreende a juventude em termos de reprodução classista. A cultura juvenil, nesta leitura, é entendida sempre em relação à situação de classe dos indivíduos, pautadas nos antagonismos entre as classes. Devido isso, Pais (1990) salienta como há uma tradição nesta corrente em considerar as culturas juvenis como “culturas de resistência”. Uma crítica a esta corrente teórica é a sua tendência em recortar apenas os fatos empíricos que se encaixem na concepção de juventude como resistência. Desconsideram assim as diferenças internas à própria juventude no interior de uma mesma classe.

A teoria geracional, em especial, é comumente utilizada como suporte para analisar o comportamento juvenil tendo em vista o modo como ela se propõe a agregar a delimitação etária as condições sociais que definem cada geração. Pautada principalmente nos estudos seminais de Karl Mannheim (1982), a teoria geracional propõe um olhar sobre as diferenças de comportamento e percepção social, tendo em vista como cada geração assimila a cultura a partir da geração anterior e ressignifica esses elementos diante do contexto ao qual está exposta, num processo dialético, como pontua Mannheim (1982). Nas definições de Mannheim (1982) a geração é um fato no qual os indivíduos se veem inseridos, independentemente de sua escolha ou

identificação. Dessa forma, geração pode ser compreendida como uma “situação”, a qual o sociólogo compara com a situação de classe.

Mesmo com essa definição de geração que, aponta para similaridade e a experiência comum dentro do mesmo contexto histórico e social, a teoria de Mannheim abre espaço para a percepção de diferenças dentro de uma mesma “geração real”. Como observa Okado (2013), o conceito de “unidade geracional” proposto por Mannheim visa explicar as diferenças dentro de uma mesma geração a partir das diversas formas como os indivíduos dentro de uma mesma geração podem interpretar os acontecimentos aos quais são expostos, formando com base neles identidades mais específicas que se agregam em pequenos grupos.

As teorias clássicas sobre as juventudes, como a teoria classista e geracional se propõe a explicar as diferenças entre o comportamento dos indivíduos sem fazer referências as mudanças nos papéis sociais que estes desempenham, ou, em outras palavras, nas mudanças ao longo do ciclo de vida (Okado, 2013). Essa outra leitura sobre as mudanças no comportamento dos indivíduos, denominada ciclo de vida, se constrói em relação tanto do desenvolvimento biológico dos indivíduos, mas especialmente considerando diferentes marcadores sociais que estabeleceriam os limites de cada fase da vida (Shanahan, 2000).

A teoria do ciclo de vida possui suas bases nos estudos de socialização política, no intento de compreender como os valores e a cultura política de um modo geral são assimiladas pelos indivíduos e formam suas preferências (Okado, 2013). Entretanto, a perspectiva do ciclo de vida extrapola algumas limitações das teorias de socialização que, estabelecem a primazia dos processos de socialização primária e sua consequente cristalização após as primeiras décadas de vida do indivíduo (Oppo, 1998).

Pelo que contempla a teoria do ciclo de vida, o comportamento dos indivíduos ainda será influenciado pelos papéis sociais que estes venham a desempenhar ao longo da vida, formando assim novos “padrões de socialização” (Okado; Ribeiro, 2015). Esses novos papéis sociais desempenhados podem ser observados na medida em que os indivíduos assumem novas responsabilidades, compreendidas em marcadores sociais (Shanahan, 2000).

Dentre os marcadores sociais que servem como delimitadores entre a fase adulta e a juventude temos “o tempo de permanência em um mesmo local de residência,

o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a posse de uma casa própria, o abandono da casa dos pais e término da escola” (Okado; Ribeiro, 2015, p. 60). Além disso, considerando a realidade brasileira, Okado e Ribeiro (2015) reforçam que, o ingresso no mercado de trabalho e casamento são suficientes para chegar a um recorte mais aproximado de quem seriam os jovens no Brasil. A delimitação da condição juvenil, dentro da ótica do ciclo de vida se daria então pela ausência das dimensões da produção e da reprodução (Okado, Ribeiro, 2015).

Ciência política e juventudes: abordagens temáticas e teóricas

O campo da ciência política abordagens mais contemporâneas têm trabalhado a concepção de juventude a partir da percepção da presença e ausência desses marcadores de diferença (produção e reprodução), incidindo numa categorização das juventudes que contempla a condição do jovem estudante (que pode ou não estar trabalhando, mas dedica-se com mais ênfase a sua formação acadêmica); jovem solteiro (indivíduo que pode estar inserido no mercado de trabalho, mas ainda não constituiu núcleo familiar próprio) e; jovem adulto (indivíduo que apesar da idade biológica abaixo dos 30 anos já é considerado socialmente como um adulto por trabalhar e ter sua própria família). Tais categorias possibilitam, no âmbito dos estudos de comportamento político, uma análise das semelhanças e diferenças de comportamento entre as gerações e internamente entre as juventudes.

A tese do ciclo de vida propicia uma série de possibilidades de relação entre maturação biológica e inserção em dinâmicas sociais que nos levam a diferentes categorias de juventudes, as quais possuem por sua vez estilos e comportamentos próprios. É importante considerar esse fator, pois em geral os estudos sobre as juventudes na ciência política são concentrados no campo da socialização política, deixando passar as idiossincrasias que cada condição juvenil incide sobre a percepção política dos jovens.

Por exemplo, Rute e Marcello Baquero (2007) abordam a influência do processo de socialização sobre a cultura política dos jovens. Os autores constatarem que a socialização primária é um fator de forte impacto sobre as crenças políticas dos indivíduos, mas que não é de todo determinista. Fuks (2011) ao desenvolver seu estudo sobre a participação política dos jovens, evidenciou a participação dos pais, a

exposição a informação, a eficácia política subjetiva e a religião desempenham um papel importante no desenvolvimento da participação juvenil.

Baquero e Baquero (2012), em seu estudo sobre a participação política dos jovens, reconhecem de antemão que estes não nutrem grandes expectativas em relação aos governos. Os escândalos de corrupção e a permanência das desigualdades sociais se apresentam como elementos que influenciam a descrença dos jovens em relação a política institucional. A profissionalização da política também é salientada por eles como um fator que contribui para o afastamento da juventude. Entretanto, se a participação através dos canais institucionais tem reduzido, isso não implica para os pesquisadores que a juventude não esteja participando por outros meios, tais como os chamados “novos movimentos sociais” (Perez, 2019; Perez, 2021).

Além das Observações de Baquero e Baquero (2012) sobre a imagem que os partidos têm diante da juventude, temos também a questão da estrutura interna de funcionamento dos partidos. O modo como os partidos organizam sua atuação e a participação interna não só é pouco atrativa para os jovens como dificulta a sua inserção nas atividades do partido (Okado; Ribeiro, 2015).

Okado e Ribeiro (2015), contribuem para o debate sobre a juventude na ciência política ao trazer a perspectiva do ciclo de vida e como os papéis sociais com sua consequente adoção de responsabilidades e condições específicas a cada fase da vida, levariam a uma delimitação mais aproximada da juventude e, especialmente, como essas mudanças impactam na sua cultura política. Dessa forma, passa-se a constatar que as diversas condições juvenis formadas pelas correlações dos marcadores da diferença influenciam nas formas de participação e compreensão da política por esses atores.

Neste contexto, estudos têm indicado a emergência de um novo paradigma de participação juvenil, com a gestação, por parte dos jovens, de novos modos de organizar a vida cotidiana, com uma forte negação institucional e de parâmetros político-ideológicos (Perez; Souza, 2017, Perez, 2019).

Como destacado por Baquero e Baquero (2012), a juventude estaria caminhando não no sentido de uma apatia política generalizada, mas no desenvolvimento e valorização de outras formas de participação social e política. Essa percepção já era observada em estudos sobre as democracias consolidadas, pautada especialmente na análise das mudanças advindas de uma sociedade pós-materialista.

Essa leitura pode ser encontrada nos estudos de Inglehart e Welzel (2005), na qual os autores procuram demonstrar como o processo de modernização das sociedades e segurança em relação as necessidades materiais mais urgentes (alimentação, trabalho, moradia e etc.), permitiram o desenvolvimento de um cidadão mais inclinado as necessidades individuais e de autoexpressão.

A tese do desenvolvimento humano defendida por Inglehart e Welzel (2005), corrobora com a visão de que as mudanças percebidas na juventude não seriam o fruto de uma apatia política, mas contrariamente seriam a expressão de uma mudança de padrão de comportamento que, na lógica da sua teoria, estaria agora se voltando para formas de ativismo menos burocráticas e por mecanismo de participação direta.

A juventude, na leitura de Okado (2013), estaria mais predisposta a assimilar essas mudanças de comportamento e percepção da política na medida em que representa um extrato com maiores índices de escolaridade e disponibilidade de recursos cognitivos quando comparada as gerações anteriores. Teríamos assim um ideal de democracia que ultrapassa a ótica de deveres a cumprir e responsabilidades estabelecidas e caminha na direção de uma cidadania que se pauta na ação direta (Okado, 2013).

Nesse aspecto, os estudos sobre juventudes se voltam a compreensão dessa rejeição aos canais institucionais de mediação em vista de alcançar uma democracia mais direta. Entretanto, nota-se nessas pesquisas a ausência de categorizações mais detalhadas sobre as juventudes de modo a compreender internamente o que movimenta as diversas juventudes em seu rechaço aos partidos políticos e demais meio convencionais de participação.

Segundo Ribeiro (2012), durante a primeira década do século XXI, é observada uma certa estabilidade quanto à relação dos jovens com os meios institucionais de participação. De acordo com os estudos do pesquisador, não há uma acentuada tendência na rejeição destes mecanismos ao longo da década pesquisada. Entretanto, logo no início da década seguinte (2010), é perceptível o desenvolvimento ou, ao menos, a demonstração de rejeição dos canais institucionais.

A percepção negativa dos jovens sobre os partidos políticos possui bases em diversos pontos, desde a imagem pública que esses atores institucionais possuem, até a sua prática interna, associada a intensa burocracia. A baixa adesão da juventude diante

dos canais institucionais incidiu numa visão de que os jovens são pouco mobilizados e tendem a não se engajar em questões políticas. O início de um ciclo de protestos na segunda década do século XXI veio a confrontar essa ótica na medida em que revelou uma juventude engajada e com alta capacidade de mobilização (Perez, 2021).

Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 se consolidaram como um marco para o estudo sobre a atuação política da juventude. Scherer-Warren (2014) apresenta em seu estudo como as manifestações têm início em torno da luta pela redução das passagens do transporte coletivo, encabeçada pelo MPL (Movimento Passe Livre). Entretanto, a repressão policial em São Paulo acaba direcionando, ou redirecionando, o ideal das manifestações para uma perspectiva democrática maior: o direito de participar, de manifestar, a cidadania. Isso, segundo a autora influenciou a participação massiva nas manifestações que se seguiram.

Tatagiba e Galvão (2019), analisando as Jornadas de Junho, estabelecem algumas características marcantes desse ciclo de protestos, especialmente a polarização política. Segundo as pesquisadoras, o antipetismo e uma heterogeneização dos atores e reivindicações seriam características proeminentes das Jornadas de Junho. No entanto, apesar do antipetismo ser um fator marcante, os protestos extrapolam a polarização política englobando outros tipos de pertencimento. Nesse aspecto, Scherer-Warren (2014) já em 2014 apontava como as manifestações expressaram uma diversidade de antagonismos que, no viés da política institucional, iam do partidarismo, passando pelo apartidarismo, até o antipartidarismo.

Não se constituindo num fenômeno restrito ao Brasil, o caráter antipartidário observado nas ações coletivas também tem sido objeto de estudos em pesquisas no exterior. Precedendo os estudos sobre as ações coletivas da última década, estudos como os de Soeiro (2014) já apontavam a rejeição dos indivíduos que protagonizavam o ciclo de protestos em Portugal a partir de 2011 contra as formas clássicas de representação, das quais destacam-se os partidos políticos.

Outros estudos tentam compreender o fenômeno à luz das consequências econômicas decorrentes da austeridade proposta pela agenda econômica neoliberal. Nesse aspecto, Lima e Artiles (2014) refletem sobre as ações coletivas na Europa, ressaltando os “modos alternativos de organização e ação, flexível e horizontal” (Lima; Artiles, 2014, p. 139).

A expressão de sentimentos antipartidários por meio dos ciclos de protestos da última década, em grande parte capitaneados por jovens, nos leva à necessidade de compreender em que sentido essa rejeição aos canais de mediação vem se desenvolvendo e quais seus impactos sobre a democracia brasileira.

Os estudos mais recentes sobre a juventude tendem a focar na análise da internet como um fator explicativo sobre os novos padrões de comportamento juvenil (Baquero; Baquero; Moraes, 2016; Ramírez, 2016; Baquero; Moraes, 2018). No entanto, tais estudos não abarcam os sentimentos antipartidários da juventude de modo direto, deixando em aberto como esses atores têm desenvolvido sua rejeição aos partidos políticos.

Considerações finais

Ao analisar como a ciência política têm trabalhado a questão das juventudes observa-se uma intensa abordagem voltada a questão da socialização política e a preocupação em avaliar as preferências políticas desses atores, com destaque para sua rejeição as formas tradicionais de fazer política. Além disso, mesmo os estudos que procuram considerar os marcadores sociais da diferença evidenciam uma centralização em fatores mais econômicos, como as dinâmicas de inserção no mercado de trabalho, a formação acadêmica e a constituição de núcleo familiar.

Ainda que a tese do ciclo de vida tenha contribuído para uma análise mais detalhada das diversas configurações juvenis, a consideração de outros marcadores da diferença se fazem necessários nos estudos no campo da ciência política para compreender melhor as percepções políticas das diversas juventudes. Dessa forma, argumentamos que além de marcadores como raça, gênero, mais comuns nos estudos sobre comportamento político da juventude, é necessário incluir também outras dinâmicas, como a questão territorial destacando as diferenças entre as juventudes do campo e da cidade.

O campo de estudos sobre as juventudes aliado a percepção dos diversos marcadores sociais que lhes delimitam a experiência social possibilita uma gama de abordagens. Não apenas na consideração e análise dos problemas que cercam as juventudes lhes dificultando ou ameaçando a existência, mas também no reconhecimento das juventudes enquanto protagonistas do fazer político nas sociedades contemporâneas.

Referências

- BAQUERO, M; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.19-25, nov. 2012.
- BAQUERO, M; BAQUERO, R. Educando para a democracia: valores democráticos compartilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11: 2º sem. 2007.
- BAQUERO, M, BAQUERO, R; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas n.137, v.37, p.989–1008, out-dez. 2016.
- BAQUERO, M; MORAIS, J. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n.25, p.33-62, jul.-dez. 2018.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: **Marco Zero**. p. 112-121, 1983.
- FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, nº83, p. 145-178, 2011.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- LIMA, M. P. C.; ARTILES, A. M. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva a participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, Maio, p. 137-172, 2014.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, M. M. (org), **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. n º 6, p. 05-14, 1997.
- OKADO, L. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?**. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 102. 2013.
- OKADO, L; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n.01, v.04, p.53-78, fev. 2015.
- GOPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N. (org) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.
- PAIS, J. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. **Análise Social**, nº 1, 2, v. 25, p. 139-165, 1990.
- PEREZ, O. Relação entre coletivos e as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, n.3, v.25, p.577-596, set.-dez. 2019.
- PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual da Anpocs. Anais...**2017.
- PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Revista Izquierdas*. p. 1–16, 2021.
- RAMÍREZ, L. Dinâmicas transnacionais em tempos de internet: jovens, mobilização e a apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, n.12, p.08-16, set. 2016.

RIBEIRO, E; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, nº 3, p. 531-555, 2019.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SHANAHAN, M. J. Pathwaystoadulthood in changingsocieties: Variabilityandmechanisms in lifecourse perspective. **Annual review ofsociology**, p. 667-692, 2000.

SOEIRO, J. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVIII, pág. 55 – 79, 2014.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p. 35-62, 2014.

“Vixe, é de Timon”: estigmatização, segregação espacial e preconceito contra moradores da cidade de Timon.

Matheus da Silva Assunção⁴⁵

Resumo

Este trabalho tem como intuito compreender o preconceito existente na relação entre moradores de Teresina, a capital do Piauí, e Timon, cidade do leste maranhense. As cidades são vizinhas sendo separadas apenas pelo rio Parnaíba, tiveram sua criação e seu processo de urbanização em momentos aproximados da história. No entanto, a relação de proximidade entre ambas acaba por aí. A diferença nos processos de urbanização fez as cidades de afastarem economicamente e criou-se, a partir daí, uma segregação entre seus moradores. O texto está dividido em três momentos, o primeiro faz uma descrição da relação existente entre as cidades de Teresina e Timon com um foco maior na cidade de Timon com seu processo de ocupação até a categorização de cidade. O segundo ponto faz uma análise do conceito de estigma com base no texto de Erving Goffman. Por fim, é apresentada a ideia de segregação espacial e descrição do preconceito sofrido por moradores de Timon.

Palavras-Chave: Timon; Teresina; Preconceito Socioespacial; Segregação Espacial.

Timon e Teresina, cidades separadas por um rio

A relação entre Teresina e Timon começa ainda no início do século XIX após a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina. Segundo Sousa (2005):

Quando da transferência da capital piauiense para Teresina, em 1852, se tinha conhecimento da existência de um porto, onde as pessoas pernoitavam, o qual veio denominar-se Porto das Cajazeiras, às margens do Parnaíba, em frente à capital do Piauí, onde se fez uma pequena povoação que, posteriormente chamava-se São José do Parnaíba para alguns, [...] para outros, a maioria, São José das Cajazeiras (Sousa, 2005, p.20).

O povoado de São José do Parnaíba ou São José das Cajazeiras, posteriormente se transformou na cidade de Timon. Em 22 de dezembro de 1890 após o decreto Nº. 50, assinado pelo então pelo primeiro-vice-governador do Maranhão, José Viana Vaz, o então povoado se tornou Vila de Flores e em 1922 a vila foi levada a condição de cidade. A transferência da capital do Piauí para Teresina foi fundamental não apenas para a elevação do povoado para a categoria de cidade, mas proporcionou também o crescimento econômico e urbano.

⁴⁵Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Endereço eletrônico: matheusassuncao@aluno.uespi.br

Já como cidade de Timon, a relação com Teresina se intensifica no final do século XIX com a construção da estrada de ferro que ligaria São Luís e Teresina. A construção ocorre em três etapas: a primeira ocorre em 1895 ligando Caxias a Timon; a segunda em 1909 ligando Timon a São Luís; a terceira em 1938 com a conclusão da ponte rodoferroviária Governador João Luís Ferreira (Santos, 2007). Essa última construção hoje conhecida apenas como Ponte Metálica ou Ponte Velha.

Apesar de possuírem uma construção próxima e um processo de urbanização semelhante, as duas cidades tiveram um progresso econômico bem distintos. Teresina por ser a capital do estado do Piauí recebeu um olhar bem diferente de Timon, uma cidade do interior do Maranhão. Enquanto Teresina se tornava uma das maiores metrópoles do Nordeste brasileiro com riqueza proveniente do investimento de grandes empresas gerando o aquecimento da economia terciária, Timon ficou estagnada em uma economia baseada na agricultura familiar.

Timon e Teresina que são ligadas pelo rio se afastam no cenário social e o olhar dos teresinenses para timonenses é tomado pela estigmatização e preconceito, criando a imagem de Timon como “cidade dormitório” ou até mesmo “cidade sem lei” como coloca Santos (2007):

As representações de cidade-dormitório e cidade-sem-lei, atribuídas à cidade de Timon, foram construídas historicamente a partir do olhar da mídia impressa teresinense, mais especificamente os jornais O Dia e O Estado, publicados na década de 1980, quando a pesquisa indica o crescimento do número de matérias que trataram de cenas de violência ocorridas na cidade, contribuindo dessa maneira para a propagação de uma estereotipia sobre Timon. Esses periódicos não tinham que se omitir de publicar notícias sobre aquela cidade maranhense, entretanto, chama a atenção o fato de que o pequeno espaço que lhe reservavam era preenchido constantemente com matérias relacionadas à violência, nas páginas policiais, e aos problemas de infraestrutura urbana, que contribuíram para representar Timon como uma cidade suja, pobre, sem nenhum saneamento básico e com administradores municipais arbitrários. (p.67).

Cidade-dormitório é um termo, muitas vezes pejorativo, atribuído a cidades com fraco desenvolvimento comercial, baixas condições de vida para seus moradores e com um processo de marginalização que as tornam dependentes de grandes centros urbanos. A origem deste termo faz referência a seus moradores que passam o dia trabalhando na grande cidade e retornam para sua casa apenas para passar a noite, descansando para o próximo dia de trabalho.

A criação dessa imagem sobre Timon foi uma das grandes responsáveis pelo surgimento, na população teresinense, o estigma e preconceito contra moradores de Timon.

O que é estigma

A origem do termo Estigma vem dos gregos para identificar pessoas através de marcas corporais, fazendo assim diferenças morais desses indivíduos e para representar características sociais. Uma marca podia mostrar se a pessoa era escrava, criminoso ou traidor. Uma pessoa marcada era contaminada e devia viver afastada da comunidade.

O estigma foi tema de diversos estudos e publicações de Erving Goffman, que traz um novo olhar para o tema. Goffman (1982) explica que o estigma surge quando:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social'. (p.5).

A Identidade Social é aquilo que todo indivíduo demonstra dentro da comunidade a qual pertence, sendo caracterizado de acordo com seus atributos físicos, diferenciando o normal do anormal.

Goffman (1982) continua dizendo que:

Baseando-nos nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso (...) Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial - uma caracterização "efetiva", uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (p.6).

A definição de estigma para Goffman é caracterizado pela comparação do que se espera do indivíduo (identidade social virtual) e aquilo que percebemos quando o indivíduo está na nossa frente (identidade virtual real). Goffman conclui que “o termo estigma, portanto, será usado a um atributo completamente depreciativo”.

Surgindo para depreciar alguém por suas características físicas e/ou sociais, a estigmatização tem em sua natureza a desqualificação do indivíduo estigmatizado, retirando-o da normalidade:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social”. (Goffman, 1982. p.8).

Uma vez estigmatizado o indivíduo não consegue viver sua normalidade dentro da sociedade e no meio daqueles que o estigmatizam, carregando por onde quer que vá esse fardo.

Segregação espacial e o preconceito contra moradores da periferia

Nas cidades contemporâneas, sejam elas metrópoles ou pequenas cidades, a influência do capitalismo faz crescer a desigualdade, acentuando a diferença social e criando áreas de segregações socioespaciais, ou seja, a separação dos moradores de acordo com suas condições financeiras. Essa separação ocorre de duas perspectivas: a primeira, quando um grupo é obrigado a se afastar das áreas centrais da cidade morando em áreas precárias pelos baixos preços dos imóveis; a segunda ocorre quando os mais favorecidos que decidem se afastar, criando um espaço de pertencimento apenas da elite (Sodré, 2020).

A segregação e a estigmatização tornam-se uma via de mão dupla, onde a existência de um gera o fortalecimento do outro. O estigma serve como mecanismo para caracterizar aquele que vive em um espaço geográfico diferente como o “Ser mal”, no intuito de fortalecer a visão do estigmatizador como o “Ser Bom” ou superior ao estigmatizado devido suas condições sociais.

Essa relação entre segregação socioespacial e estigmatização fica evidente ao conversarmos com moradores da cidade de Teresina sobre a cidade de Timon, ouvindo frases com “Timon é um bairro de Teresina”, “Timon é um interior de Teresina” e a clássica “Timon é perigoso demais”. Esta última é uma atribuição bastante comum com moradores de periferia em qualquer região do país. A atribuição de moradores de periferia com a criminalidade é o estigma mais comum em nossa sociedade. Sobre essa estigmatização Sodré (2020) diz que:

Um dos preconceitos mais importantes atribuem aos bairros pobres a qualidade de lugares naturais de violência. Segundo essa percepção, os pobres, amiúde, negros, possuíram uma inclinação ao crime, seriam como parasitas, que procuram se reproduzir a partir do suor dos vencedores, escolhendo uma vida fácil, de roubo e não do trabalho duro. Se eles são os únicos responsáveis pela própria situação, resta o rigoroso controle sobre eles e seus espaços (Sodré, 2020. p.119).

A fala de Sodré corrobora com aquilo que é percebido nas falas de teresinenses, onde atribuem a cidade de Timon como violenta e habitada por bandidos. Raimundo Santos (2009) discute em seu texto intitulado “Violência urbana: discurso midiático e manipulação da realidade” a construção da identidade de Timon como “terra sem lei” e conclui que a mídia teresinense tem papel fundamental nessa construção: “nessa perspectiva, a cidade de Timon “tornou-se” uma cidade-sem-lei no imaginário social dos teresinenses, a partir da excessiva repetição de enunciados sobre violência urbana, em detrimento de raros casos de notícias sobre fatos não violentos” (Santos, 2009. p.09).

Considerações finais

Conhecer a definição dos termos estigma e segregação espacial é crucial para a analisar e entender a relação entre os moradores de Timon e Teresina. Apesar de um dia serem consideradas de cidades irmãs a diferença nos processos de urbanização e investimento de capital criaram uma relação de opressão e preconceito, que foi reforçado ainda mais pela circulação de notícias tendenciosas nos jornais teresinenses a respeito de Timon.

A resposta de Timon para essa situação foi uma aproximação, na tentativa de se aproximar de Teresina. A partir de 2015 a prefeitura de Timon inicia uma série de reformas e construção em seu espaço urbano que nos leva a entender essa resposta. A primeira grande obra do município foi a ampliação da Avenida Piauí em 2015 que facilitou a circulação de carros entre Teresina e Timon. A construção da Shopping Cocaís em 2017 pode ser considerada também uma obra de aproximação pois o acesso ao shopping é mais cômodo para pessoas vindo do Centro de Teresina que das demais regiões da cidade de Timon, já que não houve reformas nas ruas e avenidas muito menos o aumento da frota do transporte coletivo urbano. Outras obras na cidade deixam claro o isolamento dos moradores de bairros da periferia, isolando-os do centro da cidade: A reforma da Praça São José (2016), a construção do Parque Ambiental Sucupira (2020). Com exceção da Praça São José, todas as construções ficam a margem

da cidade de Teresina, tornando mais fácil a utilização de pessoas vindo do Centro de Teresina que de outras regiões da própria cidade de Timon.

Goffman entende essa reação do estigmatizado (Timon) como a fuga do estigma, uma tentativa de “corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito, tal como quando uma pessoa fisicamente deformada se submete a uma cirurgia plástica”. Timon segue seu processo de urbanização tentando se reaproximar da cidade de Teresina, talvez na esperança de crescer economicamente igual a vizinha.

Referências

CORRÊA, Silvia Adriana Lima. **A Reprodução do Estigma: sobre um (des)conhecido “lugar perigoso” da periferia de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p.187. 2017.

GOFFMAN, E..**Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar. 1982

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História e Memória na cidade de Timon na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), UFPI. Teresina, 2007.

_____. Violência urbana: discurso midiático e manipulação da realidade. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. Timon: sua história, sua gente. **Timon: Fundação Municipal de Cultura**, Teresina, 2005.

SODRÉ, Reges. Preconceito socioespacial e insegurança urbana em Araguaína-TO. **Ateliê Geográfico, Goiânia**, v. 14, n. 3, dez/2020, p. 116 – 131. Goiânia, 2020.



GT 4 - Juvenicídio contra as juventudes LGBTQIA+

Coordenação: Fernanda Sousa (PPGS/NUPEC/UFPI) e
Weriquis Sales (UFC)

O liceu é diferente: escola como espaço de resistência às violências contra as juventudes dissidentes de gênero e sexualidade

Francisco Weríquis Silva Sales⁴⁶

Resumo

Considerando os conceitos de escola, sexualidade e juventudes, temos apontamentos para disputas e alianças permeadas por tensões no campo empírico e teórico. É neste campo que se desenvolve o texto que segue. Com objetivo de apresentar análises construídas a partir das percepções de jovens dissidentes de gênero e sexualidade, estudantes de uma escola pública em Teresina-PI, serão apontados discursos que demarcam o espaço escolar enquanto local de resistências frente aos processos de violências de gênero que permeiam as sociabilidades dos jovens interlocutores. Trata-se de recorte da pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPI, desenvolvida através de etnografia, com observações participantes e grupo focal.

Palavras-chave: Dissidências de gênero e sexualidade. Juventude. Resistências. Educação.

Introdução

Este texto compõe parte das análises da minha pesquisa de mestrado que tinha como objetivo compreender os desdobramentos subjetivos da heteronormatividade e do sistema binário de gênero nas construções de si e sociabilidades de jovens, dissidentes de gênero e sexualidade, estudantes em uma escola pública de Teresina-PI, apontando processos disciplinares, normativos, de resistência e subversão engendrados por eles. Especificamente neste texto, será tratado da dimensão da escola como espaço de pertencimento, autoafirmação e resistências por parte de jovens, homens gays e bissexuais.

A escola está localizada numa praça no centro da capital. Espaço esse que carrega uma história dos corpos dissidentes de gênero e sexualidades, daquelas/es que tentam, ao seu modo, subverter normativas que produzem em suas/nossas existências, muitas vezes, de dores, angústias e sofrimentos, e que o ocupam, dando a ele novos tons, novas sonoridades, fazendo ali a sua/nossa territorialidade ao longo do tempo. Mas também de dores, como, a exemplo, os casos de violência contra esses/nossos corpos,

⁴⁶Doutorando no Programa de sociologia da Universidade Federal do Ceará. Endereço eletrônico: whquis@gmail.com

ou mesmo as desigualdades entre as existências dissidentes, a partir de marcadores sociais, como classe, raça, geração.

Esse espaço, no qual está situada a escola, se constitui em liberdade para tantas existências, corpos e resistências, que fazem desse o seu cotidiano, por terem negado o reconhecimento para vivenciar territorialidades e tempos legitimados socialmente. Percebo ali tamanha simbologia na vida dos “afetos mal-ditos”, dissidentes da norma heterossexualizante.

Na escola, ouço o discurso “o Liceu é diferente! O Liceu é diferente!” se repetir através de várias vozes, discursos e sujeitos. Através dos vidros, traço conexões com o lugar geográfico, no qual a escola se situa, simbolicamente marcado por existências e resistências, que tentam fazer desse lugar o “Seu” espaço.

Entretanto, sabe-se que a relação entre escola e sexualidade é historicamente marcada por tensões, disputas de interesse e poder, alvo de diversos questionamentos, e um vasto campo de posicionamentos, no que se refere a pensar qual o lugar que ocupa a sexualidade na prática dos sujeitos no exercício do processo educacional. No tocante às sexualidades que não se inserem no campo da heteronorma ou dos sujeitos que não se enquadram nas concepções binárias de gênero, essa relação é ainda mais marcada por questionamentos, controle, vigilâncias e disciplinamentos. Assim, têm experienciado um lugar às margens, ou mesmo um não reconhecimento de identidades, práticas e experiências, que os colocam em estados de subalternização.

O relatório da pesquisa intitulada “As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”, realizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 2016, afirma que:

[...] estudantes LGBT se sentiam inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual e identidade / expressão de gênero: 60,2% afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional no último ano por causa de sua orientação sexual; 42,8% se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero. (p. 26)

Essa insegurança é provocada pelos altos índices de violências praticadas em espaços escolares contra LGBT's e outros corpos dissidentes de gênero e sexualidade. Emergem, cada vez mais, pesquisas que se dispuseram a problematizar as dinâmicas das vivências e discursos que evocam essas formas de sexualidades e gênero neste espaço. Tais pesquisas apontam as formas como a homofobia, por meio de todo seu arsenal

corrosivo e destrutivo, incide em corpos destituídos do direito à plena existência e cidadania.

Fundamentação

Segundo Foucault (1999, p. 44), “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. O que proporciona a efetivação desses processos, as relações estabelecidas no espaço escolar, são as formas como se articulam “[...] dinâmicas estruturais mais vastas (econômicas, culturais, políticas) que atravessam a sociedade” (Abrantes, 2003, p. 97-98). Nesse sentido, qualquer análise não pode desconsiderar a relação estabelecida entre as particularidades do espaço escolar, a dinâmica própria das práticas socioculturais nele efetivados e dinâmicas mais estruturais.

A homofobia é construída numa rede ampla, em que se entrelaçam uma série de “[...] normas, injunções disciplinadoras e disposições de controle voltadas a estabelecer e a determinar padrões e imposições normalizante” (Junqueira, 2009, p. 375). Assim, imbricada e forjada nas teias de relações sociais, estruturas de dominação e dinâmica do poder, permeado por aspectos socioculturais, interesses políticos e econômicos, a homofobia vai além de aspectos biopsicologizantes. E, sim, é um dos instrumentos que atuam de forma “[...] a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero” (Junqueira, 2009, p. 375). Gestado no campo da heteronormatividade, “[...] resiste tanto em reconhecer a homofobia como violação de direitos humanos quanto em potencializar a escola como espaço de transformação social” (Oliveira, Diniz, 2014, p. 249).

É sabido que “a escola pública brasileira foi, e ainda é largamente utilizada como instrumento de exclusão da cidadania” (Seffner, 2009, p. 128). Tais processos se dão em um contexto social que tem a heteronormatividade como marco epistêmico da educação, ou seja, “[...] há uma norma heterossexual escondida sob o discurso da neutralidade, da objetividade e da universalidade” (Oliveira, diniz, 2014, p.251), que se faz presente no espaço escolar, colocando-o como espaço de reprodução da heterossexualidade compulsória (Araújo, 2014), com a finalidade de produção de “corpos straight” (Preciado, 2011). Assim, longe de ser uma relação pacífica e

unidirecional, a relação entre gênero, sexualidade e educação se dá num “campo de tensões” (Seffner, 2012).

Em tensões também se dá a relação entre a escola e as juventudes, que historicamente veem estes sujeitos como um “problema”, que circunda os discursos em relação às juventudes, desde as primeiras formulações quando, no campo político do Estado, foi tratado como um problema social carente de resoluções (Groppo, 2004).

Numa estratégia de apagamento das diferenças, das diversidades e das discordâncias, as juventudes em espaços escolares são tratadas a partir de uma perspectiva homogeneizante das suas múltiplas identidades (Dayrell, 2001, 2007) estratégia esta que é circunscrita às estratégias de poder mais ampla, como assinala Foucault em diversos dos seus escritos.

Contudo, onde há poder, há resistências, sujeitos ou grupos, imbuídos de agência nas vivências das suas experiências sociais. Assim, há um confronto relativo aos usos e desusos que as/os jovens fazem do espaço escolar, pensando sobre os conflitos que se dão entre o que anseiam as/os jovens e o que a escola espera delas/os, ou dos padrões de bem viver e ou modelo de sociedade que a instituição escolar espera formar as/os jovens. Nesse sentido, a escola é um dos espaços onde as/os jovens re/criam, produzem, vivenciam suas identidades, expressões culturais, modos de ser e estar no mundo.

Veremos, como apontam os interlocutores, a necessidade urgente da legitimação da sexualidade enquanto fator que importa no chão da escola. Contudo, o fato de haver resistências, não elide que essa relação entre o que almejam as/os jovens e os modelos impostos pela escola, através de seus processos educacionais, ande longe de ser pacífica, havendo atritos diversos.

Pensar a partir da situação das/os meus interlocutores na pesquisa, da sua rotina, que faz com que a escola seja o espaço por excelência onde ocorre boa parte das suas interações, construção de grupos de sociabilidade, demanda percebê-la como espaço de grandes dimensões para esses sujeitos (local de afeto, grupos de apoio, amizades, esporte, lazer, cultura, informação, acesso à internet, sexualidade, etc.).

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, e busca a compreensão dos sentidos e significados das ações e relações sociais produzidos socialmente por jovens em interação no espaço

escolar, por querer na busca por alcançar a compreensão desse fenômeno “em seu sentido intenso” (Appolinario, 2006, p.159). Efetivou-se por meio da prática etnográfica, utilizando da observação direta e participante.

Realizei observações nos corredores e pátios da escola, entendendo ser esses os espaços de maior sociabilidade e interação entre os/as jovens na escola, onde se manifestam de forma mais livre, visto que estão com seus pares, seus iguais e desiguais, irmanados da “condição juvenil” vivida nessa fase da vida e algumas observações em sala de aula. Quanto ao tempo, devido às particularidades do funcionamento da escola e questões referentes a minha experiência subjetiva, as observações tiveram início no segundo semestre, do mês de agosto até outubro de 2017. Após imersão em campo, foi realizada entrevistas em grupo, a partir do grupo focal, que a partir de Gaskell (2003, p. 790), foi marcada por questões de interesse comum, fundamentada em uma discussão racional através de uma troca de pontos de vista, ideias e experiências, com espaço para manifestações de emoções juvenis das mais diversas.

Quanto à seleção dos entrevistados, foi construída em campo, de acordo com as interações mantidas com os sujeitos da pesquisa, das relações produzidas e das disponibilidades, por parte dos sujeitos interlocutores, em participarem da pesquisa, além da autorização obtida pela administração escolar.

A análise dos dados se deu de forma contínua, processual e diária, a partir da interpretação dos acontecimentos ocorridos no cotidiano dos sujeitos no espaço escolar. Fazendo uso da escrita, da redação das observações realizadas, materializando, através dos textos, falas, gestos, ações e interações efetivadas, por entender que “é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática.” (Oliveira, 2000, p.32).

Resultados e discussão - escola lugar de resistência frente aos processos de violência

Durante as conversas cotidianas nas observações na escola, bem como na oficina realizada, as/os elencaram fatores que, na sua experiência, são considerados importantes para que possam viver de forma livre sua sexualidade. Ney identifica três deles:

[...] aceitação... aceitação de todos. Dos colegas (...) tem aquelas pessoas que aceitam e os que não aceitam. E também tem a questão de

família (...). Porque no liceu é assim, as pessoas vão pra lá com, tipo... um tom de liberdade, sabendo que lá é bem procurado, muito assim, pela comunidade LGBT é bem pública. É que, muita gente sai de outros colégios pra ir pra lá, (...), pra... tipo, ter essa liberdade, de mostrar do que gosta, do que quer. (Ney, 18 anos, entrevista em grupo do dia 13 de dezembro de 2017).

Ele evidencia os grupos de pares, colegas da escola, com quem passam boa parte do tempo; a família como espaço de conflitos relativos à sua sexualidade e, a partir desses conflitos, para alguns a escola aparece como espaço principal de expressão pública da sua orientação sexual, um espaço que apresenta maiores possibilidades de autoafirmação de algo que em outros lugares e momentos “guardam a sete chaves” (Elliot, 17 anos).

Os jovens enunciaram significações ao espaço da escola, construídos por eles a partir das possibilidades de vivência da sua sexualidade. Em conversa com Iara, ela diz que na escola não tem vergonha de falar sobre sua identidade sexual e que boa parte das pessoas sabe. Sobre a escola, ela fala: “Eu gostei daqui por causa da diversidade de opções daqui, mais do que em outras escolas”. O uso da palavra opções é se referindo à diversidade sexual. Para Linn, a importância da escola, dá-se por ser nela que construiu amizades e convivência com pessoas que o respeitavam, pois não tinha isso na escola que estudava anteriormente. Sobre a atual escola ele declara “Eu sou livre pra ser quem eu sou”.

Ennis partilha de pensamento com sentido semelhante, afirmando: “[...] no liceu já é assim uma escola de mais liberdade.”. Elliot, ao falar sobre “se assumir”, afirma que a escola é, para ele, o único espaço em que ele poderia fazer isso, pois era longe de casa, sem o controle dos vizinhos, das pessoas que conhecia. Linn confirmou, dizendo que a localização da escola contribuía nisso, pois era longe do seu bairro e, portanto, das interferências das pessoas que lá residem, que eram conhecidos, diz que, se estudasse na escola do seu bairro, “[...] as fofocas correm solta, todo mundo comenta que o filho de fulano é viado.” e a família iria “pegar em seu pé” quanto a seus trejeitos femininos e por ser gay. Esses sentidos atribuídos à escola são marcantes na fala dos sujeitos, percebidas no processo de observação, bem como na oficina.

Na oficina, indago a Ennis sobre incidência de casos de violência motivados por LGBTfobia na escola e ele responde que “Na escola, praticamente não tem muito. Tem, mas é pouco, porque no Liceu já é assim uma escola de mais liberdade”. Indagados sobre a classificação da escola como um espaço “liberal”, Linn e Ney dizem

que se refere à possibilidade de “se expor”, sem “ter vergonha”, ou seja, tornar pública sua identidade sexual, afirmando-a no espaço escolar, sem inseguranças. Pergunto a eles sobre a construção dessa imagem sobre a escola, uma vez que, eles relataram que ela já é conhecida por “ser diferente”, para Pablo é:

Pablo: Porque todo mundo sabe. Todo viado, em facebook, se for ver lá, estudou no liceu. [...] O Liceu é uma escola de viado.

Linn: Eu acho que começou pelo fato de entrar muito homossexual e nisso viu que a direção, viu que os professores aceitavam. Era mais liberto, aí foi, eu acho que uma gay foi contanto pra outra, até que as outras... (Faz sinal com as mãos de quem chama alguém).

O trecho anterior é expressivo acerca da importância que hoje as redes sociais têm na circulação de informações sobre instituições e o quanto interferem na busca dos indivíduos quando precisam dos seus serviços. Outro elemento importante é uma maior autoafirmação da homossexualidade, que os indivíduos expõem no espaço virtual, e a partir disso a rede de interações motivadas pela questão da orientação sexual. Percebe-se que “as redes telemáticas representam além de mídias, um espaço de sociabilidade, no interior do qual se desenvolvem culturas relativamente autônomas” (Guimarães JR., 2000, p. 141). Os jovens apontam para uma significação do espaço digital como “um meio de expressão de si, veículo de diálogo com seus semelhantes, espaço de construção de novas amizades, sociabilidade e reflexividade” (Sposito, 2009, p. 68).

Assim, quando esses jovens chegam à escola e encontram um espaço menos hostil, comparado com outros, circulam a informação dentre os grupos externos, nas redes sociais. Outro fator elencado por Linn diz respeito à identificação de profissionais não-heterossexuais na escola, fato esse que para Pablo “[...] dá tipo, uma inspiração, um... um certo ar que de liberdade”. Para Elliot, a localização geográfica da escola interfere também nessa construção da liberdade da autoafirmação da identidade na escola:

Elliot: Aí tem a questão também de a escola ser no centro, distante de bairro, aquela coisa toda. Aí a pessoa, por ser gay, vai buscar uma escola longe, uma escola de qualidade, longe e longe assim, do teu habitat, da tua região. Aí fica difícil aquela coisa “Ah, mas meu parente mora perto, vão falar. Aquela coisa toda” eu posso ser eu, sem ter medo que o vizinho vai poder falar, porque eu tô longe do meu bairro, então, não tem perigo. Eu posso ser eu, eu mesmo aqui, porque não vai ter perigo de descobrir, alguém falar, aquela coisa toda.

Para ele, a localização da escola é importante por estar longe dos olhares “inquisitórios”, de “vigilância” e controle da sexualidade dos jovens, efetivados pelas pessoas que formam a comunidade, na qual as pessoas que circulam no espaço externo à

escola mantêm vínculos com maior intensidade e continuidade, possibilitando que os discursos incidam com uma rapidez maior e mais intensamente no espaço familiar. Para Elliot, a escola serve como um refúgio aos processos de violência que vivenciam com maior intensidade em outros espaços.

Linn concorda com Elliot, mas declara que esse não foi o fator principal que o fez procurar a escola. Para ele e Ney, a importância maior se relaciona ao grau de aprovação da escola no ingresso de discentes nas universidades. Elliot, ao tempo que concorda com Linn e Ney, produz uma relação entre qualidade da educação, que a escola tem, juntamente com seu argumento de localização geográfica da instituição, para que possa vivenciar uma experiência mais livre, relativa a sua identidade sexual:

Elliot: Foi o que eu falei a questão da escola ser boa e ser distante da escola, vai, além de tu abranger, criar tua formação mental, tu vai tá distante do que te faz mal. Tipo eu, por exemplo, eu na minha casa, no lugar onde eu moro, eu não me sinto à vontade de ser quem eu sou. E tipo, eu não me sinto bem. E tando na escola é diferente. Eu tenho uma mente mais aberta, eu tenho mais... questão de me expressar. Não que, “Ah, em casa eu vou me esconder por isso, aquela coisa toda...” mas, só que tipo, em casa eu sou mais fechado, não porque eu queira ser fechado. É automaticamente, cheguei, fechei. (...) que te impossibilita de em casa ser quem você é. Na escola, é a questão da aceitação, da educação que é boa e tal, aí facilita.

Na experiência de Ennis, a localização geográfica, que produz uma distância em relação ao espaço físico da família, lhe dá garantia de maiores possibilidades de vivenciar a liberdade que, para ele, é tão importante, haja vista as relações conflituosas que têm no espaço familiar. Não é que na escola não se vivencie processos de violência, mas em comparação com o espaço doméstico, são em proporções menores.

No grupo focal, falando sobre a importância das discussões de gênero na escola, Elliot e Pablo declararam o grau de importância que percebem na educação como mecanismo de superação das desigualdades de gênero e índices de violência contra a população LGBT:

Elliot: Discutir é importante. Porque eu acredito que através do diálogo é que se pode entender, digamos que “Esse mundo”. E evitar certas... é... digamos que tragédias, porque através do diálogo eu posso me conhecer e, até mesmo, me colocar no lugar do outro. A questão do conhecimento mesmo. O conhecimento te leva longe. Eu acredito que tendo o conhecimento, através do diálogo é que vem o conhecimento. E seu eu tenho o conhecimento consequentemente não tem essas coisas que tem no meio, que é agressão, a exclusão, enfim, essas coisas. Pablo: [...] quando fala na escola sobre isso, eu acho que é tipo, pra essas pessoas que ainda não aceitam poder ter mais a mente

aberta pra isso, e poder aceitar também a família que não tem a mente aberta pra isso poder aceitar também.

As afirmações de Elliot vão de encontro a uma visão que vê na escolarização um mecanismo de mudança social:

[...] Se alguma coisa tem ficado cada vez mais claro nestes debates é que a educação não tem que ver propriamente com assuntos escolares convencionais, tais como currículo, níveis ou sistemas de prova. [...] a sua tese central (do livro *Educação e Cultura*) é que a cultura molda a mente, que ela nos apetrecha com os instrumentos de que nos servimos para construir não só os nossos mundos, mas também as nossas reais concepções sobre nós próprios e sobre as nossas faculdades [...]. Mas isto ultrapassa o domínio da escola. A educação não ocorre apenas nas aulas [...] (Vieira, 2013, p. 112).

Nesse sentido, o discurso dos discentes, em relação a sua identidade sexual, demonstra uma expectativa de um processo de ensino e vivência do espaço escolar, que vá para além dos conteúdos programáticos ensinados, mas que, possibilite mecanismos para uma melhor construção de si, respeitando suas identidades e modos de se fazer cidadãos e cidadãs nos espaços que ocupam. Inclusive, destaca a educação escolar como caminho para pacificar as relações conflituosas que vivenciam no espaço doméstico. Indagados sobre como pode ser esse processo, eles dão pistas, que demonstram suas expectativas:

Pablo: Tipo, não sei, eu acho... Palestra, essas coisas, sobre tipo, essas coisas.. ah, não sei..

Elliot: Eu acredito que assim, tipo, que no hoje, a minha escola... que eu seja uma criança e a minha escola vai ter palestra, vai ter um ensino que mostre a realidade como ela é e tal. Vai me ensinar a ver o mundo de uma certa forma. Eu acredito que no futuro eu seja um adulto que tem uma mente formada. Então, isso talvez não aconteça porque na minha escola...

Pablo: Levando pessoas que, tipo assim, como é que eu posso falar? Que seja uma superação de vida, que mesmo sendo homossexual, tenha uma superação de vida, que seja formada, ou alguma coisa do tipo, que incentive a família a aceitar. Ah, tipo isso.

Há uma associação entre homossexualidade e dificuldade de “se dar bem na vida”, ou seja, melhorar as condições materiais de sobrevivência, alcançar um status social mais elevado. Os sujeitos apontam uma percepção do quanto a sua orientação sexual dissidente da heterossexualidade poderá influenciar nas suas trajetórias de vida e o quanto esta percepção está emaranhada nos contextos sociais nas quais eles atuam. Apontam também para estratégias de enfrentamento a elas, situando a escola como espaço de informação para desconstruir entendimentos acerca das dissidências sexuais e

de gênero, baseadas em preconceitos e discriminações que invalidam a existências destes sujeitos.

Conclusão

As experiências das juventudes aqui apresentadas dão “luzes”, ao apontarem dinâmicas de resistência frente às violências cotidianas no âmbito do espaço escolar, locus importante para o processo de construção de novas pedagogias da sexualidade, novas gramáticas sexuais e formas de ser no mundo. Os sujeitos efetivam processos de subversão da própria norma, abrem fendas, rupturas e produzem possibilidades de terem legitimado o reconhecimento das suas existências, enquanto sujeitos dissidentes, e realizam esses processos utilizando, muitas vezes, dos próprios mecanismos que os oprimem, desqualificam e violentam.

Seus discursos denunciam o caráter performativo do gênero, como algo que se faz e refaz de acordo com as necessidades, colocando em xeque a concepção naturalizada do gênero e apontando as estratégias políticas de resistência como também situadas historicamente, utilizando-se dos elementos dispostos em campo, significando-os de formas diferentes.

Numa dinâmica social, na qual as violências contra suas experiências em torno da sexualidade e gênero, perpassam por muitos espaços, instituições e sujeitos, incidindo sobre suas construções subjetivas, elas/es fazem do espaço da escola, e dos sujeitos que o compõem, um “porto seguro”, um “oásis” em meio a tantas dores. Experienciam, nesse espaço, relações que dão significado positivo na sua constituição enquanto sujeitos, enquanto jovens que diferem das expectativas sociais de uma realidade que tenta os encaixar em padrões que, para eles, são desencadeadores de processos de invisibilidade e anulação enquanto sujeitos, privando-os de serem quem “são”.

Referências

- ABRANTES, Pedro. **Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 41, 2003, pp. 93-115.
- ARAÚJO, Denise Bastos de. **Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola**. Revista Periódicus. 2ª edição novembro 2014 - abril 2015.
- APPOLINÁRIO, F. Introdução à análise qualitativa de dados. In: **Metodologia científica** – Filosofia e prática de pesquisa. Ed. 6. São Paulo: Thomson Learning, 2006, PP. 159-168.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001.

_____. **A escola "faz" as juventudes?** Reflexões entorno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp 64-89.

GUIMARÃES JUNIOR, Mario J. L. **O ciberespaço como cenário para ciências sociais**. Ilha, Florianópolis, n.1, p.139-154, dez. 2000.

GROPPO, Luís Antônio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de educação do Cogeime. Ano 13 – nº 25 - dezembro / 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia. Caetano: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: **Diversidade Sexual na Educação**: problematizando sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. DINIZ, Debora. **Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica**: sobre o marco heteronormativo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2000.

PRECIADO, Paul. **Multidões queer**: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

SEFFNER, Fernando. Formação docente nos temas de gênero, sexualidade e culturas juvenis: conhecimentos, práticas e disposições sociais. In: **II Seminário Corpos, Gênero, Sexualidade E Relações Etnico-Raciais Na Educação**. URUGAUAIANA, RS: UNIPAMPA, 2012.

_____. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: **Diversidade Sexual na Educação**: problematizando sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SPOSITO, M. P. (Org.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

Descortinando vivências das juventudes lgbtqiap+ no espaço escolar: uma experiência de pesquisa no IFPI/campus paulistana.

Maria Victória Santos Sousa⁴⁷

Maria de Sousa Alencar⁴⁸

Yarlen Domingos da Silva⁴⁹

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno⁵⁰

Francisco Wériquis Silva Sales⁵¹

Resumo

Este trabalho é produzido com o objetivo de apresentar análises das percepções de jovens estudantes acerca das suas vivências enquanto sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Paulistana. Os dados aqui apresentados são um recorte da pesquisa intitulada “Comunidade Lgbtqiap+ Em Âmbito Escolar: intolerância, reconhecimento e políticas públicas de acesso”, realizada na disciplina de “Projeto Integrador”, no curso de Bacharelado em Administração do IFPI, campus Paulistana (CAPAU). Foi realizado a partir de questionário, produzido pela plataforma Google Forms, disponibilizado on-line e distribuído a estudantes e ex-estudantes dissidentes de gênero e sexualidade, da instituição. Os dados indicam que há uma dissonância entre as expectativas do corpo discente e o que é ofertado no espaço escolar, acerca das demandas por temas que devem ser tratados no espaço escolar. Sendo que o acesso à informação é fator importante na constituição de espaços mais inclusivos e democráticos, e na promoção da cidadania de grupos que historicamente foram marginalizados.

Palavras-Chaves: Educação. Instituto Federal de Educação do Piauí. Juventudes LGBTQIAP+

Introdução

Historicamente se constituiu no Brasil uma discussão acerca do processo de inclusão e cidadania de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e sua relação com o ambiente escolar. Consolidou-se um entendimento acerca da escola enquanto um espaço que atua através de pedagogias da sexualidade (Louro, 2010), que podem se manifestar através de processos de silêncio, pedagogias do insulto (Junqueira, 2009) que reafirmam

⁴⁷Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: mariavictoriaa83@gmail.com

⁴⁸Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: marisaalencar1998@gmail.com

⁴⁹Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: yarlen.domingos2019@gmail.com

⁵⁰Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: marlinegeriros@ifpi.edu.br

⁵¹Universidade Federal do Ceará. Endereço eletrônico: whquis@gmail.com

a heteronormatividade, o heterossexismo, a cisnormatividade(Nascimento, 2021) como modelos de sociedade, através de violências múltiplas contra pessoas LGBTQIAP+, nos espaços escolares. Entende-se a escola como espaço social que:

não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (Junqueira, 2009, p. 14).

É neste campo de estudos que este artigo é produzido, com o objetivo de apresentar análises das percepções de jovens estudantes acerca das suas vivências enquanto sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Paulistana. Os dados aqui apresentados, são um recorte da pesquisa intitulada *“Comunidade Lgbtqiap+ Em Âmbito Escolar: intolerância, reconhecimento e políticas públicas de acesso”*, realizada na disciplina de “Projeto Integrador”, no curso de Bacharelado em Administração do IFPI, campus Paulistana (CAPAU).

Os resultados aqui apresentados são de grande valia na medida em que elucidam que a discussão de educação sexual, nas escolas, atua como forma de enfrentamento às violências contra a população LGBTQIAP+ e demais sujeitos que compõem a diversidade sexual fora dos padrões heteronormativos.

Ademais, essas análises contribuem para o desenvolvimento local e regional, na medida em que apresentam dados sobre vivências LGBTQIAP+ para além de um espaço urbano da capital do estado, tendo como espaço de investigação a região de Paulistana-PI, do semiárido piauiense, tanto de jovens residentes no meio urbano, bem como do meio rural.

Fundamentação teórica

A temática dos direitos para a comunidade LGBTQIAP+ tomou grandes proporções devido a atuação histórica de movimentos sociais, mobilizados em torno de diversas agendas de direitos. De modo a compreender as transformações do ativismo homossexual em outros países, o autor James Green acreditava que “ocorreram mudanças drásticas na América Latina, nas duas últimas décadas. Os movimentos políticos dos gays, lésbicas e transgêneros emergiram em todos os países do continente (Green, 2003, apud Cardoso, 2020, p.9).

No Piauí, um marco é a Travesti Monique Alves, quando publicou uma nota em um jornal local convidando a população LGBTQIAP+ para se reunir e combater a onda de opressão, ainda que nesse tempo, fosse a forma inicial de militância em Teresina – PI. Logo, a mesma fundou o grupo Babilônia. Em 2002 foi fundado o grupo Matizes, que ao longo do tempo mobilizou apoio governamental e fortalecimento da causa, tendo como uma das conquistas a criação da Lei Estadual nº 5431/2004, que estabelece sanções administrativas para quem discriminar pessoas em razão de orientação sexual (Nara, 2015). Um marco, a nível nacional, foi a ação do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019 considerou o crime de homofobia equiparado ao de racismo, sendo cabíveis as mesmas punições. Entretanto, no meio de marcos de conquista de direitos, temos a perpetuação de violências.

Segundo pesquisas do Grupo Gay da Bahia (GGB), de 2000 à 2019 temos um total de 4.809 mortes de pessoas LBTT. Nos dados apresentados, constatamos o ápice em 2017, com 445 casos. A partir de 2018 temos uma queda, que culmina em 2019 com 329 casos. Em relação ao ano de 2021, o GGB apontou que “300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021 (GGB, 2022, p. 2).

Considerando os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) do Brasil, em relação ao ano de 2021, ocorreram 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil, que entre 2008 e 2021 apresentou uma média de aumento de 25% ao ano. “O Mapa dos Assassinatos 2021 aponta ainda que, 5 (5%) vítimas tinham entre 13 e 17 anos, 53 (53%) vítimas tinham entre 18 e 29 anos” (ANTRA, 2022, p. 40). O assassinato de pessoas trans no Brasil representou, em 2021, um total de 46% do total de morte de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil, considerando os dados apresentados pela ANTRA e GGB.

Percebe-se que mais da metade dos casos (58%) ocorre com os sujeitos em idade escolar. O acesso à educação é um gargalo nos direitos sociais de pessoas trans. A escola é um espaço que historicamente foi restringido a essa parcela da população, configurando-se num espaço de exclusão. Basta uma olhada rápida nos ambientes escolares para constatar isso. Consta na Constituição Federal de 1988, em preâmbulo, que:

assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem

interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988, p. 9).

O direito à educação, enquanto um dos direitos sociais, é instrumento para promoção da dignidade humana. No ano 1948 foi a primeira vez que a educação foi internacionalmente afirmada como direito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (HILÁRIO, 2018). Nesse sentido, na Constituição Federal no seu capítulo III, seção I no art. 205, afirmar que é um direito de todos o direito de ter educação, (BRASIL, 1988, p.62), que deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade (Casali e Gonçalves, 2019).

A definição da educação como direito e sua distribuição no Brasil não foi concebida como universal, e sim marcada pelos traços dominantes da cultura católica, agrícola e escravocrata, refletidos em um sistema de ensino desorganizado, elitista, excludente e seletiva (Machado e Siqueira, 2018). Devemos considerar, a partir de Seffner (2009, p. 128), que “a escola pública brasileira vive hoje o desafio de aceitar os “diferentes”, aqueles desde sempre ausentes do espaço escolar, ou que nele estiveram apenas por breves passagens, sendo logo excluídos”.

No entanto, temos um modelo de educação, que na sua maioria, trabalha com um modelo de juventude homogêneo, descolado da realidade, que não percebe a diversidade que caracteriza as juventudes que povoam o ambiente escolar, com diferentes demandas, realidades, formas de ser e estar no mundo (Dayrell, 2011, 2007). Considerando Abramovay e Castro (2006, p. 10), é preciso abordagens que possibilitem:

[...] identificar não uma única juventude, homogênea, mas juventudes, no plural, além de possibilitar uma discussão a respeito das representações sociais a respeito dos jovens nestes tempos. Afinal, é preciso considerar que há diferentes formas de considerar os jovens, assim como há diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, considerando, historicamente, a dependência à organização social e a instituições vigentes [...]

É necessária uma educação que garanta a permanência das juventudes em seus espaços e, conseqüentemente, uma formação digna, com uma educação de qualidade, para todas as pessoas que considere as origens econômica, sociais ou culturais, com o intuito de acolher a todos os estudantes de forma igualitária, respeitando as as diversidades na promoção da cidadania e direitos humanos.

De acordo com Bortolini e Pimentel (2018) e Louro (2010), os estudos recentes sobre as dissidências de gênero e sexualidade evidenciam a ação das regulações

cisheteronormativas do corpo, da identidade de gênero, da orientação e da diversidade sexual, por meio do pensamento cristão e do discurso médico, os quais marginalizam e excluem sujeitos não heterossexuais da categoria do humano e do acesso pleno aos direitos.

A não discriminação é um dos deveres da escola, isso implica que ao afastar a minoria ao acesso à educação e permitir a descriminação, a escola viola o que dispõe a teoria da proteção integral e, conseqüentemente, os direitos humanos (Hilário, 2018), o que contribui para a perpetuação das várias violências contra esta população. Neste cenário, de avanços e desafios, quanto aos debates sobre a cidadania LGBTQIAP+, especificamente quanto às suas vivências em espaços escolares, são apresentados os resultados da pesquisa realizada no IFPI, campus Paulistana, referentes à temática em questão.

Metodologia

A pesquisa consistiu num estudo de caso, conforme Gil (2018). Foi realizada com docentes, discentes e ex-discentes do IFPI (dos cursos superiores, dos cursos técnicos subsequentes e os do ensino médio), Campus Paulistana, de origem urbana e rural e de diversas faixas etárias. Quanto aos/as discentes, as informações foram analisadas em perspectivas distintas: um primeiro grupo composto por discentes estudantes da instituição (sem distinção de orientação sexual) e um segundo, composto por ex-alunos dissidentes de gênero e sexualidade. Este trabalho é referente aos dados produzidos sobre as vivências do segundo grupo.

O instrumento de coleta de informações foi um questionário eletrônico, aplicado via *googleforms*, com questões abertas e fechadas. Foram elaborados três tipos de questionários, cada um para os três tipos de sujeitos, professores, alunos em geral e alunos LGBTQIAP+. A divulgação foi por meio do Via WhatsApp, obteve 35 respostas (sendo 12 homens, 21 mulheres e 2 optaram por não se identificar quanto a identidade de gênero), no total de 20 ex-alunos do IFPI e 15 alunos que estudavam no IFPI no ano de 2021.

Para a análise de dados, foi necessário buscar uma estratégia de análise que valorize o conteúdo temático e que permita a interpretação das informações dos sujeitos. Dessa forma, a partir das categorias estabelecidas, realizando a leitura dos formulários, selecionando as informações relacionadas às categorias aqui tratadas, ou ainda

evidenciando aquelas que até então não tinham sido consideradas pelas(os) pesquisadoras(es), mas que apareceram no decurso da pesquisa.

Resultados e discussões

Considerando as 35 respostas aos questionários, quanto a identidade sexual temos que a maioria (42,90%) disse ser homossexuais, 37,10% disseram ser bissexuais, 5,90% Pansexuais e a pequena parte restante se dividiram entre as demais opções. Ainda, tivemos relatos de pessoas que afirmaram não saber o que significava algumas das nomenclaturas. Sabendo isso, evidencia-se a importância de uma educação voltada para esse tema, a fim de possibilitar, aos discentes, meios para uma compreensão sobre si, uma vez que estas identidades referem-se a uma dimensão importante da existência humana que é a sexualidade.

Em relação ao conhecimento acerca da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero por parte da família, 61,80% responderam que “sim”, são “assumidos”, 32,40% disseram que “não são assumidos”, e 5,90% optaram por não responder. Em relação a essa liberdade de autoafirmação no espaço escolar (IFPI), a maioria (73,50%) respondeu que sim, são “assumidos”. Comparando os dados, observamos que parte do alunado percebe o ambiente escolar como mais “acolhedor” ao exercício para a liberdade de autoafirmação de identidades, do que a família.

Sobre ter presenciado alguma situação em que algum/a discente foi alvo de LGBTfobia no espaço escolar, por parte de outros/as discentes, 51,40% disseram já ter visto, 42,90% disseram nunca ter visto e os demais declaram não saber responder ou optaram por não responder. Em relação a já ter sofrido algum tipo de prática LGBTfóbica por parte de outros/as discentes, 71,40% disseram que não, 25,70% disseram que sim e 2,90% não souberam responder.

Perguntados se houve interferência por parte da equipe escolar, dos 51% que afirmou ter presenciado casos de lgbtfobia na escola, 68,40% responderam que não houve ações de enfrentamento aos casos ocorridos e 31,60% não souberam responder. Perguntado se sabiam a quem recorrer caso sofressem algum caso de LGBTfobia: 29,40% responderam que não sabiam a quem recorrer, o que pode indicar a falta de informação precisa, por parte da instituição, acerca da demanda; 26,40% que não buscariam ajuda, pois acreditam que não teriam resolutividade na questão ou por vergonha de denunciar; 26,50% responderam que procuraria auxílio

da coordenação; 11,80% procuraria a direção; 2,90% pediria assistência a amigos e docentes. Louro (1995) aponta as pedagogias da sexualidade como:

As múltiplas técnicas usadas pelas diversas instituições sociais, de modo particular, e, no que aqui nos interessa, nas escolas (ginásticas, exercícios, memorizações, repetições, filas, etc.), para adestrar corpos e almas, sem dúvida disciplinaram e moldaram esses sujeitos, reprimiram gestos, suprimiram expressões; também construíram posturas, comportamentos, movimentos e produziram consciência do próprio corpo - em homens e mulheres -; instituíram saberes e constituíram "verdades". (p. 123).

A “vergonha”, ou a percepção de uma não resolutividade acerca de questões sobre sexualidade e gênero que tensionam os modelos heterocisconservadores, podem ser lidos como processos de pedagogia da sexualidade. A “vergonha” seria efeito psíquico de um processo de disciplinamento que induz a vítima a se sentir “errada”, “culpada” pelo próprio ato de violência, ao internalizar que uma violência no campo da sexualidade e gênero é algo de menor valia, inclusive relacionada ao processo de descredibilidade acerca da atuação da instituição, que é o reforço dela como mecanismo disciplinar que atua a partir do marco regulatório da heteronormatividade, deslegitimando as demandas das dissidências.

Quando perguntados se já ouviram falar das políticas públicas de educação voltadas para o respeito à diversidade de gênero e sexualidade: 82,90% disseram que nunca ouviram falar, 8,60% disseram que sim, e o restante (8,60%) não souberam responder. Comparando com os dados anteriores de que 29,40% não saberiam a quem recorrer em casos de LGBTfobia, podemos deduzir que há uma carência de informações mais precisas acerca destas temáticas, o que alimenta a possibilidade de perpetuação de violências contra as dissidências de gênero e sexualidade, inclusive no espaço escolar, impactando uma plena vivência da cidadania do alunado e falta de autonomia no processo educativo.

Quando perguntados se em algum momento durante as aulas algum professor já havia trabalhado algum tema relacionado a LGBTQIAP+, 60% responderam que não, 37,10% responderam que sim e 2,90% não souberam responder. E sobre a inclusão nas atividades escolares do tema LGBTQIAP+, 97,10% responderam que era dever sim da escola promover discussões sobre sexualidade e apenas 2,90% responderam que não era papel da escola promover esse tema.

Perguntados se gostariam de ter mais informações sobre questões LGBTs na escola, 85,70% responderam que sim e 14,30% responderam que talvez. Anteriormente vimos que muitos falaram que nenhum professor abordou sobre o tema em sala, o que costuma ser uma normalidade ainda. Porém, ao perguntar como percebem a inclusão de discussões sobre a questão LGBTQIAP+, mais de 97% responderam que a escola deve sim, promover debates, discussões, enfim, realmente incluir esse tema dentro da escola. Os dados indicam que há uma dissonância entre as expectativas do corpo discente e o que é ofertado no espaço escolar, acerca das demandas por temas que devem ser tratados no espaço escolar. Os PCN's, sobre Orientação sexual, destacam que:

Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores (BRASIL, 1998, p. 307).

O acesso à informação é fator importante na constituição de espaços mais inclusivos e democráticos, e na promoção da cidadania de grupos que historicamente foram marginalizados. Uma educação que não oferta conhecimento acerca de temas que compõem a formação da identidade das pessoas está na contramão das demandas postas pela sociedade no século XXI.

Conclusão

Visando à proteção dos direitos humanos da criança e jovens, aqui destaca-se os da população LGBTQIAP+, com objetivo de promover a igualdade, respeito à dignidade humana e erradicação de todas as formas de violências na sociedade, é necessário incentivar a educação relacionada à gênero e à diversidade sexual nas escolas. Temos um campo de tensão, uma vez que, por um lado temos práticas de promoção da cidadania de grupos historicamente marginalizados, e de outro, práticas conservadoras e tradicionalistas que reforçam estruturas de dominação e privilégios.

A educação sobre gênero e sobre diversidade sexual é um grande passo para avanços democráticos, tendo em vista que a discussão sobre sexualidade nas escolas tem o objetivo de garantir a proteção dos direitos fundamentais de todo ser humano. Crianças e jovens têm o direito de receber um ensino de qualidade, e isso inclui ensinar mais do que somente os conteúdos programáticos, sendo necessário preparar cidadãos capazes de transformar a realidade e defender os seus direitos (Casali e Gonçalves,

2019). A construção deve ser diária e precisa começar das bases para que seja alcançada uma sociedade mais justa, onde a população seja livre e não sofra violências.

Os dados aqui apresentados apontaram que estas discussões fazem parte dos anseios das juventudes em relação ao espaço escolar, na qual as violências de gênero se fazem presentes, sobretudo contra a população LGBTQIAP+. Deste modo, é indispensável que os gestores, educadores/as e demais profissionais da educação, busque conhecimentos diariamente, para que estejam preparados para atuar como mediadores e articuladores diante das discriminações em razão da identidade de gênero e orientação sexual que se manifestam no âmbito escolar (Pereira, 2016), uma vez que cerca de 50% das pessoas informantes apontaram para uma sensação de descrença da atuação da escola num sentido de proteção para com elas.

É necessário que as instituições de ensino saiam da política de omissão, e busquem provocar na arena pública e reformulação políticas públicas, além de efetivar ações concretas que garantam a igualdade de direitos e de oportunidades à população LGBTQIAP+ (Cardoso, 2020).

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília, DF: Ministério do Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BLACKMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. **National Geographic Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 07 de jul. de 2021.

BORTOLINI, Alexandre.; PIMENTEL, Thaís. Direito à educação de pessoas LBTT: uma transformação na e a partir da escola. **Revista Científica de Direitos Humanos: Brasília – DF: 2018**. Disponível em: <https://revistadh.mdh.gov.br/index.php/RCDH/article/view/24>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

CARDOSO, Lucas Aguiar. **A criminalização da homofobia à luz dos princípios constitucionais**. Monografia (Bacharel em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14379>. Acesso em: 13 de jul. 2021.

CASALI, Jessica Pereira; GONÇALVES, Joseane Peres. População LGBT em âmbito escolar: preconceitos e discriminações x direito à educação e cidadania.

ItinerariusReflectionis, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v15i5.55095>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. A escola "faz" as juventudes? **Reflexões entorno das socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HILÁRIO, Pedro Henrique Cardoso. **Educação, gênero e diversidade sexual: os direitos humanos da população LGBT, da criança e do adolescente**. TCC – Curso de Direito, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma: 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6247>. Acesso em: 12 de jul. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Dinis. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 13-51.

LGBTQIAP+: você sabe o que essa sigla significa?. **TRT4**, Porto Alegre, 20 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>>. Acesso em 24 de nov. de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P. 07-34.

MORTES violentas de lgbt+ no brasil – 2019: relatório do Grupo Gay da Bahia. Grupo gay da Bahia, 2019. Disponível em:<<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em 17 jun. de 2021.

NARA. O movimento LGBT no Piauí. **Web artigos**, 2015. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-movimento-lgbt-no-piaui/138560>. Acesso em: 15 jul. de 2021.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

PEREIRA, Cleiton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos - RIDH**. Bauru - SP: 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307>. Acesso em: 27 de jun. 2021.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; MACHADO, Robson Aparecido. A proteção dos direitos humanos LGBT e os princípios consagrados contra a discriminação atentatória. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí – RS: 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6814> Acesso em: 12 de jul. 2021.

Vivências de jovens transmasculinos na Universidade Federal do Piauí

Maria Clara Fernandes⁵²
Francisco de Oliveira Barros Júnior⁵³
Lila Cristina Xavier Luz⁵⁴

Introdução

O documentário Felicidade no olhar transbordou (NUPEC/LABCINE) é uma ação do “Observatório das Juventudes Rurais e Urbanas”, um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens - NUPEC – da Universidade Federal do Piauí – UFPI, construído com o Coletivo de produção audiovisual independente LABCINE. Foi uma produção desenvolvida por meio de dois cortes, o primeiro e mais amplo contou com vídeo-depoimentos gravados sob mediação do pesquisador Marcondes Brito (IFPI/NUPEC/COVIO-UECE). Porém, nem todo o material gravado foi incluído no produto final do documentário (FELICIDADE..., 2020). Parte disso ocorreu em razão de problemas técnicos com áudio e imagens, mas ficaram presentes na primeira versão (NUPEC, 2019) que foi exibida, seguida de debate, em uma das atividades realizadas no âmbito da 15ª Semana do Orgulho de Ser, em agosto de 2019, na cidade de Teresina – PI, estado do Piauí.

O filme é uma obra que apresenta relatos autobiográficos de três jovens transmasculinos que moram na cidade de Teresina, sendo dois estudantes da Universidade Federal do Piauí e um estudante de ensino médio. Optou-se por analisar apenas os relatos dos rapazes que são estudantes da Universidade, visto que o principal objetivo da pesquisa deste artigo é abordar o impacto da identidade de gênero nas vivências de jovens transmasculinos que frequentam espaços socioeducacionais do meio universitário da UFPI e, principalmente, investigar como foi, na prática, a garantia do direito ao uso do nome social nesta Instituição de Ensino Superior (IES).

Por essa razão, a metodologia consiste em analisar, por meio da análise do discurso, os vídeo-depoimentos. Foi utilizado como aporte teórico para a revisão

⁵²Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFPI.

⁵³Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFPI e doutorando do PPGS-UFC.

⁵⁴Professor no Departamento de Serviço Social e no Mestrado em Sociologia-UFPI. Coordenadora do NUPEC.

bibliográfica autoras e autores que dissertam sobre as temáticas gênero, juventudes e transmasculinidades, como (Connell; Pearse 2015), (Ávila, 2014), (Silveira, 2021), (Santos, 2020).

Vídeo-depoimentos: transmasculinidades na Universidade Federal do Piauí

Os relatos obtidos em vídeo depoimento (ou documentário) estão aqui sendo analisados em forma de transcrições. Foram gravados por pesquisadores em um tempo e contexto específico, entre o ano de 2019 e 2020, com estudantes da Universidade Federal do Piauí. Então, o olhar e o objetivo já são, em sua natureza, um problema sociológico:

É importante assinalar que o vídeo não é mera transcrição da realidade em imagens; há que se considerar o olhar de quem filma, seu posicionamento diante do que está sendo registrado, seus recortes, enquadramentos, escolhas. Muitas vezes, é necessário ter outro pesquisador operando a câmera, sobretudo quando o trabalho de campo exige uma atuação direta do pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa [...]. (Garcez; Duarte; Eisenberg, 2011, p. 254).

É importante realçar que esses mecanismos de manipulação da imagem são evidenciados entre o primeiro e segundo corte do filme, ambos apresentados, no qual o segundo corte está cada vez mais direcionado às escolhas dos realizadores do filme. “Esse conjunto de mecanismos que agem na interferência entre mecanismo/máquina e o sonho/ligados à equipe de produção no processo fílmico está atrelado ao conceito de representificação. (Oliveira JR., 2021, p. 49). A *representificação* é o processo de mediação no qual a imagem passa pelas interferências dos realizadores do filme na construção do discurso (Menezes, 2017).

Uma gravação em vídeo permite que pesquisadores apreendam detalhes não acessíveis em outras fontes de pesquisa. “Os usos da imagem e do som, nos estudos em Sociologia, ajudam a revelar as peculiaridades, sutilezas, ausências, que outros métodos pouco exibiriam acerca de determinado objeto” (Oliveira JR., 2021, p. 60). O documentário em análise tem origem em uma investigação desenvolvida no âmbito de um projeto de pesquisa do NUPEC, como mencionado anteriormente. Os relatos são ricos de significados. É possível absorver tudo que foi relatado por meio de um facilitador empático, obtido pelo conjunto de técnicas de gravação.

O interessante é que os sujeitos da pesquisa também estão inseridos com um olhar treinado. Aqui referidos por D. (Sujeito 01) e A. (Sujeito 2). D. é estudante de

Ciências Sociais e A., além de graduado em história, é acadêmico do curso de Serviço Social, ambos ativos na militância de movimentos sociais - o que pode ser identificado em seus relatos - o olhar analítico sobre as próprias vivências.

No contexto social heteronormativo em que vivemos, a transexualidade é demonizada, como um desvio de caráter. Os sujeitos, nesse sentido, são estigmatizados, passando pelos processos do estigma descritos por Goffman (2004). A regra não admite, o que foge é marginalizado. Simbólica e violentamente coagidos, esses sujeitos são expostos às mais diversas vulnerabilidades e riscos sociais. Butler (2018) faz uma importante reflexão sobre a vida, ou melhor, sobre o que é necessário para ter direito a ela. Em síntese, é uma discussão para explicar o porquê de algumas vidas serem consideradas mais importantes, sendo essas passíveis de luto e empatia, enquanto as outras estão sujeitas à precariedade porque não se enquadram naquilo que é necessário para se considerar uma vida:

Uma vida específica não pode ser considerada cessada ou perdida se não for primeiro considerada uma vida. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (Butler, 2018, p. 13).

Partir de uma discussão sobre o que qualifica uma vida é relevante para compreender de que forma as estruturas de gênero atuam na desumanização de corpos não normativos e como certas práticas de gênero destoam não só daquilo que é ser homem ou mulher, mas literalmente do que é humano. Acreditamos que essa é uma das causas mais profundas do preconceito e da precarização da vida de transexuais, ou seja, se aquele corpo lhe é estranho, normativamente destituído da capacidade de gerar empatia, desejo, amor, ou como afirma Butler (2018), serem passíveis de luto, as violências que ele sofre não geram compreensão, compaixão – são normalizadas.

A juventude é marcada por conflitos familiares e, sozinha, já é um contexto de vulnerabilidades. Cada geração possui signos, vivências, pensamentos e posturas que podem ser conflituosos no convívio de pessoas de gerações diferentes. A visibilidade das identidades transgênero e o reconhecimento social dessas (e por parte do Estado) é recente, por mais que a discussão seja antiga, como foi visto no capítulo anterior. De que forma a Resolução do uso do nome social, bem como a ADI 4257, que possibilita a

retificação de nome e gênero no registro civil, impactaram nas vivências trans dentro da Universidade?

Refletindo acerca dos relatos

D. contou sobre como foi o seu processo de se compreender como homem e diversas dificuldades que enfrentou por conta do preconceito, sendo para ele, um momento de dificuldades em compreender a si próprio. Conflitos com o corpo e normas sociais de gênero que normalizam corpos e práticas cisgêneros, em contrapartida à transgêneros - vistos como uma problemática, o anormal - são reflexos de uma estrutura normativa de gênero, como afirmam Connell; Pearse (2015). As dificuldades relatadas por D. perpassaram suas vivências desde a infância, resultando em alguns conflitos familiares e, destacado aqui para esta pesquisa, conflitos no espaço socioeducacional da Universidade. Relatou então constrangimentos que enfrentou para, institucionalmente, ter seus direitos garantidos, como o uso do nome social, com todas as retificações no sistema da IES, na lista de frequência em sala de aula e onde mais fosse necessário:

Quando eu entrei na universidade, eu ainda não usava hormônios, 2016. [...] fui até a coordenação do curso para requerer o uso do nome social. O que me foi passado pela coordenadora da época que isso não acontecia na universidade federal [...], sendo que isto é lei na universidade desde 2015. [...] isso me desmotivou completamente do curso [...]. Eu ia passar um constrangimento diário, com horário e data marcada. Eu tinha que conversar com o professor para o professor ter a boa vontade de lembrar e arrumar na chamada. Com alguns foi tranquilo, com outros, não. É horrível cara [...]. Teve momentos que eu não tive como chegar antes do professor chegar, ele ia fazer a chamada [...], na hora que ele foi fazer a chamada, eu [levanta a mão] professor, posso falar com o senhor? - Não, espere um momento aí, deixe eu fazer a chamada depois a gente conversa [...], isso a turma inteira ouvindo, a turma inteira já sabia o que era. Eu levantei, morrendo de medo e fui até o professor e falei: professor, eu sou um homem trans e gostaria que o senhor alterasse o meu nome na chamada, porque ainda não foi mudado. [D. imita a fala e a voz do professor] “ahhh, você é um homem trans, é a primeira vez que isso acontece comigo nessa disciplina, meu deus, como é que está seu nome aqui na chamada?” - [D. responde] “professor, é nome tal, tem como o senhor botar do lado, D.”. [...] em outras aulas ele fazia questão de... teve uma vez que ele falou assim: “Mas é porque eu tenho um questionamento, como é pra você, D., ser um homem trans, sabendo que no corredor da universidade, entre os professores também, você é assunto?” Eu não sabia disso. Eu fiquei calado [...]. (D, NUPEC, 2019).

Com a fala é possível observar que ocorreram violências institucionais em um período no qual já era legalmente assegurado o uso do nome social na IES. Como destacou D., é possível apreender, também, que na resolução 003/15 (UFPI, 2015) ficou estabelecida a possibilidade de utilização do nome social, mas não foi feita uma capacitação dos profissionais da instituição para que esses a soubessem utilizar, ou até mesmo ter conhecimento da existência. Conforme visto no relato, D. afirma que a coordenadora do curso declarou que não existia essa resolução na UFPI, somente na Universidade Estadual do Piauí, instituição que aprovou o uso do nome social antes da citada IES.

O rapaz continua com o relato e afirma que ingressou na IES no ano de 2016 e, depois de vários processos burocráticos, constrangimentos e afins, só conseguiu ter o seu direito de retificação do nome garantido em 2018. Portanto, dois anos após a solicitação de um direito que lhe era assegurado e, sobre isso, afirma: “E desses dois anos, um deles foi perdido [...] eu vinha pra universidade e não conseguia entrar dentro de sala, não conseguia abrir a porta pra entrar.” (D, NUPEC, 2019).

Isso reforça a transfobia institucionalizada, pois a IES - assim como o sistema de funcionamento burocrático público como um todo -, se mostram sem preparo para lidar com diversidade de gênero. No entanto, D. afirma que, finalmente, conseguiu mudar o nome e ser chamado como desejava em sala de aula:

[...] para as pessoas cis, ser chamado na hora da chamada é normal [...], mas pra mim, pra gente, é outra coisa [...]. Não consigo nem descrever como foi o professor me chamando pela primeira vez de D. na chamada [...], antes o que eu via como um momento de tortura [...], quando ele chamou meu nome corretamente parecia que estava todo mundo escutando meu nome [...] foi incrível. (D, NUPEC, 2019).

É nítida a melhora na qualidade de vida quando um direito, que já era assegurado, finalmente é garantido, assim como é claro observar que a burocracia e morosidade geram desconfortos. A. também enfrentou algumas dificuldades, quando ingressou na UFPI, em 2015, quando ainda não se declarava como homem. O processo de transição se deu aos olhos de toda a comunidade acadêmica, e A. afirmou ter dificuldades em retificar o nome e também sofreu constrangimentos na hora da chamada, durante as aulas:

A Universidade não te dá um suporte pra tu ser quem tu é aqui dentro, entendeu? Tipo, aconteceu isso [...], o que eu vou fazer, onde vou reclamar? Não existe uma ouvidoria onde eu vá ser bem recebido. Sobre as pessoas também [...] não tem uma discussão na universidade

sobre as pessoas trans, da vivência trans... até o fato de você estar fazendo esse documentário já ajuda bastante a suscitar um debate dentro da universidade, porque não existe [...]. A gente muda o nome no registro acadêmico, mas só no sistema meu nome aparece [...]. Quando eu vou emitir um documento pra fora, tipo atestado de matrícula [...] vem com meu nome antigo, e pra mim conseguir retificar toda a minha documentação, pois já dei entrada, já tirei a certidão de nascimento, pra adentrar é muito processo burocrático [...]. Se fala muito aqui da conquista do uso do nome social, mas o nome social, de acordo com a resolução, é bem restrito, só pra dentro da sala de aula, o nome na chamada e no Sigaa. Isso pra mim não é abrangente, é algo que tem que ser questionado e mudado, e só com a união das demais pessoas que tem vivências iguais a minha, ou seja, pessoas trans, que isso pode mudar. (A, FELICIDADE..., 2020).

Ao falar sobre a falta de discussão sobre a transexualidade no ambiente da IES, A. evidencia que, pelo despreparo dos funcionários, de modo geral não há até mesmo uma conscientização acadêmica sobre o respeito à diversidade, não existe um espaço para fazer reclamações sobre a ineficiência da resolução do nome social. As formas que permanecem para enfrentar o problema são iniciativas independentes, como a do documentário, que ampliam a discussão para outros espaços importantes. O relato também evidencia outras limitações da Resolução, que somente se aplica em determinadas situações, permanecendo o uso do nome antigo em outras. Ao se pensar sobre a ADI, sobre a permissão da mudança do registro do nome civil, essa também aparece como, extremamente, burocrática e, mesmo quando feita, como no caso de A., demora muito para ser efetivada.

Frente ao exposto, identificamos violências institucionais. Ao serem questionados se é difícil ser transexual na universidade, D. relatou:

[...] esse ano eu estava vindo ali do RU [restaurante universitário] e tava vindo eu, minha namorada do meu lado e meu amigo do outro [...], um rapaz passou e falou assim [gritou]: tá me olhando por que? pensa que eu não sei que tu é mulher? Eu não entendi o que ele disse, porque eu não estava olhando para ele. Três rapazes que vinham atrás da gente sorriram dele: esse cara tá drogado, tá dizendo que tu é mulher. E eu gelei, não soube o que fazer. Mesmo sendo um cara que está em uma associação [ATRAMS], levantando a bandeira [...] eu não soube como reagir. [...] Todo dia quando eu passo ali, tenho medo de alguém gritar alguma coisa. É foda cara, eu tenho que comer! (D, NUPEC, 2019).

Para além das questões institucionais e burocráticas ainda existe uma violência mais explícita, uma agressão direta, como relatado por D., um discurso de ódio e desrespeito à identidade transgênero. Agora, no espaço da rua, esses jovens transitam mais por lugares antes não conhecidos. São espaços que, no geral, a diversidade juvenil

é incompreendida e, obviamente, desrespeitada por fugir dos padrões. Importa destacar que a juventude possui diversos significados no convívio social.

Um dos elementos constitutivos da imagem do jovem na sociedade, do que é real e permitido, daquilo que vai ser odiado e rejeitado é o discurso dominante - cada dia mais acessível através da internet e redes sociais. Uma grande área das ciências humanas e letras se volta para análises de discurso, buscando investigar as ideologias por detrás daquilo que está sendo dito e propagado, sendo Foucault um dos principais teóricos:

A formação discursiva apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Essa noção, presente na obra de Foucault, é derivada do paradigma marxista formação social, formação ideológica, e a partir daí, formação discursiva. Haja vista, que o que foi definido como “formação discursiva” esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. A análise das formações discursivas e de seu sistema de positividade em relação ao elemento do saber concerne somente a certas determinações dos acontecimentos discursivos. Segundo Foucault (1969, p. 135) “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Pode-se então agora, dar sentido a definição do “discurso”. (AZEVEDO, 2013, p. 155).

No Brasil, existe um discurso ideológico conservador que emana, principalmente (mas não somente), do poder político que está, atualmente, no poder do Estado (governo Bolsonaro). Ao se justificar com ideais de religiões evangélicas cristãs, esse tipo de discurso propaga a aversão a pessoas LGBTQIA+, atrasando políticas sociais afirmativas no combate às desigualdades estruturais de gênero e sexualidade, promovendo uma legitimação de discursos de ódio contra essa população.

Esse discurso se infiltra nos mais diversos meios de socialização, como a família, que no caso de A., relatou que tinha uma relação conflituosa com a mãe, essa demonstrando bastante resistência em “aceitar” ou “respeitar” a identidade de gênero do rapaz. Esse discurso também se infiltra nas relações institucionais da universidade, quando os rapazes relatam a dificuldade em fazer a adequação do nome e gênero nos documentos oficiais e lista de chamada, desinformação por parte de professores e

funcionários. Esses exemplos denunciam uma estrutura transfóbica, burocracias e demoras que impuseram sofrimento.

Observando o relato sobre as vivências e as dificuldades ligadas, especificamente, a ser um homem trans, é possível concluir que a identidade de gênero é fator determinante na trajetória de vida dos participantes, como afirma Silveira (2021, p. 93):

As práticas de gênero, que são norteadas pelos padrões de masculinidade hegemônica, privilegiam a dominância de homens cisgênero sobre mulheres, e também sobre outros homens – estes últimos por questões econômicas, raciais, etárias e identitárias enfrentam uma série de discriminações sociais para serem reconhecidos como homem. Ou seja, homens trans precisam de um esforço diferente de homens cisgênero para existir enquanto homem, um esforço que adentra a corporificação, pois o sexo destes o classificam enquanto fêmea e o conflito social das suas existências é justamente a não inteligibilidade do sexo e do gênero.

Retomando um ponto importante, quando A. afirma que somente a junção de outras pessoas transgênero pode fazer uma diferença nessa realidade, essa é uma fundamentação de importância para a existência de associações e movimentos políticos nas universidades, como a ATRANS e outros coletivos LGBTQIA+. D. afirma que essas funcionam como uma parceria, ajudando a diminuir os impactos das violências sofridas:

Eu me sinto acolhido dentro da associação [...] é muito importante, é um projeto que eu não vou abrir mão nunca. foi dentro dessa associação que eu comecei a sentir menos vergonha do que eu sou, foi nela que tive contato com outros homens trans, conhecendo eles foi que eu tive oportunidade de estar em eventos, locais que só esteja a gente [...]. (D. FELICIDADE..., 2020).

Tais associações, coletivos e os mais diversos grupos de jovens são importantes na afirmação da identidade juvenil, A., por exemplo, relata que se reconheceu como homem trans diante da convivência com outros rapazes trans. São demandas de lazer, espaço, trabalho e, no caso da ATRAMS, o reconhecimento da identidade masculina - de forma subjetiva e perante a sociedade. Por mais que essa associação não seja, especificamente, voltada para a juventude, a maioria dos membros, bem como as ações realizadas, recebem esse público com mais frequência.

Conclusão

A experiência juvenil transmasculina se assemelha com a experiência cisgênero no fato de haver conflitos intergeracionais, na luta por afirmação como pessoa jovem, na busca da independência financeira. Mas essas características, ao mesmo tempo, se diferenciam nas experiências cis e trans porque ser trans não está de acordo com as normativas impostas pelo discurso dominante. A juventude trans tem de lidar com violências motivadas pela cis-norma e a heterossexualidade compulsória.

Os usos do recurso audiovisual na investigação auxiliaram na análise dos discursos emitidos pelos entrevistados, motivados pela possibilidade de um registro de suas falas que poderá ultrapassar barreiras e chegar a espaços onde suas questões poderão ser difundidas e discutidas. A participação no processo do documentário também se mostrou crucial na investigação, na compreensão dos modos de representação de homens trans.

Nas narrativas investigadas, podemos observar diversos momentos nos quais ser trans foi a justificativa da violência, seja na família, seja na universidade. Por serem jovens que ainda não possuem uma independência financeira e moram com familiares, os conflitos intergeracionais incluíram a afirmação de que pessoas que viveram o momento de juventude no passado tiveram outro contato com a transexualidade, tiveram outra percepção sobre o que é uma pessoa trans, visto que o discurso dominante sempre foi transfóbico. Nos dias de hoje, existem mais informações, direitos a serem garantidos e, mesmo assim, o preconceito e a violência estrutural (no caso da Universidade, institucional) ainda são uma realidade.

Foi visto que, nas vivências de D. e A, a Resolução do uso do nome social, bem como a ADI que permite a mudança de nome e gênero no registro civil são perpassadas por falhas e trâmites burocráticos que tornam o processo muito demorado, o que gera sofrimento emocional naqueles que utilizam esses serviços.

É essencial que o Estado, bem como as iniciativas privadas se responsabilizem a garantir proteção adequada por intermédio da garantia de direitos e ações afirmativas para que as vivências trans não mais sejam sinônimo de sofrimentos. As garantias de direitos mencionadas não devem ser só medidas que venham a remediar a situação, mas a efetiva criação de políticas públicas afirmativas de atenção a homens e mulheres trans e cisgênero que tratem de identidades, violência de gênero, masculinidade tóxica, etc. O

reconhecimento da dignidade e cidadania vai muito além de políticas sucateadas, incompletas, como a do nome social. Há, portanto, uma necessidade de transformação societária, de mudanças nas estruturas dominantes.

Referências

- ANTRA. **Projeto eu existo: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis. alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis.** 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-alterac3a7c3a3o-nome-e-genero.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. Filogênese.** Marília: UNESP, v. 6, n. 2, 2013.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global: Compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo.** 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich.
- FELICIDADE no olhar transbordou.** Direção: Oliver. Produção: Marcondes Brito; Lila Xavier; NUPEC; LABCINE. P&B/Cor, 2020. (16 min.).
- GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. Produção e análise de videogravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.249-262, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a03.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- MENEZES, P. Sociologia e Cinema: Aproximações teórico-metodológicas. **Teoria e Cultura**, v.12, n.2, p.17-36, jul./dez 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12375>. Acesso em: 4 abr. 2021
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário oficial, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 06 ago. 2021.
- MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 5, p. 214-244, jul. 2019.
- NUPEC, **Felicidade no olhar transbordou.** Primeiro corte apresentado em atividades socioeducativas da “Semana do orgulho de ser” do ano de 2019. Direção de Oliver. Teresina, 2019.
- OLIVEIRA JR., F. A. de. **Narrativas contra-hegemônicas: A Sociologia e o Cinema das imagens de resistência em Bacurau.** 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Acesso em dezembro de 2021.

PROVIMENTO N.73, DE 28 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>. Acesso: 01/08/2019.

SILVEIRA, Maria Clara Teresa Fernandes. **Quando o espelho não me representa: transmasculinidades na ordem cisgênero em Teresina-Piauí**. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, UFPI, Teresina, 2021.

STF - ADI: 4275 DF - DISTRITO FEDERAL 0005730-88.2009.1.00.0000, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 01/03/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-045 07-03-2019.

UFPI. **Resolução nº 003/15, de 31 de março de 2015**. Aprova a utilização do nome social na universidade Federal do Piauí – UFPI, para travestis e transexuais. Teresina, PIAUÍ, Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolucao_03.15_CONSUN_Nome_Social.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

Uso do nome social é aprovado pela Universidade Federal do Piauí. 2014. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/uso-do-nome-social-e-aprovado-pela-universidade-federal-do-piaui-262866>. Acesso em: 06 ago. 2021

Percepções dos docentes do IFPI-paulistana acerca da diversidade sexual e de gênero n.

Cristiane Pereira da Silva⁵⁵
 JamyleStephanye de Carvalho⁵⁶
 Kelly Lurdes do Nascimento⁵⁷
 Marli Ferreira Carvalho Damasceno⁵⁸
 Francisco Wériquis Silva Sales⁵⁹

Resumo

As pesquisas sobre gênero e sexualidade em interface com educação têm apontado para a necessidade de uma melhor formação docente (seja nos cursos de graduação, seja na formação continuada), voltada para questões no campo da “Educação Sexual”, pautada pelo respeito e promoção dos direitos humanos. Nesse contexto apresentamos os dados referentes à percepção de docentes do Instituto Federal do Piauí, do campus da cidade de Paulistana, acerca de questões sobre diversidade sexual e de gênero em âmbito escolar. Realizada por meio da aplicação de um questionário online, disponibilizado a todos os docentes da instituição, que no geral apontaram para a necessidade da instituição promover um processo formativo amplo aos profissionais, em relação ao tema em questão.

Palavras-chave: Educação. Docência. Diversidade Sexual.

Introdução

Já é consolidado no Brasil, no campo dos estudos sobre Educação Sexual em interface com Educação, que o espaço escolar é essencial no processo de desconstrução de estereótipos e violências contrasujeitos LGBTQIAP+. Entretanto, existe uma tensão por parte de diversos setores da sociedade quando se fala desse tema em relação à educação (SANTOS, 2020; LOURO, 2010; Junqueira 2009)

Por um lado, temos dados como os do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019), que apontam para cerca de 300 assassinatos, no Brasil, de pessoas LBGTQIAP+ em 2021 e os dados da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (Antra, 2022), que aponta

⁵⁵Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: crisl8sillva@gmail.com

⁵⁶Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: jamyllcarvalho17@gmail.com

⁵⁷Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: jamyllcarvalho17@gmail.com

⁵⁸Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: marlinegeriros@ifpi.edu.br

⁵⁹Instituto Federal do Piauí. Endereço eletrônico: whquis@gmail.com

o assassinato de 140 pessoas trans no Brasil, em 2021, sendo a maioria em idade escolar.

Por outro, temos movimentos sociais que lutam historicamente para a promoção da cidadania LGBTQIAP+ no nosso país, que provocam o poder público em diferentes instâncias para assegurar meios legais e ações práticas de promover direitos para estes grupos. A educação tem destaque nessa luta, por meio da busca por políticas públicas que atuem em diversos níveis educacionais e abarque diferentes grupos que a desenvolvem. A atuação docente, como aponta a literatura especializada, tem um destaque importante neste debate, como agentes que podem ser promotores de uma educação democrática (Louro, 2010; Junqueira, 2009, Seffner, 2009).

É neste campo que se constitui este trabalho, com o objetivo de apresentar dados e análises acerca das percepções do corpo docente do Instituto Federal do Piauí, campus Paulistana, acerca de questões sobre diversidade de gênero e sexual em ambiente escolar. Trata-se de um recorte da pesquisa intitulada “*Comunidade Lgbtqiap+ Em Âmbito Escolar: intolerância, reconhecimento e políticas públicas de acesso*”.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na disciplina de “Projeto Integrador”, no curso de Bacharelado em Administração do IFPI, campus Paulistana (CAPAU). Foi desenvolvido a partir de um estudo de caso, conforme Gil (2018), acerca do tema “diversidade sexual e educação”. Foi realizada com docentes, discentes e ex-discentes da instituição.

O instrumento de coleta de informações foi um questionário eletrônico, contendo questões abertas e fechadas, por meio da plataforma *google forms*. Para o grupo docente foi aplicado um questionário específico. A divulgação foi por meio do Via WhatsApp e por email, ficando disponível uma semana para responder.

Em 2021 atuavam 65 professores/as na instituição, mas somente 22 responderam o questionário. Sendo assim, desses 22 respondentes 86,4% dão aula no ensino médio, 68,2% dão aula no ensino superior e 45,5% são professores do técnico subsequente, visto que quase todos os professores dão aula de duas a três modalidades.

Quanto ao tempo de trabalho na instituição, 63,6% trabalham de 1 ano a 4 anos, 18,2% trabalham de 4 anos a 8 anos, 13,6% trabalham de 0 a 1 ano e 4,6% trabalham a mais de 8 anos. É possível observar que a grande parte dos docentes já tem um tempo e experiência na instituição.

Para a análise de dados, buscou-se uma valorizar o conteúdo temático apresentado previamente nas questões, bem como os que apareceram posteriormente nos discursos dos sujeitos. Dessa forma, a partir das categorias estabelecidas, realizando a leitura dos formulários, foram construídos dados numéricos acerca das categorias, bem como interpretações dos discursos apresentados, com base em literatura especializada.

Resultados: questionário aplicado aos professores

Foi indagado aos sujeitos acerca de sua percepção sobre o que seria uma possível “causa” das dissidências sexuais e de gênero: 52,4% responderam que consideram que pessoas LGBTQIAP+ “nascem assim”, 23,81% responderam que trata-se de uma escolha e 4,76% não souberam responder. Cinco (5) docentes optaram por descrever a sua opinião.

O professor 1⁶⁰ pontuou que a homossexualidade é “talvez um conjunto de fatores”, já o professor 2 fez a observação que “acredito que seja um processo de autoidentificação e reconhecimento de si no decorrer da vida”, o professor 5 falou:

Acredito que como os heterossexuais diversos fatores estão envolvidos. Não creio que se possa atribuir a um único fator. Nem sei se sempre é consciente. Imagino que a comunidade tenha relação, a religião também, e pode haver fatores biológicos (PROFESSOR 5).

O debate sobre as possíveis “causas” das dissidências de gênero e sexualidade é antigo e tenta-se fundamentá-la a partir de diversas formas de conhecimento: religião, senso comum, ciência, etc. Acerca da questão, Filho (2009) coloca que:

a questão que não aparece aí é que, como a priori o preconceito sobreatua em certas visões teóricas, as supostas determinações (inconscientes, sociais, culturais) da homossexualidade já são, de antemão, encaradas como determinações de um “problema”, de uma “inversão”, de um “desvio”, de uma “perversão”, isto é, de uma escolha não conforme à ideologia da “normalidade”. (p. 97).

⁶⁰Os sujeitos serão identificados por meio de numeração atribuída aos seus questionários, a fim de manter o sigilo dos participantes.

Assim, o autor afirma como ao longo da história se construíram posições e uma preocupação sobretudo como prática fundada em posições ideológicas, que colocam as dissidências de gênero e sexualidade como o “Outro”, que deve ser investigado, explicado, reforçando sua diferenciação em relação a um tido como “normal”. E nos provoca ao questionar: “por que razão se procura a gênese da homossexualidade e não se procura, na mesma medida, a gênese da heterossexualidade? Por que todo um conjunto de estudos e tratados sobre a origem da homossexualidade?” (Filho, 2009, p. 99).

Sobre o reconhecimento da existência de discentes LGBTQIAP+ na Instituição, 63,64% afirmam que sabem da existência desses sujeitos na escola, 18,18% afirmaram que não sabem da existência ou não souberam responder. Quanto a manifestações de diversos tipos de violência de tipo LGBTfóbicas, sobretudo em espaços escolares, foi questionado aos professores: “Você saberia descrever o que seria LGBTfobia?”⁶¹. Obteve-se 19 respostas, destas destacamos⁶² 5 por serem representativas.

O professor 6 falou que “Diferente das fobias comuns, que são resultados de problemas reais de origem psicológica, vejo essa fobia em específico como uma forma de ódio. Ela é cultivada coletivamente”, já o professor 7 descreveu a LGBTfobia como “Grau máximo de intolerância às sexualidades não heteronormativas. Uma psicopatologia contemporânea a ser tratada em análise no divã”, o professor 8 pontuou que “A discriminação quanto a orientação sexual, utilizando esse ponto para ataques ao indivíduo negando-o o direito à cidadania”, o professor 9 disse que “Sim, seria uma situação de não suportar a opção sexual do outro quando está é diferente daquela que você tem como princípio e manifestar ações desagradáveis em virtude disso!”, segundo o professor 10 “Acredito está relacionada ao preconceito (envolvendo até agressão física e/ou verbal) de pessoas que não são heterossexuais”.

Destaca-se a menção “cultivada coletivamente”, que evidencia uma noção dessas violências como produzidas por meio de práticas sociais coletivas, que embora individuais, também são reproduções de uma estrutura social excludente. Evidenciamos também as noções de “intolerância” e “suportar”, que devem ser questionadas. Tolerase e suporta-se algo que não se aceita, que é um desvio, que não se tem como legítimo.

⁶¹ Considere LGBTfobia como equivalente à homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia.

⁶² Destaca-se que os entrevistados serão identificados apenas pela sua função na Instituição e com uma numeração ao lado para poder diferenciar, tendo as suas identificações preservadas.

Entretanto, de forma ampla, nota-se que os sujeitos percebem a LGBTfobia, como um ato discriminatório e preconceituoso, contra formas de orientação sexual não-hegemônicas, heterossexual.

Quanto à existência de práticas lgbtfóbicas escolares, 40,91% afirmam que existe e conhece situações desse tipo na instituição e os outros 59,09% disseram não saber responder se há existência dessa discriminação no IFPI. Comparando com dados anteriores, na qual os docentes afirmaram saber ter alguma noção sobre lgbtfobia, levanta-se a hipótese de que parte dos profissionais (59,09%) não consegue perceber as formas de manifestação dessas violências no espaço escolar. Ou, por realmente nunca ter presenciado a LGBTfobia e/ou por silenciamento dos casos existentes na instituição, uma vez que boa parte dos docentes sabe da existência e conhece situações, o dado aponta para a necessidade de a instituição promover mais debates e aprofundar essas temáticas. Outra questão é a naturalização do preconceito lgbtfóbico no espaço escolar, levando a uma não percepção, ou reconhecimento, dessas práticas no ambiente, e assim normalizando-as, não discutindo-as abertamente e no espaço escolar, embora reincidente, essas práticas são tratadas de forma velada, silenciada (Santos, 2020).

Fazendo o recorte dos/as docentes que apontaram reconhecer práticas lgbtfóbicas na instituição, foi indagado sobre os sujeitos que praticam tais atos. Obtivemos 10 respostas dos 22 entrevistados. Pode ser observado que 60% responderam que a LGBTfobia parte do corpo discente, para os 30% dos entrevistados esse preconceito vem da comunidade externa e os 10% responderam que vem dos professores. A LGBTfobia pode ser um ato efetivado coletivamente ou individual e no âmbito escolar pode vir por parte de diferentes grupos que compõem a comunidade escolar (Santos, 2020).

Foi questionado: Considerando a sua experiência como professor/a, como você percebe a LGBTfobia no cotidiano escolar. De 20 respostas destacamos as seguintes: O professor 12 percebe a LGBTfobia “com xingamentos, apelidos e constrangimentos”, o professor 13 observa a prática desse preconceito por parte de alunos, já o professor 14 destaca que pode vir de “alguns colegas de trabalho”.

O docente 15 comentou que:

Acontece no ambiente escolar, vejo que muito de forma velada. Quer dizer, nas ações, atitudes existentes sem uma percepção do impacto que causa na vida dessas pessoas e, conseqüentemente, no âmbito da sociedade. É preciso ser discutido e combatido (PROFESSOR 15).

Xingamentos, risadas, ações de constrangimento, olhares, são manifestações de lgbtfobia (Santos, 2019), são a reiteração da “pedagogia do insulto”, ou seja, “poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica” contra as dissidências de gênero e sexualidade (JUNQUEIRA, 2009, p. 17). O professor 16 observou a LGBTfobia e descreveu um incidente que aconteceu na Instituição:

Creio que no ambiente escolar avançamos muito em relação ao respeito. Nunca presenciei nenhuma situação de discriminação. Percebo em alguns olhares certo grau de discriminação, mas sinto que há receio em expressá-las abertamente. Mas ouvi um relato de um incidente que ocorreu com um servidor: Um grupo de alunos fazia chacota de gays na porta da sala onde esse servidor trabalhava. Chegando a mencionar que matariam seus filhos se fossem gays. O servidor ficou abalado, mas teve a coragem de reagir. Os alunos foram suspensos. Creio que esse incidente se espalhou na instituição e preveniu outros incidentes futuros (PROFESSOR 16).

O discurso do Professor 16 deixa provocações: para pensar como uma ação punitiva da escola pode ter afetado a incidência pública desses tipos de caso na instituição, mas pode não ter afetado as manifestações mais “reservadas”, pois ao coibir, sem provocar uma discussão ampla, com acesso a informação, não há a mudança de mentalidade, a produção de uma cultura do respeito no espaço da escola. Os outros relatos evidenciam que parte dessas violências são tratadas de forma velada, silenciadas ou ignoradas. Um retrato disso é a informação de um caso ocorrido com um profissional da instituição e 59,09% dos profissionais afirmarem desconhecer casos desse tipo no espaço escolar. A escola deixa escapar um momento importante para uma educação inclusiva em termos de gênero e sexualidade.

Silva (2019) afirma que, de fato, existe um avanço nas questões de enfrentamento da LGBTfobia nas escolas, os/as alunos/as estão cada vez mais buscando informações sobre a diversidade sexual e questões de gêneros, os/as professores/as buscam informações e ferramentas para saber como trabalhar com essas questões e a gestão da escola está atenta a casos de LGBTfobia e como resolver esse problema. Porém, a escola ainda não deixou de ser um espaço LGBTfóbico, ainda é possível ver casos desse preconceito em pequenas atitudes, que não é só praticado por alunos, têm gestão e professores/as ainda muito resistente para trabalhar esse assunto.

Questionados sobre terem presenciado casos de violência lgbtfóbicas em suas salas de aula, 90,91% afirmou não ter presenciado nenhuma manifestação desta em sua sala de aula. Para os 9,09% que afirmou já ter presenciado lgbtfobia em sala de aula, foi

questionado sobre sua atuação na resolução da questão. O professor 17 relatou que “conversei com a turma e os envolvidos”, já o professor 18 disse “pedi respeito, conversei e falei que aquilo era errado. Encaminhei para a diretoria e para psicóloga”. Sobre o seu conhecimento acerca de políticas públicas de educação voltadas para a população LGBTQIAP+, é notório observar que 50% dos professores responderam que conhecem essas políticas, 36,36% não conhecem e 13,64% talvez tenha um conhecimento sobre o assunto.

Para aprofundar a questão, indagamos sobre como os mesmos observam a aplicação dessas políticas públicas na Instituição. Obteve-se os seguintes dados: 21,1% indicou 0 que corresponde a “nada aplicável”; 21,1%, indicou 3 que corresponde a “mais ou menos aplicável”; 26,3% indicou 2 que corresponde a “pouca aplicabilidade”; 10,5% indicou 1 que corresponde a “quase nada aplicável”; 10% indicou 4 que significa “aplicável”; 10% indicou o número 5, correspondendo a “muito aplicável”. Destaca-se que, a partir de uma leitura geral, percebemos que mais de 75% dos docentes consideram deficitária a aplicação das políticas públicas em questão na instituição.

Entendendo como um documento importante para o funcionamento da instituição, consideramos o Regulamento Institucional do IFPI, de 2015, indagamos sobre como o corpo docente vê a necessidade de incluir menções sobre a comunidade LGBTQIAP+ no documento. O percentual de 68,2% respondeu que sim, para garantir inclusão a todos é necessário ampliar esse público-alvo do regulamento, 13,6% acreditam que não seja necessária essa atualização, 9,1% não sabe responder e um (1) docente não quis responder, mas deixou um comentário:

Não conheço o regulamento. Preciso primeiro estudá-lo antes de responder. Entender qual a sua finalidade e implicações. Considero que esse assunto deve ser tratado com a importância que tem e que o tratamento por pessoas não qualificadas (muitas vezes é o nosso caso) pode causar danos a essa população, gerando mais desconforto. Já presenciei isso em outras escolas, onde uma política superficial gerou mais problemas e até a evasão de um aluno gay (PROFESSOR 18).

O docente elenca a necessidade de mais e melhores processos formativos acerca da temática. Sobre isso indagamos se os mesmos já tinham participado de alguma formação pedagógica, ou da existência de algum tipo de atividade ou seminário produzido pela gestão escolar, ou pelos alunos/as, que trabalhem a temática da diversidade sexual ou enfrentamento da LGBTfobia. 85,71% responderam que na Instituição não tem nenhuma formação pedagógica ou atividades que trabalham a

diversidade sexual e a LGBTfobia, já 9,52% que tem sim, mas não participou, 4,76% responderam que tem e já participou. Os dados apontam para uma dissonância acerca do que é realizado no espaço da escola acerca destas temáticas, uma vez que parte dos docentes afirma a existências dessas ações e grande parte afirma não existir.

Indagamos se há um diálogo da gestão, do quadro de professores e dos alunos em relação às questões de gênero, diversidade sexual e enfrentamento da LGBTfobia. Desse modo, 45,45% não souberam responder a esse questionamento, 31,82% responderam que não, 18,18% responderam sim e 4,55% responderam talvez. Considerando o que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais, sobre o tema “Orientação Sexual” temos que este deverá ser abordado:

[...] por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores (BRASIL, 1998, p. 307).

Na contramão do que orienta os PCN's, os dados apontam para processos de silenciamento, apagamento, deslegitimação e/ou invisibilidade da urgência do debate destas questões no espaço escolar da instituição, uma vez que o diálogo é um instrumento importante para o processo educativo, de efetivação de um direito à informação de qualidade, de promoção à cidadania e reconhecimento da humanidade de determinados perfis de humanidade que historicamente foram marginalizadas.

Indagou-se aos sujeitos qual a opinião deles acerca da inclusão, nas atividades escolares, de discussões sobre questões relacionadas à população LGBTQIAP+. 90,91% apontaram que a escola deve, sim, promover discussões sobre a sexualidade, incluindo a diversidade sexual e a identidade de gênero, pois uma das responsabilidades da escola é promover esclarecimentos sobre este assunto. Destacamos a percepção de um docente que considera que a escola deve informar os (as) alunos (as), mas não “ênfatizar muito” o assunto para não estimular a iniciação sexual dos (as) discentes, e outro docente apontou que não é papel da escola promover tais discussões, pois isto é responsabilidade da família.

Segundo Santos (2020), Louro (2010) e Junqueira (2009) a escola é um espaço de todos, por esse motivo a escola precisa estar aberta para o diálogo, incitando o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social na comunidade a qual está inserida, pautada em valores democráticos, deve agregar a todos os setores sociais nas

mais diversas discussões. É preciso discutir todas as formas de preconceito, para que todos que fazem parte do ambiente sejam acolhidos em suas diferenças. Ao se omitir ou/e silenciar acerca destas discussões a escola exerce uma pedagogia da sexualidade que legitima preconceito, consolida desigualdades dentro da própria escola.

Apesar de, como indica o dado anterior, 90% dos docentes apontaram a necessidade das discussões sobre dissidências de gênero e sexualidade na escola, quando indagados sobre se em algum momento durante suas, enquanto professor/a, já havia trabalhado algum tema relacionado à população LGBTQIAP+, temos que 72,73% afirmou não ter realizado nenhuma atividade relacionada à temática. Somente 27,27% indicou ter tratado de alguma forma o tema. Para os 27,27% que responderam “sim”, foi indagado sobre a abordagem com a qual se tratou do na sala de aula, qual foi a reação do corpo discente e da gestão da Instituição:

O professor 19 respondeu que “trabalho como tema transversal e complementar ao conteúdo das disciplinas. Aparentemente, os alunos concordam e discutem positivamente o assunto”; o professor 20 disse que “normalidade, trabalhamos sobre o princípio de igualdade”; e o professor 21 observou que “Trabalhei um tema de redação, alguns sentem vergonha e outros não”. Percebe-se que, por parte do alunado, há uma boa receptividade ao tratar do tema a partir de determinadas abordagens. Indica ainda o caráter transversal no trato do tema, assim como é preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), quando afirmam que por transversalidade, entende-se que:

[...] tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas de conhecimento. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de suaprópria proposta de trabalho. (p. 307).

Os docentes foram indagados sobre como acreditam que a Instituição poderia ser um espaço melhor para estudantes LGBTQIAP+. Nesta questão, foram indicadas algumas opções e os respondentes podiam indicar mais de uma alternativa. A partir disso, destacamos as opções com um maior número de sinalizações, assim temos o seguinte quadro:

Alternativas	Quant	%
--------------	-------	---

Fazer minicursos/cursos falando sobre preconceitos.	12	60%
Palestras sobre orientação sexual/identidade de gênero.	10	50%
Incluir trabalhos com temas: comunidade LGBTQIAP+, diversidade sexual e outros.	10	50%
A promoção de um evento para tratar sobre diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual no calendário acadêmico.	11	55%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Observa-se, no geral, que parte dos docentes, cerca de 55%, apontaram para ações que elencam a necessidade de promoção de informação acerca do tema, reforçando a escola enquanto instituição de caráter educativo em relação à sexualidade e questões de gênero. Considerando dados informados anteriormente, no qual 90% dos docentes apontaram a necessidade das discussões sobre dissidências de gênero e sexualidade na escola, e 72,73% afirmaram não ter realizado nenhuma atividade relacionada à temática e cerca de 55% apontarem como necessário atividades de formação, podemos colocar como hipótese que a não atuação dos docentes é reflexo da carência de formações sobre a temática.

Conclusão

A escola, enquanto instituição social, é constituída e se relaciona a dinâmicas sociais mais amplas (classe, raça, gênero, geração) e reproduz a cisheteronormatividade, propagando posturas segregadoras de forma institucional, mesmo que implicitamente, em seu espaço. Nesse sentido, o silenciamento por meio de práticas pedagógicas e a não efetivação de políticas públicas que combatam ou diminui os efeitos da LGBTfobia no âmbito escolar, contribuem para institucionalizar uma violência que tem sido velada, mas que impacta fisicamente, emocionalmente, existencialmente as vítimas, bem como suas trajetórias de vida, com sonhos, planos e idealizações para o futuro.

Como uma instituição escolar promoverá uma educação emancipadora, que respeite os direitos humanos, promova cidadania das juventudes que formam seu espaço, sem que haja um processo formativo, de aperfeiçoamento das práticas docentes em questões elementares para as juventudes do século XXI? O enfrentamento à discriminação vai exigir o reconhecimento de que a diversidade é uma entre as possíveis identidades sexuais. Ao tratar a diversidade sexual e gênero no âmbito escolar, todos

podem crescer fora da jaula da intolerância e preparados para uma sociedade que seja construída de maneira justa e igualitária.

Referências

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual**. Brasília: MECSEF, 1998.

FILHO, Alípio de Sousa. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Dinis. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 13-51.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P. 07-34.

SILVA, Felipe Antônio Ferreira. **Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega**. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea.

SANTOS, Thales do Amaral. Toda escola deveria ter uma parada do orgulho LGBTQIA+ que a ajudasse a sair do armário e a enfrentar o Bullying com motivação LGBTfóbica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 157. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36321> Acesso em: 14 de jun. de 2021.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

Manual de Sobrevivência: como a juventude LGBTQIA+ brasileira se manteve diante da COVID-19.

Paulo de Tarso Xavier Sousa Júnior⁶³

Liana Maria Ibiapina do Monte⁶⁴

Maria Luísa Pires da Silva⁶⁵

Emanuelle Nobre Leal⁶⁶

Elaine Ferreira do Nascimento⁶⁷

Resumo

Este trabalho possui como objetivo geral discutir sobre como a juventude LGBTQIA+ brasileira vivenciou o período ocasionado pela pandemia da Covid-19. Além do mais, o trabalho emerge em como esses jovens não apenas sobrevivem, mas se articulam diante de um cenário pós-pandêmico. Para isto, este escrito se configura como uma revisão de literatura de caráter integrativo. Foram realizadas buscas nas seguintes bibliotecas virtuais: Scielo, Google Acadêmico, BVS Brasil, Lilacs e Pepsic. Participaram desta investigação trabalhos em língua portuguesa com publicação a partir do ano de 2020. Os resultados apontaram para uma ausência do poder público frente a esses jovens, uma vez que medidas protetivas em relação ao vírus ocasionava em problemas de sobrevivência em espaços propícios a lgbtfobia e relações abusivas. Conclui-se a necessidade de olhar político e de proteção a esses jovens, como alternativa não apenas da manutenção da sua sobrevivência como de oportunizar novas experiências a eles.

Palavras-chave: Discriminação. Exclusão. Coletividade.

Introdução

A pandemia ofertou uma série de mudanças e atravessamentos as populações, entretanto, são necessárias reiterar que nem todas padeceram das mesmas questões com base em uma desigualdade clara e evidente entre as camadas sociais. No Brasil, Barreto (2020) aponta as fragilidades que sujeitos LGBTs enfrentaram com a chegada da Covid-19. Aliás, este público que já era invisibilizado, passou a consequenciar as ações de uma necropolítica, ameaçando justamente o seu direito de existir. Isso ocorre em detrimento das amarras estabelecidas pelo sistema as quais segregam e silenciam subjetividades em prol de interesses privados e específicos.

⁶³Fiocruz Piauí/UFSM. Endereço eletrônico: paulo_juniorpio@hotmail.com

⁶⁴Fiocruz Piauí. Endereço eletrônico: lianaibiapina@yahoo.com.br

⁶⁵Fiocruz Piauí. Endereço eletrônico: marialuisaps@ufpi.edu.br

⁶⁶Fiocruz Piauí. Endereço eletrônico: emanuellenobre@live.com

⁶⁷Fiocruz Piauí. Endereço eletrônico: negraelaine@gmail.com

Outro aspecto que corrobora com as afirmações anteriores é exemplificado por meio de Santana e Melo (2021) onde esses autores afirmam da negação do direito a saúde a essa população, enfatizando uma estrutura discriminatória presente na sociedade. Essa estrutura advém de tempos anteriores a pandemia, ou seja, este contexto apenas reiterou esse movimento construído para matar esses indivíduos.

Quando se fala do espectro formado pela população LGBTIQ+ é preciso fazer um recorte situando sobre de quem especificamente está se referindo, já que existe uma grande pluralidade entre esta comunidade. Murasaki e Galheigo (2016) falam sobre os desafios de ser um jovem LGBT. Além das mudanças que ocorrem neste estado do desenvolvimento humano, ser jovem é encarar o mundo de frente, com outras responsabilidades e desafios. Desde muito cedo esses sujeitos encaram a discriminação, entretanto é neste momento em que se defronta com questões importantes a sua sexualidade, como a relação com seu corpo e sua afetividade. É nesse momento que surgem ainda mais atitudes discriminatórias, colocando em xeque a necessidade de reiterar sua identidade, mesmo que ela seja alvo de um tipo de violência.

Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (BRASIL, 2021), a maioria das mortes de LGBTs no Brasil no referido ano do relatório foram entre adultos com idade entre 20 e 49 anos, compreendendo 59,32%. E quando se fala em pessoas gays, trans e travestis em situação de baixa vulnerabilidade social os dados se tornam ainda mais alarmantes, compreendendo em 143 mortes entre pessoas com 20 e 39 anos, representando num aumento de 8% de mortes dessa população em relação ao ano anterior deste relatório.

Diante deste panorama fica evidente o quão essa população jovem acaba sendo vulnerabilizada, perdendo o direito de seguir existindo e resistindo diante das mazelas sociais. É com base nestas questões as quais surgem as inquietações que deram origem a este trabalho. O presente estudo possui como objetivo discutir sobre como a juventude LGBTQIA+ brasileira vivenciou o período ocasionado pela pandemia da Covid-19. O trabalho apresenta além de uma relevância científica, contribuindo para mais um estudo pertinente a literatura, uma importância social, apresentando fenômenos importantes, refletindo criticamente sobre a necessidade de proteção dessa juventude LGBT, reiterando o direito a singularidade e a vida.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter integrativo. Essa modalidade permite não apenas revisar conteúdo de uma determinada área, como promover a integração e discussão dos mesmos diante da problematização pensada para o estudo construído (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014).

Para isso o trabalho realizou as seguintes etapas: definição dos objetivos e dos descritores, construção dos critérios de inclusão e exclusão, busca nas bibliotecas virtuais, pré-análise do material selecionado, escolha final das referências e, por fim, construção do artigo final.

Foram realizadas pesquisas nas seguintes bibliotecas virtuais: Scielo, Google Acadêmico, BVS Brasil, Lilacs e Pepsic. Os descritores utilizados foram: juventude, LGBTQIA+, Brasil, pandemia e Covid-19.

Os critérios de inclusão utilizados foram: trabalhos em língua portuguesa e com a sua publicação original a partir do ano de 2020. Além de também fazer coerência com os objetivos definidos neste estudo. Já como critérios de exclusão, permaneceram de fora trabalhos classificados como resumos (publicados em anais de eventos), entrevistas e resenhas. Após uma primeira busca geral foram selecionados vinte trabalhos. Seguidamente a isso, os achados foram submetidos novamente a uma leitura mais profunda, utilizando, portanto, quinze trabalhos nesta proposta.

Após leitura, organização e análise das referências, foram construídas duas categorias de modo a apresentar os resultados de maneira mais coerente e de fácil acessibilidade a discussão. As mesmas foram designadas e escritas no tópico a seguir.

Resultados e discussão

A invisibilização das cores: será mesmo um processo pandêmico?

Apesar de ser considerada um fenômeno vivido pela primeira vez por muitos, a pandemia da Covid-19 apresentou características já sentidas por essa população LGBTQIA+. Quando se fala neste grupo específico, já é possível ouvir histórias agregadas a exclusão e violência a estes seres. Esses comportamentos são baseados na intolerância e preconceito construído por pessoas conservadoras e extremistas.

Kauss *et al.* (2021) falam que nesta pandemia especificamente apenas corroborou com anos de discriminação e negação de direitos. É notório que as condições proporcionadas pela Covid-19 afetaram as pessoas desde financeiramente falando a aspectos da saúde física e mental, entretanto, essa população ainda continuou segregada, tendo inviabilizadas os direitos de acesso a saúde e demais programas que visavam o cuidado diante do vírus. Assim, o combate e a proteção a saúde se tornaram inexistente em muitos casos, deixando essas pessoas largadas a própria sorte.

Isso significa dizer que a negação desses direitos aproximava essa população da letalidade provocada pelo vírus. O que está em jogo não é apenas a vida, mas a subjetividade a qual dá sentido a essa existência. Ou seja, é preciso observar de quem estamos falando para considerar se realmente “estamos no mesmo barco”. A depender dessa identidade, o público LGBTQIA+ se tornou mais propenso a sofrer as consequências e mazelas sentidas na pandemia. O olhar, portanto, não pode ser visto da mesma forma já que existem demarcadores que sinalizaram quais das pessoas padecem mais da Covid-19.

A proteção muitas vezes utilizada pelos demais é seguramente confortável e possível quando se encontra dentro do padrão heteronormativo. Isso promoveu que diversas pessoas pudessem se resguardar dos perigos oferecidos pelo cenário pandêmico. Quando a sua existência foge a essa regra a tarefa se torna mais árdua do que se possa imaginar. Principalmente quando se fala das políticas e ações brasileiras. A realidade local deixou clara o abandono perante estas questões, negando essas existências e permitindo que a Covid-19 acelerasse os problemas já vivenciados e que dificultavam a sobrevivência (Kikuchi; Silva Junior; Chiarelli, 2021).

Analisando então este cenário, a desesperança e a falta de opções perante o resistir se tornaram frequentes para esta população. Quando também se fala sobre essa ótica pelo jovem LGBTQIA+ isso se torna ainda mais preocupante. A fase a qual essas pessoas estão representa a luta pelo desejo de se formar, ter uma profissão ou até mesmo alcançar um sonho. Diante das perdas e restrições da Covid-19, acentuando ainda mais essa discriminação acaba recolhendo todas essas esperanças e anseios deste jovem. A perda de sentido e de também alcançar esses sonhos é fundamental para o surgimento de adoecimentos e ao surgimento de comportamentos de risco.

O Estado precisa reconhecer o quão a sua estrutura está amparada dentro de um sistema lgbtfóbico. As suas ações e até mesmo a falta delas em muitos momentos não

abrangem a diversidade do país. Isso representa a produção de políticas a um determinado grupo e construída por pessoas que desconhecem o verdadeiro Brasil. Ou em casos em que se vê que é beneficiado certo público. Público esse classista e com segundos interesses em prol dessa iniciativa frágil e inconsistente. Por isso é tão necessário a mobilização dos movimentos que representam de fato essa diversidade e falam sobre os verdadeiros problemas a serem enfrentados. Buscando assim uma equidade que é inclusive reiterada e protegida por leis neste país (Barreto, 2020).

A articulação dessa juventude é essencial para que os direitos sejam validados e reiterados, combatendo assim os estigmas e estruturas preconceituosas implicadas em diversas instâncias sociais. Isso foi verificado por meio dos trabalhos e campanhas promovidas perante as redes sociais. Esses jovens então relatam não apenas suas histórias, como também denunciam esse abandono do Estado frente aos problemas pandêmicos. É assim que suas vozes são disseminadas e de fato ouvidas, por meio de milhões de curtidas e compartilhamentos. Essa alternativa tem tido sucesso em alguns casos, mas ainda é preciso furar uma bolha conservadora que ainda instaura, mesmo nesses espaços, *fake news*. Alimentando, portanto, uma rede com uma série de inverdades e auxiliando na disseminação do preconceito e do genocídio dessa população LGBTQIA+.

O que podemos fazer daqui para a frente?

Neste ponto do estudo, reitera-se um questionamento a qual passa constantemente na cabeça de todo jovem, sobretudo LGBTQIA+. Diante do que foi apresentado, por máximo que o juvenicídio a qual ganhou um novo aliado (a Covid-19), é preciso pensar no combate a essas manifestações violentas e que sobretudo as que buscam calar vozes da diversidade. Diante disso, este ponto emerge iniciativas e ações de movimentos e como cada um deles contribui para uma sociedade de fato igualitária em direitos e respeitosa frente as diferenças.

Ferreira e Nascimento (2022) apontam para uma força conservadora que se estabeleceu e fez morada no Brasil e nas políticas públicas que regem o país. Mesmo diante dessa reestruturação preconceituosa no poder público, as ações sociais visam estabelecer práticas de cuidado em saúde em todos os âmbitos e necessárias a todas as pessoas, independentemente de qual região esteja e de qual subjetividade ela se compõe. Esse movimento não é atual, é resultado de uma série de articulações feitas anos

anteriores, promovendo força, coragem e cuidado independente da identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Esses jovens não pensam apenas no agora, mas também nas próximas gerações e num futuro que se inicia no hoje. Dessa forma, a luta é constante e incessante, pois outros marcos e determinantes surgem constantemente. Hoje foi uma pandemia, amanhã poderá ser outra mazela. Assim, diante de tantas perdas e restrições, se faz com urgência pensar em um trabalho que atenda a população em todas as áreas. Respeitando as singularidades e os lugares de fala, aprendendo com eles a possibilidade de mudanças benéficas a sociedade.

Muitas vezes essa luta é carregada por discursos de ódio e atravessadas por atos de violência. A militância que pode ser banalizada nas redes sociais acaba por atingindo pessoas e encerrando histórias. É por todo esse triste cenário que o movimento segue acompanhando e indo contra em direção a decisões que ferem os direitos de existir de pessoas LGBTQIA+. Quando se atinge um, atinge a todos. Isso reverbera em tantos pontos onde a luta para a manutenção dessa militância se torna um perigo em diversos lados. Enquanto isso existir será necessário persistir com esta caminhada (Oliveira; Pontes, 2021).

Não é a toa que mesmo observado nas linhas das publicações analisadas neste trabalho, ainda será preciso enfrentar muitas outras batalhas. Algumas em campos individuais, outras em cenários coletivos, mas todas absolutamente importantes. Por isso essa juventude respira força, garra e energia, em todos os poros e contextos, necessária pelo direito a vida e vive-la a maneira mais sublime e genuína possível.

Considerações finais

Apesar dos esforços, ainda é difícil finalizar não apenas essa, como tantas outras pesquisas que estão imergindo no campo da problemática do estudo. Campo esse que vislumbra não apenas nas linhas de artigos, mas em jornais e também posts nas redes sociais, onde se pode encontrar exemplos de jovens violentados e negados a vida. Jovens esses que experimentam diversas dores em sua caminhada para tentar reafirmar suas identidades e seus afetos. Enquanto isso, um outro lado tenta impedir a todo custo uma experiência que é única e também responsabilidade de instancias governamentais.

Enquanto trabalhos como este suscitarem debates importantes, sejam em cenários de pandemia ou não, estaremos materializando uma sociedade cada vez mais empática e com equidade. É um dever de todas as pessoas proporcionar isso, mas até lá é possível esperar por este anseio.

Referências

BARRETO, Beatriz Santos. Subcidadania LGBTQ e proteção social na pandemia de Covid-19. **Revista do NESEF**, v. 9, n. 2, 2020.

BRASIL. Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2021**/José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores). – 1 ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBTQ no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825-3834, 2022.

KAUSS, Bruno et al. “Semente para Luta”: ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTQI na pandemia da covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 30, p. e201026, 2021.

KIKUCHI, Fernando Henrique Nascimento; SILVA JUNIOR, Luiz Gilberto; CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Preconceito e o isolamento social: Como a pandemia do Coronavírus afeta a percepção social da comunidade LGBTQIA+. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 2, n. 12, 2021.

MURASAKI, A. K.; GALHEIGO, S. M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–68, 2016.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de; PONTES, Joyce Leonardo. “Minha própria vivência é minha militância”: análise da violência sofrida por militantes LGBTQ em Belém do Pará. **Diálogo**, n. 46, p. 01-13, 2021.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia de covid-19 e população LGBTQI+(In) visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, 2021.



GT 5 – Encarceramento em massa

Coordenação: Marisa Feffermann, Carlito Lins e Angeline
Feitosa de Carvalho (PPGS/UFPI)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: um Estudo do Projeto Mão de Obra Prisional de Pelotas (MOP-SUS).

Danielle Borges Lopes⁶⁸

Resumo

Introdução: Esta é uma revisão da literatura sobre a questão da ressocialização e do papel do Estado em relação ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção ao cidadão e de prevenção à violência. Através desta revisão, pretende-se analisar quais os limites da ressocialização por meio do estudo *do* Projeto Mão de Obra Prisional de Pelotas (MOP-SUS). Para seu desenvolvimento foram elencados três conceitos-chaves: “ressocialização”, “políticas públicas” e “trabalho prisional”.

Metodologia: Para esta revisão foram incluídos os seguintes critérios de inclusão: 1) busca por artigos, monografias e dissertações escritas em português; 2) acesso ao texto integral; 3) que compreendessem a ressocialização; 4) que descrevessem o trabalho prisional; 5) e que explicitassem o que são políticas públicas. Excluíram-se os duplicados e os que não cumpriam com os critérios de inclusão, nomeadamente, aqueles que não tinham conteúdo relevante para o desenvolvimento da proposta.

Resultados: Das buscas efetuadas, resultaram 309 estudos, dos quais foram incluídos 12 nesta revisão, e excluídos 297, por não cumprirem com os critérios estabelecidos. Observou-se que a “ressocialização” abrange toda ação que procure incluir o indivíduo que foi excluído ou que tenha obstáculos que o impeçam de entrar naturalmente nos assuntos sociais. Também se refere a reinclusão feita pela sociedade dos indivíduos que ela mesma descartou, ou excluiu, mesmo que esses “excluídos” tenham tido uma atuação assídua enquanto indivíduos em seu âmbito.

Conclusão: Ao se elaborar políticas de ressocialização por meio do uso do trabalho prisional deve-se, principalmente, organizar o modo como será utilizada a mão de obra dos apenados. Ao se estruturar um projeto, ou programa, a instituição tem de procurar um tipo de trabalho mais criativo, visando sempre à relação entre as necessidades do apenado e o conteúdo dos afazeres, de modo que consiga fazê-lo se sentir como um indivíduo de aspirações, dissociando o criminoso do crime.

Da mesma forma, a sociedade também desempenha um papel fundamental nesse processo: de aceitar e proporcionar uma nova oportunidade de reenquadramento aos valores sociais, para com essas pessoas. É necessário sua conscientização sobre o seu papel, porque não faz sentido organizar o trabalho prisional e, através dele, preparar o indivíduo ao convívio social, se a sociedade não o aceitar.

Palavras-chave: Ressocialização, Políticas Públicas e Trabalho Prisional.

Aspectos metodológicos

Nesse trabalho, eu irei analisar uma política pública de ressocialização. Trata-se do projeto “Mão de Obra Prisional” de Pelotas (MOP/SUS). Meu objetivo aqui é

⁶⁸Graduada em Ciências sociais pela UFPEL. Endereço eletrônico: danielleschiavon@hotmail.com

examinar os limites da ressocialização no desenvolvimento dessa ação, que tem se utilizado do trabalho prisional para a prestação de serviços no âmbito do município.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre o assunto foram realizadas pesquisas em 2 motores de busca – Scielo e Google Acadêmico –, utilizando combinações das palavras-chave do vocabulário: ressocialização e trabalho, ressocialização, política pública e mão de obra prisional.

Os critérios de inclusão foram: (1) artigos, monografias e dissertações escritas em português, (2) acesso ao texto integral, (3) que compreendessem a ressocialização, (4) que descrevessem o trabalho prisional, (5) e que explicitassem o que são políticas públicas. Das buscas efetuadas, resultaram 309 estudos, dos quais, incluíram-se 12 nesta revisão, e foram excluídos 297, por não cumprirem com os critérios estabelecidos.

Quadro I - Estudos que cumpriram os critérios estabelecidos

Autor, Ano	Título	Tipo	Conceito
Alesandro Baratta, 1990.	Ressocialização ou controle social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado.	Art.	A reintegração é um processo que implica em corrigir exclusões sociais que geralmente têm acompanhado o sujeito sentenciado durante toda sua vida.
Andrea Almeida Torres, 2001.	“Direitos humanos para os presos?” Desafios e compromisso ético e político do serviço social no sistema penitenciário.	Diss.	A "laborterapia" , como é chamada na lei, beneficia os presos através da remissão de um dia da pena, por três dias trabalhados. Trabalho é um elemento fundamental na socialização do homem. Como já observamos, os profissionais reproduzem a ideia do trabalho realizado pelos presos, como um elemento para a "ressocialização" (pág. 89).
Ragazzi; Queirós, 2019.	A ressocialização do preso no Brasil: Desafios para as políticas públicas em tempos de crise do capital.	Art.	A ressocialização do preso ou do egresso do sistema prisional só será uma realidade quando Estado e sociedade reconhecerem a importância da efetivação das políticas de saúde, educação, qualificação profissional e toda assistência

Autor, Ano	Título	Tipo	Conceito
			necessária, pois no cárcere, foi reconhecido, não como cidadão de direitos, mas como infrator, delinquente e criminoso (pag. 10).
Obelheiro, 2011.	Empregabilidade e geração de renda no sistema prisional gaúcho.	Art.	O trabalho no meio prisional tem como foco o desenvolvimento das aptidões sociais e profissionais do preso. Percebe-se que o trabalho faz parte do interesse da maioria dos presos, sendo direito seu poder trabalhar enquanto cumpre a pena. O trabalho é visto como uma maneira de retirar o preso do ócio e reconduzir este a premissas básicas do convívio social (pag. 10).
Cunha, 2010	Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino	Art.	A exclusão social se refere à perda da identidade do trabalhador, à completa ausência do sentimento de pertencimento e de esperança de que as coisas possam se reverter.
Kendig, 2015.	Ressocialização do apenado no Âmbito social	Mon.	Ressocialização traz consigo a ideia de humanização, pois ela é um modelo que proporciona ao preso condições e meios essenciais para que seja respeitada sua integridade e suas necessidades dentro do cárcere e para sua reintegração efetiva na sociedade (pag. 31).
Santos, 2018.	A Privatização do sistema prisional brasileiro:ressocialização ou mercantilização na sociedade	Diss.	A ressocialização , para que seja benéfica, implica uma mudança de princípios e recrudescer ético, pois é dessa

Autor, Ano	Título	Tipo	Conceito
	do espetáculo?		maneira que a sociedade poderá ver os(as) presos(as) reabilitados(as) e a diminuição nas taxas de reincidência, tão esperada por todos aqueles que acreditam na reeducação do preso(a). (pág. 23).
Sequeira, 2006.	Uma Vida que não Vale Nada: Prisão e Abandono Político-Social	Art.	A prisão é uma lixeira humana, um lugar de horror, de total invisibilidade, um lugar de aniquilamento do homem, de aprisionamento do ser. (Pág. 668).
Lemos; Mazzilli; Klering, 1998.	Análise do Trabalho Prisional: um Estudo Exploratório.	Art.	Sob a ótica de uma disciplina rígida, foi implantado o trabalho prisional . Utilizado como princípio de ordem e de regularidade, veicula, pelas exigências que lhe são próprias, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso, sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetraram com mais profundidade no comportamento dos apenados. (pág. 132).
Sampaio, Silvestre, Alvarenga, 2017.	Programa de ressocialização do preso: O trabalho como forma de ressocialização.	Art.	A ressocialização é um conjunto de atribuições que faz com que o indivíduo reflita nos seus atos e sinta-se útil perante a sociedade.
Silva, 2017.	O trabalho como forma de ressocialização do preso.	Art.	Ressocializar significa reinserir o apenado ao convívio social, reeducando ou, o educando de modo que ele tenha uma nova oportunidade de conviver em sociedade

Autor, Ano	Título	Tipo	Conceito
			respeitando as leis.
Rossini, 2015.	O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso	Art.	Ressocializar é promover condições que possam reintegrar o preso a sociedade e que faça com que ele compreenda as razões que o fizeram praticar tais atos, concedendo uma oportunidade de mudança.

Art. (Artigo); Diss. (Dissertação); Mon. (Monografia).

Fonte: Elaborado pela autora.

Estado e Políticas Públicas

Para Souza (2006) as políticas públicas podem ser entendidas como ações do Estado. O seu estudo pode ser visto como um campo de conhecimento que visa analisar as ações de governos e propor mudanças no curso dessas ações. Considera-se relevante para a análise identificar o problema, os objetivos e metas quando estas existirem, além de se fazer uma avaliação criteriosa sobre seus resultados efetivos, sobre a eficácia dessas ações.

Para essa autora (Souza, 2006, p. 25), o desenvolvimento das políticas públicas tem impacto tanto na economia quanto na sociedade, por isso, seja qual for o modelo teórico ou de análise a ser seguido para o desenvolvimento de um estudo nessa área, faz-se necessário entender as “inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Por este motivo, vários estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm dividido o espaço e congregado este campo, com o firme propósito de produzir avanços tanto nas pesquisas empíricas quanto teóricas a respeito do assunto.

Dentre as principais teorias que influenciaram a formação de um campo de conhecimento específico das políticas públicas temos, inicialmente, as análises com base nas teorias marxista, elitista e pluralista (Frey, 2002; Souza, 2006; Rodrigues, 2010). Trata-se de um conjunto de autores (Peters, 1986; Dye, 1984; Lynn, 1980; Mead, 1995; Lasswell, 1936; Mills, 1956; Simon, 1957; Lindblom, 1959-1979; Easton, 1965; Lowi, 1964; Dahl, 1961; Peter Bachrach e Baratz, 1962) que são considerados os pais fundadores dessa nova área de conhecimento, ou seja, da análise das políticas públicas.

Conforme esses especialistas, compreender por que algumas políticas são utilizadas e outras não ou, qual o objetivo de determinada ação do Governo, contribui para a compreensão das ações públicas. Nos Estados Unidos, inicialmente, os estudos estavam focados na ação dos governos, naquilo que os governos efetivamente faziam ou deixavam de fazer (Dye,1984), enquanto na Europa o foco era outro, eles estavam centrados na explicação sobre o papel do Estado e das instituições para o seu desenvolvimento.

Rodrigues (2010) sintetiza as políticas públicas como a atuação dos governos, conferindo competência absoluta ao poder público, ao Estado, que é quem organiza as ações, os objetivos e planos do que fazer, mostrando o que os governos fazem ou não fazem, em diferentes áreas, como por exemplo na área econômica, na área política, e também, na área de bem-estar social.

Laswell (1936), é um dos primeiros teóricos elitistas a considerar que as elites é que possuem a capacidade de gerar impacto sobre outros cidadãos, com o uso dos meios como forma de manipulação das massas, com o propósito de persuadir o comportamento dos demais.

Mills (1956) explica que a elite se constitui naqueles que ocupam posições-chaves na economia, na política e nas forças armadas, e que se destacam por sua aptidão em fazer coalizões com base nos seus interesses, lhes dando o amparo para influir nas deliberações da cúpula, o que resulta em uma democracia formal, ao invés de uma legítima organização democrática, por essa razão as deliberações públicas são tomadas pelas elites e não se sucedem a uma participação social abrangente. (Rodrigues 2010, p. 33-35).

Os teóricos marxistas criticaram o olhar de que a elite seria tão homogênea, da forma como foi apresentada por Mills, em vista que a classe dominante é apenas uma, os que detêm o controle econômico em oposição a classe trabalhadora.

Liberais também avaliaram a visão elitista e não negaram a sua existência porque em uma democracia existe os que têm poder e os que não tem, porém criticaram a sua característica monolítica e em oposição a esse aspecto a crítica liberal tem base política e a questão que coloca é “porque determinados grupos de interesse prevalecem sobre outros para influenciar as decisões públicas que são tomadas sobre questões

pontuais e como fazem o que deve ser decidido, e para quais finalidades?”. (Rodrigues 2010, pág 35- 36).

Laswell (1936), criou uma metodologia que para analisar a política pública você deve responder às seguintes questões: “quem ganha o que, porque e que diferença faz”. Dentro dessa perspectiva de um dos fundadores da disciplina, os agentes sociais tinham ação racional dentro da defesa dos interesses.

Simon (1957) é outro pai fundador da análise de políticas públicas e vai fazer uma crítica a Laswell (1936), ponderando, que a delimitação do pensamento poderia ser reduzida pelo conhecimento racional, pois entendimento dos decisores públicos é restringida por problemas como: informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc.

Lindblom (1959; 1979) sugeriu a inclusão de outros aspectos a formulação e a análise da política pública, como também os vínculos de autoridade e a incorporação entre as distintas etapas do processo de deliberação que não possuiria um fim ou um princípio. O autor vê a política pública como procedimento incremental para analisar, que a efetividade das políticas depende da maneira que serão implementadas, de forma incremental sem ocasionar rupturas.

Easton (1965) então vai trazer a perspectiva de análise de sistema para a disciplina de análise de políticas públicas, analisando o sistema político e decisório como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Conforme o autor, as políticas públicas ganham inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que induzem seus resultados e efeitos.

Lowi (1964) mostra uma tipologia sobre políticas públicas analisando como os acordos se formam para dar suporte político no processo de formulação de políticas públicas, então desenvolve uma tipologia de arenas de poder, elas são: distributivas, redistributivas e regulatórias. O autor afirma que as políticas públicas indicam a política pois compõem o sistema político, determinam espaços e demarcam os contratempos que os Governos e a sociedade encaram. (Rodrigues, 2010 Pág. 45-46).

Dahl (1961) defendia uma visão pluralista onde o Estado na sua natureza, como uma única fonte de poder mas como uma pluralidade de manifestações que provém de uma sociedade organizada, o autor vê que em uma esfera democrática adequada

a participação grupos estruturados contribuem a elaborar as ações de governo.(Rodrigues 2010, p. 40-42).

Peter Bachrach e Baratz (1962) enfatizaram as políticas públicas como processo de decisão, não se trata mais de observar quais regras, procedimento ou incentivo podem alavancar a racionalidade dos tomadores de decisão política e sim analisar como esta decisão são tomadas. (Rodrigues 2010, pág. 42).

Celina Souza (2006) destaca algumas características da análise de política pública: 1) que ela permite diferenciar o que o governo pretende fazer do que realmente faz; 2) de que abrange muito mais atores e pontos de decisão; 3) elas não estão limitadas a leis e a regras; 4) trata-se de uma ação refletida com objetivos a serem atingidos; 5) é uma ação de longo prazo apesar de ter impactos de curto prazo.

Ressocialização

No início no século XIX, a ressocialização foi criada com o intuito de reinserir o indivíduo na sociedade, proporcionando-lhe condições para que pudesse solucionar seus problemas estando em liberdade, sem praticar um delito outra vez, ou reincidir ao crime. Silva (2017), nos mostra que foram erguidas penitenciárias industriais agrícolas, com o objetivo de reeducar os apenados, usando a disciplina por meio do trabalho para promover a reabilitação, beneficiando o apenado e o sistema prisional.

A definição do que é ressocialização varia de acordo com o autor e o estudo desenvolvido. No Dicionário Aurélio o conceito de ressocialização é de (re)inserção na sociedade; processo de ressocialização, de voltar a pertencer, a fazer parte de uma sociedade, isto é, reintegrar o indivíduo que se “deslocou” praticando condutas ilícitas.

Na literatura, destaca-se que a ressocialização abrange toda ação que procure incluir o indivíduo que foi excluído ou que tem obstáculos que o impedem de entrar naturalmente nos assuntos sociais. A ressocialização também refere-se a (re)inclusão feita pela sociedade com os indivíduos que ela mesma descartou, excluiu, sendo que esses “excluídos” tem atuação assídua enquanto indivíduos (Obelheiro, 2011).

Para Baratta (1990), o conceito não é somente uma mudança de comportamento do preso. Trata-se de proporcionar uma boa relação do penitenciado com seus entes, diminuindo o conflitos entre os próprios encarcerados, tendo em vista, a fragilidade física e psíquico-emocional dos mesmos, aprimorando o relacionamento

pessoal destes com o objetivo de amenizar o clima da prisão, evitando o uso de violência, promovendo políticas que beneficiam suas necessidades.

Segundo Thais Melo (2015) é um modelo que oferece ao indivíduo encarcerado melhores condições e meios, para que ele seja respeitado, assim como, a sua necessidade na prisão. Serve também, para reintegrá-lo novamente a sociedade, impedindo a reincidência com o objetivo de habilitar o indivíduo a participar de maneira digna e assídua na sociedade sem experiências emocionais desagradáveis e sem privações.

Para Sampaio, Silvestre e Alvarenga (2017), a ressocialização é uma soma de garantias que fazem com que o indivíduo analise os seus atos e sinta-se útil dentro da sociedade. Rossini (2015), afirma que ressocializar é propiciar situações que possam reintegrar o apenado à sociedade, fazendo com que ele entenda as razões que o levaram a cometer tais ações, dando-lhe uma oportunidade de mudança.

Contudo, Silva (2017) afirma que significa reinserir o apenado ao convívio social, reeducando ou, o educando de modo que ele tenha uma nova oportunidade de conviver em sociedade respeitando as leis. O autor ainda destaca que para que haja ressocialização é importante ter ligação entre fatores como: os vínculos familiares, afetivos e sociais, a educação (estudo), a religião e o trabalho. Sendo necessário tratar a pena, oferecendo assistência, sem lhe causar traumas no sistema. Percebe-se, então, que a ressocialização é feita através de políticas sociais e humanistas pelas instituições do Estado.

Trabalho Prisional

O trabalho desempenha um papel importante na percepção da identidade, autoestima e bem-estar psicológico do indivíduo, portanto, ele é a característica central e definidora da vida da maioria das pessoas. Trata-se de uma ferramenta importante na socialização do homem. Quando realizado pelo apenado é um componente para a "ressocialização" (DEPEN, 2021).

Silva (2017), destaca também que o trabalho tem por objetivo a preparação para uma profissão, que poderá contribuir para a formação da personalidade da pessoa, além do mais, do ponto de vista econômico, permite ao preso dispor de algum dinheiro.

Conforme o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a classificação dos presos é realizada por uma equipe multidisciplinar presidida pelo diretor, e um dos critérios é o histórico de bom comportamento dentro da unidade. Para aqueles que são designados para o trabalho, este pode ser interno, ou seja, realizado no próprio estabelecimento penitenciário, ou externo, que acontece fora da prisão, em regime fechado ou semiaberto.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) foi criada no Rio Grande do Sul em 1968 e tem como foco a recuperação do apenado por meio da reinserção. Para alcançar a ressocialização onde o trabalho é utilizado como ferramenta principal, este também é visto com uma função educativa. Tratando-se de um regime penitenciário, há uma preocupação em reintegrar os indivíduos a sociedade, diferentemente do regime carcerário, que apenas cumpre o resguardo do preso.

Essa, tem como tarefa planejar e executar a política penitenciária do Estado em questão: “sua finalidade é o planejamento e a execução da política penitenciária do Estado e, assim, deve promover a reeducação do delinquente, com vistas à sua recuperação social, por meio da execução administrativa das penas privativas da liberdade” (Decreto nº 20.768, de 7 de dezembro de 1970, SUSEPE).

Outra questão importante foi a Lei de Execução Penal (LEP), que entrou em vigor em 1974, com objetivo de ressocializar e dar garantias dos direitos do apenado, sendo obrigação do Estado oferecer treinamento profissional ao indivíduo encarcerado, tendo as mesmas precauções como: segurança, saúde e proteção.

O serviço poderá ser remunerado, porém o apenado não está incluído na consolidação das leis trabalhistas. O trabalho pode ser realizado fora das penitenciárias, sob autorização do diretor prisional, sendo levada em conta a habilidade, responsabilidade, comportamento do indivíduo e cumprimento de um sexto da pena.

Silva (2017) salienta que a lei procura a efetivação da execução penal para conservar os bens jurídicos e de reinserção do indivíduo que cometeu um delito, que apesar do crime tem seus direitos garantidos dentro do sistema penitenciário.

Com o objetivo de combater o excesso ou o desvio da execução penal, que devem seguir os limites estabelecidos (caráter humanitário) ajustado ao crime cometido uma das formas de ressocialização do preso na execução penal é o trabalho, que é um

dos direitos sociais, e é uma das maneiras de capacitar o preso para seu retorno ao mercado.

A LEP não indica nenhuma característica quanto a qual o trabalho será desempenhado pelo preso e o salário pode ser obtido pelo trabalho: interno ou externo, manual ou intelectual, agrícola ou industrial, com a autorização do estabelecimento prisional.

O dia de trabalho, só irá contar com o fim de remição, se o detento realizar sua tarefa na jornada completa de trabalho, ou seja, não podendo ser menor que 6 horas e nem superar as 8 horas.

O apenado deverá obedecer às normas e disciplinas, do trabalho, seja interno ou externo. Pois estará submetido a punições se infringir as normas da empresa, podendo perder o direito de trabalhar e a sua pena voltar a ser cumprida como anteriormente, sem os benefícios do trabalho, e além disso, ele perderá os dias que obteve por remição.

O indivíduo deverá encontrar nas tarefas em que realizam sentido criando equilíbrio físico e mental através do trabalho. Então, esses programas de ressocialização deverão entender que os participantes só encontram sentido em trabalhar se tiverem um vínculo estabelecido que possibilite ter ligação entre a tarefa e a sua trajetória própria. (Lemos; Mazzilli; Klering, 1998).

Logo para que um indivíduo possa ser reintegrado através do trabalho prisional esse deve ser organizado de maneira que as tarefas realizadas não reproduzam somente estímulos mecânicos, mas que possam encontrar princípios que são essenciais para o seu desenvolvimento pessoal.

A organização do trabalho prisional deve permitir a criação de espaços que possam possibilitar a construção do indivíduo, não se deve anular a cultura apreendida na vida anterior, deve-se encontrar no trabalho prisional modos que permitam manter características de sua personalidade.

A vista disso conforme Goffman (1974), no momento em que o indivíduo ingressa em uma prisão começa uma sequência de rituais (de humilhação, de degradação, de profanação do eu), iniciando-se um processo de mudança em sua trajetória moral; o indivíduo descobre que findou alguns de seus papéis que conservava fora da prisão.

Se for ignorada a singularidade do indivíduo inviabiliza qualquer processo de ressocialização, porque anula qualquer tentativa de continuidade e historização do sujeito, pois possuem aspirações e tem esse direito de possibilidades profissionais, por isso precisam sentir-se envolvidos com as atividades e ter sentido nelas, da mesma maneira que seus desvios devem ser compreendidos.

Pois existem uma série de representações que são herdadas primeiro no núcleo familiar e logo depois de todas as relações sociais, o que determinará o comportamento social do indivíduo, posto isso, a identidade poderá ser “atualizada” por meio de rituais sociais.

O indivíduo não porta apenas um papel, mas sim representante de todas as disposições de um indivíduo concreto. Sendo assim, forma-se uma rede de representações que passa todas as relações, toda identidade espelha outra, sumindo toda maneira de estabelecer uma base original para cada uma delas.

Esse espelhamento numeroso que estrutura as relações sociais, é preservado pelas tarefas dos indivíduos, que as identidades no coletivo, refletem a estrutura social e juntamente agem sobre ela, mantendo-a ou modificando-a.

Assim deve funcionar o trabalho prisional como moderador nesse andamento de mortificação na qual, a instituição penitenciária deve-se atentar com a possibilidade de o apenado encontrar uma nova identidade que espelhamento venha de um convívio social regulado, de maneira que o trabalho passe a ser motivo gerador de muitas oportunidades de desenvolvimento social e também da identidade social.

Através da atividade profissional, o apenado alcança uma maneira de ganhar a vida e também alcança a inserção social. Desta forma, o trabalho tem o poder de formar o indivíduo na área da saúde mental, mas também da saúde física. (Lemos; Mazzilli; Klering,1998).

Dejours (1994), afirma que as condições do trabalho devem compreender as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas da função do trabalho, onde elas podem gerar desgaste, envelhecimento e doenças. A condição do trabalho tem como foco o corpo do indivíduo, a organização do trabalho tem como centro o aparelho psíquico.

Por um lado temos a divisão das tarefas e o modo operatório que estimulam o interesse do sujeito ao trabalho, por outro lado temos a divisão de homens que requer as

relações entre indivíduos e instiga o envolvimento afetivo (amor, ódio, amizade, solidariedade, confiança e etc).

O autor menciona que por organização do trabalho compreende a divisão dos afazeres entre operadores, repartição, cadência, e por divisão de homens explica que é a repartição das responsabilidades, hierarquia, comando e controle. E que a divisão de homens complementa a divisão do trabalho.

Deve-se levar em conta a combinação da divisão de tarefas, com a divisão de homens para que somente assim se possa analisar o impacto, positivo ou não, que o trabalho possa ter sobre a saúde dos apenados e as consequências diretas no processo de ressocialização.

Entretanto, conforme o autor, para que esse desenvolvimento se realize, a administração penitenciária deve entender que no relacionamento do sujeito com o trabalho desenrolam-se duas características existentes em todos os indivíduos: a ação e a reflexão. Posto isso, para que se possa alcançar a ressocialização, dos apenados não devem ser comprimidos, não podem ter seus estímulos restritos, deve haver espaços para que os indivíduos encontrem formas de transformar o sofrimento em prazer.

Portanto, ao gerar estratégias de ressocialização por meio do trabalho prisional, deve-se, principalmente, organizar o modo como é usado o trabalho prisional. A estruturá-lo, a instituição tem de procurar um tipo de trabalho mais criativo, visando sempre a relação entre as exigências do apenado e o conteúdo dos afazeres, de modo que consiga sentir-se como um indivíduo de aspirações, dissociando o criminoso do crime.

Da mesma forma, a sociedade desempenha papel fundamental nesse processo: aceitar e proporcionar uma nova oportunidade de reenquadramento aos valores sociais. Deve-se com estudos conscientizar sobre o seu papel em ressocializar, porque não faz sentido organizar o trabalho prisional e, através dele, preparar o indivíduo a convívio social, com a sociedade negando-os.

O trabalho, portanto, é uma forma de revelar para a sociedade que o indivíduo pode mudar, porém, necessita ser incentivado. Além de tornar proveitoso o tempo ocioso do encarcerado, o trabalho pode ajudar a cortar gastos do poder público, visto que, o indivíduo pode desempenhar suas atividades nas penitenciárias evitando

os serviços terceirizados, como é o exemplo do presídio regional de Pelotas no Rio Grande do Sul.

O Projeto Mão de Obra Prisional (MOP-SUS) de Pelotas.

Se o trabalho é um dos elementos que traz a dignidade humana para os apenados, a insuficiência de políticas públicas adequadas faz com que o processo de ressocialização, torne-se um processo lento no sistema prisional brasileiro (Thurrow, Castilhos, Bighetti, Agnol, Costa, Costa e Bergmann). Apesar de o apenado ter praticado algum delito, este deve ter oportunidades. Sendo o Estado o responsável por garantir os direitos do indivíduo, um deles, é o direito de trabalhar enquanto estiver detido.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde teve uma experiência que resultou no surgimento do projeto Mão de Obra Prisional (MOP-SUS), o qual vem sendo desenvolvido desde 2015. Naquela época, a UBS localizada dentro do Presídio Regional de Pelotas carecia de reforma, pois era a responsável por atender os encarcerados. A condição da unidade era insuficiente e os profissionais de saúde, que trabalhavam no local faziam muitas reclamações sobre sua estrutura. Naquela ocasião, o município sofria uma ação civil pública promovida pela 4ª Vara de Justiça, devido a condição da estrutura física de algumas UBS(s), com advertência de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (reais). A partir daí nasceu a ideia de firmar um acordo e criar o projeto “Mão de Obra Prisional no SUS”.

A partir daí, o programa foi criado com o objetivo de restaurar o local, a equipe do Presídio Regional de Pelotas (PRP) percebeu que havia mão de obra de sobra dentro da penitenciária, porém, precisava ainda de materiais de construção. Iniciou-se, então, a associação entre a Prefeitura (com materiais), e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (com a mão de obra), resultando na reforma e restauração da UBS situada no dentro do presídio.

Visto que tudo ocorreu bem e com a necessidade de revitalização de várias unidades básicas de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde enviou uma Carta de intenção para formalização de convênio à Divisão de Mão de Obra Prisional da SUSEPE, demonstrando interesse em oferecer vagas para no máximo 12 apenados, em regime semiaberto, para serviços de pintura, pequenas reformas, elétrica, jardinagem e outros. Visando promover a ressocialização dentro do sistema prisional, esse projeto

tinha como objetivo beneficiar os apenados com a ressocialização e, a comunidade com condições dignas nas instalações de atendimento à comunidade.

Os participantes do projeto foram selecionados inicialmente pela gestão do presídio, 250 presos do regime semiaberto, os critérios para participar foram: ter histórico de bom comportamento, experiências no ramo, e também, vontade de trabalhar. Já para os presos de regime fechado vem sendo pensada a construção de uma fábrica de artefatos de concreto no interior do presídio.

De acordo com Thurow, o convênio entre o Poder Público Municipal e a SUSEPE prevê o pagamento de 75% do salário mínimo para cada apenado que exerça a atividade, além de vale-alimentação e transporte, e remição de pena de um dia a cada três trabalhados. A jornada de trabalho dos presos é de segunda a sexta-feira, turnos manhã e tarde, das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas. Os apenados ainda têm intervalos de descanso para o almoço e lanche, que recebem da prefeitura. Além disso, todos os apenados ganham equipamento de proteção individual (EPIs) e recebem orientação de segurança.

Atualmente, outros departamentos do município também utilizam o Programa Mão de Obra Prisional, tais como, as secretarias de Saúde; Educação e Desporto; Assistência Social; Obras e Pavimentação e Serviços Urbanos, e Infraestrutura. Para Thurow, idealizador do programa, foram no total 35 prédios reformados pelo MOP/SUS, inclusive, o Pronto Socorro de Pelotas (PSP). Essa reforma tem se destacado, por vencer o prêmio INOVASUS 2019, concedido pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde.

O programa Mão de Obra Prisional (MOP/SUS), também compõe o eixo de prevenção social do Pacto Pelotas pela Paz e inspirou a criação da Portaria Nacional 1.698/2021, publicada no dia 23 de julho, a norma institui o programa de revitalização de Unidades Básicas de Saúde (UBSS) por meio do trabalho de pessoas privadas de liberdade e é baseada na experiência pelotense. Em seu Art. 519-L, são objetivos do programa em todo o território nacional:

- I - promover, de forma eficiente, a melhoria estrutural e a revitalização dos espaços físicos das Unidades Básicas de Saúde;
- II- promover o acesso ao trabalho de pessoas privadas de liberdade, entendendo-o como um determinante social das condições de saúde e de reintegração social; e

III - fortalecer a articulação intersetorial no âmbito do Sistema Único de Saúde, em especial entre as áreas da saúde e da administração penitenciária.

Assim, a Prefeitura Municipal, por meio dos seus agentes e através da Secretaria Municipal de Saúde, entende que está assumindo seu papel de ajudar no processo de ressocialização, esforçando-se em questões relacionadas à discriminação, e ainda, auxiliando a comunidade com mão de obra, na construção da identidade pessoal e profissional dos apenados, e também, ajudando a combater o estigma que ainda existe na sociedade (Thurrow, Castilhos, Bighetti, Agnol, Costa, Costa e Bergmann).

Esses autores, que ajudaram na elaboração desse projeto, entendem por ressocialização o curso na qual “a sociedade (re)inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias nas quais esses ‘excluídos’ tenham uma participação ativa, isto é, não como meros ‘objetos de assistência’, mas como sujeitos.” [(Melo, 2007, p. 57) Citado por Thurrow, Castilhos, Bighetti, Agnol, Costa, Costa e Bergmann]. Tanto que, no decorrer da pandemia do corona vírus, as atuações do programa Mão de Obra Prisional continuaram, o Centro de Atendimento a Síndromes Gripais (Centro Covid) e, a reforma de alas hospitalares destinadas a pacientes infectados pela enfermidade, também foram feitas pelos apenados:

Os relatos dos presos apontam uma ressignificação de sua importância na sociedade, orgulho em trabalhar no projeto que pode ser visto nos relatos orgulhosos à equipe da secretaria sobre os desafios vencidos, o trabalho efetuado e os elogios recebidos. (...) Outro resultado foi a maior rapidez na execução das tarefas com melhora da qualidade do trabalho, e isso supõe se deve à supervisão constante da equipe da secretaria e à motivação dos apenados a novos aprendizados. Outro resultado é a UBS totalmente reformada e a participação dos apenados na informatização das unidades readequando a rede elétrica.

Também foi inaugurada em Pelotas, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que tem por finalidade gerir um Centro de Reintegração Social (CRS). Esse projeto é que a unidade seja autossustentável. Segundo Thurrow:

Será um presídio humanizado, sem a presença de armas e agentes penitenciários (...) o planejamento prevê a construção das salas com a própria mão de obra prisional, desde a confecção dos blocos de concreto(...) se tudo se concretizar, será a primeira prisão construída por presos, com o custeio de manutenção a partir do lucro gerado com o trabalho de manufaturados dos próprios apenados. Será uma realidade? Só o futuro dirá!”.

Salienta-se que:

No MOP/SUS ganham todos. Ganham o preso que se (res)socializa, ressignifica a sua própria existência e tem a oportunidade

de ter uma pequena renda. Também ganham os profissionais do SUS e a população usuária, que recebe instalações físicas adequadas e salubres para os atendimentos em saúde.

Conclusão

Na teoria, a ressocialização procura diminuir os níveis de reincidência ajudando na recuperação de apenados, através de ações que ajudem na sua educação, em sua capacitação profissional e na busca da conscientização psicológica e social. Porém, o que se verifica é o medo da penalização, isolamento social e o estigma de não ser mais aceito.

Torna-se “comum” para a sociedade civil e os representantes do Estado pensar que na prisão, os indivíduos se “reabilitem” e sejam restabelecidos no seguimento civilizatório, exposto a situações extremas. Então, se tem essa ilusão de ressocialização, para que isso possa suceder de maneira positiva, envolve mudança de princípios.

O que estimula essa demanda é o crescimento da violência e a falha das instituições do Estado que tem a obrigação de garantir: Educação, Saúde, Saneamento, Emprego e Lazer, ou melhor, as condições básicas para uma população, principalmente, aqueles que foram excluídos do processo de consumo e produção e que se tornam mais vulneráveis ou, que estão mais expostos ao crime.

A função do diretor do presídio é administrá-lo, controlando e coordenando os autores que tratam de modo direto com o apenado. Portanto, o dever do agente penitenciário é de vigiar e custodiar o indivíduo, enquanto cumpre a pena na prisão. Apresentada as funções tanto do diretor como dos agentes penitenciários, percebesse que a responsabilidade de ressocialização do indivíduo recai sob estes dois cargos (diretor e o agente penitenciário), ou seja, como será promover a ressocialização do preso, com a falta de estrutura dos presídios, com um menor número de agente do que seria conveniente?

Outra questão importante de ressaltar é o objetivo que não pode ser alcançado dentro de uma instituição como a prisão, com: a violência física e verbal; superpopulação carcerária, falta de higiene; más condições de trabalho (exploração ou ócio completo); serviço médico precário; regime alimentar deficiente; consumo de drogas e tráfico; abusos sexuais; e, corrupção de alguns funcionários penitenciários.

Os presídios tornaram-se em violações dos direitos humanos, à integridade física e moral, causando um paradoxo entre a aplicação das leis e a realidade brutal, não sendo possível encontrar soluções para o encarceramento e sequer conseguiu-se alcançar a “transformação do indivíduo” por meio da ressocialização.

Em um estudo realizado por Lemos; Mazzilli; Klering (1998), indivíduos participantes do trabalho prisional, descreviam que participavam daquele programa apenas para diminuição de sua pena. Tais autores entendem que o sistema penitenciário tem preocupação em ressocializar, porém exerce uma relação de disciplina, inviabilizando qualquer envolvimento do indivíduo com o trabalho que se fosse organizado de outro modo que gerasse desafios e prazer com as tarefas, seriam elementos importantes nesse processo proporcionando crescimento individual, onde o participante do programa possa perseguir seus questionamentos interiores.

Vania Conselheiro Sequeira (2006) retrata a prisão como uma lixeira humana, e destaca que é um lugar de horror onde se aniquila o homem e aprisiona o ser, com condições desumanas, um lugar fora da lei em nome da lei, na qual indivíduos são excluídos e ao mesmo tempo “incluídos” e enfatiza que é o lugar que mata o indivíduo em vida. Para ela, o Estado deve oferecer possibilidades de desenvolvimento pessoal, cultural, educacional ou de formação e qualificação profissional. A autora, ainda defende que são indivíduos com um histórico de vida acidentado e geralmente, com histórico de pobreza, sofrimento, carências e exclusão, sucedendo o desamparo antes da entrada na prisão, com poucas ou nenhuma expectativa de vida e estavam, como Sequeira afirma “em liberdade, sem lugar na sociedade”.

Referências

BARATTA A. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado.** 1990. Disponível em <<http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>>.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, vol. 1, n. 16, junho de 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição.htm Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984.** Lei de Execução Penal. No título II, capítulo II. Art. 14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº. 5.745, de 28 de dezembro de 1968.** Dispõe sobre a estrutura da Superintendência dos Serviços Penitenciários da Secretaria do Interior e da Justiça e dá outras providências.

CUNHA, Elizangela Lelis. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C.- **Psicodinâmica do trabalho Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KENDIG, Thais M. **Ressocialização do apenado no âmbito social.** 2015. Trabalho de monografia, 2015, Assis. FEMA.

LEMONS, Ana Margarete; Mazzilli, Cláudio e Klering, Luís Roque. **Análise do Trabalho Prisional: um Estudo Exploratório.** RAC, v.2, n.3, Set/Dez. 1998.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Execução penal.** Comentário à Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

OBELHEIRO, Honório, **Empregabilidade e geração de renda no sistema prisional gaúcho.** Pelotas, 2011.

RAGAZZI, Sueli dos Santos Boa Sorte; QUEIRÓZ, Imar Domingos. **A ressocialização do preso no Brasil: desafios para as políticas públicas em tempos de crise do capital.** In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 16º, 2019, Brasília.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010, p. 07-53.

ROSSINI, Tayla Roberta Dolci, **O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso,** 2015. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisional-brasileiro-e-as->>, Acesso em 17 de setembro de 2022.

SAMPAIO, Adriana Gomes; Silvestre, Ana Cláudia Fonseca Nascimento; Alvarenga, Angelo Bortolon. **Programa de ressocialização do preso: O trabalho como forma de ressocialização.** 2017.

SANTOS, Vanderlon Almeida. **A Privatização do sistema prisional brasileiro: ressocialização ou mercantilização na sociedade do espetáculo?** 2018. Dissertação (mestrado)- Universidade Católica do Salvador, (PPGSC/UCSAL).

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. **Uma Vida que não Vale Nada:** Prisão e Abandono Político-Social. **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2006, 26 (4), 660-671. novembro de 2006.

SILVA, Amanda Mendes da. **O trabalho como forma de ressocialização do preso.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 12 jun 2017, 04:00. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50269/o-trabalho-como-forma-de-ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 17 set 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TORRES, Andréa de A. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade** n. 67, ano XXII. São Paulo: Cortez. 2001.

TORRES, Andrea Almeida. **“Direitos humanos para os presos?”** Desafios e compromisso ético e político do serviço social no sistema penitenciário. 2001. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

Site

São Paulo: Globo, 1993. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MOP/SUS

Prêmio InovaSUS2015 : **valorização de boas práticas e inovação na Gestão do Trabalho na Saúde / Ministério da Saúde**, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão e de Regulação do Trabalho na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

Brasil. A Portaria GM/MS nº 1.698, de 23 de julho de 2021, **instituiu o Programa de Revitalização de UBS por meio do Trabalho de Privados de Liberdade**, através da inclusão da Seção V no Capítulo I do Título IV da Portaria de Consolidação nº 05/2017.

O encarceramento do negro no Brasil

Carlito Lins de Almeida Filho⁶⁹

Resumo

Em 2019 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou que o sistema prisional brasileiro tem atualmente mais de 770 mil pessoas encarceradas. Deste montante, somente 657,8 mil possuem informações referentes a raça ou cor em seus registros, e, 438,7 são negros e negras (pretos - pardos - negros). Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 65% da população carcerária do sistema prisional brasileiro são negros e negras. Num recorte de gênero para analisar a condição dos “apenados” no Brasil, verifica-se que 42.355 mulheres se encontravam em 2019 em situação de encarceramento penal, e que 62% são mulheres negras. Tais dados oferecem ao Brasil o posto de 3ª maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América e Rússia. No Brasil o encarceramento de negros e negras nos últimos 15 anos subiu 14%, ao passo que o encarceramento de brancos e brancas diminuiu 19% no mesmo período. E isso é reflexo de uma sociedade em que, como afirma Silvio Almeida (2021) “o racismo é estrutural e se expressa concretamente como desigualdade econômica, política e jurídica”. A cada 3 pessoas que são presas no Brasil, 2 delas são negras e negros. Dados do DEPEN e CNJ apontam que o Brasil tem 312.125 pessoas encarceradas a mais do que o sistema prisional brasileiro comporta. Em vista disso, o Governo Federal anunciou em 2020 que irá criar mais 100 mil novas vagas no sistema prisional brasileiro. Não a contento, o apenado e o sistema prisional cada vez mais se tornam um produto de mercantilização para a segurança pública. Friso que a violência é uma forma de discriminar o negro no Brasil, e por isso a necessidade de se expandir o debate e garantir o lugar de fala destes que são os maiores prejudicados nesse conflito que o Estado intermedeia contra a “criminalidade” e estigmatizando o jovem, negro e periférico como “inimigo”. Portanto, há a necessidade de se pluralizar o conceito de violência, transformando-o em violências, atribuindo as diversas manifestações que essas violências são atribuídas e receptadas pela comunidade negra brasileira. Desta forma, o Estado e a mídia fazem o papel de criminalizar o negro no Brasil, assim como provocar o sensacionalismo e a cultura da violência (vide o massacre da população carcerária do Carandiru, do massacre das crianças da candelária no Rio de Janeiro, resultando posteriormente no fatídico sequestro do ônibus 174, televisionado ao vivo). Essa forma de racismo que nos é “ocultamente” internalizada em todos nós brasileiros e brasileiras deve ser analisado, compreendido e combatido. Isso se constrói num processo histórico de longa duração. Lembremos que o nosso Primeiro Código Penal brasileiro, elaborado ao final do século 19, criminalizava a capoeira e as manifestações religiosas de matrizes africanas, assim como impedia o acesso de negros em determinados espaços sob a roupagem de lei da vadiagem. A população negra ainda viveu este período de violência sob a égide do Estado por mais de 60 anos de dor, sofrimento, mortes e indignação. Somente em 1951 é elaborado um novo Código Penal brasileiro que descriminaliza a cultura afro-brasileira. Mas isso ainda não se torna

⁶⁹Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

garantia de dignidade humana para essa população. Vale lembrar que nossa dita “Constituição Cidadã” ainda se observava restrita a pessoa branca, heterossexual e em especial, que não compoisse as camadas economicamente vulneráveis. E são todos aqueles que não compõem essas 3 classificações que são considerados predestinados a compor nossa população carcerária, em especial, jovens negros e negras periféricos. Mais uma vez trazendo o recorte de gênero para nossa análise, observamos que o sistema prisional brasileiro é estruturado numa base ideológica machista e patriarcal, que negligencia as necessidades básicas das mulheres, como por exemplo acesso a Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Berçários, salas de amamentação e acompanhamento médico-clínicos especializados, para não dizer do acesso a itens como absorventes e anticoncepcionais. No Brasil, apenas 7% das Unidades Prisionais são exclusivamente femininas, e, 17% são Unidades Prisionais mistas. Somente 3% destas unidades possuem berçários ou Centros de Referência (CRAS). Pode-se afirmar que o baixo investimento em políticas públicas voltado à assistência penitenciária aos presos e presas, previstas na Lei de Execução Penal (LEP), contribuiu para o alargamento da invisibilidade das condições insalubres das prisões e aumento do encarceramento, além de potencializar crescentes conflitos, dentro e fora das prisões, ao longo das últimas décadas no Brasil (TORRES, 2017). Cabe ressaltar que a caracterização do aprisionamento no Brasil tem como tônica o foco da punição de jovens, em sua maioria negros e negras e, ainda, crimes específicos, principalmente contra o patrimônio e relacionados ao comércio e uso de drogas. Atribuindo a estas pessoas a condição de “potencial delinquente” e estabelecendo uma pré-condição para aqueles que podem ser encarcerados. Esse determinismo que criminaliza o negro, especialmente os jovens moradores e moradoras de localidades com altos índices de violência, numa perspectiva de que a periferia produz o/a suspeito/a e o/a criminoso/a, é um importante desafio para a segurança pública preventiva (que supostamente têm atividade no Brasil), e, sobretudo, da comunidade civil e dos articuladores da defesa dos direitos humanos. Tais reflexões nos levam a observar o aumento vertiginoso de pessoas encarceradas no Brasil e em especial nos estados da região Norte - Nordeste, demonstrados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020. Destaco ainda que no estado do Piauí, estado em que resido e que participo da rede de observatórios de segurança pública, em 2019 o número de vagas no sistema prisional era de 2.419, já no ano de 2020 esse número obteve um aumento de quase 50%, totalizando 4.708 vagas. E para concluir, meus amigos e minhas amigas, lhes trago algumas provocações. Afinal, a segurança pública tem por finalidade garantir a segurança pública ou criminalizar e afastar uma certa fatia da população do convívio social? A efetividade da segurança pública resulta em aprisionamento dos negros e negras brasileiras? A quem interessa não conceder oportunidades de acesso para posições estratégicas de poder na sociedade para as pessoas negras, pretas, pardas e indígenas? Até que ponto eu e você iremos identificar os problemas e colocá-los em letras e não os transformar em ação de combate?

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2014**. Infopen, 2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> . Acesso em: 18/11/2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização – Junho de 2016**. Infopen, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> . Acesso em: 18/11/2021.

TORRES, E. N. **A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia de privados de liberdade no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Uma prisão de mulheres: o lugar da mulher no universo da prisão e no submundo da violência e da criminalidade.

Hellen Beatriz da Silva Araújo⁷⁰

Resumo

O presente texto apresenta um estudo sobre as questões que envolvem o lugar da mulher no universo da prisão e no submundo da violência e da criminalidade. Pretende-se problematizar os lugares e os não lugares onde essa está submetida, compreendendo fatores ligados as condições de vida daquela que é submetida a prisão. O estudo inclui a discussão de temas que tratam sobre a construção de um Estado Punitivo e suas manifestações na sociedade, que nos possibilita pensar nas questões ligadas, a pobreza, violência, criminalidade e o gênero a medida em que identificamos os como elementos que contornam a chegada da mulher no espaço da prisão. Para tanto, contamos com relatos de experiências de uma ex-detenta, que foi de fundamental importância para que a discussão alcançasse o cotidiano e a subjetividade daquela que foi egressa do sistema prisional piauiense na década de 1980. Além do uso da memória e da história oral, contamos com análise bibliográfica de referências nas questões que tratam de Gênero e Sistema Prisional como Borges (2020), Foucault (2015;2014), Perrott (2017), Adorno (1991), Varela (2017).

Palavras-chave: Estado. Experiência. Prisão. Mulheres.

Introdução

No mundo ocidental as prisões assumem diversos significados e formas, porém tornam-se equivalentes quando o objetivo é corrigir, controlar e disciplinar. Ao longo da história o sistema penal seguiu composto por mecanismos de controle, como castigos, pena de morte, reclusão e deportação, desse modo, a utilização das atividades laborais entre os detentos também seguiu como política de disciplina e controle dos corpos condenados. Assim, as transformações no Sistema Prisional estiveram diretamente ligadas à necessidade de adoção de novos aparatos correccionais que a partir do século XIX deveriam estar baseadas no ideário de regeneração dos detentos. Nessa perspectiva, o presente texto busca compreender a partir da discussão da construção de um Estado Punitivo, o lugar da mulher no universo da prisão e no submundo da violência e da criminalidade.

O Brasil ao longo da segunda metade do século XX vivência grandes desequilíbrios sociais, econômicos e políticos, nesse contexto a prisão é apresentada

⁷⁰Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. Endereço eletrônico: hellenbeatriz@ufpi.edu.br

como um dos principais pilares do controle e da disciplinarização social do país. É localizando o Brasil a partir das margens que buscamos encontrar a mulher tida como criminosa, assim como pretende-se problematizar os lugares e os não lugares onde essa está submetida, compreendendo fatores ligados as condições de vida daquela que é submetida a prisão.

O texto segue dividido entre a discussão da construção do Brasil como um Estado Punitivo, Prisão e Aprisionamento de mulheres, e A primeira dama do Presídio, contando com uma breve discussão de contexto e experiências, pois além do aporte teórico, contamos com o uso metodológico da História Oral, pela qual resgatamos a partir da memória, as experiências e o cotidiano na prisão de uma egressa da Penitenciária Feminina de Teresina (PI), que foi uma das primeiras mulheres a ser presa na recém inaugurada prisão de mulheres da capital na década de 1980.

O Brasil através das margens e a construção de um estado punitivo

De grandes análises feitas sobre o Brasil, o olhar as margens refletem na escolha e na indicação dos sujeitos e dos espaços que terão relevância para pesquisa. As margens, o lugar do marginal, do excluído são categorias peculiares escolhidas para enxergar e abordar o Brasil por uma nova perspectiva. A partir das questões consideradas relevantes que envolvem a sociedade brasileira, como as condições de vulnerabilidade, que nos levam a prisão, ao aprisionamento de mulheres, e o processo de construção de um Estado Punitivo.

É no contexto do século XX em que é difundida a lógica de modernidade, civilidade e moralidade oriundas da ideologia progressista, em que engendram no mundo algumas “necessidades” para ordenamento da sociedade, vista moderna, burguesa e capitalista, o aniquilamento, a exclusão e a punição daqueles que se mantêm contrários ao progresso e a ordem do mundo moderno.

Na Idade Moderna essa política de reorganização da sociedade por meios coercitivos e de exclusão tomam outras formas, porém com o mesmo sentido, o punir. No tocante, o ideário de uma sociedade do trabalho alia-se a perspectiva da ideia de sociedade punitiva já discutida por Michel Foucault (2015), à medida que o autor classifica as sociedades do século XIX e XX como punitivas, tendo como base as táticas

de excluir, controlar e expulsar aqueles que eram identificados como um dos inimigos da sociedade:

Com efeito, a partir do fim do século XVIII, tem-se a instauração de toda uma série de instituições que, vão instituir o personagem do criminoso como inimigo social e defini-lo na prática como tal: instituições do ministério público, da instrução, da ação judiciária, e organização de uma polícia judiciária, que permitirão que a ação pública se desenvolva a contento (...) mas o júri que se vê em funcionamento no século XIX é a instituição que marca o direito da própria sociedade julgar alguém que tenha se colocado em posição de conflito com ela. (Foucault, 2015, p. 33).

Dessa forma, seria possível identificar que essas sociedades punitivas que começam a surgir no século XIX produzem além de instituições punitivas, indivíduos formados a partir da lógica coercitiva e que produzem seus próprios inimigos. Porém, nota-se que grande parte da influência que está à sombra da sociedade vista como punitiva, está diretamente relacionada às dinâmicas de poder, que levam os indivíduos de uma determinada classe social a função de julgar e punir aqueles que se desviam do padrão social e econômico vigente.

E apesar da concepção de isolar as classes populares e reeducá-los pelo trabalho desde o século XVI, nota-se que o imaginário social e as instituições punitivas permanecem baseados no mesmo critério, que o pobre é um criminoso em potencial, visto que esse não conseguiu trilhar os caminhos dos novos modelos sociais, políticos e econômicos da sociedade em desenvolvimento. Assim, as instituições de controle começam a surgir para contornar os espaços deixados pelas crises econômicas e sociais, são essas os asilos, casas de detenção, conventos, hospícios- prisão, penitenciárias e cadeias públicas com um único objetivo, conter a criminalidade e a violência originadas da classe a margem do trabalho e das demais estruturas sociais. À medida que, os cárceres continuaram a serem pensados como depósitos de pessoas que seriam vistas como inimigas da sociedade, indivíduos que seriam submetidos a um espaço austero, violento e a políticas penais que contrariavam a ordem.

A prisão e o aprisionamento seriam colocados como soluções finais para o combate de diversas condições desviantes. E parafraseando a historiadora Michelle Perrott, a prisão continuaria sendo uma ilusória válvula de segurança da sociedade. No contexto Francês, o sistema penitenciário e a prisão foram os espaços discutidos pela historiadora, visto os caminhos que trilhavam as ações e desenvolvimentos de recuperação dos criminosos, que se distanciava do propósito de reintegração, a prisão

mais uma vez fora pensada como solução final para os problemas da criminalidade, vadiagem, mendicância e delinquência, se afastando da sua finalidade recuperadora, uma vez que revelaria em ações seu objetivo oculto e verdadeiro, defender a sociedade industrial burguesa fundamentada a partir da propriedade e do trabalho.

A prisão será um dos lugares que refletem a imagem do Brasil Punitivo e construído pelos fundamentos punitivista. Para Adorno (1991) as políticas penais e de segurança do país arquitetam a imagem de uma justiça austera e nada vulnerável. E na tentativa de olhar a sociedade brasileira a partir das margens, identificamos que esses corpos pela qual se direcionam as ações penais, também são de mulheres pretas e periféricas. O sistema penitenciário, assim como, o aprisionamento continuou sendo vinculado a política de limpeza social e de exclusão daqueles que se apresentavam como escórias da sociedade pela ideologia determinante; A construção de um Estado punitivo: até que ponto essa discussão é importante para que se compreenda o lugar da mulher no universo da prisão e no submundo da violência e da criminalidade?

A prisão e o aprisionamento de mulheres

Perrot (2017) ao buscar na história dos excluídos compreender de forma minuciosa a história francesa e seu envolvimento com as categorias sociais a margem como operários, mulheres e prisioneiros, destaca as condições de vulnerabilidade e os fatores que nos levam a relacionar os espaços do crime e sua notoriedade nas vivências femininas na França do século XIX. Diante disso, questiona-se o lugar da violência e da criminalidade no universo que compõe o feminino, sabendo que por muito tempo o crime e o delito foram assuntos de grande predominância no círculo masculino e com os seus sentidos ligados a construção de representação, de virilidade e de reafirmação da masculinidade.

A problemática continuaria inquietando a sociedade ocidental, nesse ínterim Perrott discute: “Recusar à mulher sua estrutura criminal não será ainda uma maneira de negá-la?” E de que forma poderia ser pensada a mulher vista como criminosa, e de que forma essa seria tratada pela sociedade e pela justiça? Esses questionamentos fazem parte da análise sobre as condições de aprisionamento feminino, ao modo que buscamos localizar os lugares ocupados e as ausências dessa mulher tida como criminosa dentro da sociedade.

O perfil dessa mulher é caracterizado pelas formas pela qual ela é representada pela sociedade, como uma mulher negra, pobre, que sofreu violências e entre outras situações de vulnerabilidade. O mundo das prisões e os submundos da violência e da criminalidade começam então a agregar um, ou outra personagem, a mulher. Segundo, Borges (2020) as mulheres compõem o segmento que mais cresce no encarceramento e a raça também tem fator decisivo para definição de quem irá ou não ser preso. E entre as mulheres encarceradas, 68% são negras, e três em cada dez não tiveram julgamento (BORGES, p.97, 2020) A prisão alia-se, então a política dos corpos e ao corpo feminino condenado. Apesar da presença do controle e da disciplinarização já vistos no mundo feminino de formas diversas, tanto pelo viés social e cultural, na penitenciária não será diferente. Em prisioneiras, nos anos de atuação, Varella (2017) considera alguns pontos a serem considerados ao dedicarmos a compreender os dilemas e os lugares ocupados pela mulher no universo prisional.

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira. Enquanto estiver preso, o homem contará com a visita de uma mulher, seja mãe, esposa, namorada, prima ou a vizinha, esteja ele num prédio de São Paulo ou a centenas de quilômetros. A mulher é esquecida. (VARELLA, 2017, p.38).

Desde os séculos XIX e XX buscou-se um local que educasse e controlasse mulheres vistas com maus olhos pela sociedade, conventos, hospícios à prisão. Nota-se que as condições e os modos de vida da mulher na prisão ultrapassam os tratamentos penais produzidos pelo Estado e toda sua aparelhagem institucional, para, além disso, o aprisionamento é percebido pelo isolamento, solidão, esquecimento, perda das liberdades e pelas sujeições hierárquicas próprias do mundo interno da prisão. O encarar o mundo interno das prisões, portanto, se apresentará muito mais pelas formas de sobreviver, do que propriamente no cumprimento total da pena.

As primeiras instituições prisionais femininas brasileiras surgem a partir da segunda metade do século XX, sob a perspectiva de enclausurar aquilo que inquietava o estado e a sociedade, as mulheres pobres, delinquentes e de má vida também seriam os alvos da política punitiva de limpeza social. Entre as décadas de 30 e 40 começaram a surgir no país instituições voltadas para o aprisionamento feminino, vistas a crescente

demanda. A prisão para mulheres seria pensada na mesma perspectiva, pois, de acordo com Foucault (2015) assim como o hospital seria para o corpo, a prisão seria para alma. À medida que, a mulher é submergida ao mundo das violências e da criminalidade torna-se vulnerável ao Estado Punitivo, que atua na tentativa de aprisionar e corrigir a partir da lógica de ortopedia social os corpos desviantes.

É perceptível que para compreendermos um pouco mais sobre os sujeitos que ocupam as celas das principais colônias penais, é necessário que os identifiquemos partir de um perfil peculiar, que é representado pelos números, pelos lugares que ocupam e os lugares que se mantêm ausentes dentro da sociedade. O imaginário social de uma sociedade punitiva mais uma vez, ainda continua sendo o mesmo ao longo dos anos é refletido pelas ações e escolhas, que elegem e punem os mesmos sujeitos de uma mesma classe específica. O isolamento, a solidão e o silêncio ao longo dos séculos tomaram o lugar dos castigos e dos suplícios da era anterior.

A primeira dama do presídio

Ao se utilizar da ação de recuperação do vivido, o historiador segue em busca daquilo que não está entre as linhas do documento escrito. De acordo com Ecléa Bosi (2003) feliz é o pesquisador que se pode amparar em testemunho vivo e reconstruir comportamento e sensibilidades de uma época. O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subtendidos, o que foi só sugerido e encoberto pelo medo, dessa forma percebe-se a força da memória.

Uma das vozes a serem ouvidas no percurso da pesquisa foi a de Dona Carmina (nome fictício) que mesmo ainda jovem foi presa. Dona Carmina, é uma mulher negra, de 63 anos, avó e mãe de 7 filhos, sendo dois de criação. Vive dos ganhos do recolhimento de ferros e papelões e de cuidar de carros nas ruas do centro-norte de Teresina. Quando a entrevistamos ela descrevia com um tom destemido as motivações que a levaram a vivenciar as experiências nos cárceres, já que suas passagens eram frequentes nos Distritos Policiais da cidade. Mas no início já diria: “Eu vou falar do que me aconteceu!” (Carmina, 2021):

Eu criei dois filhos, um tá no submundo do crime, um tá preso lá no CEM, e eu tô morando sozinha e Deus. Mas, tô vivendo bem, por que o que eu quero dentro do meu lar é um cidadão como eu sou uma “cidadona” (...) Como eu estou recebendo você na minha casa (...), mas, eu não admito não, eu não sou mais esse tipo de mãe não, de jeito nenhum. Eu vou pra padaria (...) sempre eu gosto de ir bem pela

ruazinha mesmo das drogas, aí quando eu venho lá “por rumo” da secretaria ou lá (...) ou vou pelo rumo da secretaria e venho (...), mas eu fico assim (...) Venho bem “devagarinho” fico olhando do jeito que eu tô olhando “pra” essas santas. Eu digo, Meu Deus! Isso não me pertence. Senhor! (...) Não me castigue (...), mas eu nunca mais vou ser uma mãe desse jeito (choro). É por isso que eu vou morrer só dentro dessa casa. Por que “meus filho” (...) o filho que eu mais amo na minha vida... Teu pai sabe... Entrou pro submundo do crime (...) (choro) Primeiro roubo que ele fez na vida foi dentro “daí” onde nos almoçava, jantava e tomava café...É deixa pra lá (Choro) já passou. Foi a vida que “eles escolheu”, nem eu e nem ninguém pode fazer nada. O que eu posso fazer é o que eu faço todas as noites... é pedir que Deus transforme a vida dele em um cidadão.

Apesar de ser uma senhora de 63 anos, ainda vive em condições de vulnerabilidades e ainda enfrenta problemas familiares motivados ainda pela problemática do crime e das drogas. A questão da criminalidade, das reproduções das violências podem ser também analisadas a partir da compreensão das influências familiares no contexto de formação moral do indivíduo. A fala da Dona Carmina é enfática ao abordar sobre as experiências do mundo do crime e das drogas, principalmente quando revela o seu reflexo na vida dos filhos, que parecem trilhar os mesmos caminhos, sendo alvos certos do Estado Punitivo.

E o tratar das motivações e os caminhos que a levaram ao mundo do crime e ao mundo das prisões, ela descreve:

Bom, eu vou voltar ao passado. Eu fui presa na penitenciária feminina por droga. Na época não existia essas drogas que hoje se encontra tendo. Na minha época, hoje eu tô com 63 anos, na minha época passada só existia de droga só maconha... é a maconha naquela época se chamava pernambucana e maranhense... pronto! Eu fui pega com três latinhas de manteiga e por isso me atuaram em flagrante. Na época, era no primeiro distrito aqui no centro da cidade, certo? Me transferiram para penitenciária feminina, eu fui para as colônias sociais como a primeira dama da penitenciária feminina, certo? No tempo era o carro Gurgel preto com vermelho, todo fechado. (CARMINA, 2020, p.1).

Nas conversas que tivemos, ela revelaria que entre as primeiras presas da inaugurada penitenciária feminina em Teresina na década de 1980, ela seria uma das primeiras a terem sido submetidas ao cárcere em Teresina. Assim, detalhou, que o período que passou não foi muito longo, foram apenas 16 dias, comentou das atividades que praticava, como a produção de canteiros, os trabalhos voltados a limpeza do presídio. Mas, era a condição de “primeira dama” que dona carmina sempre mencionava, pois entre as falas quase sempre destacava: “Só tinha eu, só tinha eu no

presídio, depois que foram chegando uma, duas, mas no início só era eu” (CARMINA, 2021).

A recordação da prisão se apresentaria naquele momento como uma volta ao acontecimento, trazendo naquele momento a experiência de uma forma particular, o que logo se transformará em uma experiência traumática. Ao relatar o momento sabia a cor da viatura, o horário do seu flagrante e o que a levou a passar alguns dias na Penitenciária. De acordo com o que seria apresentado por dona carmina, as motivações que a levou a prisão resumiam-se em poucas palavras “fui pega por droga”.

Em um recente levantamento estatístico sobre os principais crimes cometidos por mulheres no Brasil, evidencia-se o tráfico de entorpecentes. Dona Carmina, representaria desde a década de 1980 um dos maiores casos de prisão no contexto nacional. O contexto de vulnerabilidades, e violências são os fatores que frequentemente se aproximam nessa perspectiva como elementos motivadores para entrada das mulheres no mundo do crime. De acordo com os institutos de informações penitenciárias nacionais as prisões de mulheres no Brasil estariam diretamente ligadas ao tráfico de drogas, roubos e furtos simples. E na contemporaneidade a questão que se insere o aprisionamento de mulheres toma grandes proporções, à medida que o Estado continua a escolher o lado da exclusão, do isolamento e da punição ao tratarem daqueles que são colocados à margem da sociedade.

Considerações finais

Na discussão buscamos compreender as engrenagens de um Estado Punitivo, a construção de um imaginário social que se perpetua na história da humanidade na qual percebe as camadas marginalizadas como agentes da desordem e que merecem serem isolados e corrigidos. Quando refletimos sobre o lugar da mulher no universo da prisão e no submundo da violência e da criminalidade, resgatamos no campo das discussões o imaginário da sociedade frente a mulher tida como criminosa, assim como problematizamos os lugares em que essa está ausente na sociedade. A experiência de dona carmina é um fragmento da realidade de muitas mulheres que na contemporaneidade tiveram/tem as vidas roubadas e capturadas pelo Estado Punitivo.

Nesse sentido, com anseios de refletir sobre o lugar da mulher no universo da prisão relacionando fatores que dialogam com as nuances que encobrem os contextos de marginalidade e vulnerabilidade, a fim de ir além, encontrar os sujeitos “alvos” do

Estado. E a prática do crime que até então era algo discutido sob o horizonte das vivências masculinas, orientamos a discussão do texto com o objetivo de contemplar as vivências e a realidade da mulher que é submetida às condições de vulnerabilidade, violência e pobreza, fazendo-se ouvir o ecoar das vozes silenciadas.

Referências

- ADORNO, Sergio. **Sistema penitenciário no Brasil**. Revista USPI, março-maio 1991.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa** (Feminismos Plurais; coord. De Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Janaína, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **InfoPen Mulheres** – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres> Acesso em: 23/05/2021
- OLIVEIRA, Carmina. **Entrevista concedida a Hellen Beatriz da Silva Araújo**. Teresina (PI), 07 de outubro. 2020.
- OLIVEIRA, Carmina. **Entrevista concedida a Hellen Beatriz da Silva Araújo**. Teresina (PI), 20 de abril, 2021.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017
- VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Encarceramento de Juventudes Femininas: interseccionando gênero, raça e classe.

Brenda Ravenna Soares Silva⁷¹

Angeline Feitosa de Carvalho⁷²

Resumo

O presente artigo visa realizar uma análise sobre o sistema prisional propulsor do encarceramento em massa tomando como um ponto de partida o encarceramento das juventudes femininas a partir de suas raças, de seus gêneros e de suas classes. Interseccionando excludentes e violações. Diante dessa realidade utilizaremos como pesquisa qualitativa e bibliográfica, considerando os diálogos estabelecidos com jovens que fazem parte desse trânsito. As reflexões propostas visam contribuir como o vazio de contribuição sobre essa realidade social.

Palavras-chave: Encarceramento em massa; Juventudes Femininas; Classe e Gênero. Raça; Estado de Coisas Inconstitucional.

Introdução

A proposta deste artigo é realizar uma análise sobre o sistema prisional e suas dinâmicas de encarceramento em massa elegendo sempre a mesma clientela, a saber: juventudes. Aqui, numa categoria ainda mais discriminatória e alarmante, o encarceramento de juventudes femininas. Definidas por seus gêneros e suas classes sociais. Partindo de uma análise sobre as relações estabelecidas entre esse grupo de mulheres aprisionadas e facções criminosas numa simbiose para manutenção de determinados códigos sociais exigidos pelo crime para defesa contra violações de outros presos, do próprio estado e defesa de suas famílias conforme aduz Costa, Carvalho e Silva.

A partir dessa dinâmica podemos compreender as relações estabelecidas pelos grupos denominados de facções criminosas. A problemática do encarceramento em massa no Brasil apresenta particularidades interessantes e preocupantes quando se trata do gênero feminino. De acordo com os dados do Levantamento Nacional de

⁷¹Mestranda em Sociologia - PPGS/NUPEC-UFPI. Endereço eletrônico: ravennaso.adv@gmail.com

⁷² Mestranda em Sociologia - PPGS/NUPEC-UFPI. Endereço eletrônico: angeline.carvalho@ufpi.edu.br

Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres (2018), entre os anos de 2000 e 2016, o país chegou a registrar um total de 40.970 mulheres presas, enquanto em 2000 este número era de apenas 5.601, representando, portanto, um crescimento alarmante de 567,4%. As violações, no entanto, são ainda mais recorrentes e profundas.

Portanto, para compreensão dessa problemática utilizamos a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico sobre a temática proposta, considerando a relevância de pesquisas já publicadas. Esses estudos nos auxiliam a identificar a existência de trabalho científico e a complexidade da realidade social presente no Brasil.

Além disso, para Goldenberg (2000, p. 53) dados qualitativos são descrições detalhadas das situações com o objetivo de compreender os indivíduos a partir de seus próprios termos. Segundo a autora é necessário que o pesquisador tenha criatividade ao coletar e analisar tais dados, pois estes não podem ser padronizados assim como os são os quantitativos. Primordialmente, aplicamos tal referência àquilo que diz respeito a análises e investigações de realidades sociais desses grupos.

Dito isso, é perceptível a complexidade da natureza e análise dos dados durante o processo investigativo. Com todos os desafios de uma pesquisa, tecemos algumas análises acerca de contribuições teóricas e conceitos sobre a proposta deste artigo.

O encarceramento em massa sobrevive no Estado de Coisas Inconstitucional, no Brasil

Para compreender a realidade penitenciária brasileira, faz-se necessária uma análise direta e sistemática de todo o Sistema carcerário nacional e sua reconhecida condição de Estado de Coisas Inconstitucional, desde o ano de 2015.

Esse Estado de Coisas só pôde ser aplicado ao país após longo debate jurídico na mais alta Corte judiciária brasileira. O conjunto de provas dos abusos e violências sofridas pelos detentos demonstram a inércia de governantes e a incapacidade de atuação do estado para gerenciar seu sistema punitivo. Tudo isso, num cenário em que nem era possível imaginar a crise pandêmica que viria a assolar o mundo em 2019 e que agravaria, ainda mais, problemas sociais. De lá pra cá muita coisa mudou, de fato, e para pior.

O Supremo Tribunal Federal – STF – brasileiro, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 347, reconheceu o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário no Brasil. Tal “classificação” teve

origem na Colômbia em 1997, já foi utilizada por alguns outros países latino-americanos e requerer o preenchimento de alguns requisitos objetivos.

Nesse sentido, ocorre o Estado de Coisas Inconstitucional, quando a) existe violação generalizada e sistêmica de preceitos fundamentais; b) tal violação deve ser causada pela inércia – reiterada e persistente - de autoridades públicas em modificar tal conjuntura; e c) a violação se mostra tão profunda, que apenas transformações estruturais e a atuação conjunta das autoridades responsáveis, pode ser capaz de alterar o estado de calamidade humana.

Aos autos processuais desta ADPF foram anexadas quinze - robustas - provas documentais acerca da violação de direitos fundamentais em prisões por todo o país. Entre elas, um relatório realizado através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada ainda em 2009, na Câmara dos Deputados federais sob a presidência do Ex-Presidente da República Michel Temer, que investigou o Sistema Carcerário de vários estados brasileiros e constatou o horror que habita entre aqueles muros de concreto.

De toda sorte, com a ADPF nº 347, o judiciário através da sua Suprema Corte estabeleceu algumas estratégias para tentar resolver a situação:

c) Determinar ao Governo Federal que elabore e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 3 meses, um plano nacional (“Plano Nacional”) visando à superação do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, dentro de um prazo de 3 anos. (Petição inicial ADPF 347, pag 72, <https://www.conjur.com.br/dl/psol-stf-intervenha-sistema-carcerario.pdf>)

Consta no Plano Nacional várias reivindicações que jamais foram cumpridas até a presente data. Citaremos algumas delas:

(i) redução da superlotação dos presídios; (ii) contenção e reversão do processo de hiperencarceramento existente no país; (iii) diminuição do número de presos provisórios; (iv) adequação das instalações e alojamentos dos estabelecimentos prisionais aos parâmetros normativos vigentes, no que tange a aspectos como espaço mínimo, lotação máxima, salubridade e condições de higiene, conforto e segurança; (v) efetiva separação dos detentos de acordo com critérios como sexo, idade, situação processual e natureza do delito; (vi) garantia de assistência material, de segurança, de alimentação adequada, de acesso à justiça, à educação, à assistência médica integral e ao trabalho digno e remunerado para os presos (Petição inicial ADPF 347, pag 72, <https://www.conjur.com.br/dl/psol-stf-intervenha-sistema-carcerario.pdf>)

Evidente que a grave crise penitenciária se expande desenfreadamente e que o poder público mantém-se inerte e apático para alterar tal conjuntura. Tal condição é ainda mais negligenciada quando tratam-se de grupos femininos encarcerados. Sem ações efetivas de políticas sociais e longe de movimentos preventivos da violência que se expande desenfreadamente, as consequências são o aumento do poder e influência de facções criminosas dentro e fora das prisões, principalmente, em locais de não-atuação do estado, conforme será debatido e demonstrado ao longo deste artigo.

Portanto, na contramão deste crescimento exponencial, neste mesmo levantamento, os dados relativos ao número de estabelecimentos prisionais, mostram que até o ano de 2017, 74,85% dos estabelecimentos prisionais no Brasil são destinados à detenção de presos do sexo masculino, seguido de 18,18% para o público misto e 6,97% exclusivamente para as mulheres.

Quanto ao perfil dessas mulheres, conforme dados coletados através do INFOPEN e disponibilizados por meio da plataforma digital do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)⁵¹, infere-se que os mecanismos de opressão que acentuam as desigualdades, reproduzem no cárcere o mesmo cenário disposto do lado de fora das grades.

Em relação à faixa etária das mulheres que cumprem penas privativas de liberdade, 25,22% delas possuem entre 18 e 24 anos, seguido de 22,66% entre 35 a 49 anos e 22,11% entre 25 a 29 anos. Portanto, é possível observar que a maior parte das mulheres apenadas com privativa de liberdade são jovens.

No que se refere à escolaridade, a maioria delas não possui o ensino fundamental completo e apenas 14,48% concluíram o Ensino Médio. Além disso, tais mulheres, em sua maioria, são mães, normalmente com três ou quatro filhos e solteiras:

Entre as mulheres, 28,9% possuem um filho, acompanhado de 28,7% com dois filhos e 21,7% com três filhos. É interessante notar que o percentual de mulheres somadas que possuem mais de quatro filhos representa 11,01%, ao passo que entre os homens este percentual é de 7,11% para a mesma faixa [...]. Sobre o estado civil das mulheres custodiadas, é possível observar que, entre esta população, destaca-se o percentual de mulheres solteiras, que representa 58,4% da população prisional, seguindo a mesma tendência do segundo semestre de 2016. As presas em união estável ou casadas representam 32,6% da população prisional feminina.

Quanto à raça e etnia, os números do INFOPEN mostram que 62% da população feminina presa é negra, conforme autodeclaração. Portanto, a soma dos

marcadores levantados permite concluir que o perfil da mulher brasileira encarcerada pode ser definido como jovem, economicamente vulnerável e preta.

Os dados revelam ainda que o crime de tráfico de drogas é o principal responsável pela maior parte dessas prisões, totalizando 59,9% delas e a respeito disso, Mendes (2020, p.149) teoriza que geralmente trata-se de: “mulheres, cujo crime cometido mais comumente é o tráfico de drogas, sem que por outro lado, seja possível identificar nelas qualquer protagonismo nas teias de organização desta prática criminosa”. Acerca do que revelam os números Mendes (2020) é também conclusiva ao identificar que todo processo de criminalização das mulheres alinha-se com as opressões sofridas por sua classe social, sua raça/etnia e sua sexualidade.

Conclusão: interseccionando o cárcere: Gênero, raça e classe

Diante da leitura sobre a realidade que se expressa através dos números, compreende-se a interseccionalidade como uma importante ferramenta de análise, posto que o enfrentamento dessa questão requer um conhecimento profundo dos efeitos produzidos pelas relações entre as categorias de gênero, raça e classe que quando combinadas tornam-se o alvo principal do punitivismo do Estado Penal. Pensar gênero, sobretudo em um país que ocupa uma posição no Sul Global, mobiliza concomitantemente reflexões sobre as várias formas de opressões e violências sofridas por mulheres localizadas no ponto de intersecção entre estas três dimensões.

O não reconhecimento dessa realidade responsável pelo aprisionamento institucionalizado de mulheres negras e empobrecidas denuncia o racismo estrutural que tanto se busca mascarar no Brasil. É neste sentido que Carneiro (2005), chama atenção para a importância da visibilidade das questões de raça e da identidade da racialidade negra enquanto forma de combate às múltiplas opressões direcionadas a essa população, ainda que estas operem, tecnicamente, por vias legais, em uma configuração contemporânea de velhas práticas de segregação racial.

Angela Davis (2017), em visita ao Brasil, pontuou sobre o sistema carcerário alimentar presídios de corpos negros como uma relação entre o punitivismo do encarceramento com o sistema de escravização, ambos pautados no colonialismo, patrimonialismo, patriarcado e na prática de descarte de corpos negros. Vale salientar que nessa remodelação a cela é a nova senzala com os mesmos propósitos de segregar e punir.

Escobar (2022, p.120) ao comentar Davis (2016) explana que:

A desestabilização do Estado Social produz o encarceramento em massa das mulheres negras que se veem desprovidas de condições concretas que garantam o acesso ao emprego, oportunidades profissionais e ajuda na criação dos filhos, sem nenhuma rede de proteção, resta-lhes o envolvimento em atividades ilegais que lhes garantem o sustento, ao passo que também as coloca na mira do Estado racial incapaz de atender a direitos básicos de cidadania, tendo a prisão como solução punitiva.

A ideia trabalhada por Davis reforça a compreensão de que gênero, raça e classe são indissociáveis e no fim, o punitivismo adotado pelo Estado brasileiro, sobretudo através da declarada guerra às drogas corrobora para a validade desta tese, uma vez que esta guerra tem consistido em uma verdadeira guerra às mulheres negras e pobres.

Reafirmando tais relações Kilomba (2019, p.94) afirma que “construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da raça e na experiência do racismo”. Assim, é imprescindível para a compreensão desse processo de criminalização e a produção desta realidade protagonizada majoritariamente por mulheres negras, colocar em centralidade o contexto vivido e sentido cotidianamente no corpo e na mente por elas, bem como a sua condição social historicamente. (Gonzalez, 2018).

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. 2018, p.40. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres>> Acesso em: 22 nov. 2022

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Maria Gomes Fernandes. **Traficante eu? A venda “doméstica” de crack por mulheres na Favela de Oitão Preto em Fortaleza-CE**. [recurso eletrônico]. Maria Gomes Fernandes Escobar. - 2022. 179f.: il. Tese (Doutorado Acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Doutorado, Fortaleza, 2022.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...org. UCPA. São Paulo. UCPA, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal Feminista**. São Paulo: Atlas, 2020.

NOELLE, Midiã. Angela Davis compara encarceramento à escravidão moderna. **Jornalista Livres**. 27 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/angela-davis-compara-encarceramento-escravidao-moderna/>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boi tempo Editorial, 2004.

ALBUQUERQUE, J. L. PAIVA, L. F. S. **Entre Nações e legislações**: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na trílice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). *Revista Ambivalências, Sergipe*, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.

COLETIVO ESCUTA LIBERTA: promovendo escuta de familiares e amigos de pessoas encarceradas

Silvia Lopes de Menezes⁷³

Suely Castaldi Ortiz da Silva⁷⁴

Marisa Feffermann⁷⁵

Resumo

Quase a metade dos cerca de 800 mil brasileiros encarcerados são jovens. Quando alguém é encarcerado, não é apenas aquela pessoa que sofre, mas todos à sua volta. Quando um jovem é encarcerado, muito frequentemente haverá uma família que o acompanhará no cárcere. O Coletivo Escuta Liberta (CEL) é formado por profissionais e estudantes das áreas de psicologia e assistência social e surge durante a pandemia de COVID-19, a partir de convocação conjunta da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio e da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas (AMPARAR), dois movimentos sociais que reúnem familiares e amigos de pessoas encarceradas, dentre outros. O CEL oferece escuta a estas pessoas que vivem o cárcere ainda que, na maior parte do tempo, do lado de fora das grades. Apesar das singularidades no sofrimento de cada pessoa escutada, é possível identificar aspectos comuns em seus relatos que trazem luz para como o encarceramento em massa faz sofrer não só aqueles que são suas vítimas diretas, mas também aqueles a seu redor.

Palavras-chave: Encarceramento. Familiares. Escuta.

Introdução

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, publicado com dados do Ministério da Justiça, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, havia, em 2020, 753.966 pessoas privadas de liberdade no Sistema Penitenciário e Sob Custódia das Polícias no Brasil. Em 2021, esse número subiu para 815.165 pessoas, sendo 67,5 % negros. Destas, 22,3 % têm entre 18 e 24 anos e 24,0 %,

⁷³CEL. Endereçoeletrônico: slmenez@yahoo.com.br.

⁷⁴CEL. Endereçoeletrônico: suelycastadi2022@gmail.com

⁷⁵. CEL. Endereçoeletrônico: mfeffermann@gmail.com

entre 25 e 29 anos, ou seja, 46,3 % das pessoas são jovens. Jovens vivendo afastados de suas famílias e amigos.

Em 2020, é declarada pela OMS uma pandemia de COVID-19 que atinge nosso país de forma particularmente grave. No Brasil, o governo federal estava ocupado por pessoas de discurso potente mas sem comprometimento verdadeiro com a vida e o bem-estar de seu povo. É conduzida uma política de morte, Jair Bolsonaro, inclusive, foi condenado pelo júri da **50ª sessão do Tribunal Permanente dos Povos – Pandemia e Autoritarismo** por crime contra a humanidade e violações aos direitos humanos justamente por atos e omissões cometidos ao longo de sua gestão durante a pandemia de COVID-19. Os números oficiais beiram 700 mil mortes por COVID-19 no Brasil, sendo que estudo elaborado com o apoio do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da Oxfam Brasil, a partir de iniciativa do grupo Alerta, e com a participação da Anistia Internacional Brasil, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apontava que, somente até março de 2021, aproximadamente 120 mil dessas mortes poderiam ter sido evitadas por medidas não farmacológicas para o controle da transmissão na comunidade. Sendo assim, milhões de brasileiros foram levados ao luto. Nesse contexto, estavam sofrendo particularmente os brasileiros que tinham, entre seus queridos, pessoas encarceradas e que tiveram as visitas proibidas e deixaram de ter notícias sobre o estado de saúde daqueles que amavam. Segundo noticiado no *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em abril de 2021, foram registrados até aquele momento nos sistemas de privação de liberdade (prisional e socioeducativo), 83.587 casos e 431 óbitos desde o início da pandemia. Somava-se a isso o agravamento das violências perpetradas no sistema prisional nos últimos anos. Assim, a Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas (AMPARAR) e a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio (doravante denominada Rede), que vinham recebendo muitos relatos de sofrimento de familiares de pessoas encarceradas, se unem e decidem fazer um chamado junto aos profissionais dos campos da psicologia e da assistência social para constituir um coletivo que pudesse oferecer escuta e assistência a esses familiares. Surge, então, em março de 2020, o Coletivo Escuta Liberta (CEL), que desde lá se dedica ao atendimento psicossocial dessas pessoas.

O CEL é, portanto, um coletivo que nasce a partir de demandas de movimentos sociais que atuam em rede em São Paulo, capital. A AMPARAR é constituída por familiares e amigos de pessoas encarceradas – sobretudo mulheres e mães - e porsobreviventes do sistema prisional. A Rede atua em defesa da vida e contra a violência de Estado que é articulada por diversos movimentos sociais que atuam nos territórios periféricos do Estado de São Paulo com profissionais e moradores em busca de proteção e resistência. A AMPARAR presta acolhimento a familiares, amigos e sobreviventes do sistema carcerário e, quando pertinente, articula denúncias contra o sistema. Em suas rodas de conversa, costumeiramente realizadas na região de Sapopemba e, naquele momento, realizadas remotamente via internet, saltava aos olhos a quantidade de relatos de sofrimento e violações de direitos humanos e, conseqüentemente, a importância de agregar às suas ofertas a possibilidade de acompanhamento psicológico. Tendo a Rede como objetivos visibilizar as violências de Estado nos territórios de alta vulnerabilidade, proteger suas vítimas e testemunhas, enfrentar o abuso policial, buscar articulação territorial das redes formais e informais na perspectiva da efetivação das políticas públicas, garantir a efetivação dos direitos básicos e acesso à justiça nos territórios. fortalecer as estratégias locais e promover formação na perspectiva de defesa e promoção dos direitos humanos, era muito pertinente que encampasse essa demanda identificada na atuação da AMPARAR e contribuísse para articular os profissionais necessários a essa escuta e assistência. Atenderam a esse chamado dezenas de voluntários de diferentes regiões do país, graduados e em formação, que se organizaram em duas frentes de trabalho: de assistência social (acessada apenas quando identificada demanda) e de psicologia. Nesta última, já passaram cerca de 50 profissionais, psicólogos e estudantes vinculados a diversas abordagens teóricas, sendo que os psicanalistas sempre estiveram em maior número. Foram atendidas até o momento cerca de 80 pessoas. Em uma perspectiva psíquico-jurídico-social com base na criminologia crítica, os voluntários, mais do que prestar atendimento aos familiares e amigos de pessoas encarceradas, participam de reuniões de formação coletiva, de organização do coletivo e de discussão horizontal dos atendimentos realizados. Deste modo, o CEL constrói uma possibilidade de escuta que visa não apenas acompanhar e fortalecer essa população criminalizada e culpabilizada em sua luta cotidiana, mas também produzir conhecimento em torno das questões que se apresentam. Partindo de um entendimento do ser humano como um ser

biopsicossocial o CEL baseia sua atuação nos fundamentos da criminologia crítica, do abolicionismo penal, do antirracismo, do antipatriarcalismo e do anticapitalismo.

Trabalho em andamento

As pessoas atendidas pelo CEL foram, em sua maioria, encaminhadas pela AMPARAR. Com o passar do tempo, no entanto, outras fontes de encaminhamento se constituíram, dados os vínculos dos voluntários com outros movimentos sociais em rede. Não há outro critério de inclusão que não o de que sejam pessoas em sofrimento em decorrência do encarceramento de seus entes queridos. Apesar disso, correspondendo à realidade do fenômeno de encarceramento em massa em nossa sociedade, a maior parte das pessoas encaminhadas para o CEL é de mulheres que são mães ou companheiras de homens encarcerados, muitos, como mostram as estatísticas apresentadas, jovens, negros. Muitos também são moradores de territórios vulnerabilizados como aqueles em que atua a Rede. Essas mulheres trazem marcas de muitas violências e de exclusão social e vivenciam uma espécie de “prisão estendida”, já que suas vidas passam a orbitar a vida da pessoa encarcerada. São também elas estigmatizadas, vistas como seres destituídos de valor, por serem esposas/mães/companheiras de ‘criminosos’, de modo que suas palavras são também esvaziadas, desacreditadas, destituídas de valor. Assim, os espaços de supervisão coletiva horizontal compartilhados pelos psicólogos que realizam os atendimentos são fundamentais para que o grupo aprimore a escuta, fale sobre seus atravessamentos em cada um e trace perspectivas no sentido de realmente amparar cada uma das pessoas escutadas. A proposta é de que haja dois sujeitos em interação, com voz e força sendo continuamente resgatadas. Para isso, a depender do caso, o grupo planeja lançar mão de recursos no campo da assistência social, das parcerias com operadores do direito ou articular outros cuidados no campo da saúde junto ao SUS e demais redes.

Ainda que exista grande singularidade na escuta de cada pessoa atendida, é possível notar aspectos comuns em vários dos casos. Parte das pessoas escutadas, como já mencionado, são mães de jovens encarcerados. Essas mulheres são responsáveis pela manutenção do elo dos filhos com o mundo lá fora: pelas visitas, pelos jumbos, pelo

acompanhamento jurídico. Quando foi iniciado o trabalho do CEL, sofriam com a falta de notícias sobre seus filhos. Não sabiam em que condições estava sendo feita a quarentena dentro do cárcere e nem quantas pessoas estavam adoecendo ali, afinal, apesar do isolamento forçado a que os encarcerados estavam sendo submetidos, os trabalhadores do sistema prisional circulavam também fora do cárcere. Podiam, portanto, ser infectados com o vírus que causa a COVID-19 e transmiti-lo para as pessoas encarceradas. Paralelamente, não se sabia qual o tratamento dispensado àqueles que ali adoescessem, o que de fato se verificou, conforme noticiado no site do CNJ, já citado acima. Havia isolamento dos demais? Havia tratamento médico? O que era feito se o quadro se agravasse? E se houvesse sequelas? Muitas fantasias povoavam os relatos. E, considerando que os filhos sobrevivessem a tudo isso, essas mulheres não sabiam se voltariam a poder visitá-los um dia. Os relatos eram também povoados por hipóteses de que a proibição das visitas naquele momento pudesse abrir brecha para que se tornasse permanente ou muitíssimo restrita dali para a frente. Soma-se a tudo isso o fato de que havia um considerável número de mortes acontecendo ao nosso redor e muitas dessas famílias viviam também o luto por outros queridos perdidos fora das grades.

Relatos semelhantes vinham de mulheres que são namoradas, companheiras ou esposas de pessoas encarceradas. Enquanto sustentávamos a escuta de seu sofrimento, elas viviam a necessidade de sustentar relacionamentos com pessoas de quem não tinham notícias. Algumas têm filhos – por vezes justamente fruto dos relacionamentos com estes namorados/maridos/companheiros encarcerados – e precisavam também lidar não só com a costumeira ausência dessas pessoas na vida cotidiana, no processo de educar e sustentar financeiramente a família, mas também com a ausência de sua presença no compartilhamento das cenas e desafios da maternidade que se dava durante as visitas.

Nesse sentido, a liberação do contato com as pessoas encarceradas via e-mail e as visitas realizadas por videochamada trouxeram uma nova realidade para todos. Embora muito aquém do desejo de muitas das pessoas escutadas por nós, essa comunicação remota possibilitava ao menos se assegurar de que era mantida a vida de seus entes queridos. Surgiram, porém, outros elementos em nossa escuta. Para além de toda a angústia para agendamento das visitas, as dificuldades de acesso à internet e equipamentos de qualidade que já impactava nossos atendimentos, realizados também

remotamente e via internet, agora apareciam nos relatos em relação a essas visitas chamadas virtuais. Havia reclamações sobre o tempo das visitas, mas também de que a conexão estava ruim e não ter sido possível conversar. Havia restrições em relação à presença de menores, impactando sobretudo os jovens com filhos pequenos.

Com a melhora no contágio da COVID-19, foram novamente autorizadas as visitas e as saidinhas. Vivemos agora esse novo momento, com a liberação das visitas no cárcere, embora com frequência menor do que a que acontecia antes da pandemia de COVID-19. A escuta do CEL segue remotamente. Também a disponibilidade dos terapeutas mudou em função do retorno às atividades pós isolamento, fazendo com que muitos tivessem que deixar o CEL por incompatibilidade de agenda. Trata-se de um trabalho voluntário remoto, de modo que é viabilizada a participação de profissionais e estudantes de vários locais do Brasil, ainda que o coletivo atenda apenas pessoas do Estado de São Paulo, que contém 25,5 % da população encarcerada do país. Os atendimentos seguem potentes. Há pequena fila de espera para atendimento. Alguns jovens já deixaram a prisão durante o período em que o CEL tem trabalhado. Discutimos a continuidade de nossos acompanhamentos tendo em vista esses egressos. Entendemos ser igualmente importante o atendimento a essas mulheres inclusive após a soltura de seus namorados/esposos/companheiros/filhos, já que este se configura como um tempo de muitas adaptações e desafios novos:, são questões relativas à recolocação do egresso no mundo do trabalho, ao medo do retorno ao ambiente em que viviam (o que poderia vir a favorecer o retorno ao encarceramento), a assunção do lugar da paternidade (já que muitas crianças pouco ou nada conviveram com seus pais antes encarcerados), entre outras. O trabalho do CEL segue, assim, pertinente e promissor. Nós, integrantes deste coletivo, intentamos promover pesquisas que possam nos trazer mais dados sobre o perfil de nossa clientela, porém, no momento temos levado a proposta do CEL para divulgação em Seminários e Congressos, espaços em que nos colocamos também como aprendizes e participantes, cientes de nossas oportunidades de ressignificações desse universo tão novo para tantos/as de nós.

Referências

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. [S. l.], jun. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MUNDIM, Marília. Covid-19: óbitos em alta em unidades de provação de liberdade e primeiros dados sobre vacina. **Agência CNJ de Notícias**, [S. l.], p. 1, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/covid-19-obitos-em-alta-em-unidades-de-privacao-de-liberdade-e-primeiros-dados-sobre-vacina/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; BAHIA, Ligia; MOREIRA, Jéssica Pronestino de Lima; SCHEFFER, Mario. **Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil**. [S. l.], 1 jun. 2021. Disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.